



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Antonio José dos Santos Junior

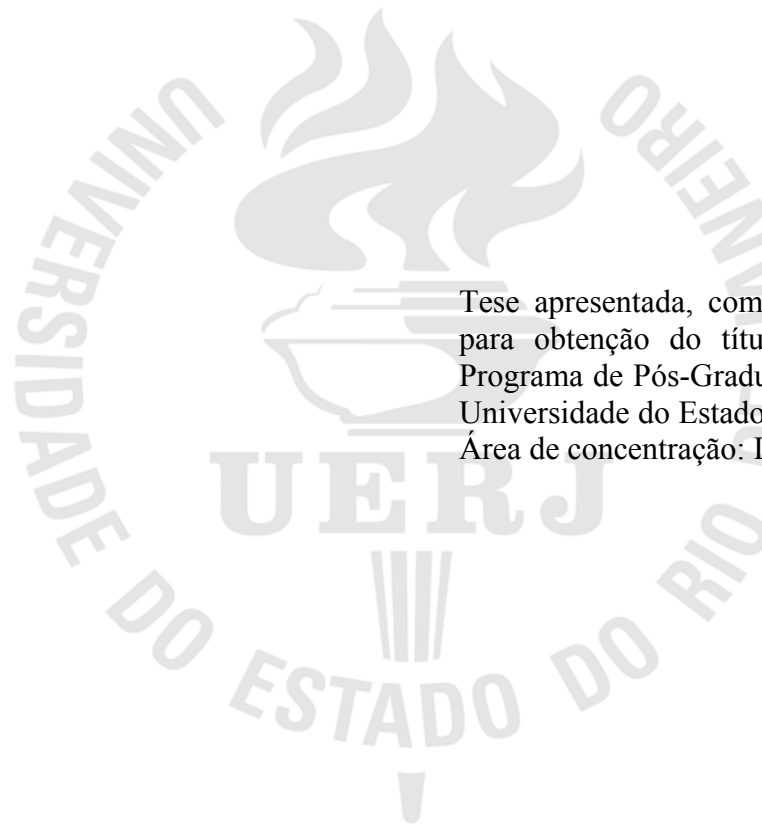
Sujeito sintático e referência indeterminada

Rio de Janeiro

2014

Antonio José dos Santos Junior

Sujeito sintático e referenciação indeterminada



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

S237	<p>Santos Junior, Antonio José dos. Sujeito sintático e referência indeterminada / Antonio José dos Santos Junior. – 2014. 202 f.: il.</p> <p>Orientador: Claudio Cezar Henriques. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Língua portuguesa – Sujeito e predicado – Teses. 2. Gramática comparada e geral – Sintaxe – Teses. 3. Língua portuguesa - Semântica - Teses. 4. Análise do discurso – Teses. 5. Referência (Linguística) – Teses. 6. Entrevistas (Jornalismo) – Teses. I. Henriques, Claudio Cezar, 1951-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 806.90-561.31</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Antonio José dos Santos Junior

Sujeito sintático e referência indeterminada

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 31 de março de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. André Crim Valente
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Luiz Claudio Valente Walker de Medeiros
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Patrícia Ribeiro Corado
Instituto Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa Rosilane Natividade, aos meus pais Antonio e Neide, e à minha irmã, Camila Antonia.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e às Forças Espirituais que me permitiram lograr êxito em meus estudos acadêmicos.

À minha esposa Rosilane Natividade da Silva, para quem ofereço cada caractere deste trabalho, por seu carinho, dedicação e renúncia.

Aos meus pais, Antonio José dos Santos e Neide da Silva Santos, por terem me permitido retornar a este mundo e por todo o zelo e carinho.

À minha irmã e colega de profissão, Professora Camila Antonia da Silva Santos, por sua existência em minha vida.

Agradeço, em especial, ao meu orientador acadêmico, o Professor Doutor Claudio Cezar Henriques, as valiosas lições, a boa vontade e o incentivo indispensáveis à elaboração desta Tese de doutoramento. Sem ele, este trabalho não existiria.

Aos professores José Carlos de Azeredo e André Valente, pelas preciosas sugestões para a elaboração deste trabalho e, principalmente, por terem sido meus mestres.

Às professoras Vanise Gomes de Medeiros e Zinda Maria de Carvalho Vasoncellos, minhas professoras de graduação que muito me incentivaram.

A todos os meus professores e colegas dos cursos de Doutorado, de Mestrado e de Graduação, além de meus mestres da Educação Básica.

A todos os funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em Letras, pelo imprescindível apoio administrativo.

Aos amigos Antonio de Aquino, Maria Dolores, José e Djalma (*In memoriam*).

A todos meus familiares e amigos, enfim, pelo apoio moral dado, pelo respeito e pelo carinho.

O homem caminha, busca a direção do progresso. Por atração infinita, caminha na direção de Deus.

Antonio de Aquino

RESUMO

SANTOS JUNIOR, Antonio José dos. *Sujeito sintático e referência indeterminada*. 2014. 202 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O objeto de estudo deste trabalho são as estruturas em língua portuguesa padrão em que ocorre a chamada indeterminação do sujeito. A partir da análise de textos do gênero entrevista, publicados na Revista Veja (seção 'páginas amarelas'), analisam-se as principais características sintáticas, semânticas, pragmáticas e discursivas do sujeito indeterminado. Admitindo que a linguagem permite ao homem interpretar o mundo em que vive, busca-se apresentar os mecanismos de indeterminação do sujeito como uma forma de referência indeterminada. Para tanto, foram investigadas, criticamente, as principais noções de sujeito e de sua indeterminação, em diversos estudiosos da língua portuguesa, desde épocas remotas até os dias atuais, comparando-se os critérios (sintáticos, semânticos, mórficos e discursivos) apresentados nesses estudos. A partir da análise do *corpus*, verifica-se que os diversos mecanismos de indeterminação possuem graus específicos e que se podem permutar. Além disso, fica patente que há tipos verbais afins a certas estruturas de sujeito indeterminado. Desse modo, a referência indeterminada construída a partir do lugar sintático sujeito caracteriza-se como poderosa estratégia discursiva.

Palavras chave: Indeterminação do sujeito. Referência. Sintaxe. Semântica. Discurso.

ABSTRACT

SANTOS JUNIOR, Antonio José dos. *Syntactic subject and indefinite referring*. 2014. 202 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The object of this work is the structures in standard Portuguese language in which the call occurs indetermination of the subject. From the analysis of texts of the genre interview published in *Veja* magazine (section 'yellow pages ') analyzes the main syntactic, semantic, pragmatic and discourse features of an indefinite subject . Assuming that the language allows man to interpret the world in which he lives, we seek to present the mechanisms of indetermination of the subject as a form of indeterminate referring. For this purpose, we investigated critically the main notions of subject and its indeterminacy , many scholars in the Portuguese language , since ancient times to the present day , comparing the criteria (syntactic, semantic, and discursive morphic) presented in these studies . From the analysis of the *corpus*, it appears that the various mechanisms of indeterminacy have specific degrees and can be interchanged. Moreover, it is clear that there are verbal related to certain types of indeterminate structures subject . Thus, the indefinite referring constructed from the syntactic place subject is characterized as powerful discursive strategy.

Keywords: Indetermination of the subject. Referring. Syntax. Semantics. Discourse.

RESUMEN

SANTOS JUNIOR, Antonio José dos. *Sujeto sintáctico y referenciación indeterminada*. 2014. 202 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

El objeto de este trabajo son las estructuras en lengua estándar Portugués en el que la llamada se produce indeterminación del sujeto. A partir del análisis de los textos de la entrevista género publicado en la revista *Veja* (sección "páginas amarillas") analiza los principales rasgos sintácticos, semánticos, pragmáticos y discursivos del sujeto indeterminado. Suponiendo que el lenguaje permite al hombre para interpretar el mundo en que vive, se busca presentar los mecanismos de la indeterminación del sujeto como una forma de referencia indefinida. Con este fin, hemos investigado críticamente las principales nociones de sujeto y sus indeterminación, muchos estudiosos de la lengua portuguesa, desde la antigüedad hasta nuestros días, la comparación de los criterios (mórficos sintáctico, semántico y discursivo) que se presentan en estos estudios . A partir del análisis del *corpus*, parece que los diversos mecanismos de indeterminación tienen grados específicos y se pueden intercambiar. Por otra parte, está claro que Hay tipos de verbos que se relacionan con ciertos tipos de estructuras de sujetos indeterminados. Por lo tanto, la referenciación indeterminada construida desde el lugar sintáctica sujeto se caracteriza por ser potente estrategia discursiva.

Palabras-claves: Indeterminación del sujeto. Referenciación. Sintaxis. Semántica. Discurso.

SINOPSE

Processos sintáticos, semânticos, discursivos e pragmáticos de indeterminação do sujeito em português, sob o prisma dos processos de referenciação. A relação entre verbo e indeterminação. Efeitos discursivos da indeterminação. Estratégias de indeterminação do sujeito não reconhecidas pelas gramáticas. *Corpus*: análise de dados extraídos da seção de entrevistas “Páginas Amarelas”, da Revista Veja, no período de 1999 até 2010.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO	16
1.1	Abordagem diacrônica	20
1.2	Abordagem sincrônica	32
1.2.1	<u>LDP e indeterminação do sujeito</u>	40
1.2.2	<u>Passiva sintética versus indeterminação do sujeito</u>	44
1.2.3	<u>Indeterminação versus impessoalidade</u>	46
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	48
2.1	Sintaxe e semântica: os papéis temáticos do sujeito indeterminado em português	51
2.2	Conceitos acessórios	56
2.3	Graus de indeterminação	61
2.4	Indeterminação do sujeito: cognição, coerência e coesão	63
2.4.1	<u>O conhecimento enciclopédico e o reconhecimento da indeterminação</u>	63
2.4.2	<u>Os pontos de vista</u>	65
2.4.3	<u>A indeterminação no texto</u>	65
2.4.4	<u>Coesão, coerência e indeterminação</u>	67
2.4.5	<u>Raciocínios da indeterminação</u>	70
2.5	Contribuições da análise do discurso	73
2.6	Vagueza, ambiguidade e os graus de indeterminação	76
2.7	Dêixis, índice e indeterminação	77
2.8	O gênero textual entrevista	78

3	METODOLOGIA	82
4	ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS	84
4.1	Referenciação genérica: o léxico e a indeterminação	84
4.1.1	<u>Referenciação genérica – alternância dos traços semânticos [+humano] e [-humano]</u>	95
4.1.2	<u>Referenciação genérica – informação nova introduzida por artigo definido</u>	99
4.2	A nominalização	100
4.3	A indeterminação por VOCÊ	104
4.4	Indeterminação por A GENTE	108
4.5	Indeterminação por P4	112
4.5.1	<u>P4 absoluta</u>	113
4.5.2	<u>P4 parcial</u>	119
4.6	Indeterminação por NÓS	121
4.7	O plural de modéstia	124
4.8	Indeterminação por EU e por P1	127
4.9	Indeterminação por P6	130
4.10	Indeterminação por ELES/ELAS	137
4.11	Indeterminação por P3	140
4.12	Indeterminação por ele/ela (sem anáfora ou catáfora de referência genérica ou de nominalização)	142
4.13	Indeterminação por ele/ela (anáfora ou catáfora de referenciação genérica ou de nominalização)	143
4.14	Indeterminação por pronome indefinido	145
4.15	Indeterminação por SE e por VPS	150
4.16	Indeterminações por pronome relativo	157
4.17	Indeterminação por infinitivo	160

4.17.1	<u>DE + infinitivo versus DE+SE+infinitivo</u>	166
4.18	Indeterminação por gerúndio	167
4.19	Fenômenos diversos	168
4.19.1	<u>Alternância de referentes</u>	168
4.19.2	<u>Polifonia genérica</u>	169
4.19.3	<u>Indeterminação e impessoalidade</u>	171
4.19.4	<u>Marcas de gênero nas indeterminações do sujeito</u>	172
5	SISTEMATIZAÇÃO DE RESULTADOS	176
6	CORPUS COMENTADO	182
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
	REFERÊNCIAS	196

INTRODUÇÃO

A interação do ser humano com o mundo tem sido alvo de inúmeros estudos, em várias áreas do saber, desde há muito tempo. Sem dúvida, qualquer estudo que tente compreender a relação do homem com o meio que o cerca não pode prescindir de levar em consideração um atributo (ou antes, um apanágio) da humanidade: a linguagem.

É por meio da linguagem que o homem acessa o ‘mundo real’, ou melhor, é por meio dela que o homem constrói o mundo – convertendo estímulos diversos em conceitos organizados. O estudo das formas por que a linguagem constrói o mundo é chamado de referenciação.

O tema central desta tese – os processos de indeterminação do sujeito, como são tradicionalmente conhecidos - já tem sido alvo de diversos estudos. Contudo, falta analisá-lo sob a perspectiva da referenciação, integrando aspectos sintáticos, semânticos e discursivos.

Considerando que as estruturas sintáticas formam sentidos, que são materializados em textos, elegemos *corpus* de língua portuguesa padrão, em registro próximo ao da oralidade, recorrendo às seções de entrevistas de revista de (grande) circulação nacional semanal - Revista VEJA- entre os anos de 1999 e 2010.

Outra consideração importante é que teremos em vista não apenas o sentido produzido pela indeterminação, mas também como esse sentido é produzido. Desse modo, teremos de analisar dois aspectos distintos, porque complementares: a estrutura da oração e a estrutura do texto; por conseguinte, trataremos de análise sintática, semântica e discursiva, a fim de compreendermos o mecanismo de referenciação indeterminada construído a partir da posição sintática do sujeito.

A análise da estrutura oracional terá por princípio o VERBO; consideramo-lo o núcleo da oração. A partir dele, identificaremos as funções sintáticas e suas respectivas funções semânticas (também denominadas funções temáticas ou papéis temáticos). Dentre as funções sintáticas, temos por objetivo estudar o sujeito, cujo papel temático prototípico é o de agente.

A análise da estrutura textual não poderá prescindir de conceitos como coesão e coerência (linguística textual). Outrossim, ainda como subitem dessa análise, temos de levar

em consideração os conceitos de ‘discurso’, ‘texto’, ‘gênero textual’, ‘fatores de textualidade’, entre outros afins.

Nosso objetivo é elencar os casos de indeterminação do sujeito que aparecem no Português atual do Brasil, considerando-os mecanismos de referência indeterminada. Além disso, cuidaremos em identificar as marcas linguísticas e pragmáticas que possibilitem (ou mesmo acarretem) a indeterminação do sujeito.

Para tal fim, não prescindiremos de um levantamento, em gramáticas antigas e em contemporâneas do Português, sejam lusas ou brasileiras, visando encontrar o tratamento da indeterminação do sujeito.

Com base em estudo anterior (Santos Junior, 2010), podemos afirmar que há traços prototípicos, no domínio da gramática e do discurso, que identificam o sujeito indeterminado. Nosso intuito com esta tese é aprofundar essa análise, principalmente apelando para os conceitos de discurso e pragmática, associados, evidentemente, aos fundamentos indispensáveis da gramática (semântica, sintaxe, estilística, etc.). Queremos encontrar respostas para as seguintes questões:

a) quais ocorrências de indeterminação se ligam mais à oralidade? (ver, à frente, análise da entrevista como gênero predominantemente oral).

b) Que fatores pragmáticos nos permitem distinguir um VOCÊ em referência indeterminada de um VOCÊ que se refira exclusivamente ao interlocutor?

c) É comum um operador anafórico na posição de sujeito de sua oração (um pronome reto, por exemplo) recuperar um SN de agente indeterminado de outra oração (em que era complemento verbal)? Quais esses operadores mais produtivos?

d) Há alternâncias de indeterminações numa mesma oração, num mesmo período, num mesmo parágrafo, num mesmo texto? Se sim, quão frequente é essa alternância? Quais os principais mecanismos envolvidos?

e) Há domínios discursivos que inviabilizam ou ao menos dificultam a ocorrência de indeterminação?

f) Há relação entre gênero textual e indeterminação?

g) É comum a ocorrência de indeterminação em orações subordinadas (em especial as substantivas)?

h) Há indeterminação em todas as entrevistas? Qual(is) o(s) mecanismo(s) mais frequente(s)?

i) a indeterminação do sujeito possui, em português, possibilidades lexicais específicas?

Esses questionamentos principais, juntamente com outros periféricos, que surgiram naturalmente durante o trabalho, serão discutidos ao longo desta tese, a partir da análise do *corpus* e de estudos descritivos do português.

Nossa hipótese é a de que a escolha das formas de indeterminar o sujeito em português dependa de fatores pragmáticos, discursivos e gramaticais. Desse modo, a situação comunicativa é central para se analisar a indeterminação do sujeito (seja por intermédio da escolha do gênero textual, do suporte que o veicule, das relações interpessoais entre interlocutores, entre outros fatores). Igualmente, análise de aspectos gramaticais é imprescindível, já que a língua detém estruturas morfossintáticas típicas para realizar a referenciação indeterminada do sujeito.

1 A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

Ao se falar de indeterminação do sujeito, temos de estabelecer de forma clara os conceitos com que trabalharemos nesta tese. Primeiramente, resgataremos nossa análise (Santos Junior, 2010), acerca dos processos de indeterminação do sujeito e do agente em Língua Portuguesa. A seguir, faremos uma abordagem histórica, diacrônica, da forma pela qual se têm conceituado o sujeito e o sujeito indeterminado, bem como quando começaram a se consolidar tais conceitos, quer em gramáticas brasileiras, quer em gramáticas portuguesas.

É importante esclarecer, de início, que adotaremos aqui a conceituação por protótipos. Nessa visão, não se conceitua por “propriedades necessárias e suficientes” (conceituação clássica), mas sim por propriedades características, comumente encontradas em dada categoria. Logo, não cairemos na armadilha de dar uma definição absoluta de sujeito. A linguagem humana dispõe de (e constrói) lógica própria. As conceituações clássicas são a primeira escolha para a matemática e para as ciências exatas em geral, não para a linguagem humana.

Saiba-se que é fundamental, nesta tese, a distinção entre conceitos sintáticos e conceitos semânticos. A sintaxe trata da relação estrutural entre os elementos da oração, ao passo que a semântica trata da relação de sentido entre os termos do enunciado (que, não necessariamente, precisa ser uma oração). Por conseguinte, o conceito ‘sujeito’ é aqui reservado ao plano da análise sintática; já um conceito como ‘agente’ (que é um papel temático, exercido por certo termo da oração), à análise semântica.

Nesse sentido, podemos dizer que, em português, o sujeito pode ser definido, prototipicamente, por: (1) ocupar posição inicial; (2) ser agente da ação verbal. Já o ‘sujeito indeterminado’ é também (2) agente; (3) [+genérico]; (4) [+humano] e, dependendo da forma de indeterminar, pode ocupar também (1) posição inicial. Não se trata de propriedades absolutas, mas de propriedades geralmente verificadas. Por exemplo, no caso da voz passiva, o sujeito recebe a ação expressa pelo verbo, ou seja, não é agente; contudo, em português, o protótipo de papel temático do sujeito é agente, não paciente.

A indeterminação do sujeito na língua portuguesa já foi alvo de extensos estudos. Muitos deles problematizam a questão, contestam as definições oriundas das gramáticas tradicionais, apontam mesmo a confusão de critérios (sintáticos e semânticos) ao se classificar um sujeito como indeterminado.

Em conformidade com a visão dos gramáticos (de inspiração tradicional) do português, só se consideraria a possibilidade de indeterminação do sujeito quando não

houvesse sintagma nominal (doravante SN) na posição sujeito – ou retomável/antecipável por coesão. Quando houvesse SN na posição sujeito, com os traços (2), (3) e (4) acima, poder-se-ia defender, no máximo, a indeterminação apenas do ponto de vista semântico. Neste caso, não se falaria de indeterminação do sujeito (conceito sintático), mas de indeterminação da referência do papel temático do sujeito, por exemplo, indeterminação do agente. Sabendo-se, porém, que o sujeito indeterminado é, por protótipo, agente indeterminado, seria possível dizer que o sujeito indeterminado seria quase sinônimo de agente indeterminado. Entretanto, é de realçar que há outros papéis temáticos (menos comuns) que podem comparecer no processo de referenciação indeterminada construído a partir do sujeito da oração.

Desse modo, a noção de ‘sujeito indeterminado’ seria necessariamente sintático-semântica, visto que partiria de uma classificação quanto ao sentido (indeterminado) de uma estrutura sintática (sujeito). Não se trataria, portanto, de opor sintaxe a semântica, mas de distingui-las, como óticas de análise complementares entre si.

Não adotaremos, porém, as interpretações da gramática tradicional. Primeiramente, ressaltamos nosso apreço a todos os grandes gramáticos do português. Sabemos que suas descrições podem (e devem) ser criticadas, mas com o propósito de revisitar conceitos e descrições, não para desmerecer suas contribuições. Qualquer descrição e sistematização (da língua ou de qualquer outro fenômeno) não podem prescindir de critérios, os quais gozam sempre de certo grau de arbitrariedade. Portanto, vamos nos opor a um ponto de vista descritivo, reconhecendo, entretanto, a sua verossimilhança.

A análise tradicional, sobretudo após o advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante, NGB), tem confundido critérios semânticos com critérios sintáticos na classificação do sujeito. Para essa nomenclatura, o sujeito em português pode ser: simples, composto, indeterminado, ou inexistente (oração sem sujeito). Atentando-se para a classificação acima, percebe-se que os critérios são predominantemente sintáticos, à exceção de um, o de indeterminado.

A ideia de indeterminação não pode ser rotulada como, muito menos reduzida a, um critério estrutural, sintático. Indeterminar aponta para sentido, para significado, ou seja, para semântica. A classificação tradicional pós-NGB tenta encampar um critério estritamente semântico em um terreno sintático.

É fora de dúvida que a descrição gramatical tradicional teve um grande mérito: reconhecer estruturas oracionais do português cujo verbo não possui sujeito explícito, nem retomável anafórica ou antecipável cataforicamente no texto. Essas estruturas referem-se sempre a sujeitos com o traço [+HUMANO] – o que é determinado pelo verbo – e referem-se

e referem-se de modo impreciso, ou mesmo genérico, a um sujeito ‘teórico’, ‘virtual’. Foi a partir dessa constatação que se descreveram os casos de sujeito indeterminado nas gramáticas: terceira pessoa do plural+SE, terceira pessoa do plural, ou o infinitivo (esquecido por muitos dos manuais).

Entretanto, o sentido de indeterminação do sujeito pode ser obtido com outras estruturas, inclusive com SNs sujeitos materializados na oração. Porém, esses sujeitos são rotulados apenas como simples ou compostos, preterindo-se, nessa forma de analisar, seu potencial semântico de indeterminação. Logo, segundo defendemos, a indeterminação do sujeito se pode dar em orações em que exista ou em que não exista sujeito.

De modo a equacionar essa problemática, propomos que a classificação do sujeito em português considere primeiramente a existência ou não do sujeito (o sujeito dito oculto é existente, apenas está elíptico). Assim, as classificações simples, composto, oculto e indeterminado cabem no bojo dos sujeitos existentes; os sujeitos de verbos impessoais e alguns tipos de indeterminados (os tradicionalmente descritos nas gramáticas) pertencem ao rol das orações sem sujeito.

É de extrema importância que fique claro que estamos rompendo com o padrão inexistente-impessoal, ou seja, defendemos que a inexistência do sujeito NÃO implica impessoalidade nem que a existência do sujeito implica pessoalidade. Um verbo pessoal pode não ter sujeito (indeterminação). Note-se que relacionar a inexistência do sujeito à impessoalidade é mesclar conceitos sintáticos com semânticos. Propomo-nos relacioná-los, mas de forma com que eles tenham sua autonomia.

Os mecanismos de indeterminação do sujeito constituem-se em recurso sintático-semântico-discursivo cujo efeito é o de gerar a referência indeterminada. Foge aos propósitos desta tese construir um tratado sobre a referência, isto é, sobre a forma como a linguagem constrói/representa a “realidade”. No entanto, alguns conceitos fundamentais sobre referência são necessários.

Em primeiro lugar, cabe discutir a relação entre linguagem e realidade. O senso comum poderia tomar como verdade absoluta que a linguagem representa as entidades e fenômenos do mundo; ou seja, admite-se haver uma realidade, discreta *a priori*, compartilhada como tal por um grupo de indivíduos, que é comunicada através da linguagem. Assim, a linguagem seria espelho do mundo. É de notar a proximidade dessa concepção aos ideais socrático-platônicos (mundo das ideias *versus* mundo das formas).

Outra aceção entre o vínculo linguagem-realidade é a que admite que a linguagem constrói a realidade. Desse modo, o homem não teria acesso direto à realidade das coisas, mas

antes a construiria através da linguagem. Seria esta que daria a ele o acesso ao mundo, construindo formas de representá-lo, discretizando-o.

Um desdobramento necessário dessas distintas relações entre a linguagem e o mundo seria a relação entre a lógica e a linguagem. A primeira acepção diria haver uma lógica preexistente, imanente ao mundo e ao psiquismo humano (arquétipos), cabendo à linguagem representar o já instituído pela natureza mesma das coisas. A segunda acepção, ao contrário, concebe a linguagem como construtora da lógica, instituindo-a.

A segunda acepção parece-nos a mais defensável, já que nem todas as línguas, como sabemos, representam o mundo da mesma forma (por exemplo, as cores do espectro solar). Assim, ter-se-ia de admitir que houvesse línguas mais lógicas que outras, ou mesmo que houvesse línguas mais corretas e, por conseguinte, superiores a outras, indo de encontro aos pressupostos aceitos em Antropologia de que não há culturas melhores do que outras, pois são apenas são distintas. O mesmo princípio se pode aplicar às línguas. Logo, concebemos a linguagem como construtora da lógica e da realidade. O processo de referenciação não é a mera representação da realidade, mas antes o mecanismo por que a construímos. Segundo Pereira (2013, p.14)

A referenciação não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores.

Ora, mas qual relação há entre os assim chamados ‘processos de indeterminação do sujeito’ e o conceito de referenciação? A primeira a citar é que todos¹ os recursos linguísticos se concatenam entre si para produzir sentido e só há sentido quando a linguagem constrói a realidade. A segunda relação é que o sentido de indeterminar um sujeito é construir uma estrutura sintático-semântico-discursiva que não defina a identidade do sujeito. Ou seja, por se desconhecer a identidade do sujeito, por não se querer revelá-la, por não se julgar relevante tal revelação, por ironia, por proteção da face, por vários fatores enfim, omite-se a identidade do sujeito.

¹ Mesmo os recursos estritamente gramaticais (como conjunções, preposições e artigos) participam do mecanismo de referenciação. Apesar de não construírem, isoladamente, significados para o mundo, relacionam elementos lexicais e mesmo orações ou partes do texto entre si, construindo a referenciação.

Entretanto, os processos de indeterminação podem referir-se não a apenas um dado indivíduo, ou mesmo a um grupo circunscrito; podem referir-se a toda uma coletividade, configurando-se como recurso de generalização.

O estudo dos diversos mecanismos de indeterminação do sujeito (tanto os previstos nas gramáticas tradicionais, como os nela ausentes) revela que o ato de o enunciador indeterminar a identidade do sujeito ou mesmo de fazer uma generalização constitui-se em poderoso recurso discursivo de construção de uma dada realidade – portanto, recurso de referenciação. As análises feitas nesta tese demonstrarão que uma mesma entidade do mundo pode ser referenciada pela linguagem de maneiras distintas e, de acordo com a forma de referenciar, sentidos e valores distintos são construídos pelo discurso.

A análise dos mecanismos vários de indeterminação do sujeito já se deu em inúmeros trabalhos acadêmicos. Porém, ratificamos, há uma lacuna nas análises, por não se vincular estreitamente a indeterminação à referenciação. Pretendemos suprimir essa lacuna com esta tese. Normalmente, toma-se o sentido de indeterminação como dado ou como facilmente reconhecível, não se debruçando sobre os vínculos textuais que a indeterminação do sujeito realiza.

1.1 Levantamento bibliográfico pré-NGB

Cuidamos então de levantar a abordagem que se tem dado à chamada “indeterminação do sujeito”, em língua portuguesa. Iniciamos nosso levantamento bibliográfico para verificar o tratamento da indeterminação do sujeito desde épocas afastadas no tempo. Dentre as gramáticas selecionadas, destacam-se ora as de origem lusitana, ora as de origem brasileira, desde o século XVIII até o século XX.

Desse modo, podemos apresentar a análise de muitos estudiosos renomados da língua portuguesa, tais como Jerônimo Soares Barbosa, com sua *Grammatica Philosophica* (1830); Júlio Ribeiro, com sua *Grammatica Portugueza* (1881); Maximino Maciel, seja com sua *Grammatica Analytica* (1887), seja com sua *Grammatica Descritiva da Língua Portuguesa* (1914); José Oiticica, com seu *Manual de Análise Léxica e Sintática* (1953); Antenor Nascente com *O Idioma Nacional* (1965); Cândido Jucá Filho, com a *Gramática Brasileira do Português Contemporâneo* (1942); Eduardo Carlos Pereira, com a *Gramática Expositiva* (1958); Claudio Brandão, com a *Sintaxe Clássica Portuguesa* (1963); Fausto Barreto e Carlos de Laet, com a *Antologia Nacional* (1920); Alfredo Gomes, com a *Grammatica Portugueza* (1913), entre outros (ver Fernandes, 2008).

Apesar disso, não nos restringimos à análise dos cânones acima, porque há um marco relativamente recente na análise da Língua Portuguesa: a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) (cf. Milanez (1982)). Há uma visão 'pré-60' e uma visão 'pós-60' (subentenda-se 'pré-NGB' e 'pós-NGB'). Para demonstrar essa influência poderosa que a Nomenclatura exerceu em nossas gramáticas, Milanez cita alguns estudiosos do português no Brasil: Pereira, com sua Gramática Expositiva do Português (1940); Silveira Bueno com a Gramática Normativa da Língua Portuguesa (1944); Góis e seu Método de Análise (1947); Jucá Filho, com seu Curso de Português (1954).

Às referências bibliográficas acima, devemos acrescentar outras obras, como por exemplo: João Ribeiro, com sua Grammatica Portugueza para o 3ºAnno (1889); Alfredo Gomes, com sua Grammatica Portugueza (1913); Candido de Figueiredo. Grammatica Sintética Língua Portuguesa (1920); Laudelino Freire, com seus Estudos de Linguagem (1937).

É necessário, para tanto, verificarmos como alguns dos gramáticos da Língua Portuguesa, desde há muito, têm tratado o sujeito e como o classificam. A fim de manter a originalidade do texto, não fizemos as adaptações ortográficas nas citações diretas.

Júlio Ribeiro (1881, p. 199) afirma que o sujeito pode ser simples, composto ou complexo, apontando ainda a possibilidade de o sujeito ser ampliado (1881, p. 199). Veja-se:

O sujeito de uma sentença é simples, composto ou complexo:

1) é *simples* quando consta de um só substantivo, de um pronome ou de um infinito de verbo, ex.: « CESAR *conquistou as Gallias*—EU *sou ignorante*—ERRAR *é proprio do homem* ».

2) é *composto* quando consta de dous ou de mais substantivos, pronomes ou infinitos de verbos, ex. : «CESAR E POMPEU *foram rivaes*—EU E TU *estamos ricos*—COMER E DORMIR *são cousas diversas* ».

3) é *complexo* quando consta de uma clausula substantivo, de uma phrase, on de uma citação qualquer, ex.: « QUE ELLE O DISSE *é certo*— « POR TODA A PARTE » *é uma phrase usada por Luiz de Camões*— O « AMAE-VOS UNS AOS OUTROS » *do Evangelho derribou os templos pagãos* ».

348. Chama-se *sujeito ampliado* o sujeito a que se liga um adjuncto attributivo, ex. : « O *general morreu*—Affonso, REI DE HESPANHA, *casou-se*—A *carta QUE ME ESCREVESTE chegou hoje* ».

O sujeito, si é um infinito de verbo, póde ser ampliado pelo objecto ou por um adjuncto adverbial, ex.: « *Perdoar INJURIAS é dever do sabio*—Brincar COM FOGO *É perigoso*.

Nota-se que as definições de “simples” e de “composto” são bem similares às atuais. Os conceitos de sujeito complexo e de sujeito ampliado não constam mais em nossas gramáticas, visto que a NGB não os contém. São, todavia, interessantes: o sujeito complexo é o que é representado por uma 'cláusula', que, para o autor é sinônimo de oração. Destacamos apenas que ele cita como possível núcleo do sujeito um verbo na forma infinita; sem dúvida,

pode-se dizer que se trata de um sujeito oracional, embora se possa ver que mesmo esse verbo no infinito possui um agente (ou um sujeito) que não se expressa e que se poderia dizer indeterminado. Ainda assim, seria possível dizer que é sujeito complexo, visto que é oracional. Já o sujeito ampliado é o que aparece ligado a adjuntos ou a apostos.

No entanto, não aparece, aí, qualquer menção a um sujeito 'indeterminado', ou mesmo 'inexistente', ao contrário das gramáticas (brasileiras) atuais.

Gomes (1913, p. 320 et seq.) discorre sobre as vozes verbais. O autor afirma (1913, p. 320) que certos verbos não admitem a voz passiva, a saber, “os inativos, os intransitivos e quase todos os transitivos indiretos”. Portanto, a voz passiva se aplica, mais diretamente, aos verbos transitivos diretos. Sucede, entretanto, que ele declina (1913, pp.320-321):

OBSERVAÇÕES. — Ha um processo apassivador applicavel sempre até aos verbos intransitivos ou inactivos na 3.ª pessoa do singular ; é o que se faz com a partícula *se* : *Morre-SE por qualquer motivo. Vive-SE com pouco. No carnaval brinca-SE loucamente.* Esse processo é paralelo ao latino: *VIVITUR parvo bene = vive-SE bem parcamente. Horas sex PUGNATUM EST = pelejou-SE durante seis horas.* São, porém, os verbos transitivos directos que naturalmente admitem voz passiva e por isso sempre é possível mudar a sentença da voz activa em que se ache, para a passiva e viceversa. Basta para tal — converter o objecto da voz activa em sujeito da passiva e o sujeito da activa em adjuncto de causa efficiente regido de *por* ou *de*, na passiva, passando o verbo na passiva para o mesmo tempo e modo da voz activa e regulando-se a pessoa, numero e genero delle pelos do sujeito que se apresentar: *O menino caçou dez passarinhos*, dará na passiva *dez passarinhos foram caçados pelo menino. Eu vi uma cobra*, dará *uma cobra foi vista por mim.* A proposito de voz passiva convém notar que os pronomes *me, te, nos* e *vos* vieram (analogicamente a *se*) a formar a passividade: *Chamas-TE João? Sim, chamo-ME.* Isso quer dizer — És CHAMADO *João? Sim, SOU CHAMADO*, porque o respondente á pergunta não se chama a si próprio *João*, mas *eu*.

É de notar a postura diacrônica do autor, que recorre ao Latim como modelo-padrão para o português. Destacamos que, para Gomes, construções como “morre-se”, “vive-se” e “brinca-se”, classificáveis, atualmente, como 'sujeito indeterminado', por haver verbo intransitivo com o pronome SE, seriam classificadas como produto de um processo apassivador, ou seja, seriam “passivas”.

Essa visão é diametralmente oposta à que considera o pronome SE com verbos em terceira do singular como realizador da estrutura 'sujeito indeterminado'. Na verdade, Gomes elenca tudo como processo apassivador. Ele amplia ainda mais seu raciocínio 'apassivador', ao argumentar que mesmo processos que hoje diríamos 'reflexivos' são passivos (“eu me chamo” *versus* “eu sou chamado”).

O mesmo autor (1913, p.322-323) afirma que há formas de infinitivo ativo que correspondem a passivas. Ele exemplifica com: “Mande fazer isto pelo criado” como sinônimo de “Mande isto ser feito pelo criado”; ou ainda “estas obras foram mandadas

executar pelo ministro passado”, sinônimo de “Mandou o ministro passado serem executadas essas obras”. Em que pese se trate de uma obra escrita há quase um século e milhares de quilômetros, não podemos olvidar a estranheza, para nós, brasileiros do século XXI, de “mandei fazer isto pelo criado”, em vez de “mandei o criado fazer isto” (o que demonstra ser uma estrutura que caiu em desuso). Seria, pois, o caso de averiguar, em trabalhos futuros, se o agente da passiva passou a sujeito, ou se houve uma 'ativização' da forma passiva, bem como se se trata de questão diacrônica e/ou diatópica (Brasil *versus* Portugal).

Continuando nossa pesquisa em Gomes (1913, p.360 et seq.), pudemos notar que há um longo item para pronome SE, o que muito nos interessa.

5. — Pronome se. — Esse pronome, derivado do latim *se*, era empregado nessa lingua, como hoje em portuguez, para indicar a reflexividade ou voz média. No latim popular, porém, o pronome *se* serviu também para formar a voz passiva e o portuguez imitou-o dizendo nas terceiras pessoas: *alugam-SE casas*, isto é, *casas são alugadas*.

6 — Alguns têm querido negar a passividade expressa pela partícula *se*, e considerando-a como pronome indefinido, dão-na como sujeito do verbo sem attenderem a que *se*, fôrma objectiva de pronome que não tem nominativo ou sujeito, não póde servir de sujeito. Demais, a objecção de apparecer *se* junto dos verbos inactivos e intransitivos, difficultando a analyse, não colhe: a mesma voz passiva apparece em latim em casos iguaes : *vive-SE = vivitur* ; *vai-SE = itur*.

7. — As expressões — VIVE-SE *bem em toda a parte, em despeza não SE REPARA* (Mel Bernardes), *assim SE VAI aos astros* e analogas, constituem verdadeiros idiotismos, cuja analyse só se torna possível substituindo artificialmente aquellas phrases idiomaticas por outras equivalentes, que deverão ter por sujeito um substantivo tirado do thema verbal e por verbo o que existe na phrase dada ou um extranho que se lhe adapte. Assim, os exemplos supracitados deverão ser dados á analyse do seguinte modo: A VIDA VIVE-SE OU PASSA-SE *bem em toda a parte; não SE FAZ REPARO em despeza; assim SE REALIZA A IDA aos astros*, etc. Aliás esses — idiotismos portuguezes acham modelo em correspondentes idiotismos latinos, em que o *se* não é apparente, mas existe ás vezes em flexão verbal constituindo a voz passiva : *bene vivitur, sic itur ad astra, circiter meridiem pugnatum est*, etc., correspondentes a *vive-se bem, assim se vai aos astros, pelejouse por volta do meio-dia*. São essas phrases latinas inanalysaveis, como as portuguezas, sem o citado artificio grammatical exposto e ninguem se lembrou em latim de recorrer a um imaginario sujeito *se*, tão absurdo aqui como acolá.

8. — Em francez, inglez e allemão, o caso é outro: o verbo fica no singular. *Diz-SE* em portuguez equivale a *dicitur* (passivo) em latim, a *é dito* por substituição vernácula; mas na expressão franceza *ON dit*, o *on* representa contracção de *homo*; no inglez *ONE says*, *one* é corruptela de *homme*; no allemão *MAN sagt*, *man* é idêntico a *Mann*, homem: de sorte que essas expressões significam — *o homem diz*. O portuguez antigo conservou exactamente o equivalente de *on* nas fôrmas envelhecidas *homem, home, ome, om*, como já vimos: *Dês que HOMEM nasce té que morre...* (Sá de Miranda).

Ainda hoje se empregam como equivalentes

— *um homem, uma pessoa, a gente*.

Notamos, mais uma vez, que Gomes apela para o Latim a fim de justificar sua posição. Todavia, admitamos a validade de seu argumento diacrônico e o analisemos. Para ele, o que há em português é sempre uma voz passiva, facilmente identificável com os verbos transitivos diretos e subentendida (ou melhor, elíptica) com verbos intransitivos ou transitivos indiretos. Acontece que Gomes estrutura toda sua argumentação em torno do fato de que, nas construções portuguesas com SE (um idiotismo, segundo ele), o verbo oscila entre singular e plural, indicando concordância, ao passo que em idiomas outros como alemão, francês e inglês há corruptelas da palavra 'homem' (*man*, *on* e *one*, respectivamente), em que se tem verbo sempre no singular. É essa invariabilidade que não permite se veja nelas voz passiva, enquanto em português a concordância pode ocorrer.

Se admitirmos a validade desse argumento, poderíamos, ainda assim, e talvez mesmo com mais convicção, dizer que há indeterminação do sujeito em português com SE, mesmo com verbo transitivo direto, desde que a manutenção do verbo no singular seja a regra.

É importante verificar se esse argumento de Gomes se faz presente em gramáticas atuais do português. Em caso afirmativo, é preciso analisar se os autores que nesse raciocínio se inspiram atentam para flexão ou não, em número, do verbo que é acompanhado pelo pronome SE.

Note-se, ainda, que Gomes afirma que o português arcaico usava 'homem' e suas corruptelas para designar esse agente indeterminado, a exemplo do alemão *man*, do francês *on* e do inglês *one*. Veja-se que Gomes compara as expressões *um homem*, *uma pessoa*, *a gente*, como “equivalentes”. Isto é, o gramático reconhece que essas expressões realizam um papel que não é o de apassivação, mas, digamos, de indeterminação. Cabe aqui uma dúvida: será que nossas gramáticas atuais têm-se dado conta disso?

Barboza (1830) é outro estudioso a que nos reportamos. Em sua *Grammatica Philosophica* (1830, p. 249 et seq.), o autor analisa a “syntaxe” como parte da gramática que ensina a concordância das palavras e orações, a boa escolha dos adjuntos ou complementos das palavras e a verdadeira colocação das palavras nas proposições e das proposições na frase.

Para Barboza (1830, p. 20), a syntaxe compreenderia a concordância, a subordinação ou regência e a colocação ou ordem. Declina ele que “proposição” é sinônimo de oração, correspondendo ao “enunciado verbal de um juízo” e constando de dois elementos indispensáveis, ou termos: o sujeito e o predicado.

Para Barboza (*idem*), o sujeito pode ser lógico ou gramatical, simples ou composto, complexo ou incompleto. Nas palavras do autor:

Sujeito logico é o que exprime o ser com todos os modificativos que possa ter: O HOMEM QUE É HONESTO merece *a consideração de todos*. Sujeito grammatical é o que exprime o ser desprovido dos modificativos que possa ter. No exemplo supra o sujeito grammatical é somente — HOMEM. Desde que o sujeito grammatical não venha acompanhado de modificativos, confunde-se com o sujeito logico: EU *quero estudar*. Nesse exemplo EU é sujeito logico e grammatical.

Sujeito simples é o que representa um só ser ou uma collecção de seres da mesma especie: A MANGUEIRA *é forte*. Os ANIMAES *têm instinctos mui diversos*.

Sujeito composto é o que representa mais de um ser separadamente: O GATO E O RATO *vivem sempre em guerra aberta*.

Sujeito complexo é o modificado: TU, QUE ÉS BOM ESTUDANTE, *mereces ser aprovado com distincção*.

Sujeito incompleto é o que se apresenta sem modificativos: ELLE *chorou amargamente*. São modificativos do sujeito — um adjectivo, um substantivo apposto ou regido de preposição, uma clausula inteira de infinitivo ou uma oração ligada por connectivo relativo ou conjuncção integrante: *CAPAZ dos mais sublimes actos de altruísmo*, ESTE HOMEM, FILHO *de pais pobres* e A QUEM NUNCA SORRIU A FORTUNA, *se sacrificou pelos seus e pela Patria*.

A opposição entre sujeito lógico e sujeito gramatical é o que hoje chamaríamos de opposição entre núcleo do sujeito e sujeito. As noções de simples e de composto permanecem similares; a noção de complexo e de incompleto não mais subsiste nas gramáticas brasileiras. Note-se, ainda, a ausência de menção a um sujeito indeterminado ou inexistente ou ainda oração sem sujeito na classificação.

Ribeiro (1881, pp. 233-234), em sua *Grammatica Portugueza*, faz análise da voz passiva em português. Um de seus comentários muito nos chamou a atenção, pois se refere ao pronome SE, como “mera partícula apassivadora”. Vejamos:

479. Nas phrases de sentido geral, quando não é necessario pôr claro o agente, apassivam-se verbos nas terceiras pessoas do singular e do plural por meio do pronome *se*, considerado então como MERA PARTICULA APASSIVADORA, ex.: « *Queima-se o campo—Concertam-se relogios* ». Grande debate tem suscitado esta particula *se* entre os grammaticos portuguezes: a ultima palavra sobre a questão foi dita pelo eminente linguista, sr. Aldolpho Coelho (2), que, estribado nas doudas investigações dos mestres allemães, elucidou-a cabalmente, filiando este processo portuguez de conjugação no puro processo latino. Cumpre todavia notar que por meio de *se* só se apassivam verbos cuja acção não possa neste caso ser exercida pelo sujeito. E a razão é que, podendo o sujeito exercer a acção, dar-se-ia ambiguidade de sentido: com efeito « *O homem feriu-se* » não é o mesmo que « *O homem foi ferido* », porque o homem poderia ter-se ferido a si proprio. Em « *Concertam-se relogios* » não se dá ambiguidade; tal phrase equivale exactamente a « *Relogios são concertados* », porquanto relogios não podem concertar-se a si proprios.

No excerto acima, identificamos um comentário bem próximo do que hoje podemos chamar de indeterminação do sujeito: “quando não é necessário pôr claro o agente, apassivam-se verbos nas terceiras pessoas do singular e do plural, por meio do pronome SE”. Mesmo não falando em ‘indeterminação do sujeito’, Ribeiro analisa esse fenômeno como uma espécie de apagamento do agente, o que é verdadeiro. Note-se ainda que Ribeiro coloca esse

tipo de construção passiva como forma de apagar a identidade do agente. Dentro das gramáticas que pesquisamos, Ribeiro é um dos que mais avança no que hoje chamamos de indeterminação do sujeito.

Note-se que Ribeiro aponta que, nesses casos, o sujeito pode exercer a ação, o que muito nos lembra da necessidade de o verbo ser transitivo direto, para que haja a suposta ‘voz passiva sintética’. Interessa, ainda, perceber, a grande importância que se dava à época aos estudos histórico-comparativos da linguagem. Note-se mesmo um tom otimista em “elucidou-a cabalmente”, então comum, em que se julgava já se ter conhecimento de todas as leis da natureza, a partir da mecânica newtoniana.

Júlio Ribeiro (1881, p. 234) continua a analisar o ‘apagamento’ da identidade do agente, agora com os infinitivos. Mais uma vez, o autor aponta que esse apagamento se constrói a partir de estruturas passivas. Observe-se:

480. O infinito dos verbos transitivos póde em certos casos exprimir um sentido absolutamente passivo, de modo que a palavra que representa o agente desse infinito póde ser posta em relação adverbial por meio da preposição *por*. Isto tem lugar:

1) com o infinito simples depois dos verbos *deixar, fazer, ouvir, ver*, ex.: « *Deixei comer o toucinho pelo gato— Fizemol-os carregar pela cavallaria—Ouvi-o louvar por todos— Vi-o derribar por Pedro* ».

2) com o infinito acompanhado de preposição

a) depois dos verbos *estar, ser, levar, trazer*, ex.: « *A carta está por escrever—E' para admirar que elle não queira ir—Leva pão para comer—Trazte agua para beber* ».

b) quando depende de adjectivos descriptivos que indicam aptidão em maior ou em menor grau, taes como *agradavel, bello, bom, digno, difficil, duro, facil, mau, ruim*, etc., ex.: « *Cousa agradavel de ver— Peixe bom para comer—Osso duro de roer—Massa facil de corromper* ».

Este último excerto de Ribeiro reafirma a relação com o apagamento do agente – voz passiva. Além disso, o autor apresenta construções, um tanto ou quanto incomuns, para os dias de hoje, como “Deixei comer o toucinho pelo gato”, “Ouvi-o louvar por todos”, que seriam, respectivamente, se consideradas passivas, sinônimas das seguintes construções mais ‘naturais’: “deixei o toucinho ser comido pelo gato” e “ouvi-o ser louvado por todos”. Hipoteticamente, poder-se-ia dizer, os exemplos citados por Ribeiro tenderiam a ser construídos atualmente na forma ativa “Deixei o gato comer o toucinho”, “ouvi-o louvar a todos” (mudança de sentido). Devemos, pois, verificar essa hipótese. Caso se confirme, mostrará a tendência de apontar um sujeito agente, não paciente, o que nos levaria à indeterminação do agente (dentro da qual costuma ocorrer a indeterminação do sujeito).

Os exemplos do item 2, da citação de Ribeiro, mostram construções que causam polêmica, atualmente: “osso duro de roer”, “É para admirar que...”, construídas, muitas vezes

como “osso duro de se roer”, “É para se admirar que...”. Todavia, a presença ou ausência do SE, motivo de disputa normativa, não anula o fato da língua, já notado por Ribeiro no século XIX: nesses infinitivos, há um apagamento da identidade do agente.

Ainda em Júlio Ribeiro (1881, pp. 286- 291), encontramos um anexo intitulado de “Diatrise sobre a maneira latina e românica de exprimir em abstrato a pluralidade indeterminada do agente de um verbo”. Novamente, notamos o quanto Ribeiro se debruça sobre esse tema, a ponto de lhe reservar um anexo em sua obra.

Ao longo desse anexo, Ribeiro mostrará, novamente, a necessidade de recorrer a uma análise histórico-comparativa para chegar a uma “solução cabal”, verdadeira. Veja-se:

Os factos de uma lingua qualquer só podem ser cabalmente elucidados pelo estudo historico comparativo da grammatica dessa lingua. As explicações metaphysicas, mais ou menos subtis, mais ou menos engenhosas, nunca satisfazem. Os meios que emprega o Latim, que empregam as linguas românicas para indicar de modo abstracto a pluralidade indeterminada do agente de um verbo, têm servido do thema a milhares de divagações tão prolixas quanto abstrusas, tão requintadas quanto estereis. Analysar esses meios á luz do estudo historico comparativo das

grammaticas romanicas e da latina, eis o fim que levo em vista. E não me apresento como exhibindo novidades: sigo apenas os passos dos srs. C. Waldbach e Adolpho Coelho, de Diez e Bopp, de todos os mestres de philologia e linguistica.(...) (RIBEIRO, 1881, p.286).

O autor fala em “pluralidade indeterminada do agente de um verbo”, termo perfeitamente inteligível e adequado. Note-se que ele fala em pluralidade indeterminada, associando ao conceito de indeterminação o conceito de pluralização, ou seja, mesmo em se tratando de um agente único, podemos ‘apagá-lo’ pondo o verbo no plural. Júlio Ribeiro (1881, pp.286-287) começa sua explanação apontando que Baixo Latim e as línguas românicas realizavam essa indeterminação dando o sujeito HOMO ao verbo. Assim, temos os seguintes exemplos, em várias línguas, dados pelo próprio autor:

BAIXO LATIM. *Ut inter tabulas adspicere homo non posset. Sie debet (debet) homo considerare.*

ITALIANO. *Com' uom fa dell' orribili cose . Com' uom dice.*

HESPAÑHOL. *No puede hombre conocer . Es razon que ome guarde mucho aquello .*

PORTUGUEZ. *O que homem traz na phantazia). Segredos que homem não conhece.*

FRANCEZ. *On dit. On croit.*

VALAQUIO. *De este omul betey.*

O autor cita que, já à época (1881), só o francês conservava, dentre as línguas românicas essa corruptela da palavra HOMO. Em português, Ribeiro (idem, p. 287) diz que o uso da palavra GENTE é análogo ao uso do antigo ‘homem’: “Quando *a gente* tem tutor ou padrinho.”. Portanto, essa construção já era abordada como de agente (e não sujeito) indeterminado.

Júlio Ribeiro (idem, ibidem) volta ao pronome SE, considerando-o mera partícula apassivadora, quando realiza a “pluralidade indeterminada do agente de um verbo”. Basicamente, o autor retoma o que dissera alhures, citando exemplos de línguas diversas em que há construção semelhante, de mesma origem no latim. No português, pode haver expressão pessoal (apenas com verbos transitivos, o que se vê no exemplo C a seguir) ou expressão impessoal (verbos transitivos – exemplo A – ou intransitivos – exemplo B). Eis os exemplos, para o português: (A) expressão impessoal com verbos transitivos: diz-se, crê-se, sabe-se; (B) expressão impessoal com verbos intransitivos: vai-se, vem-se, vive-se; (C) expressão pessoal – apenas se dá com verbos transitivos, concordando o verbo, em número com o sujeito: Dá-se um baile, plantam-se árvores.

Em (A) e em (B) reconhecemos os atuais casos de indeterminação do sujeito; em (C), da chamada voz passiva sintética. Note-se que Ribeiro chama de impessoais os processos que hoje se chamam de indeterminados. Tal postura será vista em gramáticos brasileiros ‘pré-60’, consoante veremos adiante.

Barboza (1830, p. 372) inicia suas reflexões acerca da concordância em Língua Portuguesa. Cita ele a sintaxe de concordância regular, cujo primeiro ‘parágrafo’ é concordância entre os termos da proposição. Em sua regra II desse primeiro ‘parágrafo’ diz que todo verbo da proposição concorda em número e em pessoa com o sujeito da mesma, claro ou oculto (...) “Os pronomes pessoais entendem-se sempre quando se põem sem eles como em *amo, amas, ama, amamos*; e nos verbos impessoais *vive-se, chove, neva*, entende-se-lhes de fora o sujeito”. Notamos aí postura que será retomada por Ribeiro (1881), como já vimos: ‘vive-se’, que hoje é considerado um caso de sujeito indeterminado é, em Barboza (1830), também, um caso de impessoalidade, estando o sujeito “de fora”.

Fausto Barreto e Carlos de Laet (1921) limitam-se a afirmar que sujeito e predicado são termos essenciais, sendo o sujeito o ser sobre o qual se declara algo, ao passo que o predicado é o que se declara acerca do sujeito.

João Ribeiro (1889, p. 217 et seq.) afirma que o sujeito pode ser simples composto ou complexo. Ele também tece considerações acerca do pronome SE. Para ele o pronome SE participa das estruturas médio-passivas, hoje chamadas de voz passivas sintéticas (“fizeram-se casas”, “preparou-se a terra”, “escreviam-se cartas”). O autor também dá como origem dessa construção as heranças do Latim, citando também que, em tempos passados, se exprimia o complemento causal (o que hoje se chamaria de agente da passiva) com o pronome SE: “as cartas escreveram-se por ele”.

Porém, uma das maiores contribuições de Ribeiro (1889) é sua hipótese para o uso que chamaríamos atualmente de indeterminado das construções com SE:

Por influencia da liugua franceza, pela analogia ideologica que existe entre *on dit* e *diz-se*, a syntaxe franceza introduziu-se na lingua e houve escriptores que empregaram a syntaxe: *Diz-se cousas* (Dizem-se cousas).

Os defensores desse gallicismo syntactico procuram explicar a dificuldade considerando como sujeito o pronome *se*. Esta explicação violenta contraria a historia da língua em todos os seus periodos e até ao latim onde o *se*, caso obliquo, não poderia ser sujeito do verbo finito.

No francez: *on dit*, o vocabulo *on* (*homo*) é um nominativo e pôde ser, como é effectivamente, o sujeito. Semelhante doutrina, porém, não pôde ser applicada á lingua portugueza. (Ribeiro, 1889, p.268)²

Conforme se percebe, João Ribeiro (1889) seria um adversário de Said Ali (2008³) que defendia a teoria do SE sujeito, e de Maciel (1926), que veremos adiante. Além disso, João Ribeiro diz que a construção “diz-se cousas” é um vício de linguagem (estrangeirismo, ou mais especificamente, galicismo). Note-se que ele não menciona o caso da expressão GENTE, similar ao ON francês, ao contrário de Júlio Ribeiro (1881).

Figueiredo (1920, p. 99) aponta que o pronome SE é um dos mecanismos de se realizar a forma passiva do verbo em português. Além disso, (idem, p. 146), afirma que sujeito é aquele ou aquilo a que se atribui o que o verbo significa. Não declina o autor qualquer classificação do sujeito que nos possa interessar neste trabalho.

Maciel (1926, p. 285 et seq.) assevera que o sujeito pode ser simples, composto, complexo ou proposicional, podendo os sujeitos simples ou compostos ser ampliados. Os conceitos de simples e de composto não divergem significativamente os atuais. O conceito de sujeito complexo se refere ao sujeito constituído por expressão ou citação qualquer substantivada, como em “Parece-me que *ouvir a leitura dos anais do teu illustre reinado* te alivia e revoca à vida” (Maciel, 1926, p. 286). O sujeito proposicional é, basicamente, aquele composto por uma ‘proposição’, isto é, uma oração.

Maciel (idem, p. 327 et seq.) inicia a abordagem do “pronome SE”. Ele menciona a possibilidade de uma passiva pronominal (idem, p.328) com os seguintes casos: com sujeito

² Na 32ª edição de 1932, João Ribeiro reconsidera essa posição contundente. Além de retirar a expressão “explicação violenta”, afirma que a não concordância “não é destituída de sentido”, chegando mesmo a citar Said Ali como referência válida. Mantivemos, contudo, a edição mais remota de modo a opor as distintas formas de compreender a questão.

³ A 1ª edição é de 1908.

inanimado que não possa exercer a ação (“mil práticas alegres se trocavam”), sempre que o sujeito, mesmo que animado, não possa exercer a ação (“vejam-se as tribos da América do Norte”), sempre que o sujeito for um infinitivo, um pronome demonstrativo ou uma palavra substantivada (respectivamente, “só a Deus se deve amar”, “isto se pode ver muito claramente” e “nem a Deus se podem perguntar os porquês”), sempre que o sujeito for proposicional, isto é, oracional (“sente-se que Vieira tinha os olhos nos seus ouvintes”).

No entanto, dos autores até aqui pesquisados, ele é o único que cita textualmente a classificação “sujeito indeterminado” (idem, p.329). A indeterminação do sujeito, para ele, ocorreria quando haja expressão de indeterminação sem qualquer palavra na frase que possa ocupar a posição de sujeito (“escreve-se da maneira que se lê e assim se fala”), ou quando o verbo for de predicação completa (intransitivo) ou transitivo indireto. A posição de Maciel é mais conforme a atual, não só quanto à classificação sujeito indeterminado, quanto à passiva sintética, bem como quanto a relação de ambos com a transitividade verbal.

Porém, a posição de Maciel que mais chama a atenção, indo de encontro à de João Ribeiro (1889), é a admissão do SE como possível sujeito da oração, apelando para a individualidade sintática da língua, pouco importando as origens do SE. Nota-se nesse caso uma eventual influência da linguística sincrônica de Saussure, em detrimento de aspectos diacrônicos. Maciel condena os professores que, sem fundamento, criticam a classificação do SE como sujeito, pois estes ignorariam que a gramática é o registro dos fatos da língua (daí ser a sua uma gramática descritiva). Além disso, Maciel diz que o SE é um pronome monossilábico que realiza a indeterminação do sujeito, a exemplo do ON francês.

Freire (1937, pp. 8-11) limita-se a apresentar um padrão normativo para a flexão verbal, na presença do pronome SE. O autor chama de impessoais as construções com verbo intransitivo ou transitivo indireto; já com o objeto direto, tem-se a voz passiva pronominal. Predomina, em seu trabalho, um viés predominantemente didático-normativo.

Não só Freire (1937) vê impessoalidade nas construções em que após a NGB se vê sujeito indeterminado. Pereira (1940) diz mais explicitamente que “Chama-se em gramática ‘sujeito indeterminado’ o sujeito dos verbos impessoais”, que são os verbos que “exprimem fatos sem referência à pessoas de sujeitos determinados”. Para Pereira os verbos impessoais podem ser essenciais (por exemplo, os que indicam fenômenos da natureza) ou eventuais (verbos pessoais eventualmente impessoalizados). Dentre os eventualmente impessoalizados, declina ele que há os da forma ativa “dizem que é tarde”, “faz três anos” e os da forma passiva “passeia-se, come-se, teme-se”. É de notar que um caso de indeterminação do sujeito

pela terceira do plural seja classificado com impessoal. Na verdade, o autor não distingue indeterminação de impessoalidade, ao contrário do que fez a NGB.

Silveira Bueno (1944, p.295) também não distingue indeterminação de impessoalidade, colocando como exemplo de impessoalidade (para ele, quando o sujeito sintaticamente não existe) a própria voz passiva pronominal e a indeterminação com a terceira do plural. Tal opinião é compartilhada por Góis (1947, p.84).

Souza Lima (1945) afirma que um verbo é impessoal quando não tem sujeito determinado. Eis os exemplos por ele declinados: “Era uma noite fria; chove; mataram o rei; batem à porta; fala-se de política”. Notamos aí, mais uma vez, uma confusão entre os atuais conceitos de impessoalidade (oração sem sujeito) e de indeterminação do sujeito. Segundo Milanez, Jucá Filho (1954) compartilha da mesma visão.

Após esta consulta inicial, pudemos verificar que os gramáticos portugueses consultados não se referiram a ‘sujeito indeterminado’ (talvez porque as obras portuguesas consultadas, além de poucas, eram muito antigas). O conceito de indeterminação do sujeito foi encontrado, em nossa amostragem, nas gramáticas brasileiras a partir do século XX.

Notamos também, como salientado por Milanez (1982), que nas décadas que antecederam ao advento da NGB havia muita confusão entre impessoalidade e indeterminação, embora essa confusão não fosse dominante (ver Maciel, por exemplo). Esse é um aspecto no qual se pode dizer, sem dúvida, que a Nomenclatura serviu para padronizar a classificação oficial e para aprofundar a visão sobre esses fatos da língua.

Notemos, porém, que os mestres gramaticais pré-NGB já intuía, ao mesclar os conceitos de impessoalidade e de indeterminação, que essas estruturas da língua portuguesa possuíam um traço em comum: a ausência do sujeito. Esse fato é tão nítido que a própria comissão da NGB só considerou indeterminados os sujeitos não plenos.

1.2 Levantamento bibliográfico pós-NGB

Vejam agora como o conceito de sujeito indeterminado sói aparecer nas principais gramáticas de língua portuguesa do Brasil. Outrossim, faremos breve comentário acerca da classificação sujeito indeterminado na NGB.

Dizemos 'sincrônica' desta abordagem, diferenciando-a da anterior ('diacrônica'). Tal distinção tem como marco a NGB. Consideraremos 'sincrônicos', ou seja, 'atuais' os gramáticos pós-NGB; diacrônicos, os pré-NGB.

A classificação “sujeito indeterminado”, para a maioria dos gramáticos, é de ordem predominantemente sintática, o que encontra respaldo na própria NGB, a qual apresenta a classificação do sujeito como item exclusivamente sintático (aliás, a NGB não cita a palavra 'semântica'). Desta sorte, se observarmos as principais posições a respeito, notaremos: (1) quase sempre se faz referência à forma verbal conjugada na 3.^a pessoa do plural sem referência ao pronome pessoal (eles) ou (2) verbo intransitivo ou transitivo indireto na 3.^a pessoa do singular acompanhado do índice de indeterminação do sujeito (“se”). Igualmente, sempre se aproveita a oportunidade para se fazer referência à passiva sintética (verbo transitivo direto acompanhado da partícula apassivadora “se”).

Antes de discutirmos a polêmica passiva sintética *versus* sujeito indeterminado, atenhamo-nos mais ao próprio conceito de sujeito indeterminado. Quase todos os autores desprezam o fator **semântico** na questão do sujeito indeterminado. Uma importante exceção é Macedo (1991), que exprime: “A grande dificuldade é que a noção de sujeito propriamente dita é, por sua natureza, semântica. [...] A noção de simples é estrutural, a noção de indeterminado é semântica”. Macedo vai mais longe ao dizer que a própria noção de sujeito é semântica. Claro também que a indeterminação possa se manifestar através do nível morfossintático, mas isso é, segundo ele, apenas uma consequência de outro fenômeno, que é semântico. Para o autor, ao contrário de nossa posição, é a indeterminação (aspecto semântico) que leva o verbo para a terceira pessoa do plural (sem referência a qualquer pessoa citada alhures) ou que lhe “acopla” a partícula (pronome) “se” (aspectos morfossintáticos); não é a flexão verbal na terceira pessoa do plural (sem menção a pessoa citada alhures) ou a partícula “se” junto ao verbo intransitivo ou transitivo indireto (e também com o transitivo direto, conforme veremos adiante) –fenômenos morfossintáticos – que tornam o sujeito indeterminado, apenas expressam a indeterminação (plano semântico) através do plano morfossintático.

Uma observação que cabe fazer é que Macedo (1991) vê a indeterminação apenas como questão semântica e não como questão semântico-estrutural. “Não se trata de um enfoque semântico-estrutural, como seria de desejar. Trata-se de um enfoque num caso semântico e noutra estrutural”, afirma ele em referência à classificação do sujeito, como visto alhures.

Ainda em relação a Macedo (1991), é importante destacar que, para ele, a indeterminação se pode expressar não só pela terceira do plural ou pela partícula ‘se’, mas também pelo uso de pronomes indefinidos no sujeito. Desta forma, uma frase como *alguém chegou*, tem sujeito indeterminado. Outra visão, porém, mais arrojada ainda, é trazida por ele ao afirmara haver “graus de indeterminação”. Isso significa que não só os pronomes indefinidos indeterminam o sujeito, mas também “um substantivo comum que, por ser comum tem maior extensão que compreensão, assume, sob certo aspecto, um grau de indeterminação”. As diversas reflexões de Macedo ampliam a visão sobre o sujeito indeterminado; ao dizer *a gente paga os impostos então tem serviços públicos de qualidade*, *Eu vou lá, faço o meu trabalho e não sou recompensado*, *O pessoal vê as cenas de violência e não fica com medo*, **podem segundo esse critério expressar sujeitos indeterminados, com diferentes graus de indeterminação**. Ideias semelhantes se podem observar também em outros autores como Resende (2004), Neves (2000), Hawad (2002) Rodrigues (2004), os quais citam unanimemente o exemplo de *você*, quando usado em referência genérica, na língua falada, como sujeito indeterminado.

Nada obstante, a opinião de Macedo, ainda que com pontos de contato com outros autores, é antes exceção que regra, no que tange a indeterminação do sujeito pelos indefinidos ou substantivos genéricos (pessoal, a gente, o cara, eu, etc.). Crítica à sua posição de ver indeterminação através dos pronomes indefinidos se pode observar num grande cânone da nossa linguística: Câmara Jr, (1986).

Aqui se tem uma controvérsia entre Câmara Jr e Macedo. Este afirma que “no que tange ao sujeito indeterminado há discordâncias [...] porque na visão semântica entra uma parcela de subjetivismo que não pode ocorrer num enfoque estrutural” (Macedo, 1991). Ainda que Câmara Jr distinga indiferenciado (indeterminado) de indefinido, não deixa de reconhecer que não são sujeitos “nítidos”; logo, algum grau de indeterminação /indefinição existe.

Câmara Jr. (idem) faz ainda uma importante referência (ainda que histórica) sobre a indeterminação do sujeito em português arcaico através do pronome indefinido “homem”, a exemplo do que atualmente ocorre em outras línguas, como o alemão (através do pronome

man) e o francês (através do pronome *on*). Ele cita o seguinte exemplo: “*ca naquel logar homem ouvir falar de pescado maior*”.

Outra visão que trazemos é a de Kury (1997), segundo a qual o sujeito indeterminado é oriundo da impossibilidade ou do desinteresse em expressar o sujeito da oração. Ele cita os dois recursos tradicionalmente aceitos para caracterizar o sujeito indeterminado (verbo na terceira pessoa do plural, ou ainda na terceira do singular com o pronome “se”). No entanto faz referência a “autores que apontam como caso de sujeito indeterminado o que é constituído materialmente por pronomes indefinidos”, referindo-se a Gladstone Chaves de Mello. Não obstante, Kury diz tratar-se de “análise antes lógica do que sintática”, deixando explícita sua preferência exclusiva pelos aspectos sintáticos, isto é, estruturais, e não pelos aspectos semânticos. Kury prende-se, nesse ponto, à visão de Câmara Jr., citando-o para justificar que os pronomes indefinidos não caracterizam sujeito indeterminado, porém sujeitos indefinidos, por “não esclarecerem quanto à identidade do agente”. Assim, como Câmara Jr., observa que, nesses casos, o sujeito é nítido sintaticamente, mas não semanticamente; como a estrutura é o fundamental em sua consideração, não vê indeterminação do sujeito. Kury reflete, ainda, sobre a questão da indeterminação do sujeito com o pronome “se”, citando autores que veem caso de sujeito inexistente, opinião da qual não compartilha, pelo menos didaticamente.

Ribeiro (2006), ao referir-se ao sujeito indeterminado, assume também de forma explícita sua preferência pela análise sintática (estrutural), não levando em conta os aspectos semânticos. Ele chega a citar a ideia de que os pronomes indefinidos caracterizariam sujeito indeterminado, refutando-a com o argumento de que seriam sujeitos indefinidos, e não indeterminados. Ribeiro afirma que, de acordo com uma visão semântica, ter-se-ia de admitir como de sujeito indeterminado orações como “*um desconhecido entrou aqui*”. Do mesmo modo, traz uma importante contribuição ao dizer (1995, p. 240) que o infinitivo impessoal indetermina o sujeito (visão contrária a de Câmara Jr., que considera, aí, impessoalidade), pois é usado de maneira vaga, geral, indeterminada, não se sabendo (e, pois, não se podendo expressar) quem é o sujeito.

Lima (1959) também afirma a ideia de análise estrutural e não semântica do sujeito indeterminado, uma vez que em havendo sintagma nominal explícito (ou implícito) na função de sujeito ele é determinado. Além disso, ele faz menção à inexistência de sujeito em certas orações, em oposição ao sujeito indeterminado. Define que a inexistência do sujeito se dá quando se refere ao processo verbal em si mesmo, ao passo que a indeterminação se deve ao desejo ou à necessidade de ocultar o sujeito.

Henriques (2011a, p. 32) menciona os processos de indeterminação do sujeito pelo verbo na terceira pessoa do plural ou na terceira do singular com a partícula “se”. Menciona também a posição de Macedo (1991), relativa à indeterminação do sujeito por pronomes indefinidos (por exemplo, alguém morreu); entretanto, discorda da posição de Macedo (que a classifica como oração de sujeito simples e indeterminado), por julgar esta classificação composta por duas denominações mutuamente excludentes.

Macambira (1987) defende que há indeterminação do sujeito em orações com verbo na terceira pessoa do plural com significação indefinida e em verbos na terceira pessoa do singular juntos da partícula “se”, desde que não transitivos diretos. Por significação indefinida Macambira entende as formas verbais de terceira pessoa com as quais seja *impossível expandir o verbo mediante ele-ela-eles-elas*. Tal observação o leva a considerar que não há diferenças significativas entre sujeito impessoal e indeterminado: uma vez que haja sujeito indeterminado na oração, o verbo não poderia “expandir-se” para as formas pronominais “ele-eles”, ou seja, não se cogita falar em pronomes sujeitos, o sujeito é impessoal. Ainda de acordo com este autor, orações do tipo “eles estão roubando muito carro por aí” não possuem sujeito indeterminado, ainda que esse “eles” não represente ninguém determinadamente, ou seja, faça referência genérica.

Sua ideia é que o sujeito indeterminado é um sujeito inexistente, correspondendo à oração impessoal. Ressalta, igualmente, que só cabe diferenciar indeterminado de inexistente em razão da nomenclatura vigente, a saber, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Entretanto, Macambira considera que uma oração como “eles estão roubando muito carro na Pavuna” é de sujeito determinado, uma vez que há um sujeito exposto, determinado (se não há impessoalidade, não há indeterminação). Pensamento contrário já vimos em Neves (2000), que considera que, se “eles” estiver sendo usado em referência genérica, caracteriza sujeito indeterminado. A proposta de Macambira, tornando indissociáveis os conceitos de inexistente e de indeterminado, limita a análise dos processos de indeterminação, visto que desconsidera a existência dos papéis temáticos exercidos pelo sujeito, destacando-se na indeterminação do sujeito o traço [+HUMANO], incompatível com a impessoalidade que se pode deduzir de ‘sujeito inexistente’. Prende a indeterminação (que é semântica) a um critério sintático (a inexistência de um sujeito gramatical).

Posição contrária encontraremos em Neves (2000), que, em sua *Gramática de usos do português*, define sujeito indeterminado como aquele que faz referência genérica, ou seja, que tem uma extensão não fixa, não determinada. Ela diferencia indeterminado de indefinido, chamando de indefinido o que é não particularizado. Desta sorte, não considera o sujeito cujo

núcleo seja pronome indefinido como indeterminado, o que vai ao encontro do proposto por Milanez (1982). Não obstante, considera como “*expressões de referência genérica*”, isto é, constituintes de sujeito indeterminado, os pronomes de tratamento, quando não se referindo à pessoa do discurso, mas quando em referência genérica.

Neves, em sua análise, vai ao encontro de Macedo (1991), ao referir-se a graus de indeterminação; ela considera como de sujeito maximamente indeterminado as construções que possam abranger todas as pessoas do discurso, e de caráter parcialmente indeterminado as que apenas abrangem algumas pessoas do discurso. Desta sorte, ela traz os seguintes pronomes de tratamento como maximamente indeterminados: *você, eu, a gente*, bem como as estruturas com verbos transitivos indiretos ou intransitivos conjugados na terceira pessoa do singular acompanhados da partícula “se”. Como parcialmente indeterminados, os pronomes *nós* e *vós*, pois se referem respectivamente à primeira e à segunda pessoas do plural, excluindo as demais.

Um detalhe assaz importante é que Neves considera que há sujeito indeterminado em orações do tipo: *se você deixar a casa aberta, eles vão lá e roubam; a gente tem muitos problemas sociais; eu pago impostos, eu cumpro meus deveres*, mas não *eu recebo meus direitos* (quando em referência genérica) [exemplos meus]. Segundo ela, estas várias formas de indeterminação do sujeito são muito correntes na linguagem coloquial. Observemos as justificativas de Neves para cada um dos exemplos acima.

O pronome *você*, embora se refira a segunda pessoa do discurso, pode ocorrer em referenciação indeterminada, pois “você” significa, nesse caso, “qualquer pessoa, inclusive você, interlocutor”. O uso indeterminado do pronome “eu” chama a atenção pois é um pronome altamente determinado, referindo-se à primeira pessoa do discurso. Neves explica esse uso como uma forma de o falante se colocar como sujeito de enunciado que possa ser aplicado a qualquer pessoa. Esse recurso da linguagem, por ela observado, muito nos interessa, pois o falante se considera como sujeito do que é genérico, o que pode ser importante para uma análise discursiva ou estilística desse mecanismo de referenciação indeterminada.

O uso do pronome da terceira pessoa do plural (*eles*) é trazido por ela como o recurso de indeterminação mais citado. Observe-se que ela também faz menção à forma verbal conjugada na terceira pessoa do plural, sem menção ao pronome, a exemplo das gramáticas tradicionais. Porém, ela cita o próprio pronome “eles”, sintaticamente determinado, em referência genérica como sujeito indeterminado. Uma observação que faz a respeito desse recurso de indeterminação é que é uma indeterminação parcial, pois como já dito, exclui,

segundo ela, as demais pessoas do discurso. O uso da forma pronominal “nós” também se enquadra na categoria de parcialmente indeterminado, porque, diz ela, há uma referência determinada, porque o falante “eu” já está incluso. A despeito de trabalharmos com *corpus* distinto, discordamos da afirmação que o uso de P6 seja o mecanismo mais produtivo de referenciação indeterminada no português, conforme mostraremos adiante.

Neves cita ainda o uso de “a gente” como pronome de tratamento na linguagem coloquial, com possibilidade de ser usado em referência genérica, ou seja, na indeterminação do sujeito, referindo-se a todas as pessoas do discurso; no entanto, não é maximamente indeterminada, pois deixa implícito o envolvimento do falante ‘eu’.

Maximamente indeterminadas seriam, segundo a autora, as construções com verbo (intransitivo ou transitivo indireto) na terceira pessoa do singular acompanhados da partícula “se”, pois se podem referir a todas as pessoas do discurso, sem, no entanto, deixarem determinado o envolvimento de determinada pessoa, a exemplo da inclusão do falante (“eu”), nos exemplos acima. Neves, entretanto, defende a noção de que com verbos transitivos diretos, a companhia da partícula “se” indica voz passiva sintética, no que está em conformidade com as análises tradicionais. Outro recurso de indeterminação que ela cita, mais comum no registro popular, é o uso do verbo conjugado na terceira pessoa do singular, sem a partícula “se”, como neste exemplo que ela dá: “*Lá tira título de eleitor*”, o que, num registro culto, seria “*lá se tira título de eleitor*”. Ao contrário de Câmara Jr., ela não vê aí impessoalidade, mas sim indeterminação do sujeito.

Observamos, entretanto, que, a nosso ver, no maior grau de indeterminação, não pode faltar espaço para verbos no infinitivo em referenciação indeterminada.

Outro recurso de indeterminação do sujeito que Neves traz é o uso de sintagmas nominais, cujo núcleo é um substantivo, como por exemplo, o sintagma “a pessoa”, o qual não figura apenas em registro popular, mas também em textos escritos. Ressalta, também, que se pode combinar o uso de sintagmas nominais com o de pronomes, ambos em referência genérica, para indeterminar o sujeito, como no exemplo: “*Você tem de chegar cuidadoso, ver sem ser visto; a pessoa não pode descobri-lo*”. Trata-se da **coocorrência** de processos de indeterminação.

Embora, no que tange a questão da passiva sintética, Neves repita o discurso tradicional, nota-se que nas suas análises há uma forte ruptura com o esquema tradicional de classificação do sujeito, uma vez que considera sujeito indeterminado aquele que é expresso formalmente na oração através de um pronome de tratamento. Basta que recordemos a posição de Henriques (2011a, p.32), que considera mutuamente exclusivas as classificações

simples e indeterminado para o sujeito, ou seja, o sujeito formalmente (sintaticamente) expresso não poderia ser indeterminado.

Cabe ressaltar que o critério de Neves baseia-se no **uso** da língua escrita e não da oral, o que ela faz questão de ressaltar na Introdução da sua *Gramática de Usos do Português*. Naturalmente, há registros do nível informal da linguagem, popular da linguagem, mas também há em seu *corpus* obras literárias modernas, jornais, entre outros. Como observado acima, em nosso *corpus*, pudemos encontrar exemplos que ratificam algumas das proposições de Neves e exemplos que vão de encontro a outras proposições.

Maia (1997, p.56-60), estudando as análises de Said Ali sobre a língua portuguesa, cita que o grande filólogo admite duas classificações para o sujeito: sujeito definido e sujeito indefinido, e que para classificá-lo, devem-se considerar aspectos semânticos e sintáticos. Portanto, Said Ali propõe a existência de um sujeito sintático e de um sujeito semântico. O sujeito definido seria aquele em que se pode identificar a presença de um nome ou pronome ocupando a posição de sujeito. O sujeito indefinido corresponde ao tradicional sujeito indeterminado. Nada obstante, a classificação de sujeito indefinido não coincide perfeitamente com a tradicional de sujeito indeterminado. Said Ali considera sujeito indefinido (indeterminado) não só as construções com verbo na terceira pessoa do plural (em referência genérica) ou com verbo transitivo indireto ou intransitivo acompanhados da partícula “se”. Ele considera que os verbos transitivos diretos acompanhados da partícula “se” constituem sujeito indeterminado (e não voz passiva sintética, como veremos adiante). Da mesma forma, considera que pronomes indefinidos possam indeterminar o sujeito (“alguém chegou”). Nesse caso, embora haja pronome ao qual o sujeito se refira (alguém), Said Ali classifica o sujeito como indeterminado (indefinido) do ponto de vista semântico; isto é, o sujeito semântico é indeterminado (indefinido), ao passo que o sujeito sintático é determinado. Mas Ali prioriza o aspecto semântico. Ainda segundo ele, “qualquer análise que privilegie a forma com prejuízo da significação é absurdo e quando os dois planos de análise não puderem se fundir devem ao menos correr paralelamente” (cf. Maia, 1997, p. 60).

Hawad (2002) faz um estudo específico sobre a questão da voz passiva sintética em português. Ela admite o sujeito como função semântica, isto é, ser sujeito significa algo. Segundo ela, os verbos transitivos diretos acompanhados da partícula “se” constituem sujeito indeterminado e não uma voz passiva sintética ou pronominal (2002, p.66). Para ela (2002, p.66) o sujeito inexistente, no português, quando indeterminado pela partícula “se”. Nesse caso (2002, p.67), ela diz que há “sujeito zero”, constituindo-se o “se” em índice de indeterminação do sujeito. O sujeito é inexistente já que se opõe à presença de outros sujeitos

possíveis. A indeterminação do sujeito, representada pela indefinição máxima de pessoa, é um significado específico da chamada voz passiva sintética (cf. Hawad, 2002, p.131). Hawad também observa (2002, p.131) que não se deve confundir não identificação do agente com indeterminação do sujeito, pois o sujeito nem sempre exerce o papel semântico de agente, embora essa não identificação do sujeito seja relevante na indeterminação, na maioria dos casos, mas não sempre.

Rodrigues (2004, p.74), contudo, reconhece que o sujeito indeterminado é caracterizado fundamentalmente pela ocultação semântica do agente. No entanto, sintaticamente, ele pode vir expresso através dos termos: *alguém, a maior parte, quem, você*, entre outros, os quais, segundo ela, indeterminam o sujeito.

Bechara (2006, p.34) afirma que o sujeito indeterminado é “um sujeito indiferenciado, referido à massa humana em geral”. Para Bechara, há duas formas de indeterminar o sujeito em português: com o emprego de verbo na terceira pessoa (singular ou plural) ou no infinitivo, desde que não façam referência a pessoas determinadas; ou com o emprego do pronome SE junto ao verbo, de forma que, se parafrasearmos a oração, poderemos obter outra equivalente cujo sujeito seja alguém ou a gente. (cf. Bechara, 2006, p. 34-35).

Todavia, o professor Bechara ressalta que 'ninguém' e 'a gente' não constituem sujeitos indeterminados, visto que não fazem “referência à massa humana indiferenciada, traço fundamental à noção de indeterminação do sujeito” (cf. Bechara, 2006, p.35). Segundo Bechara, indetermina-se o sujeito ou por não se querer ou não se saber determinar, precisamente, o sujeito da oração; além disso, a indeterminação do sujeito pode ser “manha inteligente de linguagem, quando não nos interessa torná-lo patente àquele com quem falamos”. Bechara dá o seguinte exemplo: “Pedro, *disseram-me* que você falou mal de mim”, na qual se omite a 'identidade' do acusador, por questões de natureza pragmática e discursiva.

Bechara (2006, p.35) afirma também que, segundo a tradição literária no Brasil, preferem-se as construções do tipo “cumpram uma pessoa guardar-se de” às do tipo “cumpra guardar-se de”. Segundo Bechara, no caso de verbos pronominais, “é impossível o uso de *se se*”. Ele o exemplifica com os seguintes exemplos: “sem *se se* enganar” e “sem uma pessoa *se enganar*”. Note-se que o autor realiza uma paráfrase, substituindo a indeterminação por 'INFINITIVO + SE' pela indeterminação por 'referência genérica' (“uma pessoa”).

1.2.1 LDP e indeterminação do sujeito

Em Santos Junior (2010), estudamos a indeterminação do sujeito em português, concluindo com AZEREDO (2008) que o sujeito indeterminado é um lugar sintático que realiza sentido de generalização ou de imprecisão para um referente sempre humano, isto é, possui os traços [+GENÉRICO] e [+HUMANO]. Ou seja, só se indeterminam sujeitos humanos, normalmente em referência genérica.

Outro destaque (idem, p. 109-123) é o breve levantamento de como a indeterminação do sujeito comparece em livros didáticos de português (doravante, LDP) de ensinamentos fundamental e médio. A pesquisa se concentrou em manuais para o professor, os chamados “livros do professor”. A escolha por essa versão das obras se deve ao fato de elas conterem na íntegra o conteúdo do livro do aluno, acrescido de respostas e comentários e de sugestões ao professor. Dessa forma, podemos verificar como os LDPs em análise apresentam os conteúdos e ‘como’ eles encaram o professor.

Após análise (idem) de diversos LDPs, concluímos que os conceitos gramaticais expostos nos LDPs e nas ditas Gramáticas Escolares costumam ser apresentados como dados, pressupondo-se que o aluno já saiba o que é indeterminação, indefinição, impessoalidade. Não há muita clareza acerca desses conceitos e eles não são explicados.

Voltamos aqui, mais uma vez, a defender a conceituação por protótipos (ver Pontes, 1986). Os LDPs e Gramáticas Escolares deveriam apresentar a conceituação por protótipos das categorias gramaticais, na qual se apresentam propriedades predominantes, comumente encontradas numa dada categoria a conceituar. Em vez disso, podemos observar uma tendência da conceituação clássica, em que se atribuem propriedades necessárias e suficientes para se conceituar algo. Essa conceituação clássica é muito pertinente à matemática, às ciências exatas; não, porém, à Língua Portuguesa, que tem uma lógica além do estritamente matemático (talvez por ignorarem isso, certos professores tenham instituído como correta a expressão “risco de morte”, argumentando que “risco de vida” não é lógico, não faz sentido).

Esse uso de conceituações clássicas, num terreno mais flexível, mais plástico, faz com que as definições apresentadas costumem ser falhas. Exemplo notório disso é o conceito de ‘sujeito’. Há várias demonstrações da inconsistência das definições, apontando que há exceções à definição dada. Ora, é a esse problema que a conceituação por protótipos nos forra, pois a conceituação prototípica não é absoluta e pode, portanto, haver exceções; mas serão minoria.

Ainda em Santos Junior (idem), pudemos verificar que a abordagem discursiva dos conteúdos gramaticais em muitos dos LDPs não é adequada do ponto de vista “discursivo”. Notamos a falta de aplicação discursiva dos conceitos gramaticais, algo que os LDPs se comprometem a fazer em seus suplementos pedagógicos (exclusivos dos livros do professor), mas não costumam fazer a contento na prática de atividades ‘gramaticais’.

Um exemplo da aplicação discursiva está em Bechara (2006), ao analisar a questão da chamada voz passiva sintética. O professor considera como correta a sintaxe que faz a concordância e também a que não faz, já que correspondem a diferentes estágios da língua. Como dissemos em Santos Junior (idem), a postura de Bechara “*supera, em muito, alguns autores que, supostamente imbuídos de um espírito não normativo do ensino da Língua Portuguesa, limitam-se a repetir, de forma acrítica e insuficiente, o padrão da gramática normativa*”.

Como visto, um autor ‘tradicional’ cumpriu muito bem o papel de ensinar a gramática de forma crítica e contextualizada, pois ele analisa o fenômeno linguístico além da norma padrão, além de esclarecer a Norma Culta.

Parece-nos que há em muitos LDPs uma ênfase exclusiva no ‘texto pelo texto’, sem preocupação com os aspectos estruturais da Língua (uma espécie de oposto do estudo da ‘língua pela língua’, em alusão a estudos estruturais da língua centrados na metalinguagem). Assim como é verdadeiro que o estudo da gramática deve ser aplicado à realidade, ao texto, nos diversos gêneros textuais circulantes, não é menos verdade que a estrutura da língua é condição *sine qua nom* para se construir um texto verbal. É essa via de mão dupla que deve comparecer com mais frequência nos LDPs.

São essas lacunas do material didático que mostram o professor como figura insubstituível na sala de aula; nenhum material, por melhor que seja, poderá prescindir da figura do professor (exceto para raríssimos casos de alunos plenamente autodidatas, se é que há casos assim).

Para melhor ilustrar o que acabamos de dizer, vamos retomar algumas das nossas análises em Santos Junior (idem).

Hailer; Massoni; Aranha (2009b, p. 21-23) expõem o conceito de sujeito, no item a que chama de “Hora da Gramática. Revisão de sujeito”. Se nas seções de leitura, interpretação e produção textuais há uma bela contextualização, na seção ‘gramática’, deixa-se a desejar no estudo da estrutura da língua. Vejamos abaixo os exemplos dados para se introduzir o conceito de sujeito indeterminado:

5. Leia as orações e indique o sujeito.

- a) Deram as calças a Brandão numa casa da cidade alta.
- b) Falavam muito sobre o bando de Pedro Bala.

Como se vê, apresentam-se orações isoladas, fora de um texto, de um uso concreto da língua. É exatamente essa abordagem que se critica no ensino de gramática, que permite se diga que a gramática ‘não serve para nada’, que não tem utilidade prática. Nota-se ainda certa repetição de modelos de gramáticas normativas de tempos passados, em que predominavam essas análises estanques.

É fora de dúvida que o aluno deve ser capaz de analisar frases isoladas, mas, para a compreensão dos conceitos gramaticais, é necessária a contextualização. E não basta, para isso, apresentar-se um texto e retirar frases isoladas; é preciso buscar a relação entre o sentido da oração e o sentido geral do texto. Acresça-se a isso que ‘indeterminação’ é um aspecto sintático-semântico que não pode ser plenamente compreendido a partir de exemplos artificiais, ou seja, de frases isoladas.

Vejamos, ainda, a título de exemplificação, como se apresenta a distinção entre sujeito indeterminado e sujeito oculto (idem, p.23):

- a) Ana e Pedro estavam apaixonados. Pretendiam casar-se rapidamente.
- b) Reclamaram que o casamento de Ana e Pedro era precipitado.

Novamente, frases isoladas introduzem a distinção. Naturalmente, é possível aprender gramática desse jeito, mas é muito menos produtivo. O exercício com frases isoladas deveria ser usado num momento ulterior, a título de verificar um profundo conhecimento de conceitos. Para o aluno, entretanto, é mais proveitoso apre(e)nder os conceitos gramaticais situados em situações reais de interação: no texto.

Em Hailer; Massoni; Aranha (2009a, p.191), diz-se que “sujeito indeterminado é aquele que não pode ser inferido pelo contexto⁴”; além disso, afirma-se que “o verbo que se refere a um sujeito indeterminado aparece sempre na terceira pessoa do plural”, ressaltando que a recíproca não é necessariamente válida.

Nota-se que a afirmação é parcialmente incorreta. É correta ao dizer que não se pode retomar pelo contexto; é incorreta ao vincular estritamente à terceira do plural os casos de indeterminação, esquecendo-se, pelo menos, do verbo na terceira do singular com a partícula

⁴ Neste momento, poder-se-ia aproveitar a oportunidade para apresentar e/ou aprofundar os conceitos de coesão e coerência textuais.

SE. Eis aí um exemplo evidente de que o professor não se pode deixar substituir por material didático de qualquer espécie, pois caberá a ele, com a devida postura, complementar a afirmação do LDP.

Em livros de Ensino Médio, citamos Terra e Nicola (1999). A seguir, apresenta-se a seguinte observação:

Na oração *Mataram o meu carneiro*, analisada assim, isoladamente, temos sujeito indeterminado. Mas você deve estar sempre atento ao texto inteiro para não confundir sujeito determinado que está oculto com sujeito indeterminado. Se o sujeito já foi citado em outra oração do texto, ele não será, evidentemente, indeterminado. (idem, 192)

A passagem parece insinuar uma possível associação entre indeterminação do sujeito e frases isoladas; seria mais produtivo, já que se trata de obra para o Ensino Médio, abordar o conceito semântico de agente, fazendo o aluno compreender a indeterminação em frases isoladas, mas antes em frases contextualizadas, dentro de um texto.

Os autores (idem, p.200) propõem exercícios sobre indeterminação do sujeito a partir de frases isoladas, o que é de lamentar. Em Paschoalin e Spadoto (2008), notamos também essa postura de exercícios de gramática para o ensino médio por meio de orações isoladas.

Todavia, não podemos dizer que os LDPs não são contextualizados no ensino de gramática. Como exemplo de obras que se esforçam na tentativa de contextualizar o ensino de gramática citamos Marchetti et. al. (2008, p.152-155). Como ressaltamos em Santos Junior (2010, p.114):

Podemos notar uma sólida proposta de relacionar o sentido gramatical ao texto, ao uso real e concreto da linguagem; observamos também uma interessante abordagem dos efeitos discursivo e semântico da indeterminação, o que pode auxiliar a interpretação e a produção textuais. Acresce ainda que, nas referências bibliográficas, encontram-se Evanildo Bechara e Celso Cunha.

Consoante visto neste capítulo, há contradições entre os autores quanto ao conceito de sujeito indeterminado e suas características, devido em parte, ao fato de uns terem uma visão predominantemente sintática, ao passo que outros levam em consideração fatores semânticos. Antes, porém, de terminarmos este capítulo, concluindo a partir das noções estudadas com que noção de sujeito indeterminado trabalharemos, é necessário que nos detenhamos ainda um pouco mais nas seguintes contradições: impessoalidade *versus* indeterminação, indefinição

versus indeterminação e voz passiva sintética *versus* indeterminação do sujeito, o que em muito alargará a visão sobre o sujeito indeterminado em português.

1.2.2 Passiva Sintética versus Indeterminação do Sujeito

Um tema bastante controverso na língua portuguesa é a chamada passiva sintética. Tem-se considerado que verbos transitivos diretos conjugados na terceira pessoa do singular acompanhados da partícula “se” caracterizam a voz passiva sintética. Por exemplo, na frase “vendem-se ovos”, segundo a ideia tradicional, ocorre a voz passiva sintética, classificando-se o “se” como partícula apassivadora e “ovos” como sujeito. Tal abordagem é respaldada por uma análise diacrônica, considerando-se o português como uma língua neolatina e que deve, pois, manter uma estreita relação de lógica com o latim.

A simples ideia de buscar no latim um fenômeno do português moderno não é bem vista pelos linguistas. Saussure, no *Cours*, defende que uma língua deva ser abordada sob um ponto de vista sincrônico, nada obstante à possibilidade de se estudá-la sob uma ótica diacrônica. Note-se que ele fala de uma análise sincrônica ou diacrônica de uma mesma língua; o que alguns estudiosos da língua fazem é comparar duas línguas diferentes, em momentos diferentes, tomando uma delas como padrão de correção para a outra.

Evidentemente, essa postura metodológica na descrição do português é legítima, embora engesse o analista, que se fica prendendo a um passado da língua, tomado como ideal. Cremos que o estudo da língua não deve partir de estruturas ‘corretas’ ou ‘incorretas’ *a priori*, mas sim deve buscar refletir sobre a realidade da língua, buscando, quando necessário, subsídios em épocas passadas.

Câmara Jr. (1986) chama a voz passiva sintética de médio-passiva, defendendo que há impessoalidade, ou seja, ocorre o que ele chama de “degradação da função sujeito em proveito da ação verbal”. Ele observa que a concordância com o que a gramática chama de sujeito (no nosso exemplo, “vendem-se ovos”, ovos seria o sujeito) é inexistente na língua popular, sendo meramente artificial a concordância com o dito “sujeito”. Mattoso afirma não haver sujeito; entretanto, um senão de sua análise é levar em conta aspectos do latim, qual seja, apela, como fazem os gramáticos normativos ao latim para legitimar sua ideia de impessoalidade na voz médio-passiva (ou passiva sintética). Lembra ainda haver teóricos que consideram essas orações como de sujeito indeterminado, embora não se aprofunde mais no assunto.

Neves (2000) defende a ideia de haver deveras a chamada voz passiva sintética, afirmando não haver sujeito indeterminado em orações compostas de verbo transitivo direto mais partícula “se”. Macedo (1991) e Macambira (1987) não trazem também visão diferente sobre o assunto.

Henriques (2011a, PP. 32-34) aponta a existência das passivas sintéticas; porém, cita que a concordância com aquilo que a gramática normativa chama de sujeito muitas vezes não ocorre, até mesmo em “grandes escritores”, devido, principalmente, ao que ele chama de “supremacia da intenção indeterminadora”.

Bagno (2002) mostra a incoerência de se defender, no português do Brasil, o fenômeno das passivas sintéticas. Sua ideia, retomando Said Ali, é que o sujeito seja indeterminado. Em princípio, começa por verificar (2002, p. 126) que a gramática tradicional não leva em conta os aspectos semânticos; portanto, os gramáticos prescritivos ignoram que as passivas sintéticas tenham sujeito indeterminado, o qual seria a partícula “se”. Essas ideias de Bagno nos encaminham para uma reflexão mais meticulosa. O primeiro “rompimento” que Bagno faz com a tradição gramatical é considerar as passivas sintéticas, que ele chama de pseudopassivas sintéticas (2002:125), como orações de sujeito indeterminado; o segundo é considerar o “se” como o próprio sujeito indeterminado e não como índice de indeterminação do sujeito. Ora, se a partícula “se” é sujeito indeterminado, Bagno concorda com a ideia de que possa haver sujeito indeterminado sintaticamente expresso na frase. Outro caso de sujeito indeterminado segundo Bagno (2002, p.131) é o uso do pronome “se” entre uma preposição e um infinitivo (“lugar bom de se morar”), condenado por alguns gramáticos normativos. Mas Bagno não se limita a atribuir apenas ao pronome “se” o estatuto de sujeito indeterminado nesses casos; expressões como “a gente”, “o cara”, “você” também podem ser usadas para indeterminar o sujeito.

Maia (1997:56) também recorre a Said Ali, citando o artigo *O Pronome Se* do livro *Dificuldades da Língua Portuguesa* (citado anteriormente). Nesse trabalho, o grande filólogo defende não haver a chamada “voz passiva sintética”, classificando o pronome “se” como índice de indeterminação do sujeito.

O estudo de Hawad (2002), específico sobre este tema, vai ao encontro da visão de Said Ali, no que se refere à inexistência da dita voz passiva sintética ou pronominal, conforme já vimos.

Ribeiro (2006, p.253) reconhece que na dita voz passiva sintética há indeterminação do sujeito, não sendo condenável, linguisticamente, embora tal padrão não seja aceito pela norma culta.

Desta forma, pode-se verificar que, atualmente, há muitas análises em que o sujeito indeterminado se dá, também, com os verbos transitivos diretos juntos com o pronome “se”, em detrimento do conceito de passiva sintética (ou pronominal) que soa um tanto artificial.

Na análise de nosso *corpus*, destacaremos os casos de voz passiva sintética (doravante, VPS), classificando-os como casos de referenciação indeterminada, ou seja, de sujeitos indeterminados. Nossa posição se deve ao fato de que não se pode simplesmente negar a classificação em voga, ignorando-a. Devemos adotar as classificações (sobretudo em se tratando de ensino) e reconceituá-las criticamente. Não se pode dizer que a hipótese de VPS seja errada; com o mestre Said Ali, achamo-la inadequada, mas respeitamos as visões outras sobre a língua portuguesa.

1.2.3 Indeterminação versus impessoalidade

Os autores 'contemporâneos' que pesquisamos são unânimes em mencionar que as orações com verbos referentes a fenômenos da natureza são orações sem sujeito (com verbos impessoais). Nada obstante, há controvérsias em outros casos.

Câmara Jr. (1986) diferencia o sujeito indeterminado (indiferenciado) de sujeito inexistente. Mattoso cita que as chamadas passivas sintéticas ou pronominais não possuem sujeito indeterminado, mas sujeito inexistente. Ele concorda que a classificação de voz passiva não é apropriada, mas julga não haver menção a qualquer sujeito, mas sim ao próprio processo verbal. Portanto, o que caracteriza, segundo ele, a impessoalidade é focar-se o próprio processo verbal.

Milanez (1982, p. 12), analisando a distinção entre impessoalidade e indeterminação, considera que “o conceito de indeterminação foi, até 1960, confundido com o de impessoalização. Desde então, tem sido feita uma distinção, embora de forma não satisfatória.” A autora enumera alguns estudiosos da Língua Portuguesa 'pré-60' que superpõem os conceitos de impessoalidade e de indeterminação, classificando como 'sujeito indeterminado' o sujeito dos verbos impessoais (a partir da NGB, classificados como 'oração sem sujeito' ou 'sujeito inexistente'). São eles: Pereira (1940, p.335), Bueno (1944, p.287 e 295), Góis (1947, p. 84), Lima (1945) e Jucá Filho (1954). Tais exemplos nos permitem compreender melhor a proposta de Câmara Jr. (1986).

Nascimento (2011) descreve detalhadamente vários mecanismos de construção sem sujeito em língua portuguesa. Segundo o autor, é possível dizer que uma oração sem sujeito pode ter verbo com o traço [+humano], havendo, neste caso, sujeito indeterminado. Propomo-

nos, com esta tese, ir além e afirmar que é a própria inexistência sintática do sujeito de verbos [+HUMANOS] que desencadeia, no discurso, a referência indeterminada.

Nesta tese, consideraremos que a indeterminação implica sempre o traço [+HUMANO], ao passo que a impessoalidade, o [-HUMANO]. Dessa sorte, não adotaremos a proposta dos autores 'pré-60' que não diferenciavam os processos de indeterminação dos de impessoalidade. Contudo, temos de realçar que esses estudiosos pré-NGB intuíram que, sintaticamente, as orações tradicionalmente designadas de sujeito indeterminado se assemelham às orações sem sujeito de verbos impessoais: em ambos os casos, o lugar sintático do sujeito não é preenchido por qualquer item lexical. Desse modo, complementamos a posição descritiva desses estudiosos, acrescentando que a oração sem sujeito pode ser de verbo impessoal (oração sem sujeito propriamente dita) ou de verbo pessoal (sujeito indeterminado, ou melhor, referência indeterminada do sujeito).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao se falar em “sujeito indeterminado”, é natural que se pense nos casos previstos pelas gramáticas tradicionais de cunho normativo, inspiradas na NGB. Um deles é (A) que se pode indeterminar o sujeito de verbos transitivos indiretos ou intransitivos, flexionados na terceira pessoa do singular, apondo-lhes a partícula (ou pronome) SE, desde que não retomem nenhum referente textual anterior ou mesmo posterior. Por exemplo: “Precisa-se de funcionários”; “Vive-se bem aqui”. Há gramáticas que defendem ainda que essa indeterminação com SE possa ocorrer com verbos de ligação (por exemplo, “Aqui se é feliz”) ou com verbos transitivos diretos com objeto direto preposicionado (por exemplo, “Comeu-se do bolo”). Outra forma ‘consagrada’ de realizar a indeterminação, consoante a descrição tradicional é (B) usar a terceira do plural, sem referência anafórica (ou catafórica) a qualquer item lexical exposto (ou a expressar). Por exemplo, “Acharam seus documentos lá na esquina”.

Destacamos que o caso (A) tem merecido muita atenção das nossas gramáticas, principalmente as escolares. Alertam elas que, em se tratando de verbo transitivo direto, não há indeterminação do sujeito, mas sim voz passiva sintética ou pronominal. Por exemplo, “vendem-se casas”.

Ora, essa abordagem das gramáticas normativas pode deixar a desejar se o autor superpuser critérios para classificar estruturas análogas, realizadoras de sentidos muito semelhantes. Tanto em “precisa-se de funcionários” quanto em “vendem-se casas”, há noção de um agente humano que pratica a ação, oculto em sua identidade. Tanto é verdade que há inúmeros registros de autores consagrados e de falantes cultos em textos na variedade formal que não realizam a concordância da voz passiva sintética (doravante, VPS). Desnecessário falar da intuição dos falantes do português: exemplos das placas que se veem por nossa cidade, nas quais quase nunca se dá a concordância com a passiva sintética (dificilmente se veem: “vendem-se sacolés”, “fazem-se chaves”, “consertam-se geladeiras”, etc.).

A não concordância do verbo transitivo direto com seu ‘sujeito’, em estruturas de VPS, demonstra a preponderância do sentido de ocultamento da identidade do agente, através de uma interpretação da estrutura como de ‘voz ativa com sujeito indeterminado’. Essa ressalva é importante porque o papel temático de agente da ação verbal também aparece em frases passivas (o mais forte exemplo é o agente da passiva), porém, fora do lugar sintático do sujeito. Por conseguinte, em que pese a construção com VPS ser verossímil, não é a forma preferida na língua oral do português brasileiro.

A intuição dos falantes em geral, considerando a VPS como estrutura de voz ativa com sujeito indeterminado, mostra a confusão de critérios de várias gramáticas escolares. Muitas delas não definem o sujeito sob um prisma estritamente sintático; tampouco classificam a indeterminação como um conceito semântico. Ao se falar em sujeito indeterminado, aplica-se uma classificação semântica a um lugar sintático. É essa clareza de raciocínio que falta em muitas gramáticas escolares. Assim, em nome da coerência, dever-se-ia reservar a identificação da VPS como uma possibilidade, não como um uso geral e recomendável.

Uma possibilidade de análise é defender que nessas estruturas, na língua padrão, há uma concordância atrativa à direita, seja esse termo à direita tomado como sujeito, seja ele tomado como objeto direto. Essa concordância, resalte-se, só se dá, no português do Brasil, em registros formais ou ultraformais, sendo rara na fala (ou escrita) mais espontânea, menos monitorada. Nossa posição é que, em se falando de língua padrão, deve-se analisar a chamada VPS como estrutura em que, por tradição da língua, a concordância é atrativa à direita com o objeto direto, sendo, portanto, exemplo de indeterminação do sujeito.

Outro conceito muito importante é o de ‘papéis temáticos’ ou ‘papéis semânticos’. O sujeito é um lugar sintático que exerce determinado papel temático; é dessa forma que ele emerge ao nível do discurso. O papel semântico do sujeito em português é, prototipicamente, o do agente. Note-se que trabalhamos com o conceito de protótipos, não com a visão clássica de conceito (propriedades necessárias e suficientes) (ver Pontes, 1986)

Em Santos Junior (2010), após exaustivo levantamento bibliográfico, concluímos com AZEREDO (2008b) que o sujeito indeterminado seria um lugar sintático que realiza sentido de generalização para um referente sempre humano, isto é, possui os traços [+GENÉRICO] e [+HUMANO]. Ou seja, só se indeterminariam sujeitos humanos, em referência genérica. Além disso, admitimos (cf. AZEREDO, 2008) que o sujeito indeterminado não viria materialmente expresso, qual seja, não seria realizado por nenhum sintagma nominal (doravante, SN). Caso haja SN [+HUMANO] e [+GENÉRICO] na posição de sujeito de uma oração, pode-se pensar em indeterminação do agente (caso o sujeito seja [+AGENTE], o que é bastante comum). Exemplo de indeterminação do agente é a construção “você tem de fazer seu trabalho muito bem, para receber a premiação”, em que “você” é igual a “a pessoa”.

Passando a examinar o fenômeno da indeterminação do sujeito sob uma perspectiva da referenciação, julgamos, porém, mais adequado pôr à parte o conceito de indeterminação do sujeito, diferenciando-o dos demais critérios de classificação (normalmente sintáticos). A indeterminação do sujeito é um procedimento sintático-semântico-discursivo, mas é,

sobretudo, semântico, pois a ideia de indeterminado diz respeito à significação e ao discurso, não à estrutura da oração.

Evidentemente, a sintaxe faculta a expressão de sentidos através da língua, mas não se deve ter o critério sintático como cabal para que se classifique um sujeito como indeterminado. Haja ou não haja sujeito em uma oração, pode ocorrer indeterminação.

Desse modo, classificaremos como sujeitos indeterminados todos os que se enquadrem num dos casos a seguir:

1) Subgrupo I – orações sem sujeito, com verbos pessoais:

a) o sujeito do infinitivo impessoal, desde que não cancelado (‘É fácil **viver** em um país organizado’);

b) o sujeito de verbo na terceira pessoa do plural, em referência genérica, sem sujeito expreso ou retomável – indeterminação por P6 (‘**Chamaram** o aluno na secretaria’);

c) o sujeito de verbo na terceira do singular junto ao pronome “se”, seja o verbo transitivo (direto ou indireto), intransitivo (‘**Vende(m)-se** ovos aqui’; ‘**Precisa-se** de motoristas’; ‘**Vive-se** bem aqui’), de ligação (“Não **se** é feliz no Brasil”) ou mesmo verbo transitivo direto com objeto direto preposicionado (‘**Bebeu-se** do vinho’)

d) o sujeito de verbo na terceira do singular sem o pronome “se” (‘Aqui **conserta** máquinas de lavar’);

e) o sujeito de verbo na primeira do plural em referência genérica, sem ser possível retomá-lo – indeterminação por P4 (‘**Vivemos** em mundo muito dinâmico’);

f) O sujeito de verbo no gerúndio, desde que não cancelado (‘**Estudando**, tudo se consegue’);

2) Subgrupo II – orações com sujeito pleno (ou recuperável)

g) aquele em que o SN sujeito tenha um núcleo empregado em referência genérica, expreso formalmente, através de um substantivo, como, por exemplo, o pessoal, o cara, a pessoa, etc. (‘Se **a pessoa** não exige seus direitos, pode ser lesada’);

h) aquele em que o sujeito seja um pronome pessoal do caso reto em referência genérica, de ordinário, 'nós', 'eles' ou 'eu' (‘**Nós** precisamos participar mais da vida política de nosso país’; ‘Aqui é muito perigoso: **eles** estão roubando carros’; ‘Se **eu** não puder andar tranquilamente pelas ruas, não posso me sentir um verdadeiro cidadão’);

i) aquele em que o pronome ‘você’ esteja em referência genérica (‘se **você** compra um serviço, **você** tem direito a garantias’);

j) aquele em que a expressão ‘a gente’ esteja em referência genérica (‘Se **a gente** se organiza, **a gente** alcança nossas metas’);

k) aquele cujo núcleo seja um pronome indefinido (**‘Ninguém** vive aqui);

l) aquele cujo núcleo seja um pronome antecedente relativo com demonstrativo em referência genérica (**‘O Estado deve amparar aqueles que** não podem trabalhar’);

m) aquele em que o sujeito seja um substantivo abstrato, derivado de um verbo, podendo-se atribuir um agente à ação verbal nominalizada (**‘A construção** das passarelas começará amanhã’).

2.1 Sintaxe e semântica: os papéis temáticos do sujeito indeterminado em português

Papéis temáticos também podem ser chamados de papéis semânticos ou funções semânticas. Em Santos Junior (2010), Hawad (2002), Pontes (1986) e Rodrigues (2004), pudemos encontrar os traços semânticos prototípicos do sujeito indeterminado e também da dita voz passiva sintética (ou pronominal).

A principal observação que Pontes (1986) faz sobre o sujeito indeterminado é que ele é agente, humano, em caráter genérico. São observações dentro do conceito de protótipos.

Como vimos alhures, Hawad (2002) faz questão de salientar que não identificação do agente não implica sujeito indeterminado, já que nem todo sujeito é agente, e nem todo agente é sujeito. Além dessas observações da autora, acrescentamos, de nossa parte, que na voz passiva, o agente da oração (o chamado ‘agente da passiva’) nem sempre é declarado ou o é de forma genérica, conforme se vê abaixo:

(1) “O carro foi roubado por estes dois marginais”, disse o detetive, apontando para os suspeitos.

(2) O carro foi roubado por uns caras.

(3) O carro foi roubado.

Em (1), o agente da passiva é “estes dois marginais”, não sendo exemplo de referenciação indeterminada, já que a cena que se constrói com o discurso não deixa dúvida de que se sabe especificamente de quem se fala. Além disso, o pronome “estes” não é frequente em mecanismos de indeterminação.

Já em (2), o agente da passiva é “uns caras”, exemplo claro de referenciação indeterminada do agente da passiva. Embora se possa referenciar indeterminadamente em várias posições da oração, nesta pesquisa temos por objeto específico a posição sujeito, daí

não aprofundarmos os mecanismos de referenciação indeterminada em outros lugares sintáticos.

Já em (3), há omissão do agente da passiva, o que, sem dúvida, caracteriza um procedimento de referenciação indeterminada do agente da passiva, a exemplo do que sucede, por exemplo, com a indeterminação por P6, por SE ou por infinitivo. É a ausência significando referenciação indeterminada.

Para Hawad (2002, p.66), a 3.^a pessoa, quer do singular, quer do plural, é a ideal para **realizar o significado** “sujeito indeterminado”, como sucede nas construções com o clítico “SE”. Isso posto, levantaremos quais os papéis semânticos que a autora atribui ao sujeito indeterminado, bem como à voz passiva sintética.

Hawad (2002, p.85), analisando construções da chamada VPS (VPS), na voz ativa (VA) e na voz passiva (VP), relacionou essas construções com os papéis semânticos de tematização do objeto e de desfocamento do agente.

Segundo as observações de Hawad, a voz ativa caracteriza-se por não tematizar o objeto, nem desfocar agente: ela focaliza o agente da ação (por exemplo, uma frase como *O carteiro chegou*, em que se focaliza o agente, *carteiro*, e não há tematização do objeto, que, aliás, nem existe nesse exemplo)

Já na voz passiva, tematiza-se o objeto e desfocaliza-se o agente. Naturalmente, pois a voz passiva tem como tópico o agente da passiva, isto é aquele que sofreu a ação, ou seja, o objeto (semântico). Por exemplo: *O carro foi levado pela enxurrada*, em que o objeto da ação é tematizado, é dele que se fala; o agente pode até mesmo ser omitido, sem prejuízo para a compreensão da frase, ou seja, ele não é focalizado.

Na chamada voz passiva sintética, não há tematização do objeto e há desfocalização do agente. Numa frase como *vende-se uma casa*, o agente não é tematizado; o agente não é sequer mencionado, ou melhor, esse tipo de construção não tolera a determinação do agente, o qual não pode comparecer na oração. Essa é uma característica da voz passiva sintética que leva Hawad a vê-la como de sujeito inexistente, porque indeterminado pela partícula “se”. Não interessa saber quem faz; interessa apenas o que é feito.

Cabe aqui uma reflexão sobre essa ideia de Hawad, de, a exemplo de Câmara Jr, ver nesse tipo de construção de sujeito indeterminado pela partícula “se” caso de sujeito inexistente. Concordamos com a classificação de oração sem sujeito, ressaltando, porém, que se trata de sujeito inexistente em oração pessoal.

Tal opinião é ainda controversa. Como já vimos, Bagno, atualmente, retoma o que Maximino Maciel (cf. Jucá Filho, 1971, p.52), já defendia no início do século XX, ou seja, “teoria do se sujeito”, nas palavras de Jucá Filho.

Hawad (2002, p.108) prossegue sua análise semântica das construções com voz passiva analítica (VPA), com voz passiva sintética (VPS), agora as relacionando com os tipos de processos (extraídos da gramática sistêmico funcional de M. A. K. Halliday), segundo a percentagem em que ocorrem, num *corpus* de textos de jornal.

Segundo seus resultados a voz passiva analítica ([+TO⁵], [+DA⁶]) ocorre na maioria das vezes em processos materiais, muito pouco em processos verbais, raramente em processos mentais e não foram registradas ocorrências em processos relacionais. Já a voz passiva sintética ([-TO], [+DA]) ocorre na maioria das vezes em processos materiais, razoavelmente em processos mentais, muito pouco em processos verbais e é escassa em processos relacionais. Podemos assim notar semelhanças, sob um aspecto semântico entre elas e começar a refletir o quanto a VPS pode se aproximar semanticamente de um sujeito indeterminado, bem como os contextos em que ocorre um sujeito indeterminado com VPA.

Hawad (2002, p.119) analisa o traço semântico identificação do agente [IA] na voz ativa, na voz passiva sintética, na voz passiva analítica sem agente da passiva, na voz passiva analítica com agente da passiva e na voz ativa. Segundo os seus dados, o agente é identificado [+IA] na voz ativa, e na voz passiva com agente da passiva, ao passo que não é identificado [-IA] na voz passiva analítica sem agente da passiva e na passiva sintética. Desta sorte, fica bem clara a importância do traço [+IA] nas orações com voz ativa. Se voltarmos a Pontes (1986), veremos mais um argumento favorável à noção de que a característica *agente* é muito importante para o sujeito na voz ativa. Nada obstante, Hawad explicita que *agente* e *sujeito* não devem ser confundidos.

Hawad (2002, p. 120) trata da dicotomia indeterminação do sujeito *versus* não identificação do agente. Como já dito, ele separa estes dois aspectos. É claro que agente e sujeito não coincidem sempre, mas agente é um traço importante para caracterizar o sujeito. Ela reporta-se a outros autores que pesquisaram o sujeito indeterminado. Sua primeira referência é a Ikeda (1980), a qual defende que a indeterminação do sujeito se dá: com o clítico “se”, com o verbo no infinitivo, com nominalização, com o uso dos pronomes “você”, “alguém” e “a gente”, “nós” em referência genérica e com a terceira pessoa do plural. Ikeda

⁵ Topicalização do objeto.

⁶ Desfocamento do agente.

ainda menciona o fato de o clítico “se” incluir as mesmas pessoas do discurso que “a gente”, “alguém”, “nós”, ou seja, representa a indeterminação máxima.

Um detalhe nessa descrição de Ikeda é que ele inclui “nós” e “a gente” como de indeterminação máxima. Hawad (2002) observa, porém, que o uso da segunda pessoa do plural (*nós* ou *a gente*) pode ter sentido de se convidar o interlocutor a fazer algo sem se incluir. Por exemplo, cita um exemplo de uma mãe se dirigindo à filha: “*vamos tomar um remedinho*”, onde a mãe não se inclui.

Nada obstante, um traço do sujeito indeterminado que Hawad (2002, p.123) aponta (talvez, um dos mais importantes para compreender semanticamente o sujeito indeterminado) é o traço [+HUMANO] ao sujeito indeterminado pelo clítico “se”. Outra observação que faz é sobre a posição de Naro (1976, apud Cavalcante, 1999) que considera o traço [+GRUPO] como pertinente a indeterminação do sujeito com o clítico “se”.

Estes dois traços podem nos dar uma visão bem mais ampla sobre o sujeito indeterminado, uma vez que se considera que o pronome “se” compareça na indeterminação de sujeitos humanos.

Os papéis temáticos, isto é, semânticos, são de suma importância para uma análise do sujeito. Ainda maior é sua importância para o sujeito indeterminado, visto que o conceito de indeterminação é também semântico.

Convém citar, desde já, que o sujeito indeterminado é caracterizado por um traço fundamental: [+HUMANO]. De fato, soaria como insólita uma leitura de sujeito indeterminado para a frase abaixo, num contexto literal:

(4) Latiram muito alto.

Naturalmente, o falante da língua portuguesa entende que se trata de cães. Entretanto, com muita ironia e esforço da imaginação poderíamos entender que se trata de um comentário maldoso acerca de alguém. Neste caso, poderíamos ter um sujeito indeterminado; naquele, não.

Esse traço é muito importante, pois não basta que o sujeito indeterminado seja [+ANIMADO]; ele deve também e, necessariamente, ser [+HUMANO].

Diga-se, aliás, que esse traço se aplica a todos os casos de indeterminação do sujeito:

(5) Latiu-se muito alto.

(6) Alguém latiu muito alto

Em (5) temos uma construção típica de indeterminação do sujeito; em (6), temos um caso de indeterminação segundo Macedo (1991), Duarte e Lopes (2002), Ikeda (1980), Neves (2000). Em todo caso, as frases acima são metafóricas, ou mesmo irônicas.

Em Santos Junior (2010), já expusemos a análise de Rodrigues quanto aos papéis temáticos dos sujeitos em português. Com base nessa análise e de posse do conhecimento de que só se indeterminam sujeitos que possuam o traço [+HUMANO], podemos descartar, incontinenti, os seguintes tipos de papéis temáticos no sujeito: instrumento, local e fonte (visto possuírem o traço [-ANIMADO] e, por consequência [-HUMANO]).

Analisemos, pois, os sujeitos agente, paciente, neutro e experienciador. Todos admitem o traço [+HUMANO]. Contudo, o sujeito paciente admite um sujeito [-HUMANO]. Vejamos se é possível indeterminar esse último tipo de sujeito, partindo-se de paráfrases de ‘Um cidadão foi extorquido por PMs’:

- (7) Extorquiram um cidadão.
- (8) Extorquiui-se um cidadão.
- (9) *Foram extorquidos por PMs.

As frases (7) e (8) indeterminam o agente (PMs), não o paciente (um cidadão). Só em (9) é que se indetermina o paciente. Porém, tal construção não é prototípica de indeterminação do sujeito. Cabe, portanto, investigar se ocorrem indeterminações do sujeito paciente. Já o sujeito experienciador é plenamente indeterminável:

- (7) Temem o chefe.
- (8) Teme-se o chefe.

Azeredo (2008a, p.172-173) também analisa as funções temáticas que o sujeito pode possuir. Para o autor “o sujeito não se caracteriza por seu papel semântico na frase, mas por ser um lugar sintático de preenchimento obrigatório junto aos verbos pessoais, apto, portanto, a abrigar qualquer noção compatível com o conteúdo do verbo em questão”.

Azeredo (2008a, p. 173-174) tece importantes considerações sobre verbos que admitem um ser humano como sujeito, já que esses verbos são relevantes “em certas decisões discursivas do enunciador”. São verbos que possuem “uma interessante particularidade” que é a “possibilidade de seu sujeito não vir materialmente representado na frase”. Entre esses casos, temos a indeterminação com a terceira do plural (doravante, indeterminação com P6) (“Quebraram-lhe a asa”) ou a indeterminação com infinitivo (“Acordar cedo faz bem à saúde”). Azeredo também levanta, dentre os casos de sujeitos não expressos materialmente, o uso do SE (“Precisa-se de pedreiros”), o silenciamento do agente pelo uso de substantivo no lugar do verbo (“o roubo da carga surpreendeu a polícia”), ou ainda o uso de substantivos ou pronomes sem referência concreta no mundo real, “usual no discurso em que se representam situações imaginárias” (“Se uma pessoa quer ajudar a gente nós aceitamos”, “Quando você pensa que chegou a sua vez, aí vem um cara e diz que as senhas acabaram”).

Estes são exemplos de meios que a língua oferece para indeterminar, dissimular ou mesmo ocultar a identidade do ser humano a que o sujeito da oração se refere. Muitas vezes, a finalidade do enunciador é dar ao que diz um certo tom genérico e de neutralidade; outras vezes o ocultamento da identidade tem um viés malicioso. No uso mais coloquial, as construções com SE dão lugar aos enunciados com um você indeterminado (cf. o exemplo acima). Nos casos exemplificados por Quebraram -lhe a asa e Precisa-se de pedreiros, a análise oficial manda que se classifique o sujeito da oração como **indeterminado**. (AZEREDO, 2008a, p.174).

Efetivamente, quando se indetermina o sujeito, a noção que se tem é que se trata de um ser humano como o seu agente. Por conseguinte, não se pode usar um sujeito indeterminado em referência a animais. Por exemplo: “morderam a Maria” ou “picaram o Rafael”, exceto nos casos de sujeitos já expressos anteriormente, não podem ter animais como agentes (sujeitos). Se Maria for atacada por um cão feroz, provavelmente se dirá que “um cachorro mordeu Maria”; se ela for atacada por um maníaco, ou ainda se envolver em um briga, poder-se-á dizer que “a morderam”. No entanto, dificilmente “morderam” será usado para indeterminar o cão que a mordeu, pois é não habitual (ou mesmo gramatical) se fazer referência genérica a sujeitos animais, através de construções que indeterminam o sujeito, exceto, talvez, em linguagem figurada ou artística.

2.2 Conceitos acessórios

O conceito de filtragem merece atenção. Perini (1994) aborda a noção de filtragem semântica, tecendo mais detidamente no item 2.3.4.3 “Filtragem Semântica” (pág. 88 et seq.), comentários acerca da “indeterminação do sujeito” (ou, como prefere ele, “agente indeterminado”).

Consoante se pode perceber no próprio título, o item trata de questões semânticas que se relacionam com a aceitabilidade, ou inaceitabilidade, de construções com sujeito indeterminado na terceira pessoa do plural. Cita ele o seguinte exemplo: *morreram. Ora, diz Perini que tal construção é inaceitável como sujeito indeterminado. Se usada anaforicamente, nenhum problema há; todavia, trata o autor de usos não anafóricos (pág. 83). Os demais filtros declinados alhures pelo autor (filtro da terceira pessoa do singular, filtro de posposição e filtro de tópico (pág. 82-85)) não se aplicam a esse caso.

Perini aponta as condições que julga necessárias para a possibilidade de ocorrência da indeterminação do sujeito/agente, com a terceira pessoa do plural. Elenca ele os três principais ingredientes da interpretação semântica da construção com sujeito (agente) indeterminado

com a terceira do plural. Ei-los: “(A) o agente não é conhecido, ou seja, sua referência é deixada propositalmente em aberto; (B) o agente é humano; e, como consequência da existência de um agente, (C) a oração exprime uma ação de algum tipo”.

Sublinhamos o fato de esses ingredientes serem principais porque não são absolutos; digamos, sejam prototípicos.

O autor declina ainda (p. 87-88) situações em que se não pode dar a indeterminação com a terceira do plural. (*parece-se doente). Nesse caso, pode-se pensar no fato de que não se trata de **verbo de ação**, o qual implicaria a presença (prototípica na indeterminação) de um agente.

Sucedo, todavia, que há um caso assaz interessante: * chegaram aí. Pode-se pressupor a presença de um agente (alguém chega). No entanto, para Perini, é inaceitável tal construção. Inclusive, coloca o autor essa como uma das questões a se pesquisarem em Língua Portuguesa.

Outra questão levantada por Perini (1994, p.88) é a relação da indeterminação do sujeito/ agente com a terceira do plural com a indeterminação com SE:

Seria o caso, então, de se investigar mais cuidadosamente os traços da interpretação semântica da construção com -se, para ver como as diferenças entre essa construção e a de terceira pessoa do plural explicam essas diferenças de julgamento.

Assinala Perini (p. 88) que se “*parece-se doente” é tão inaceitável quanto “* parecem doente”, “morre-se de gripe no verão” é aceitável, em oposição a “* morrem de gripe no verão”.

Cabe, por conseguinte, a partir dessa leitura de Perini (1994), verificar detalhadamente a sintaxe das construções com indeterminação do sujeito (em especial as com terceira do plural e com SE) e sua relação com a semântica. Cabe, pois, verificar a relação com o VERBO, com suas propriedades semânticas e sintáticas, através de exaustivo levantamento de dados.

Uma construção que necessita de cuidado ao analisar é a famigerada “tratar-se de”. Kury (1986, p. 22) afirma que quando se não deseja, ou se não interessa indicar o sujeito de uma oração, pode-se ter o sujeito indeterminado.

Declina ele os casos 'tradicionais': (a) verbo na terceira pessoa do plural e (b) verbo na terceira do singular com o pronome SE. (p. 23). Declina ele, ainda, que, apesar de as orações 'tradicionalmente' com sujeito indeterminado se poderem permutar com as em que haja pronome substantivo (exemplo: 'Bateram à porta' e 'Bate-se à porta' por ' Alguém bate à

porta'), nas equivalentes (no nosso exemplo, a equivalente é 'alguém bate à porta') “não existe na oração [dos casos (a) e (b)] nenhum termo para exprimir o sujeito” (KURY, 1986, p. 23)

Ratifica ele nossa premissa do sujeito como 'lugar sintático'. Além disso, cita ele casos como o de “Trata-se de”. Construções com o verbo 'tratar-se de' costumam ser classificadas como possuidoras de 'sujeito indeterminado'. Entretanto, alerta Kury para a “impessoalidade que há em “trata-se de uma estranha confusão etimológica”” (p. 25). Discorre ele sobre exemplo, “Aqui se tem em mente apenas o predicado, não se atribuindo o processo verbal a nenhum ser” (p.25). Propomos, então, os seguintes exemplos:

(10) O Brasil é um grande País. Trata-se do maior país da América do Sul.

(11) Trata-se de um homem de bem.

(12) Trata-se do processo em que ele é réu.

(13) A reunião da diretoria já começou. Agora, trata-se de um assunto muito delicado.

Em (10), (11) e (12) temos a leitura impessoal como a mais natural. Não é necessário que se leve em conta que um agente esteja tratando do assunto 'Brasil'. Todavia, em (13), se consideramos os referentes, pode haver, sim, indeterminação. Vejamos:

(14) Os advogados estão reunidos com o governador. Trata-se do processo em que ele é réu.

Nesse exemplo, novamente apelando para a contextualização da frase, poderíamos ter a leitura de indeterminação.

Em (13), o próprio antecedente, expresso, contextualizando, ainda que minimamente, torna a leitura de indeterminação como a mais natural.

Note-se, todavia, que, de ordinário, a leitura de 'impessoalidade' para construções com 'tratar-se de' é 'prototípica'. Veja-se, por exemplo, o excerto da entrevista de Michael Klein – atual dono das Casas Bahia, em 25/06/08, VEJA 2066, retirado de nosso *corpus*:

VEJA, 25/06/08

EDIÇÃO: 2066

Entrevista: Michael Klein

VEJA – O que explica o fato de as taxas de inadimplência serem menores nas faixas de renda mais baixas do que nas classes A e B?

KLEIN – Isso se deve, basicamente, a uma necessidade das pessoas de classe C de preservar o nome limpo. Sem isso, elas não conseguem contrair novos empréstimos nem arranjar emprego. Afinal de contas, ninguém quer contratar um mau pagador. Já nos estratos de renda mais altos, a história é outra. **Trata-se de (1)** pessoas para as quais, por ter patrimônio e alguma renda, o acesso ao crédito não é tão definidor. O pensamento típico delas é: "Como estou vivendo bem, limpo meu nome quando der".

Elas não têm o senso de urgência. Já para os consumidores de classe C, o nome é praticamente tudo o que têm, daí a maior propensão para saldarem suas dívidas. Não é por outra razão que as taxas de inadimplência no crediário, forma de pagamento preferencial das faixas de renda mais baixas, giram em torno de 10% – cerca de metade daquela registrada em cartões de crédito e cheques especiais, usados sobretudo pelas classes A e B.

O segmento acima traz nosso destaque da ocorrência de “tratar-se de” (1). Uma visão superficial poderia levar à classificação de ‘sujeito indeterminado’, visto que, segundo a tradição gramatical, verbos transitivos indiretos na terceira do singular, SEM sujeito explícito ou retomável, seguidos de SE configuram a indeterminação do sujeito. Entretanto, como já discutido, a indeterminação do sujeito só ocorre quando há o traço [+HUMANO], em sentido genérico.

Só seria cabível admitir indeterminação em (1) caso pensássemos em ‘alguém está tratando de pessoas’; ‘tratar’ poderia significar não só cuidar, mas ainda fazer referência a. Seguimos, para essa expressão, a análise de Kury (1986), ou seja, não um agente [+HUMANO] tratando de algo, sendo a construção pertinente ao rol da impessoalidade.

Interessa-nos, em se falando de impessoalidade, o comentário de Kury sobre as “Orações sem sujeito” (pp. 24-25), bem como seu comentário “Conjugação pronominal de sujeito indeterminado com verbos transitivos diretos” (p. 37), nos quais Kury não aceita como pertencente à “norma vigente na boa linguagem literária” expressões como “Aluga-se apartamentos” (p.38).

Importa ressaltar que, em nosso *corpus*, não encontramos qualquer ocorrência de construções do tipo 'tratam-se de' em orações impessoais, como as analisadas neste item. Podemos supor que se trate de edição das entrevistas.

Ressalvamos ainda ser possível considerar que “tratar-se de” (em construções gramaticalmente análogas às analisadas acima, ou seja, em que tratar NÃO se refira ao fato de alguém tratar de algum assunto) se assemelha a um verbo de ligação, com o SE sendo parte integrante do verbo. Se essa hipótese for verdadeira, o plural “tratam-se de”, no caso em análise, seria justificável. Vejamos um exemplo:

(15) Os processos estão na minha mesa. Tratam-se de problemas.

Acima, vê-se a semelhança que há entre o verbo tratar-se (de) e o verbo ser (protótipo dos verbos de ligação), de modo que poderíamos parafrasear (5) da seguinte forma:

(16) Os processos estão sobre a minha mesa. (ELES) São problemas.

Importa que se aprofundem as discussões acima. Defendemos que em (15) é possível enxergar um predicativo preposicionado do sujeito: *de problemas*. Um argumento favorável

encontra-se na paráfrase (16), em que *problemas* é predicativo do sujeito. Nossa ressalva de se tratar de predicativo preposicionado deve-se à regência do verbo *tratar-se*. É um caso bastante intrincado, no qual um verbo originalmente transitivo indireto realiza sentido de verbo de ligação.

Quanto a esse caso, defendemos ainda, por ser uma estrutura verbal em transição (passando de transitivo indireto para de ligação) que a concordância do sintagma à direita de *tratar-se de* se caracterize pela possibilidade de concordância atrativa. Desse modo é lícito dizer: “trata-se de problemas” – sem concordância – ou “tratam-se de problemas” – concordância atrativa á direita. Perceba-se que não estamos condenando a estrutura padrão (“trata-se de problemas”), mas sim defendendo a possibilidade da concordância atrativa em se considerando o verbo como de ligação acompanhado de predicativo do sujeito preposicionado.

De todas as considerações acima expostas, ressalta, mais uma vez, a importância do estudo da relação do sujeito com o verbo para se compreender melhor a indeterminação dos sujeitos ou dos agentes em língua portuguesa.

Outro conceito relevante para a nossa análise é o de cancelamento do sujeito, que se pode confundir com o sujeito indeterminado por infinitivo. Esse conceito é assim apresentado por Azeredo (2008b, p.225): “Um sujeito cancelado é o que já não conta sequer com as pistas desinenciais do verbo, mas pode ser recuperado no contexto.” Esse fenômeno costuma acontecer com o infinitivo dito impessoal, ou não flexionado, e distingue-se da elipse do sujeito (tradicionalmente chamado de 'sujeito oculto'), pois nesta há marcas flexionais no verbo que nos permitem identificar o sujeito.

O cancelamento se distingue da indeterminação do sujeito, já que, nesse caso, o não preenchimento deve-se à “impossibilidade de se estabelecer qualquer correspondência entre o sujeito da oração e qualquer item léxico da língua” (Azeredo, 2008b, p.224). Por exemplo, a frase seguinte possui sujeito cancelado na forma infinitiva: “Os empregados foram proibidos de sair cedo”, em que “empregados” é sujeito pleno de “foram proibidos” e sujeito cancelado de “sair” (forma infinitiva).

2.3 Graus de indeterminação

A indeterminação do sujeito é passível de graus. Pode-se também falar em força indeterminadora, ou em força da indeterminação.

A partir de Neves (2000), Macedo (1991) e Milanez (1982), notamos a importância de analisar os graus de indeterminação.

Primeiramente, cabe esclarecer que, ao se falar em 'graus de indeterminação', consideram-se aspectos discursivos e não somente sintáticos. Portanto, a força indeterminadora só será estabelecida a contento a partir do discurso, das referências e das generalizações que nele se façam. Pode-se dizer que, quanto maior a capacidade de generalização, maior a indeterminação.

Quanto maior o universo de indivíduos inclusos na generalização que se faz, maior é o grau de indeterminação. Não adotaremos aqui o critério de referência a todas as pessoas do discurso como indispensável à indeterminação; esse critério servirá para estabelecer o grau de indeterminação. Assim, consideraremos, ao contrário de Neves (2000) e de Milanez (1982), a indefinição como um subtipo da indeterminação. Nossa postura se baseia no fato de que a referenciação indeterminada por pronomes indefinidos pode ser permutada, por paráfrase, com a indeterminação por SE, considerada como de máxima indeterminação por Milanez (1982) e por Neves (2000).

Podemos dizer que as indeterminações em que se fale em tese, em princípio, com o intuito de exemplificar genericamente, isto é, em referência generalizante, possuem a maior força de indeterminação. Vejamos alguns exemplos:

- 17) No Brasil, vive-se bem.
- 18) No Brasil, a gente vive bem.
- 19) No Brasil, (nós) vivemos bem.
- 20) No Brasil, vivem bem.
- 21) No Brasil, as pessoas vivem bem.
- 22) No Brasil eu vivo bem, mas pago impostos altos.

Nas frases acima, se consideradas em referência genérica, notamos essa fala 'em tese'. Apesar disso, se precisarmos 'subdividir' os exemplos elencados, deveremos recorrer ao potencial de cada um em referir-se a todas as pessoas do discurso. A indeterminação por SE, no caso, apresenta, por definição, essa capacidade. A indeterminação (do papel temático exercido pelo sujeito) por palavra em referência genérica (no caso, "as pessoas") também a

possui, apesar de ser menos 'formal' que o SE. Já os itens (18), (19) e (22), apesar de poderem plenamente se referir a todas as outras pessoas do discurso, deixam implícita a participação necessária de pelo menos uma delas. É assim que em todas elas o enunciador se faz presente, se inclui no grupo a indeterminar. Já em (20) indeterminação pela terceira pessoa, excluem-se, pelo menos a princípio, o enunciador e seu coenunciador (1ª e 2ª pessoas).

Dessa sorte, propomos os seguintes critérios para estabelecer os graus de indeterminação (na ordem):

1. Capacidade de referência generalizante;
2. Capacidade de incluir o maior número possível de pessoas do discurso;

Por referência generalizante, entendemos a capacidade de referência a toda uma coletividade. Observem-se os seguintes exemplos.

23) As pessoas estão se conscientizando da questão ambiental.

24) As pessoas no Brasil estão se conscientizando da questão ambiental.

25) As pessoas no Rio de Janeiro estão se conscientizando da questão ambiental.

Nota-se uma ordem decrescente, que pode englobar toda a humanidade (23), a população de um país (24), a população de uma cidade (25), e assim por diante. Vale ressaltar que sintaticamente os adjuntos adnominais contribuem para reduzir a força da indeterminação. É por esse motivo que (24) e (25) tem menor força indeterminadora do que (23). No entanto, não há como estabelecer uma hierarquia do grau de indeterminação entre (24) e (25) de um ponto de vista estritamente sintático. É o conhecimento de mundo que possuímos que no-lo permite: 'Brasil' refere-se a um maior número de pessoas do que 'Rio de Janeiro'.

Ressaltamos que os artigos não contribuem necessariamente para reduzir a força de indeterminação. De fato, se em vez de 'as pessoas' disséssemos 'pessoas', não alteraríamos necessariamente a força da indeterminação (inclusive, a forma com artigo é a mais natural).

Reafirmamos nossa posição: o estabelecimento dos graus de indeterminação deve-se ater, fundamentalmente, ao discurso.

2.4 Indeterminação do sujeito: cognição, coerência e coesão

Admitindo-se que o homem, animal simbólico, se comunica através de textos e não de orações estanques, é inviável estudar os mecanismos de indeterminação do sujeito sob um prisma estritamente estrutural. Na verdade, o próprio conceito de indeterminação pressupõe sentido, o qual só se materializa em um texto.

2.4.1 O conhecimento enciclopédico e o reconhecimento da indeterminação

O falante do português sabe distinguir, do ponto de vista lógico, uma proposição com referenciação indeterminada de outra em que se saiba precisamente quem é o agente. Obviamente, essa distinção não pode prescindir do saber de mundo ou conhecimento enciclopédico.

Como forma de exemplificar, ao se proferir a seguinte declaração:

(26) O prefeito da Cidade traiu seus eleitores.

O falante saberá que se trata de certo indivíduo. Os habitantes da dita cidade quase que certamente saberão o nome do prefeito e, mesmo, suas feições físicas, ou características psicológicas. Todavia, para um falante que não conheça a cidade, poder-se-á ter um caso de vagueza; ***qual seja, saber-se-á tratar-se de certo indivíduo (desconhecido) e não de qualquer indivíduo***. Dito de outro modo, não há um conjunto de indivíduos do qual se escolherá um deles para preencher o lugar do agente, pois esse conjunto universo de possibilidades de preenchimento do AGENTE é UNITÁRIO. Ou seja, só pode haver um prefeito (conhecimento de mundo) e foi ele que quebrou suas promessas. No momento da enunciação, fazia-se referência a um indivíduo específico, referenciado por um sintagma nominal composto de ARTIGO DEFINIDO + SUBSTANTIVO. A presença do artigo definido põe o foco em apenas um indivíduo.

Quanto ao conceito de vagueza, acentuamos (cf. Cançado, PP.66-69) que se trata de propriedade pela qual o sentido de certo item lexical é inespecífico, cabendo ao contexto o fornecimento de pistas que orientem a leitura, fornecendo especificidades do item lexical. Contudo essa especificação pode não ser fornecida. Exemplo é o caso acima de “o prefeito”.

Em nome da coerência, podemos dizer que, quando não se conheça o agente da ação verbal, mas se perceba que o enunciador realça o fato de ser a ação praticada por um indivíduo, e apenas por ele, extraído de um conjunto unitário de possibilidades, temos

vagueza semântica, não necessariamente a referenciação indeterminada. Esse caso de vagueza sucede no exemplo acima.

Nada obstante, ocorre algo distinto abaixo:

(27) Haverá eleições municipais na Cidade em 2016. O povo deve ter consciência e determinação, para escolher bem. O prefeito da Cidade precisa cumprir sua palavra após eleito.

Notemos que “O prefeito da Cidade” no exemplo (B) é exposto em tese, em referência genérica, por um simples motivo: ele será extraído de um conjunto Universo não unitário, ou seja, pode haver (e é bom que haja, numa democracia, diz-nos nosso saber enciclopédico) mais de um candidato. Qualquer deles, como prefeito, deverá cumprir suas promessas. Esses candidatos compõe o conjunto universo de possibilidades de preenchimento da identidade do agente. Em que pese só haver um prefeito por mandato (de novo, o saber de mundo no-lo garante), no momento da enunciação, havia múltiplas possibilidades de preenchimento de identidade do agente da ação verbal. Nesse caso, há referenciação indeterminada.

Consideremos ainda:

(28) Um prefeito denunciou esquemas de corrupção na Bolívia.

(29) Um cara esteve aqui hoje, procurando por você.

Considerando o ponto de vista de um brasileiro médio, possivelmente não se saberá, apenas pelo enunciado acima, quem é o prefeito. Todavia, a presença do artigo indefinido (contrariamente ao artigo definido) carrega para o substantivo a indefinição, a indeterminação, em um grau qualquer, por menor que seja. A presença do artigo indefinido põe esses exemplos na fronteira entre o que é estritamente vago do que é também indeterminado. Ora, o efeito estilístico-discursivo do artigo indefinido é o de imprecisão, fazendo com que o conjunto universo de possibilidades seja amplo, ou seja, não unitário.

O mesmo sucede com o “cara” do exemplo (29). Não se pode saber, pelo exposto em (29), quem é o “cara”; podemos até ter suspeitas (motivadas por saberes extralinguísticos, os saberes de mundo, pois posso estar esperando por alguém, etc.), mas a presença do artigo indefinido, carreando a imprecisão para o substantivo, produz o efeito de “abrir” o conjunto universo de possibilidades de identidades do agente.

2.4.2 Os pontos de vista

As perspectivas, ao se analisar o processo da indeterminação em português, são várias. Há a perspectiva, numa entrevista, do entrevistador, do entrevistado e a do leitor.

Um referente pode ser indeterminado para uma pessoa e não sê-lo para outra. Por exemplo, construamos o seguinte cenário: a pessoa A vê um amigo seu, C, bater no portão de B. Passado algum tempo, A procura B e lhe diz: “Caro B, bateram no seu portão”. Ora, haverá indeterminação do agente (e, nesse caso, do sujeito, por P6). O receptor B não saberá por esta declaração quem bateu em seu portão; ao contrário, suporá **que nem mesmo A sabe quem é, ou que não quer dizer**. O falante A usou de um mecanismo linguístico discursivo (por um propósito qualquer) que faz supor que ele ignore a identidade de quem bateu no portão de B (embora ele saiba que foi C quem o fez, ele **DISSIMULA**).

Em se tratando de uma pessoa que ouça a conversa entre A e B, sua perspectiva será a de que ou A ignora, ou dissimula.

Nesta tese, em analisando o *corpus*, adotaremos a perspectiva do LEITOR DA ENTREVISTA, já que não as realizamos; além disso, o objetivo da revista é que o leitor a adquira e a leia; portanto, o foco da publicação das entrevistas é a leitura. Há informações que são vagas para leitor como “meu filho”, “minha família”, etc. Para o entrevistado, são claras; para nós leitores, são vagas.

2.4.3 A indeterminação no texto

Analisar a indeterminação do sujeito sob o prisma sintático-semântico-discursivo possibilita-nos ampla visão do funcionamento da Língua Portuguesa, pois iremos do micro ao macro e reciprocamente, ou seja, de um nível da oração ao nível do discurso e vice-versa. Essa análise, além de favorecer o pesquisador ou estudioso da Língua Portuguesa, é afim às novas propostas de Ensino do Português preconizadas pelos PCNs: o ensino através de gêneros. Desse modo, poderemos evitar as posturas extremadas, não só no Ensino como na Pesquisa do Português: foco apenas na estrutura (‘gramatiquice’) ou só nos gêneros (‘textice’).

Nosso primeiro passo é verificar se as gramáticas e demais manuais do português mencionam a questão da coesão e da coerência para estabelecer a indeterminação do sujeito. Consideremos o caso particular da indeterminação por P6, muito comum e presente na NGB.

O conceito de coesão textual merece atenção. Muito se fala em texto coeso, ou que peca justamente pela falta de coesão, mas como bem lembra Antunes (2005) há muita confusão quanto a esse conceito. Inspirar-nos-emos nessa referência, porque simplificada, acessível e, simultaneamente, esclarecedora, a despeito de não concordarmos por completo com a sua visão sobre a linguagem.

Inicialmente, poder-se-ia dizer que a coesão são os laços (Halliday e Hasan) que unem as partes integrantes do texto entre si. Essas partes vão desde a ligação entre palavras num mesmo período ou entre períodos; entre parágrafos, etc. Em suma, o texto consiste em uma unidade básica de sentido que se repete, afirmando-se, aprofundando-se (o que é bem distinto do texto prolixo). A coesão cria, estabelece e sinaliza esses laços, esses vínculos que constituem (e definem) o texto.

O conceito de indeterminação do sujeito e/ou do agente carece de subsídios textuais para caracterizar-se. Não se pode analisar esse fenômeno tendo em vista apenas a estrutura sintática. É mister estabelecer relações com outros elementos textuais para nos assegurarmos se há ou não indeterminação do sujeito/agente e, em havendo, qual o seu ‘grau de indeterminação’.

Podemos exemplificar o exposto acima com um caso de indeterminação do sujeito muito comum em gramáticas e livros didáticos: a indeterminação por P6. As próprias definições gramaticais explicitam que só se dará a indeterminação quando o sujeito do verbo não puder ser recuperado, quando se não possa atribuí-lo a algum elemento explícito ou implícito no texto. Por exemplo: ‘Roubaram meu carro’, tomado como expressão de infeliz surpresa daquele que não encontra seu auto onde o deixara, pode ser interpretado como sujeito indeterminado pela gramática tradicional. Contudo, em ‘Aqueles pivetes desgraçados!... Roubaram meu carro’, segundo a tradição gramatical, não teria sujeito indeterminado, pois que ele seria oculto (por retomada de “aqueles pivetes desgraçados”).

Aqui cabe uma primeira e importantíssima observação àqueles que insistem em desmerecer a “Gramática Tradicional”: os estudos gramaticais consideram SIM o contexto e elementos de textualidade em suas noções. Aliás, a linguagem se manifesta em textos, o que não é negado pela tradição gramatical. Concordemos ou não com as análises tradicionais, formais (que muitas vezes apelam efetivamente para enunciados isolados), não podemos desmerecê-las levemente. Se o elemento TEXTO não fosse patente na Gramática Tradicional, a indeterminação por P6 não poderia ser-lhe objeto de estudo.

Ora, mostra-se necessária a compreensão da coesão textual para que se defina como indeterminado ou não o sujeito por P6. Logo, como proposta pedagógica que concilie a

tradição gramatical (e a própria NGB, que tem força de Lei) com propostas modernas de Ensino do Português, podemos, em textos de gêneros variados, reconhecer a indeterminação por P6 – não precisamos destruir as bases de classificação da língua, reconstruindo um mosaico ininteligível de designações e análises.

Outro conceito, o de encapsulamento, é assaz pertinente à relação indeterminação-coesão. O encapsulamento implica sempre uma escolha de valores: ou depreciar, ou exaltar, ou parecer indiferente, etc. Ora, se a essa primeira escolha associa-se uma segunda, a de indeterminar o agente da ação verbal (ou qualquer outro papel temático exercido pelo SN sujeito), obtém-se um duplo resultado discursivo.

O encapsulamento ocorre com maior vigor nas indeterminações por referência genérica e por nominalização, pois que dão ao usuário da língua maior possibilidade de escolhas para os itens lexicais SNs sujeitos com agentes (ou outro papel temático) indeterminados.

Não se podem olvidar as noções de coesão e de coerência textuais. Grosso modo, pode-se definir coerência como encadeamento lógico das ideias num texto. Indubitavelmente, coerência e coesão estão intrinsecamente ligadas entre si, posto que se possa artificialmente separá-las (cf. Chomsky e suas “incolores ideias verdes dormem furiosamente”).

2.4.4 Coesão, coerência e indeterminação

Ainda de volta à Gramática Tradicional e sua classificação de sujeito indeterminado com a terceira pessoa do plural, podemos estabelecer um vínculo dos conceitos de coesão e coerência com a classificação daquele tipo de 'sujeito indeterminado'. O primeiro passo é saber se as instruções das gramáticas dizem no caso de indeterminação por p6 ou “sujeito gramaticalmente retomável” ou se só dizem “retomável pelo contexto”. A inquietação oriunda dessa dúvida é relevante, pois que ser retomável pelo contexto não implica, necessariamente, retomada gramatical. Por exemplo, numa frase como: “A polícia prendeu o marginal. Bateram muito nele”, só podemos admitir que “nele” retoma “marginal”. Intuitivamente, como falantes da língua portuguesa, inferimos que “bateram” retoma, contextualmente, o termo “polícia”. Como se trata de uma instituição, formada por homens – os policiais, intuímos que “policiais” bateram no delinquente. Porém, não podemos dizer que se trata de um sujeito, digamos, “determinado”, ou seja, não podemos dizer “os policiais”, de forma solta, sob pena de recairmos na “generalização indevida” (conceito que relacionaremos à indeterminação ulteriormente, de forma mais detida). Aliás, não é habitual fazer uma primeira referência a um

elemento discursivo novo (a uma informação nova) com artigos definidos. Assim, poder-se-ia dizer: “uns policiais bateram no delinquente”. Dessa sorte, resolveríamos o problema discursivo da informação nova e da generalização indevida.

No exemplo supramencionado, não podemos sustentar que o termo “polícia” seja sujeito de “bateram”. Segundo a abordagem aqui feita, seria redundante dizer “sujeito gramatical”, já que estamos a abordar apenas o conceito gramatical de sujeito, declinando de noções como “sujeito psicológico”, que, aqui, identificamos como “papéis temáticos”.

Os elementos da linguística textual são importantes nesta altura do trabalho. Associar um verbo no plural a um agente anteriormente expresso é manifestação do conceito de coesão.

Quanto à pergunta sobre a possibilidade de “indeterminação do agente com P6”, diremos que, na nomenclatura por nós utilizada, não é possível. “Indeterminação por P6” aplica-se apenas a sujeitos indeterminados; quando há um sujeito pleno ou oculto, pode haver “indeterminação do agente por pronome pessoal” (Eles) ou “por nomes em referência genérica” (as pessoas, os homens, etc).

Neste último caso de indeterminação do agente, é o caso de se averiguarem nomes coletivos ou singulares com a ideia de plural (ainda que, segundo a tradição gramatical, não sejam classificados como “substantivos coletivos”, por estarem em relação de metonímia).

Por exemplo, dizer “os homens são egoístas” equivaleria em certo sentido a “o homem é egoísta”. Neste exemplo, “homem”, substantivo singular, designa toda uma espécie, através da figura de linguagem denominada “metonímia”. Desse modo, cabe verificar se o processo denominado de indeterminação (do agente) por referência genérica (ver Santos Junior, 2010) não poderia ter uma subclassificação chamada de “indeterminação metonímica” ou “indeterminação por metonímia” (em ambos os casos, indeterminação do agente).

Fazemos, porém, uma ressalva: só cabe falar de indeterminação do sujeito, ou seja, da referenciação indeterminada que se constrói pelo SN sujeito ou por sua ausência, quando o sujeito for [+HUMANO], de modo que sujeito animais, vegetais ou minerais, por exemplo, todos [-HUMANO], não são suscetíveis de se classificarem como indeterminados. Vejam-se os exemplos a seguir: “os peixes são animais ariscos”; “o peixe é um animal arisco”. Em que pese o segundo exemplo ser ‘metonímico’ em relação ao primeiro, não cabe falar em indeterminação do papel temático do sujeito, pois que, no exemplo, ele é [-HUMANO].

Quanto à relação entre ‘coesão e coerência textuais’ e ‘indeterminação por P6’, cremos ser indissociável a relação entre eles. Cabe verificar se as gramáticas escolares e os livros didáticos com propostas pedagógicas diversas (das mais tradicionais às mais modern(os)as) citam, ainda que indiretamente, essa relação. Do mesmo modo, como dito

anteriormente, verificar não só as referências àquela em relação em números absolutos, mas também agrupar as obras de acordo com sua natureza (se didáticas para o Ensino Médio, se para o Fundamental; se obras teóricas; etc)

De acordo com as tendências atuais no ensino da Língua Portuguesa, o elemento textual não pode ser preterido no ensino, ou seja, tem-se descartado e mesmo condenado o ensino da língua como um objeto em si mesmo. No entanto, como observado em Santos Junior (2010), há certas incoerências didático-metodológicas em certas obras (principalmente as mais modern(os)as). Há livros que defendem um ensino “moderno” de língua, baseado no texto e no uso concreto da língua; todavia, ao se referirem à sintaxe da língua, expõem a nomenclatura oficial (NGB) e não a analisam; pior que isso, desperdiçam a oportunidade de vincular as estruturas sintáticas nomeadas pela NGB ao real uso da língua. É o caso da indeterminação por P6, ótima oportunidade para uma introdução ou aprofundamento dos conceitos de coesão e de coerência textuais.

Essa abordagem não se refere apenas à indeterminação do sujeito, mas a muitos outros fenômenos da língua derivados da NGB, como, por exemplo, ao sujeito oculto (ou elíptico). A distinção, digamos, semântico-discursiva, entre as estruturas nomeadas como ‘sujeito oculto’ ou ‘sujeito indeterminado’ é um processo cognitivo que é intuído pelo falante de língua portuguesa, pois que o usuário sabe distingui-los, a despeito do desconhecimento de qualquer nomenclatura. Tecnicamente, eis mais uma oportunidade para conciliar a nomenclatura oficial (que precisa ser ensinada na escola!) com a realidade da língua.

Se a análise puramente formal, da língua pela língua, através da língua e para a língua é inadequada, porque superficial, a análise diametralmente oposta é ainda mais superficial.

Imbuídos por um pensamento que varia entre o ingênuo e o canhestro, muitos estudiosos ‘modernos(osos)’ do Português têm preconizado a ideia insólita da abolição (do ensino) da gramática, instituindo um *laissez-faire* inverossímil. Esse extremo oposto da postura analisada no item imediatamente acima traz consigo muito mais prejuízos do que a gramatiquice, pois sonega ao aluno o domínio da norma gramatical padrão (seria objeto de pesquisa interessante comparar o ensino e os materiais didáticos das escolas públicas e privadas, por níveis, para verificar quais cederam ao canto da sereia, e o quão benéfico ou prejudicial para o desempenho dos alunos)

2.4.5 Raciocínios da indeterminação

Para aprofundar essa discussão, não prescindiremos da fundamentação de SCOTT, principalmente no que tange ao item 1.3 (Scott, 1980, p.105-116) dos raciocínios que permeiam e permitem uma leitura ‘eficaz’, ou melhor, dos processos que permitem que se leia “nas entrelinhas”.

Segundo Scott (1980, p. 102), são três os fatores que conferem a habilidade de ler um texto. Ei-los: conhecimento prévio; compreensão do *co-texto*, a ligação interna de um texto; e habilidades de raciocínio.

A primeira das habilidades se refere ao fato de nenhum texto poder dar todas as informações possíveis; sempre se fará necessária a complementação do leitor, com seus prévios conhecimentos. Esse conhecimento prévio pode referir-se ao conhecimento da língua em que se dá a comunicação; para nos comunicarmos em português, é preciso que o conheçamos; se não conhecemos uma língua, não seremos competentes para valeremo-nos dela para a comunicação. Além disso, o grau de domínio dessa língua pode fazer variar a competência do leitor (por exemplo, alguém que não domine bem o português pode ter alguma dificuldade em estabelecer, em certo contexto, relação semântica entre aluno, inspetor, recreio, sinal, carteira, isto é, pode não associá-las a um mesmo campo semântico – escola).

Outra sorte de conhecimento prévio é o que o autor chama de “conhecimento de mundo” (IDEM, P. 102). Esse conhecimento pode variar de pessoa para pessoa, em função de seu grau de instrução, de sua nacionalidade, de sua idade, etc. Há conhecimentos, por assim dizer, ‘universais’, como o fato de cães serem animais, de o Brasil ser um país, de a Terra ser um planeta, de que há água nos oceanos, etc. Todavia, há aqueles que são mais restritos a certo grupo de pessoas, como o fato de baleias serem mamíferos (Scott, idem).

A habilidade de compreensão do *co-texto* (Scott, idem, 103) é, em síntese, uma referência à coesão textual (idem).

Quanto às habilidades de raciocínio, Scott (idem 104-116) analisa-as detidamente, considerando sua abordagem “ainda um tanto provisória, já que não se sabe o suficiente sobre os fatores que tornam um texto fácil ou difícil de ler” (Scott, 1980, p. 104). Evidentemente, os avanços dos estudos em Linguística Cognitiva permitem-nos, atualmente, uma melhor compreensão acerca dos processos mentais de leitura e interpretação e compreensão de um texto. Todavia, foge dos propósitos deste capítulo aprofundar-se nessas questões. Além disso, o trabalho de Scott mostra-se ainda relevante e permite uma compreensão satisfatória das

habilidades implicadas na leitura/ compreensão de um texto. São elas: (a) fornecimento de informações não dadas; (b) percepção de semelhanças e diferenças; (c) percepção de relações de causa e efeito; (d) flexibilidade de arranjo mental; (e) percepção de funções não explícitas; (f) percepção de comentários de ironia; (g) habilidade de distanciamento do texto.

Todas essas habilidades, naturalmente, se devem aplicar à compreensão do sentido de indeterminação do sujeito/ indeterminação do agente. Examinaremos a seguir algumas delas, exemplificando-as com casos de indeterminação do sujeito (para mais detalhes, ver Scott, 1980).

A primeira das habilidades, que consiste em fornecer informações não dadas é assaz patente nos processos de indeterminação do sujeito/ do agente. Por exemplo, quando um cidadão vai ao estacionamento do shopping e não encontra seu carro onde o deixara, pode, num ímpeto, afirmar: “Roubaram meu carro!”; se o deixou em local onde o estacionamento é proibido, também pode exclamar: “Rebocaram meu carro!”; em ambos os casos, cabe a declaração: “Levaram meu carro!”. Nesse caso de indeterminação, é justamente na informação não dada que repousa o propósito discursivo: o agente é indeterminado, não se sabe quem o fez, quer-se que o interlocutor tenha essa noção de indefinição, de incerteza.

A referência ao co-texto é também necessária. Dizíamos que, em ambos os contextos acima exemplificados, poderia nosso infeliz cidadão dizer que “levaram” seu carro. Seus eventuais interlocutores poderiam retomar essa informação não dada (isto é, se ‘levar’ é sinônimo de ‘roubar’ ou de ‘remover’) pelo contexto: num estacionamento de shopping, diz-nos nosso conhecimento de mundo, pelo menos de Brasil, que dificilmente seu carro tenha sido rebocado, provavelmente foi roubado (ou, mais precisamente, furtado). Em uma área em que se encontra a placa de “proibido estacionar”, ambas as hipóteses são plausíveis. Se houver vários agentes de trânsito, junto à placa, é mais plausível a remoção; se for em uma rua escura, sem nenhum guardador, é mais plausível o furto.

No que tange aos raciocínios, o fornecimento de informações não dadas já foi abordado. Analisemos o tópico (b) percepção de semelhanças e diferenças. Nota-se que em um texto há elementos de coesão que podem marcar oposição (por exemplo, as conjunções coordenativas adversativas), conclusão (as conclusivas), etc. Além disso, há verbos que designam ações materiais, outros que designam processos mentais, etc. No exemplo acima, sabemos que “roubaram”, “furtaram”, “levaram”, são exemplos de ações que possuem um agente, ao contrário de “pensaram”, “quiseram”, “imaginaram”, “desejaram”, de cunho mental.

O item (E) faz alusão a questões pragmáticas. Por exemplo, imagine-se em um escritório o seguinte diálogo entre dois colegas de trabalho:

(30) - “estão ao telefone”.

(31) - “estou ocupado”.

(32) - “tudo bem”.

É natural que se compreenda que o enunciador 1 (30) tenha querido informar ao enunciador 2 (31) que alguém o estava esperando ao telefone. O enunciador (31), a seu turno, alega que não poderá atender, pois estava ocupado; o enunciador 1 (32) mostra que compreendeu a mensagem. É de notar o inusitado de se pensar que o enunciador 1 (30) estivesse fazendo uma mera constatação, uma simples declaração de que “estavam ao telefone” e que o enunciador 2 (31) nada tivesse que ver com isso. Tampouco seria natural entender o “estou ocupado” do enunciador 2 (31) como simples declaração. Esses processos mentais são de ordem prática, pragmática; daí Scott dizer que nem tudo é dito em um texto; há informações que os coenunciadores e os leitores (ou ouvintes) compreendem por razões pragmáticas, por razões cognitivas, discursivas.

O item F trata das percepções de comentários irônicos. A indeterminação do sujeito é aplicável a esse propósito. Imaginemos uma situação em que a esposa chega a casa e vai procurar pelos bombons que deixara guardados. Surpresa (e faminta) não os encontra. Já que mora apenas com o esposo (glutão) supõe que só “só pode ter sido ele”. Em vez de brigar ou de acusar o esposo dirige-se a ele e diz: “comeram meus bombons que estavam na geladeira”. Essa situação bem comezinha mostra a ironia do comentário da esposa. Ela fala como se não soubesse quem o fez (e para isso serve a indeterminação).

O Item (G) ocorre em uma situação em que se vê escrito em uma placa: “Atenção, analfabetos! Ensina-se a ler e a escrever” (obviamente um analfabeto não poderia ser público alvo de uma mensagem escrita).

2.5 Contribuições da análise do discurso

Não temos por objetivo filiar-nos a esta ou àquela ‘corrente’ da Análise do Discurso, mas procuramos subsídios em seus conceitos fundamentais para melhor analisar a estruturação dos períodos em textos, os quais se materializam em determinado gênero.

Nosso *corpus* compõe-se de entrevistas, isto é, de um determinado gênero textual. Para analisá-lo, no prisma teórico, recorremos a Marcuschi (2005).

Neste item, discutiremos os conceitos de: texto, fatores de textualidade, tipologia textual, gêneros textuais, discurso, níveis de linguagem.

Podemos dizer que o texto é caracterizado por unidade de sentido. Comunicamo-nos não através de orações ou de períodos, mas sim através de textos. Note-se que o texto tem estrutura maleável, não havendo limites para ele. Um texto pode ser um simples palavra (como um aviso de silêncio em um hospital), como pode ser um livro extensíssimo (como a Bíblia ou o Corão). Esclarecemos que só nos interessam manifestações textuais de linguagem verbal, preterindo, pois, a linguagem não verbal (a despeito de sua relevância). Para tanto, é imprescindível analisar e reconhecer os fatores de textualidade.

A noção de tipologia textual será aqui analisada, de modo a buscarmos subsídios para uma melhor análise do gênero textual entrevista, *corpus* deste trabalho. Seguindo Werlich e Marcuschi, adotaremos a noção de tipologia textual que admite: narração, injunção, exposição, descrição, argumentação (Marcuschi, 201, p.23). Verificaremos também qual dessas tipologias é mais ou menos frequente com a indeterminação. Segundo Marcuschi, essa costura entre as tipologias é o que materializa a coesão textual. Marcuschi (210, p. 23) expõe o que segue:

Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela *natureza linguística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*.

Ainda nos socorrendo do estudioso, podemos afirmar que os tipos textuais são construtos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas; os tipos textuais são constituídos por “sequências linguísticas e não são textos empíricos”. Além disso, o e tipos textuais formam “um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal”; os tipos textuais são “designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição”.

Essa mesma divisão da tipologia textual é encontrada em Werlich (1973). Baseando-se nessa visão, pode-se dizer que os tipos textuais são bases temáticas.

À base descritiva corresponde um verbo estático, ou seja, que não expressa movimento, deslocamento, mas antes imobilidade, perenidade. Os tempos verbais usuais são o presente ou o imperfeito. Sintaticamente, nota-se um complemento verbal (por exemplo, um objeto direto) e uma circunstância de lugar, introduzida por adjunto adverbial de lugar. A base descritiva apresenta um estado de coisas, caracteriza um ser, um ambiente ou uma coisa. A noção de localização é predominante.

Como se percebe, a noção tipo de texto apela para conceitos “gramaticais”, ou melhor, pela “natureza linguística”. Essa observação faz-nos perceber que o texto parte, do nível estritamente linguístico (aspectos morfossemânticos, morfossintáticos, lexicais, etc), formando bases temáticas (os tipos de textos) que se vão encadeando, formando uma tessitura, isto é, o texto, que por sua vez, se manifesta através de um determinado gênero textual.

Prosseguindo com os tipos textuais, deparamo-nos com a tipologia narrativa, cujo enunciado tem um verbo de mudança no pretérito (aspecto morfológico); morfossintaticamente, há circunstâncias de tempo e de lugar (adjuntos adverbiais – representados por advérbios ou locuções adverbiais de tempo ou de lugar). A narrativa indica ação.(referência temporal e espacial, com ênfase na sequência temporal). Azeredo (2008, p.86) acrescenta que a narração apresenta ações ou por simples sucessão temporal ou por relação de causa e efeito.

A sequência de base (como também se pode chamar a tipologia textual, justamente por serem sequências linguísticas que estão na base do texto, unindo-se para formá-lo) expositiva pode subdividir-se em sintética ou em analítica. A sintética funda-se no processo de composição (que é uma síntese). Morfologicamente, o verbo está no presente; sintaticamente, há sujeito, predicado e um complemento com grupo nominal; através desse mecanismo se identificam fenômenos.

A exposição analítica se caracteriza por estabelecer relação parte-todo entre o complemento verbal e o sujeito da oração. Trata-se de um processo de decomposição. Sintaticamente, encontramos sujeito, predicado e complemento verbal; morfologicamente, predomina o verbo TER e seus correlatos semânticos como conter, possuir, consistir, compreender, etc. Essa base textual liga fenômenos.

A base argumentativa caracteriza-se por atribuir qualidade. Segundo Azeredo (2008, p.88) é o “encadeamento de proposições com vistas à defesa de uma opinião e ao convencimento do interlocutor”. Ainda segundo o professor, essa Base textual se caracteriza

por alguns tipos de conectivos: os condicionais, concessivos ou contrastivos, conclusivos, etc. Segundo Azeredo há a articulação entre uma tese (uma opinião a ser defendida) e uma sequência de argumentos que a sustentam. Na verdade, Azeredo não cita exhaustivamente todos os tipos de conectivos. Como o conceito de base textual se funda nas sequências linguísticas, podemos asseverar que todos os conectivos coordenativos e subordinativos adverbiais, além dos pronomes relativos que introduzem as orações adjetivas, em princípio, são capazes de estar presentes na argumentação, justamente por estabelecerem relações sintático-semânticas marcadas entre as orações (ao contrário das subordinativas substantivas – cuja função é explicitamente sintática).

É de notar, no estudo das bases textuais, a importância dos conceitos e estruturas gramaticais (o que é muito interessante de realçar, principalmente em referência aos modernos que preconizam a abolição sub-reptícia da gramática).

A base injuntiva apresenta o verbo na forma imperativa. Essa base incita a ação. Naturalmente, pode ser ordem, conselho, sugestão (por exemplo, com um verbo dever)

O conceito de gêneros textuais também deve receber tratamento atencioso, já que o *corpus* será de entrevistas. Logo é importante estabelecer fundamentos para caracterizar. Segundo Bakhtin⁷, os gêneros são ‘relativamente estáveis’; isso mostra que não os podemos alterar a nosso bel-prazer, tampouco que somos escravos de padrões totalmente rígidos. Não há propriedades necessárias e suficientes para se definirem os gêneros textuais. Por consequência, podemos dizer que os gêneros se devem definir através de protótipos e não da visão clássica de conceito (ver Pontes, 1986).

O gênero é um arcabouço, que implica conteúdos (ver MARCUSCHI). Nas palavras do autor:

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sociocomunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros textuais seriam: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio*(...)

Segundo o autor, o conceito de gênero textual refere-se a “realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sociocomunicativas”; os gêneros “constituem textos

⁷ Mantivemos nesta Tese a referência a Bakhtin como consta nos livros publicados no Brasil. Não é nosso interesse questionar aqui o tema defendido por Bronckart e Bota no livro “Bakhtin Desmascarado”.

empiricamente realizados, cumprindo funções em situações comunicativas”; além disso, Marcuschi assevera que “sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função”.

Por conseguinte, podemos inferir que, nessa óptica, o conceito de gênero está ligado ao de diversidade (pois há um inventário praticamente aberto de gêneros, pois, à proporção que novas necessidades sociocomunicativas surjam, novos gêneros surgirão). Marcuschi, aliás, chega a defender a posição de que só nos comunicamos através de gêneros.

Outrossim, podemos apreender das noções de Marcuschi que o gênero se liga ao aspecto sociocomunicativo; ou seja, nasce da relação entre sociedade e comunicação; o gênero surge para que haja comunicação e possibilita essa mesma comunicação.

Por fim, podemos dizer que o gênero textual se prende a realizações concretas, isto é, formas e estruturas linguísticas que, reunidas num certo molde (o do gênero) cumpre a função de permitir e de estabelecer o evento comunicativo.

2.6 Vagueza, ambiguidade e os graus de indeterminação

Falar de indeterminação do sujeito pode, em muitos casos, gerar confusão sobre o que é indeterminado e o que é vago. Vamos estabelecer conceitos para melhor análise do fenômeno “indeterminação do sujeito”.

O conceito de vagueza pode ser entendido como 'falta de detalhes específicos' sobre determinado item linguístico. De fato, na vagueza, sabe-se do que se está falando, contudo, certos matizes semânticos não são nítidos. Por exemplo, o caso de “uma pessoa”; sabe-se tratar-se de um ser humano; todavia, não se lhe dá a conhecer o sexo, nem a idade, por exemplo. Já em “uma mulher”, sabemos tratar-se do sexo feminino e, provavelmente, em idade adulta; em “uma menina”, além do feminino, é certo que é criança ou muito jovem. Indubitavelmente, o contexto extralinguístico pode nos fornecer elementos valiosos para especificar as particularidades; no entanto, o sentido “básico” já é compreensível. Nesse sentido, os pronomes indefinidos seriam vagos por definição.

O conceito de ambiguidade consiste em, para determinada estrutura linguística, haver mais de um sentido possível. O contexto ajudar-nos-á a reconhecê-lo. A ambiguidade se diferencia, pois, da vagueza, porquanto esta se caracteriza por ausência de nitidez de determinados matizes semânticos de um sentido dado, ao passo que aquela se caracteriza por incerteza quanto ao sentido pertinente ao texto (pois há mais de um possível).

É natural que se reconheça forte vínculo entre vagueza e indeterminação. O conceito de indeterminado pode ser confundido com o de vago. Cumpre, por conseguinte, estabelecer distinção entre eles, para esta tese. A indeterminação será aqui tratada como recurso sintático-semântico. A vagueza dirá respeito à referência dos itens lexicais (ou seja, à quantidade de matizes de significado que eles trazem, especificando mais ou menos dado elemento da realidade). Desse modo, podemos dizer indeterminação de qualquer termo argumental da oração, como por exemplo, do sujeito, do objeto direto, do complemento nominal, do agente da passiva, etc.

Algumas observações importantes. Primeiramente, essa classificação não é absoluta, mas antes um critério próprio para análise do *corpus*. Segundo, a indeterminação aqui tratada será a que ocorrer no lugar sintático do sujeito, pois que, sintaticamente, nossa tradição gramatical só reconhece “indeterminação do sujeito” e não dos complementos verbais. Terceiro, não queremos obter visibilidade detratando a tradição gramatical, pois a consideramos importante referência para os estudos linguísticos. Quarto, nada impede que se estude a indeterminação dos termos acessórios e dos integrantes.

Dessa relação vagueza-indeterminação, nascem os “graus de indeterminação do sujeito” (ver Macedo, 1991).

2.7 Dêixis, Índice e Indeterminação

A indeterminação do agente através de pronome pessoal explícito merece observação à parte.

Os pronomes pessoais do caso reto (como são tradicionalmente conhecidos) exercem, de ordinário e prototipicamente, a função de sujeito. Eles se referem às pessoas do discurso, não se restringindo a um determinado elemento particular (ao contrário, por exemplo, dos ditos substantivos próprios). Na verdade, só podemos estabelecer a ‘referência’ a um pronome pessoas reto no CONTEXTO. Graças a essa circunstância, chamamo-los de DÊITICOS. Por exemplo, numa frase como:

(a) Eu cheguei muito atrasado ao trabalho hoje.

A palavra EU, via de regra, faria referência a um único ser [+animado]; entretanto, qualquer um poderia estar nessa posição, bastando ser o enunciador. Todos poderiam ocupar essa posição, cada um a seu turno. A referência ao contexto é que nos permitirá saber quem proferiu a declaração, ou seja, a quem se refere o pronome EU.

Há autores que chamam o uso de pronomes retos, como no caso acima, não apenas de dêixis, mas de indicialidade. Como o pronome EU só pode ter um referente (ou seja, só haveria um enunciador – se houvesse dois ou mais, ou um falando em nome de vários, usar-se-ia o pronome nós, número plural) ele é índice.

Não obstante, a indeterminação do agente com pronomes pessoais SUPERA a indicialidade do pronome pessoal. Se o mesmo exemplo (a) acima estivesse em referência genérica, a indicialidade seria superada (não digo anulada): nessa indeterminação, além de referir-se ao próprio enunciador, falando-se em tese, faz-se referência qualquer um que estivesse pronunciando a declaração. Na verdade, essa indeterminação por P1 estimula a leitura pela qual todos podem se colocar no lugar do enunciador e serem também enunciadores da mesma declaração. Tratar-se-ia de uma projeção (linguístico-discursiva) do enunciador em outros.

Portanto, podemos interpretar a indeterminação por P1, nesse mecanismo de superação da indicialidade, como um caso de ambiguidade em potencial.

Naturalmente, deve-se notar toda a peculiaridade dessa indeterminação, que veremos adiante. Cabe, pois, ao analisar o *corpus*, buscar responder às seguintes questões:

- (1) A indeterminação por P1 tem algum tempo verbal prototípico?
- (2) A indeterminação por P1 tem algum mecanismo textual-disucursivo que convide, ainda que sutilmente, o leitor/ouvinte a se colocar no lugar do enunciador? Qual(is)?
- (3) Esse mecanismo é comum a todas as indeterminações por pronomes pessoais?

Além dessas questões, devemos atentar para eventuais conteúdos (político, familiar, financeiro, etc.) que favoreçam ou dificultem essas (e outras) formas de indeterminar o agente/sujeito.

2.8 O gênero textual entrevista

À vista do que se viu neste capítulo, estamos aptos a nos deter sobre o gênero textual entrevista, *corpus* desta Tese. Pode-se dizer que a entrevista é uma conversa controlada. Além disso, cabe ratificar que nossas entrevistas são publicadas em suporte escrito (ou digital), havendo distanciamento temporal entre o face a face entrevistado-entrevistador e a degustação do leitor, o que não sucede numa entrevista ao vivo, na qual inexiste tempo para edições. Desse modo, o que falarmos aqui para o gênero entrevista refere-se apenas a entrevistas

“página amarela” há inserção de uma folha inteira (2 páginas) com outro anúncio publicitário. Desse modo, o leitor acaba tendo contato com ‘comerciais’ no início da entrevista e, inevitavelmente, durante a leitura da entrevista. Mesmo que não se dê muita atenção ao anúncio em si, o grau de exposição a ele é elevado (pelo menos para quem ler a seção de entrevistas).

3 METODOLOGIA

Para a consecução desta Tese, escolhemos por *corpus* a seção das Páginas Amarelas da Revista Veja, isto é, seção de entrevistas. O período analisado vai de janeiro de 1999 a junho de 2010. O critério para a seleção do período foi a disponibilidade online dessa seção em formato *HTML. Todo o acervo digital de VEJA, desde suas primeiras edições está disponível na internet. Todavia, estão em formato de imagem digitalizada, impedindo os programas atuais de computador (não incluídos programas de reconhecimento de caracteres digitalizados) de trabalhar os caracteres, exigindo a digitação de todos os textos. A fim de trabalharmos a análise em computador, o *HTML, conversível em *DOC ou *TXT, mostra-se muito produtivo. Considerando ainda que nosso *corpus*, com esses critérios adotados, possui quase 600 textos (cada um com aproximadamente três laudas), julgamos que o quesito quantidade torna-o relevante.

Deve-se saber que excluiremos do *corpus* de análise os textos de personalidades estrangeiras não lusófonas. A razão é bem evidente: um estrangeiro não lusófono dá a entrevista em outro idioma. Quando o estrangeiro é lusófono ou fala português isso é informado na introdução à entrevista. Considerando que o Português, infelizmente, ainda não tem *status* de língua universal, é de esperar que um estadunidense não dê a entrevista em português, mas em inglês (ao contrário do que sói suceder com brasileiros entrevistados no exterior).

A Revista 'traduz' a entrevista para o português; não temos, por conseguinte, acesso às palavras do entrevistado, mas à tradução da Revista. Note-se que a Revista não cita quem traduz o texto, querendo transparecer que não houve tradução e que o texto ali expressa fidedignamente o pensamento do entrevistado. Essa discussão é pertinente para trabalhos que versem sobre a natureza do texto vertido/traduzido, o que é objeto relevante de pesquisa, mas que foge aos propósitos desta tese.

Note-se, nesse sentido, que a própria entrevista dos lusófonos é EDITADA, visto que a entrevista de VEJA é gênero oral. Há um *tête-à-tête* entrevistador-entrevistado, o que se constata pelas perguntas e respostas interativas. No entanto, a entrevista, como é óbvio, é publicada na forma escrita. “Erros de português” são “corrigidos”, expressões são adequadas, etc. Entretanto, marcas de oralidade ainda prevalecem, muitas das quais são os processos de indeterminação aqui estudados.

Apesar de trabalharmos com *corpus* eletronicamente obtido, nosso trabalho não pertence à linguística de *corpus*, mas sim à linguística com *corpus*, ou seja, obtivemos os dados eletronicamente, mas não usamos programas para tratá-los exclusivamente de forma eletrônica (*softwares* desse jaez, para análises sintático-semântico-estilístico-discursivas da indeterminação do sujeito em português ainda não estão disponíveis). Optamos, por conseguinte, pelo tratamento tradicional de analisar texto a texto.

Cada entrevista é seguida de um breve comentário de nossa parte, citando o nome do entrevistado, o assunto principal do texto, o domínio discursivo, notas biográficas, se relevantes, formalidade ou informalidade na entrevista, dentre outros fatores com pertinência *ad hoc*.

Em cada entrevista, realçaremos todos os casos de indeterminação do sujeito (ou do agente), classificando-as. Da mesma forma, destacaremos todos os tipos textuais (cf. Werlich), destacando que tipo de texto compõe a sequência textual em que sucede cada caso de indeterminação.

A sistematização de resultados procurará revelar o total de casos de indeterminação (por tipo de indeterminação), bem como sua relação com o gênero textual entrevista, e com a formalidade ou informalidade do texto. Distinguiremos as realizações de indeterminação do entrevistador das do entrevistado. Os domínios discursivos também serão associados à indeterminação. Fatores com sexo, *status* socioeconômico e acadêmico serão considerados também.

4 ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS

Neste capítulo, mostraremos os diversos recursos de indeterminação do sujeito em língua portuguesa, a partir de exemplos predominantemente extraídos de nosso *corpus*. Importa ratificar que, em português, se indeterminam apenas sujeitos [+humanos]. Os demais casos de referência indeterminada ([-humanos]) não serão aqui tratados, por fugirem aos propósitos investigativos desta pesquisa.

Nosso objetivo será demonstrar como se constrói a referência indeterminada a partir do lugar sintático do sujeito, esteja ele materializado ou não. Pelos excertos aqui selecionados, poder-se-á observar um dos inúmeros recursos da língua portuguesa de generalização, de indefinição, de imprecisão. Todos esses recursos são aqui tratados como “referência indeterminada”. Enfim, veremos a língua em funcionamento construindo realidades e verdades, ou seja, a referência.

4.1 Referência Genérica: o léxico e a indeterminação

Muitos estudos atribuem o rótulo de “referência genérica” a sintagmas nominais (SNs) sujeitos que contenham os seguintes traços: [+HUMANO], [+GENÉRICO]. Por conseguinte, trata-se de processo de indeterminação de sujeito pleno, pois que o lugar sintático sujeito encontra-se preenchido. Nesta tese, chamá-lo-emos de referência genérica, tendo em vista os pressupostos teóricos citados anteriormente.

Esse processo de indeterminação é muito frequente e não é explorado pelas Gramáticas de Língua Portuguesa, muito menos pelos modernos(os) livros didáticos de língua portuguesa. É necessário saber que esse mecanismo sequer é considerado como de indeterminação do sujeito pela tradição gramatical.

Como esse mecanismo de indeterminação se dá com um SN, podemos dizer que é de ‘inventário aberto’, sendo inumeráveis todas as possibilidades de realizá-lo. A referência indeterminada está fortemente vinculada ao LÉXICO da língua, explorando artifícios discursivos e pragmáticos para indeterminar. Limitar-nos-emos a citar algumas das principais ocorrências mais frequentes em nosso *corpus*. Isso porque encontramos um total de 4215 ocorrências de referência genérica.

Essa forma de indeterminar está intrinsecamente relacionada à escolha dos SNs sujeitos das orações. Trata-se de recurso identificável no texto, a partir da apresentação de informações pouco precisas sobre a identidade do sujeito, ou mesmo de generalizações, de

falas hipotéticas ou exemplificativas. Pode ser mesmo um recurso de referenciação que expressa a não importância, a irrelevância ou mesmo o desprezo pela identidade do sujeito.

Sem dúvida, o núcleo verbal é de grande importância nesse mecanismo de indeterminação do sujeito, mas não é o único fator a considerar (ao contrário do que sucede com as indeterminações em orações sem sujeito, conforme veremos adiante). É o SN que constrói, pela sua presença, a referenciação imprecisa, vaga, genérica, aqui agrupadas como “indeterminadas”, embora, em muitos casos, só as propriedades verbais nos permitiram afirmar se se trata de sujeito [+humano] ou não.

À guisa de exemplificação inicial, vejamos no excerto abaixo um SN em referenciação genérica: O PESSOAL. Apesar de poucas 7 ocorrências em nosso *corpus*, julgamos necessário apresentá-lo como exemplo, pois é frequente na oralidade (a entrevista em VEJA, conquanto seja um gênero oral é revisada e revestida de uma certa formalidade).

VEJA, 27/02/08

EDIÇÃO: 2049

Entrevista: Alice Braga

VEJA – Você usa o sobrenome da sua mãe, Braga, mas fala o mínimo possível sobre o fato de ser sobrinha de Sonia Braga. Vocês não são próximas ou é pudor de capitalizar a fama de sua tia?

ALICE – Na verdade, passei a usar Braga em vez de Moraes, que é o sobrenome do meu pai, porque em pequena eu ia aos sets de filmagem de comerciais com a minha mãe e, como falo pelos cotovelos e sou muito extrovertida, *começaram* (P6) (33) a me convidar para fazer comerciais também. *O pessoal* [REF GEN – O PESSOAL] (34) dizia: "*Vamos* [P4] (35) chamar a Lili, a filha da Aninha Braga". E acabei virando Lili Braga. Mais tarde troquei o Lili por Alice porque depois de certa idade apelido não dá, né? Mas sou fã do trabalho da minha tia. Não a menciono muito porque nunca passamos grandes períodos perto uma da outra. Quando eu nasci, ela morava fora. Agora ela voltou e eu é que não paro aqui.

Notemos “o pessoal”, em destaque, juntamente como a P6 ‘começaram’ e com a P4 ‘vamos’. O uso de ‘o pessoal’, para indeterminar o agente, é assaz frequente na oralidade. Sem dúvida, esse SN em referência genérica realiza diversos graus de indeterminação, pois que seu conjunto universo de referentes possíveis é variável. O SN “o pessoal”, nessa acepção, se pode referir a um grupo de pessoas, a toda uma cidade, a todo um país, etc; sua extensão não é limitada; pode mesmo ser usado como indeterminação, digamos, “irônica” (em que se indetermina o sujeito/ou seu papel temático, com nítida referência a um interlocutor).

Pelo contexto, no excerto acima, pode-se identificar que ‘o pessoal’ se refere a elementos humanos dos sets de filmagens. Não necessariamente são os mesmos elementos,

podem ser elementos dispersos, cada qual em um set de filmagem respectivo. O texto não dá pistas nesse sentido; e isso é pertinente ao fenômeno da indeterminação.

É de notar as relações de coesão textual relativas ao SN ‘o pessoal’. Primeiramente, note-se que o SN é anafórico de uma indeterminação por P6. Note-se ainda que é retomado em polifonia genérica por um ‘vamos’, em P4, que reproduz uma fala desse ‘pessoal’.

Vejamos a seguir mais casos de referência genérica, nos excertos abaixo.

VEJA, 29/10/08

EDIÇÃO: 2084

Entrevista Fernanda Young, escritora, roteirista e entrevistadora

VEJA - A senhora se ama?

YOUNG - Não, eu não me amo. Quer dizer, aprendi a me amar. Principalmente depois que tive filho. Só o que estou querendo dizer é que não aguento o convívio com pessoas que [REF GEN - RELATIVO] (36) acreditam em coisas prontas. Eu não suporto gente que [REF GEN - RELATIVO] (37) entende de vinho. O sujeito [REF GEN] (38) fica entendendo de vinho, cheirando rolha... Eu não tenho paciência. Mas me interessa como escritora porque posso criar ótimos personagens cheiradores de rolha. Vai fazer outra coisa, vai falar besteira. É ótimo falar besteira. Quantas pessoas hoje em dia não se permitiram a hipótese de ser escritoras porque leram meus livros e consideram que alguém que fala besteiras pode também escrever bem?

Notam-se aqui alguns SNs em referência genérica: pessoas, gente, o sujeito. São todos SNs que possuem os traços [+HUMANO] e [+GENÉRICO]. São SNs que se referem ou a toda uma coletividade (ainda que restrita pelo uso do relativo em (36) e (37)) ou um elemento indiferenciado (38), que pode ser qualquer um.

Enquanto o SN “o sujeito” se liga diretamente ao verbo de sua oração, aqueles outros SNs são antecedentes de pronome relativo (pronome que). Essa relação entre a referência genérica e pronome relativo anafórico é assaz comum em nosso *corpus*, sendo recurso por demais produtivo, além de demonstrar uma vez mais, e mui contundentemente, a necessária análise gramatical recorrendo a aspectos textuais e vice-versa. Trataremos dessa relação indeterminação-relativos mais adiante.

O uso de “o sujeito” em nosso *corpus* foi mais relevante que o de “o pessoal”, perfazendo um total de 27 ocorrências.

VEJA, 17/12/08

EDIÇÃO: 2091

Entrevista Geddel Vieira Lima, Ministro da Integração Nacional

VEJA- O senhor considera que as urnas substituem os tribunais?

GEDDEL - Uma vez eleito, o sujeito (39) tem legitimidade para disputar (40) posições no Parlamento.

Podemos aqui verificar mais uma ocorrência de O SUJEITO, SN em referência genérica, associado a um infinitivo. Trata-se de uso análogo ao do trecho anterior, fazendo-se menção a um sujeito qualquer, a qualquer um que se eleja. Ratificamos: o fato de o termo estar no singular não retira sua força de indeterminação.

Mais uma ocorrência de referência genérica muito frequente em nosso *corpus* nota-se no trecho abaixo:

VEJA, 07/06/06

EDIÇÃO: 1959

Entrevista: Geraldo Alckmin

VEJA - Desde o lançamento de sua pré-candidatura, a distância entre o senhor e o presidente Lula nas pesquisas aumentou de 16 para 21 pontos percentuais. A que atribui isso?

ALCKMIN – As pessoas (41) se impressionam muito com pesquisa. Pela série histórica, a situação não mudou. Estou tranquilo: treino é treino, jogo é jogo. Jogo é 15 de agosto, que é quando começa o horário eleitoral.

O SN AS PESSOAS é uma das estruturas mais produtivas para a consecução da referência genérica em português. Só em nosso *corpus* encontramos 136 ocorrências desse recurso de referenciação indeterminada. Primeiro, porque o traço [+HUMANO] é explícito; segundo, porque se vale do número plural para esses humanos, aumentando o grau de abrangência do seu conjunto universo de referentes possíveis. Em suma, é uma referência de grau de indeterminação elevadíssimo.

Uma forma variante dessa estrutura é “a pessoa”, menos frequente (38 ocorrências), embora seja expressiva.

Entretanto, há outras expressões também muito produtivas na referência genérica que geram, por vezes, certa hesitação em seu reconhecimento. Veja-se a passagem a seguir.

VEJA, 02/08/06

EDIÇÃO: 1967

Entrevista: Eliana Cardoso, economista.

VEJA – A senhora elogiou o Banco Central. Isso soa meio sacrílego em um país onde o esporte nacional é colocar a culpa de tudo nos juros altos...

ELIANA – O responsável pelos juros altos no Brasil não é o Banco Central, mas a política fiscal. Se o governo [REF GEN] (42) gasta muito, o Banco Central [REF GEN] (43) não tem alternativa senão aumentar [INF - REF GEN] (44) os juros para cumprir [INF - REF GEN] (45) bem sua principal missão, que é controlar [INF - REF GEN](46) a inflação. O governo [REF GEN](47) gasta muito mais do que arrecada [P3 - REF GEN](48) e isso gera duas grandes distorções na economia. A primeira é que os juros altos necessários para combater a inflação inibem os investimentos que o setor privado [REF GEN](49) precisa fazer para aumentar [INF - REF GEN](50) sua capacidade de produção. A segunda é o aumento abusivo dos impostos. Se nós, brasileiros, não conseguirmos obrigar os governos a colocar [INF- REF GEN](51) um teto no volume de crescimento dos gastos públicos, estaremos condenados a taxas medíocres de crescimento.

“O governo”, ocorrências (42) e (49), é usado acima no sentido de indeterminação do papel temático do sujeito. Percebe-se que ele é retomado por infinitivos (44), (45) e (46) e por P3 (48). Mais uma prova de que a compreensão dos fenômenos de indeterminação se dão no uso concreto da língua, manifestos nas relações de coesão textual.

A ocorrência frequente do SN O GOVERNO em referência genérica em nosso *corpus* demonstra sua produtividade nos mecanismos de indeterminação em estudo com um total de 105 ocorrências. Por trás (ou pela frente) dessa palavra se inclui todo um grupo de individualidades. No caso brasileiro, por se tratar de uma suposta democracia representativa, entende-se que ninguém governe sozinho; aliás, cumpre observar que o item lexical 'governo' costuma referir-se ao Poder Executivo (normalmente Federal, mas também possível Estadual ou Municipal). Entretanto, o próprio chefe do Poder Executivo não consegue governar isoladamente, não só porque a demanda de responsabilidades é enorme (e elas são delegadas a assessores), como também porque o Legislativo precisa aprovar muitas das medidas do 'governo' (caso contrário, viveríamos em uma Autocracia – apesar de mesmo os Absolutistas terem que compartilhar uma base de apoio e de assessores...). Cumpre observar que é na acepção do chefe do Executivo juntamente com todos os assessores, de todos os escalões, que tomaremos aqui o sentido do item lexical 'governo'.

Por conseguinte, a palavra 'governo' se reveste de forte carga ideológica, tanto por parte de seus integrantes (ou apoiadores), bem como por parte dos que lhe fazem oposição. Em nosso *corpus*, dificilmente sucede a ocorrência desse item lexical desprovido dessa carga ideológica, dificilmente aparece de forma 'neutra'.

Destaque-se que os opositores ao governo impõem a esse item lexical, bastas vezes, um forte tom de denúncia (à guisa da indeterminação por P6). Já no caso de membros ou simpatizantes do governo, há um tom simétrico, de abono ou de defesa a ações do Executivo

(aliás, aqui nessa declaração, “executivo”, embora não seja sujeito, traz consigo a ideia de indeterminação aplicável a governo, sendo como sinônimos).

Interessa ainda observar, nesse sentido, que por vezes, no *corpus* usa-se o nome do chefe do Executivo, em vez de 'governo'. Tal estratégia deve ser analisada do ponto de vista pragmático e discursivo: ao enaltecer o governo federal, a base governista pode citar o nome da presidente; ao criticar esse mesmo governo, ou denunciar-lhe os desvios éticos, a oposição pode personificar tudo na figura de presidente. São estratégias 'político-discursivas', que cumpre se analisem em trabalhos outros.

Cabe ainda um questionamento: o porquê de arrolarmos 'o governo' como referência genérica e não como nominalização. Sem dúvida, o substantivo governo é abstrato, derivado do verbo governar. Todavia, parece-nos que a noção de 'ação daqueles que governam' tem sido preterida à noção 'aqueles que governam'. Como explanaremos a seguir, ao tratarmos das nominalizações, o que se destaca é a noção de processo sobre seus agentes. Por isso se vê que nenhuma classificação, em se tratando de linguagem, deva ser absoluta, mas antes flexível e aberta à deriva própria das línguas; em outros termos, devemos priorizar as conceituações prototípicas em detrimento das conceituações clássicas.

Poder-se-ia dizer que a frequência expressiva de forma de indeterminar o sujeito, no *corpus*, se deve ao fato de que o tema 'política' é muito frequente nas entrevistas das páginas amarelas de VEJA. Isso é inquestionável, porém, não deixa de ser muito relevante notar as diversas estratégias de indeterminação do sujeito, nos diversos gêneros textuais circulantes em português. Como já dito, a referência indeterminada é “aberta” a inovações, sendo praticamente ilimitadas as suas possibilidades.

Outra contribuição do excerto acima é o SN O BANCO CENTRAL, ocorrência (2). Um brasileiro de mediana (in)formação, já saberá que se trata de uma instituição pública e, possivelmente, que é o regulador de juros e câmbio, dentre outras atribuições. Entretanto, o exemplo do *corpus* atribui ao 'banco central' um ato deliberado, tipicamente humano, aumentar a taxa de juros para bem “cumprir sua missão” de controle da inflação. Nota-se, pois, que a referência a instituição, nesse contexto, não é à sua infraestrutura física, às suas paredes, aos seus computadores, às suas mesas, etc.; a referência é a seus integrantes [+humanos], que agem em nome da própria instituição. É uma forma de apagamento da identidade de todos os que participam, direta ou indiretamente, das decisões tomadas pelo BC. As instituições não fazem nada, senão por seus integrantes. Esse apagamento pode ter muitas utilidades pragmáticas e discursivas, como, por exemplo, legitimar uma decisão: não se trata de técnico A ou B do BC que reduziram ou aumentaram os juros; foi o BC, a instituição. **Essa**

institucionalização dos agentes é recurso digno de nota em muitas das referências genéricas, constituindo-se em um tipo especializado – institucionalização. O mesmo fenômeno se dá com STF, CBF, PT, PSDB, REDE GLOBO, etc.

Percebamos, ainda, o exemplo de “o setor privado”, ocorrência (8). Trata-se de inequívoca referência genérica, pois que lhe são subjacentes agentes humanos. Diferença-se dos casos de institucionalização pelo fato de o setor privado reunir várias instituições em si, o que lhe faz ter, é defensável, um maior grau de indeterminação, pelo menos *a priori*.

A ocorrência (10) fala de ‘governos’. O saber enciclopédico nos aponta que há, efetivamente, vários governos no Brasil, pois que há três esferas de poder – federal estadual e municipal. Outrossim, poder-se-ia pensar apenas em uma alusão ao governo federal, no caso, aos sucessivos governos federais. De qualquer sorte, materializa-se o sentido de indeterminação.

Em suma, podemos perceber que a referência genérica possui graus vários de indeterminação; tanto ela pode ser um recurso que se refira a um indivíduo qualquer em tese (o sujeito, o cara, etc.), como pode referir-se a um grupo de indivíduos mais ou menos específicos (o partido, as pessoas, o BC, etc.).

Uma breve sistematização dos resultados encontrados em nosso *corpus* aponta para a predominância dos seguintes SNs sujeitos produtores de referência genérica:

SINTAGMA NOMINAL SUJEITO EM REFERENCIAÇÃO GENÉRICA	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS
O BRASIL	199
AS PESSOAS	136
O GOVERNO	105
O PT	85
O PAÍS	59
A PESSOA	38
O SUJEITO	27
AS EMPRESAS	25
O BANCO CENTRAL	20
A POLÍCIA	20
OS PAIS	19
O FILHO	18
O CONGRESSO	18

O MUNDO	18
O MERCADO	16
O POVO	16
O CARA	15
O PSDB	14
UMA PESSOA	12
O HOMEM	11

Os exemplos acima listados não esgotam as referências genéricas, em absoluto, pois elas são de inventário aberto. Expomo-los por serem representativos do que foi encontrado no *corpus*. Nota-se um léxico fortemente orientado para política. Isso é natural porque as entrevistas em análise frequentemente falam de poder, de política. Desse modo, ressaltamos que a referência genérica precisa ser compreendida dentro do gênero textual em que sucede. Não se pode estabelecer uma lista exaustiva dos casos de referência genérica, as antes buscar compreender os mecanismos de referência que a produzem.

Vejamos, porém, esses casos listados acima em funcionamento no texto, produzindo a referência genérica, quando na posição de sujeito.

Começemos por verificar como o SN sujeito O BRASIL pode realizar a referência genérica. Cumpre esclarecer que “Brasil” é não só o nome de um país; Brasil pode retomar, através de um raciocínio metonímico, os brasileiros, a nação brasileira, o povo brasileiro. Pergunta-se: como distinguir a acepção [+humana] de Brasil, ou seja, sinônima de “brasileiros” da sua acepção [-humana], ou seja, equivalente a território brasileiro, por exemplo? A resposta tem no verbo da oração elemento imprescindível para tal distinção. Se o verbo solicitar um agente [+humano], por exemplo, já temos nossa resposta. Contudo a solicitação de agentes pelo verbo não é o único recurso; o verbo pode solicitar experienciadores, pacientes, etc, desde que [+humanos]. Assim, se o processo verbal implicar ação humana, volição ou cognição, teremos casos de referência genérica, porque o traço semântico do SN sujeito do verbo será [+humano]. Vejamos o *corpus*, lembrando que não consideramos as ocorrências de indeterminação do sujeito nas perguntas (turno da revista), só nas respostas (turno do entrevistado).

VEJA, 28/01/2009

EDIÇÃO: 2097

Entrevista: Raul Velloso

VEJA: Mas no mundo inteiro os governos decidiram aumentar os gastos públicos para combater a recessão econômica. Por que no Brasil o remédio deve ser o oposto?

RAUL VELLOSO: Porque, ao contrário de outros países, o Brasil [referenciação genérica - O BRASIL] (52) precisa lidar com o déficit nas contas externas e com a inflação. Se os gastos públicos crescerem ainda mais neste momento de escassez de dólares, haverá um aprofundamento do saldo negativo nas transações do país com o exterior. Isso enfraqueceria o real, e a alta do dólar seria repassada para os preços, pressionando a inflação. Haveria também o risco de um aumento na taxa de juros, desestimulando os investimentos privados e o consumo.

No excerto acima, vê-se a locução verbal “precisa lidar”. A primeira observação é a presença do verbo modal ‘precisar’, um forte orientador discursivo. A segunda observação, mais pertinente ao estudo desta pesquisa, se volta para o verbo principal ‘lidar’, caracterizado pelo traço [+humano], porque implica cognição e discernimento. “Lidar” não é um ato involuntário, mas sim fruto de uma reflexão, o que é atributo exclusivamente humano. Logo, dizer que o Brasil “precisa lidar” não pode ser associado à noção de Brasil como terra, extensão continental e marítima, tampouco à sua flora e fauna; só pode ser associado, nesse caso, ao povo brasileiro. Por conseguinte, referenciação genérica pelo SN sujeito “o Brasil”, já que se trata de generalização que incide sobre coletividade humana.

Enfatizamos que a referenciação genérica é uma forma de indeterminar o sujeito (e, pois, de referenciação indeterminada). O estudo da natureza verbal aqui deve ater-se tão somente ao traço [+humano] solicitado pelo verbo ao SN sujeito, não sendo necessárias classificações verbais mais estritas (ao contrário do que ocorre com as indeterminações do sujeito em orações sem sujeito, como veremos adiante). Quem produz, nesse caso, a referenciação indeterminada é o SN sujeito, sendo ele o protagonista nessa forma de indeterminar. A importância do verbo é atribuir o traço [+humano] ao sujeito.

Outra exemplificação de SN em referenciação genérica de alta incidência no *corpus* é o caso de “as pessoas”. Ora, nesse caso não há que duvidar da necessária característica [+humana] deste SN. O verbo, em nome da coerência textual precisará pedir um sujeito [+humano]. Portanto, desde que “as pessoas” não se refira a determinado grupo já identificado anteriormente no texto (ou reconhecido no contexto), é caso provável de referenciação genérica, isto é, de sujeito indeterminado. Vejamo-lo em funcionamento no *corpus* ao lado de duas outras ocorrências, menos frequentes:

VEJA, 23/01/08

EDIÇÃO: 2044

Entrevista: João Guilherme Estrella

VEJA – O que leva um jovem de família estruturada, situação financeira privilegiada e boa educação, como era o seu caso, a mergulhar nas drogas?

ESTRELLA – Geralmente as pessoas [**referenciação genérica - AS PESSOAS**] (53) acham que isso está ligado a insatisfação, problemas familiares, perdas afetivas, episódios de violência doméstica. Para mim, não é bem isso. A partir da minha própria experiência, acredito que, na maioria dos casos, o uso de drogas é apenas uma fase, superada quando o jovem [**referenciação genérica - O JOVEM**] (54) faz a transição para uma postura mais séria na vida. Quando comecei a fumar maconha, com 14 anos, era um consumo esporádico, recreativo. Minha família estava completamente estruturada, eu estudava em um colégio muito bom, tinha amor em casa, diálogo, liberdade com confiança... Isso permaneceu durante todo o meu período de experimentação de drogas, que foi até os 18, 19 anos. O filme retrata o momento em que meu pai adoece, ele e minha mãe se separam e a família começa a se desestruturar. Não foi isso que me fez virar traficante. Mas essas coisas aconteceram num momento em que talvez eu começasse a realizar aquela passagem para o mundo adulto. Essa transição foi completamente atropelada.

O SN “as pessoas” liga-se a um verbo de cognição (achar). O atributo [+humano] do sujeito é determinado pela natureza do próprio SN e o verbo deve selecionar obrigatoriamente esse traço semântico, em nome da coerência textual. O caso de “o jovem” não se refere a indivíduo circunscrito e identificado, mas antes se trata de um recurso de generalização, ou seja, a afirmação vale para qualquer jovem.

Pelo que se vê acima, a generalização aí que ocorre pode se dar tanto com SN singular quanto com SN plural, o que é mais uma das características de indeterminação do sujeito por referenciação genérica.

Casos interessantes de referenciação genérica são os que se dão com SNs institucionais, ou seja, por um raciocínio contíguo (metonímico) usa-se a instituição por seus membros. Vejamos mais dois casos encontrados no *corpus*: o PT e o governo. Antes, porém, realçamos que esse partido está no poder desde 2003 e que, portanto, cobre boa parte do período de coleta do *corpus*. Como já dissemos, as entrevistas em veja possuem, em grande parte, o tema política.

VEJA, 31/01/07

EDIÇÃO: 1993

Entrevista: Delfim Netto

VEJA – Ninguém reclamou?

DELFIN – As duas únicas instituições que se recusaram a assiná-la foram o PT e o Roberto Campos. O PT [**referenciação genérica- O PT**](55) dizia que ela não era suficientemente socialista. O Roberto Campos dizia que não era suficientemente capitalista. O doutor Ulysses, com aquela forma elegante de

combinar as coisas, acabou convencendo os dois: "Assinem que não tem consequência". As consequências são as que estamos vivendo hoje.

VEJA – Se o objetivo do governo Lula é recuperar a confiança dos investidores, por que cancelou o leilão de novas concessões em rodovias e postergou a reforma da Previdência?/ **

DELFIM – O governo [referenciação genérica - O GOVERNO] (56) não cancelou os leilões nem desistiu de fazer concessões ao setor privado. Essa ideia falsa foi criada por investidores que queriam introduzir volatilidade no mercado para ganhar dinheiro. Os leilões foram adiados para que as taxas de retorno dessas atividades se adaptem a uma nova realidade de juros mais baixos. Nada de mais.

O que nos permite afirmar que o PT é [+humano] e exemplo de sujeito indeterminado acima? Nesse caso, a exemplo do que acontece com o SN o Brasil, pode-se ter característica humano ou não em PT. Porém, como se trata de partido político, de uma agremiação de humanos, sempre se terá, em um grau qualquer, por menor ou mais discreto que possa ser, o traço [+humano]. Além disso, há o traço [+genérico], pois que um partido político qualquer é uma reunião de pessoas. Corroborando nossa interpretação, o verbo dizer (verbo de comunicação verbal) se apresenta no discurso; desnecessário afirmar que é exclusivo para os seres humanos, salvo em linguagem figurada ou literária, o que não é o caso desta entrevista, nem propósito desta pesquisa.

Os casos acima exemplificados e discutidos não esgotam as referenciações genéricas; muito ao contrário, voltamos a insistir. Inicialmente, podemos perceber que elas ocorrem com Sintagmas Nominais no singular ou no plural. Outra observação pertinente é que esses SNs, em algumas ocorrências, não são conclusivos por si sós, sobre sua natureza humana ou não humana, sendo necessário, nesse caso, recorrer ao texto em busca de verbos que apontem a (im)possibilidade da característica necessariamente humana.

Essa busca pelo verbo é necessária, já que admitimos que ele é que atribui papéis temáticos ao sujeito, ou melhor, a todos os termos da oração; igualmente, é necessário realçar a importância do estudo da coesão textual, a dar-nos maior consciência do constante ir-e-vir no texto, da intrincada relação entre as palavras de um texto, que transmitem umas às outras traços semânticos e discursivos.

É de perceber que a retomada ou antecipação (anáfora e catáfora, respectivamente) dos SNs em referência genérica pode dar-se por P3 ou P6, ELE, ELA ou ELES e ELAS.

4.1.1 Referenciação genérica – alternância dos traços semânticos [+humano] e [-humano].

A referenciação genérica, nesta tese, diz respeito apenas a sujeitos cujos agentes sejam indeterminados, com a necessária condição, alhures declinada, de serem [+humanos]. Nessa seção, cuidaremos de discutir como reconhecer os traços semânticos [+HUMANO] e [-HUMANO] em termos de ‘referência genérica’ e, ainda, atentarmos para a alternância desses traços para um mesmo item lexical, num mesmo texto. Selecionamos a seguir trecho da entrevista de Armínio Fraga concedida a VEJA em 17/01/07, na edição nº 1991.

VEJA, 17/01/07

EDIÇÃO: 1991

VEJA – Aliás, por que o petróleo não resolve o problema dos cariocas?

FRAGA – Parece ser um caso da maldição dos estados ricos em recursos naturais e pobres em avanços sociais. A verdade é que o Rio (57) [REF GEN] nunca se recuperou de ter perdido o status de capital federal. A cidade (58) [-HUMANO] era um centro econômico, financeiro, político e cultural. Nasci em Botafogo e fui criado no Jardim Botânico; acompanhei essa crise de identidade. A cidade (59) [+HUMANO] está buscando um caminho, mas não tem sido fácil. Nem com os recursos do petróleo. Vive (60) [P3 ANAF REF GEN] um problema seriíssimo que é achar uma nova vocação. A questão da segurança é dramática. Os jovens não dispõem de oportunidades. Temos boas escolas e universidades, mas, como não há empregos aqui no Rio, eles acabam se mudando para outras cidades. É enorme o número de profissionais que vão para São Paulo – quando não para fora do país. Tomara que o novo governador encontre um caminho para o Rio de Janeiro.

No exemplo acima, vemos o SN CIDADE ora em referência genérica [+humano], ora em sua acepção LOCATIVA [-humano]. Percebe-se que ora Fraga usa “cidade” como sinônimo de agrupamento de indivíduos, no caso, os cariocas (fala ele do Rio), ora aborda o conceito como o “local” Rio de Janeiro. Essa alternância de traços e, por conseguinte, de nuances de sentido formam uma orientação discursivo-argumentativa, quiçá não percebida, mas provavelmente intuída, pelo enunciador ou pelo enunciatário.

Outros termos com que tal fenômeno costuma suceder são: mercado; economia; país, etc. São os traços semânticos conferidos pelo verbo da oração que realizam essa distinção.

Destacamos, no segmento acima, quatro ocorrências, numeradas entre parênteses, a fim de orientar a leitura da explanação. Entre colchetes, a abreviação do caso de indeterminação (referência genérica – REF GEN – e retomada anafórica de referência genérica por verbo em P3, sem item lexical na posição sujeito – P3 ANAF REF GEN) ou o traço semântico [+HUMANO]. Os demais casos de indeterminação no trecho foram omitidos, inclusive as retomadas de Rio e CIDADE por infinitivo.

Observa-se que o SN RIO e seu anafórico, o SN A CIDADE, ora são nitidamente [+humanos], ora [-humanos]. De igual modo, percebe-se o uso de RIO em referência a seus

habitantes, primordialmente. Fala-se de status de capital política; ora, esse termo faz nitidamente uma referência a um sentimento dos, ou para os habitantes do rio. RIO, nesse caso, está personificado por seus cidadãos.

Nada obstante, a segunda referência à cidade do rio se dá pelo SN anafórico A CIDADE. Nesse exemplo, fala-se que “a cidade era um centro econômico, financeiro, político e cultural”. A predicação de ‘a cidade’ por ‘centro’ traz consigo nítido atributo [-humano]; é como se fizesse referência ao espaço geográfico do Rio de Janeiro, às suas construções, seus equipamentos, etc. Não necessariamente a referência é [+humana], ao contrário, é fundamentalmente [-humana].

A terceira referência a RIO, novamente com o SN anafórico “a cidade”, caracteriza-se pelo traço [+humano], pois que se fala que a cidade está “buscando um caminho”. Ora, a cidade, como espaço geográfico, como lugar, não pode buscar um caminho, visto como essa ação não pode prescindir de uma agente intencional, mais especificamente, uma gente [+humano] – pois a expressão ‘buscar um caminho’ é figurada e refere-se ao ato deliberado de procurar por uma solução, sendo, pelo menos, incomum o uso dessa expressão com [-humanos]- animais, por exemplo.

A quarta referência a RIO se dá pela P3 em anáfora do SN (também anafórico) A CIDADE. Podemos notar a referência continua ao traço [+humano], pois que “viver um problema seriíssimo que é achar uma nova vocação”, pelos itens lexicais “achar” e “vocação”, configura o traço [+humano], já que a ação de achar é oriunda de uma busca prévia, intencional, deliberada; já que o item lexical “vocação”, sem dúvida é prototípico de seres humanos; por conseguinte, essa P3 é [+humana].

Perceba-se que o SN, ou sua P3 anafórica, por si sós, muitas vezes, não são suficientes para se estabeleça a noção de [humano]; a coesão textual, permitindo a materialização da tessitura sintático-semântico-lexical, nos indica o traço semântico mais adequado a cada item lexical. Por conseguinte, vê-se aí a relevância dos estudos do texto, da coesão textual, pois é na materialidade do texto que encontramos as pistas que nos orientam nos caminhos a seguir pela interpretação textual.

Outro item lexical sobejamente usado é “O MERCADO”. No excerto abaixo, da mesma entrevista, vê-se que se não faz referência à troca de mercadorias, bens ou serviços, que é a definição, ainda que lata, de mercado. Tampouco se trata de um “supermercado”, já que o contexto da entrevista, ao dar voz a um economista, delimita o sentido de mercado. Entretanto, “mercado” pode ser também personificado como os investidores do mercado financeiro. Acontece aqui o mesmo que com “a cidade” (os parênteses contém a ordem das

referências; os colchetes, o caso de indeterminação – REF GEN – referência genérica). O excerto abaixo é continuação da mesma entrevista.

VEJA - O senhor enfrentou várias crises na presidência do Banco Central. Qual foi a pior?

FRAGA – Foi a de 2002, sem dúvida, porque aconteceu puramente pela insegurança dos investidores diante da possibilidade de vitória do PT. Não havia nada que pudéssemos fazer para reverter as expectativas. Quando ficou claro que dificilmente Lula perderia a eleição, o mercado congelou (61) [REF GEN]. Os investidores (62) [REF GEN] se negavam a comprar títulos da dívida pública. Isso já acontecera anteriormente, mas, daquela vez, a crise não respondia ao tratamento convencional. Os investidores (63) [REF GEN] nos diziam que não havia nada que pudéssemos fazer para conter a fuga de dólares. Às vezes eu me perguntava se o PT tinha mesmo um plano econômico maluco e perdia o sono imaginando como faríamos para levar o país até o fim do governo. O que tornou a situação mais difícil foi que, diferentemente de hoje, o mundo [-HUMANO] (64) passava por uma severa redução da liquidez financeira.

Lendo a passagem acima, poder-se-ia pensar que ‘o mercado congelar’ (referência 61 a mercado) é uma alusão à suspensão das atividades comerciais. Contudo, a coesão textual, retomando mercado por investidores (referências 62 e 63) aponta para uma interpretação [+humana].

Ainda nesse fragmento, encontramos o item lexical “o mundo” (referência 64). Ele está associado ao verbo intransitivo passar. Ora, ao se dizer que o mundo passava por uma “severa redução da liquidez financeira”, enfoca-se o aspecto LOCATIVO, sem necessária relação com o traço necessário.

Continuando com a mesma entrevista:

VEJA – Em que aspectos econômicos o Brasil [REF GEN – entrevistador] avançou nos últimos anos?

FRAGA – Em vários. A estabilidade econômica trouxe a queda da inflação e a redução dos juros, o que despertou uma série de negócios. É muito interessante a mudança radical que está ocorrendo no mercado de capitais. A bolsa de valores (65) [+HUMANO] perdeu aquela imagem de cassino. Passou (66) [+HUMANO] [P3 – REF GEN] a assumir sua função de financiar (67) [+HUMANO] [INF] os investimentos produtivos. Se as empresas (68) [REF GEN] são bem administradas, elas (69) [ELAS ANAF REF GEN] conseguem atrair capital para investir (70) [INF – REF GEN], contratar (71) [INF – REF GEN] gente, crescer (72) [INF – REF GEN]. O mercado imobiliário (73) [+HUMANO] caminha nesse sentido; houve um grande salto nos financiamentos. Mas o Brasil (74) [REF GEN] ainda precisa passar por outras revoluções culturais.

Na pergunta da revista (essa sempre mais artificial, ou melhor, mais editada do que a fala do entrevistado), encontramos a REFERÊNCIA GENÉRICA “O BRASIL”. Fala-se de avanço, de o Brasil ter avançado. É de perceber que tais avanços não sucedem sobre os aspectos geomorfológicos do Brasil, mas sobre aspectos econômicos e, por conseguinte, [+humano]; dessa sorte, o contexto nos autoriza pensar Brasil como símbolo dos brasileiros. Esse traço [+humano], por paralelismo, é atribuível à última ocorrência deste SN no excerto.

Outro item lexical digno de nota é “bolsa de valores”. No texto, aparece, em sua primeira ocorrência (65) como LOCATIVA, como lugar, como instituição (não necessariamente priorizando seus integrantes humanos). Como há ambiguidade, marcamos, a priori, [+HUMANO]. Todavia, sua retomada por P3 anafórica (66), no período seguinte, assume o caráter [+humano], pois se fala em “financiar” (67), o que é uma ação intencional e deliberada de seres humanos. Portanto, é lícito enxergar aí o traço [+humano]. Esse traço humano contagia, retroagindo, ou seja, aparece em remissão a seu primeiro uso, atribuindo o traço [+HUMANO] à primeira ocorrência de bolsa de valores. É desse modo que se configuram as idas e vindas, na leitura de um texto; a distinção dos traços semânticos dos itens lexicais depende, bastas vezes, desse ir-e-vir.

O item lexical “as empresas” é outro pertinente à nossa análise. Pode-se falar 'empresas' em referência a seu espaço físico, às instalações, etc., ou seja, abordando traços [-HUMANOS]. Entretanto, pode-se também abordar esse item lexical como [+HUMANO], em referência aos que compõem uma empresa (é de notar que empresa é associação exclusivamente humana). No excerto em tela, a primeira ocorrência de empresas (68) é passiva, não sendo conclusivo dizer, a priori, que se refere às máquinas e à infraestrutura ou aos funcionários, ou, ainda, ao todo da empresa (funcionários e estrutura física).

Nada obstante, o SN 'as empresas' é retomado pelo pronome pessoal reto ELAS, anaforicamente. Nessa segunda oração do período, o verbo ‘atrair’ (69) caracteriza-se por solicitar agente [+HUMANO]. Igualmente, os verbos investir e contratar (70) e (71), tipicamente [+HUMANOS], pois que implicam atitude deliberada e consciente, exclusiva da humanidade (observe-se ser inusitado, ou mesmo literário, o atribuí-la a animais ou vegetais...). Por essas meras ocorrências verbais, há remissão de traços semânticos para o SN “as empresas”, definindo-o com [+HUMANO].

Ainda uma ocorrência mais de referência genérica digna de nota: “o mercado imobiliário” (73). Trata-se de delimitar se é [+humano] ou [-humano]. O verbo caminhar por si só é inconclusivo, porque, no caso, não se refere à ação de deslocar-se, mas antes, de forma figurada, refere-se a uma sucessão de eventos, a mudanças. A chave para distinguir a questão está na sequência do texto: “houve um grande salto nos financiamentos”. Esse trecho retoma a ideia de investimento, associadas a ‘bolsa de valores’ e às ‘empresas’. Logo, por paralelismo, devemos associar o conceito de “mercado imobiliário” aos elementos humanos que o praticam, logo, trata-se de referência genérica, por ser [+HUMANO].

O caso de Brasil (74), por se falar de ‘revoluções culturais’, restringe-se ao traço [+HUMANO], seguindo a linha da pergunta do entrevistador.

4.1.2 Referenciação genérica – informação nova introduzida por artigo definido.

Consideremos o seguinte excerto de Veja, Edição 1991, de 17/01/07:

VEJA – Aliás, por que o petróleo não resolve o problema dos cariocas?

FRAGA – [...] Os jovens (75) [REF GEN] não dispõem de oportunidades. Temos boas escolas e universidades, mas, como não há empregos aqui no Rio, eles (76) [ELES ANAF REF GEN] acabam se mudando para outras cidades. É enorme o número de profissionais que vão para São Paulo – quando não para fora do país. Tomara que o novo governador encontre um caminho para o Rio de Janeiro.

Observe-se o SN em referência genérica ‘os jovens’. Trata-se de nome plural, com ampla gama de elementos em pertinência (no sentido matemático). Deveras, o uso do definido aponta para uma generalização em grau máximo. Não se trata de certo grupo de jovens, mas sim de todos os jovens. É de perceber que não há um referente anterior que antecipe o SN “os jovens”. *Aqui cabe, por conseguinte, uma profunda análise, pois que, a despeito do que costuma acontecer na coesão textual, uma informação nova é apresentada não com artigo indefinido, mas sim com artigo definido.* Tal fenômeno, com justiça apontado como inviável pela Linguística do Texto, é real e comuníssimo quando se trata de indeterminação do sujeito, através da referência genérica.

A nossa hipótese é que essa introdução de uma “informação nova” com determinante definido seja um apanágio dos processos de indeterminação do sujeito em português com SNs em referência genérica. É como se houvesse um intuito no falante de definir o SN ‘semanticamente indeterminado’, talvez para enfatizar o efeito de generalização; ora se a referência é feita a todo um conjunto universo de elementos, indistintamente, há clareza na referência: a totalidade.

4.2 A nominalização

Por nominalização entendemos os recursos de indeterminação do sujeito cujo núcleo seja SN abstrato deverbal. Esse conceito tem outras definições e utilizações dentro da língua portuguesa; entretanto, ao nos referirmos a ele, utilizaremos a acepção ora declinada. Naturalmente, só destacaremos como NOMINALIZAÇÃO os SNs que estiverem no lugar sintático do sujeito, por ser objeto de estudo específico desta pesquisa.

A nominalização também está profundamente vinculada ao LÉXICO da língua. São as propriedades lexicais e morfológicas do SN sujeito de fundamental importância para o reconhecimento de uma nominalização. No entanto, fazemos a ressalva (a exemplo das referências indeterminadas) de que, por vezes, é o verbo que determinará o traço [+humano] ou [-humano] do SN.

A nominalização tenta apagar, ou pelo menos enfraquecer, a própria noção de agente de um processo verbal, pois, a despeito de sua natureza deverbal (de ordinário), caracteriza-se por ser um substantivo. Essa escolha pela nominalização não pode ser esquecida em nenhuma análise textual.

Como já dissemos, o processo em si destaca seu agente. Um exemplo assaz citado em nossas referências é o caso de “a construção”, como em “ a construção da ponte demorou muito”. O efeito de apagamento do agente é tão intenso que a palavra construção pode representar o produto em si, o resultado da ação de construir. A nominalização, pois, está nessa tênue fronteira e o que nos levará a ela é a noção de ação praticada por agente humano.

Com um total de 164 ocorrências no *corpus*, não apresentou SNs expressivamente mais frequentes que outros. Vejamos, então, alguns exemplos.

VEJA, 21/12/05

EDIÇÃO: 1936

Entrevista: Bolívar Lamounier, cientista político

VEJA – Os petistas se defendem dizendo que corrupção sempre houve no Brasil...

BOLÍVAR – A corrupção [NOM] (77) que se viu [NOM – REL] (78) neste ano é de um tipo que não tem paralelo na história do país. Eu acho que não há dúvida de que o PT montou um esquema para longo prazo. Tínhamos uma rede, uma cadeia de práticas e organizações ocultas, cuja finalidade era interligar publicidade, bancos, empresas, e provavelmente instituições no exterior também, porque o que o Duda Mendonça disse na televisão deixa mais do que claro que há elos no exterior. É tão vasta e tão complexa a rede que se pode dizer que havia um organograma. Ou seja, para representar isso no papel você precisa de um gráfico bastante complicado. É óbvio que isso não foi criado só para pagar umas bandeirinhas e umas camisetas. Basta lembrar que houve casos documentados de diretores de

partido que tiraram em espécie no banco algo como 10 milhões de reais. Se um caso comprovado é dessa ordem de grandeza, não é difícil imaginar qual a magnitude total da coisa. É também evidente que o esquema não era apenas para financiar gastos de uma campanha passada, mas sim para continuar funcionando. Se fosse apenas para 2002, os elos teriam sido rompidos. Mas ninguém rompeu elo nenhum. *O esquema* [NOM] (79) só desmoronou quando *foi descoberto*. Nunca houve no Brasil nada remotamente semelhante.

Acima, notam-se duas nominalizações: “a corrupção” e “o esquema”. A palavra corrupção, de valor fortemente negativo, pode significar tanto o ato de corromper alguém quanto o de corromper-se; ou ambos, o que de fato acaba sempre acontecendo. Todavia, a palavra 'corrupção', por substantivada que é, exerce o efeito de enfraquecer (embora não apague completamente) a ideia de que há os corruptos por trás desse 'evento' (isto é, a 'corrupção'). É quase que uma tentativa de reificar as ações humanas.

Quanto à palavra 'esquema', é igualmente depreciativa, nesse contexto, pois que significa articulação imoral (e ilegal) com fins escusos. Novamente, vê-se uma espécie de reificação da ação humana, enfraquecendo a noção do agente. É de perceber que 'corrupção' está no rol das nominalizações mais facilmente identificáveis, do ponto de vista morfológico, dado o sufixo “-ção”. “Esquema”, porém, é substantivo primitivo (Do gr. *schêma*, atos, pelo lat. *Schema*), sendo seu uso no sentido de associar-se para fins escusos derivado do sentido 'concreto' de figura, modelo. Talvez essa característica de ser substantivo primitivo (ainda que continue a ser abstrato, para ser nominalização) dificulte seu reconhecimento como indeterminador do agente por nominalização, colocando-o como de grau muito sutil de indeterminação. Porém, não se pode negar que há claramente a noção de agentes humanos por trás desse substantivo; não se pode negar que o substantivo, posto seja primitivo, indique ação.

Prototipicamente, a nominalização é deverbal, pois que os processos de sufixação nela podem fornecer. Exemplo disso é “construção”. A regressão é o processo morfológico mais produtivo para se constituírem itens lexicais aptos a ocuparem a posição do sujeito, com valor semântico de indeterminação de seu papel temático, através do processo ora denominado nominalização. Por consequência, é lícito dizer, trata-se de construções prototípicas de nominalização.

Isso, porém, não é tão nítido assim. Um exemplo é o da palavra “esquema”. Sem dúvida, remete a uma ação de seres humanos, por isso configura nominalização. Pode-se não ter em mente o verbo que deu origem a “esquema” (*esquemar?), mas ele exista, na intuição do falante, ainda que como forma teórica.

Entretanto, nem todo substantivo formado por regressão, na posição de sujeito, implica nominalização, como, por exemplo, o regressivo “governo”, visto alhures, que é mais bem enquadrado como referência genérica.

O que nos permite fazer essas distinções é o valor semântico dos verbos da oração. Os verbos associados a “governo” trazem consigo ideia mais nítida de ação a ser praticada. Já os verbos relacionados aos processos de nominalização são, normalmente, ligados à passividade ou estado ou experiência, o que é conforme sua propriedade de apagar a noção de agente.

No rol de nominalizações não prototípicas, morfológicamente falando, como no caso de esquema, há um item lexical muito produtivo: “a ideia”. Por vezes eufêmico, em se referindo a uma ideia do próprio enunciador; por vezes, exemplificativo de um apagamento maior da noção de agente (maior mesmo que o de “esquema”, visto acima). Este traz consigo a ideia de 'ação' praticada por alguém (o que é prototípico do sujeito indeterminado), facilitando-nos seu reconhecimento.

No entanto, “a ideia” não se refere a uma ação propriamente dita, mas antes a um processo mental. Quem tem uma ideia não é agente de nada, mas antes um experienciador (alguém idealiza, tem uma ideia). Ora, por ser um papel temático não prototípico dos sujeitos em geral e, ainda menos, dos indeterminados, caracteriza-se pela sutileza e alto grau de apagamento da noção do humano a que se refere o verbo. Vejamos exemplos do *corpus*.

VEJA, 28/02/08

EDIÇÃO: 1997

Entrevista: Fabio Feldmann

Veja – O senhor ainda defende o rodízio?/

Feldmann – O rodízio [NOM] (80) surgiu como uma solução de emergência para enfrentar [INF - NOM](81) o agravamento da poluição no inverno em São Paulo. Entre outras iniciativas, mencionava a introdução do pedágio eletrônico, a inspeção e a manutenção periódica dos veículos, o uso de combustíveis menos poluidores e de automóveis mais eficientes. A ideia [NOM] (82) seria transformar [INF - NOM] (83) São Paulo numa espécie de Califórnia, que tem sido o estado americano mais atuante em termos de sustentabilidade. Entretanto, tais medidas [NOM] (84) não foram adiante. O rodízio municipal que [NOM REL] (85) está em vigor não é o meu. O [NOM - elíptico] (86) de hoje existe porque há carros demais em São Paulo, e os congestionamentos se tornaram inevitáveis. Estamos diante de um dos maiores desafios do mundo moderno, que é controlar o consumo. Enquanto muitos enxergam a aquisição de bens como um direito pessoal, é preciso salientar que esse mesmo direito pode afetar a qualidade de vida de maneira geral. No fim das contas, entendo que o rodízio [NOM] (87) teve o mérito de introduzir [INF - NOM] (88) a ideia (89) de que parte das deficiências de infraestrutura (no caso, no sistema viário) pode ser resolvida com mudanças de comportamento. Nos fins de semana, os paulistanos lotam as estradas em direção à praia. Se fosse feito um rodízio de carros para descer ao litoral, com horários determinados segundo as placas dos

carros, a ampliação da Rodovia dos Imigrantes [NOM](90) seria desnecessária. Milhões de reais seriam economizados.

Ao ler o trecho acima, percebe-se que a nominalização é relativamente frequente, com um total de 10 ocorrências, com 4 itens lexicais distintos, a saber: rodízio, ideia, medidas e ampliação, retomados ora por elipse, ora por infinitivos.

O caso de rodízio chama atenção (ocorrências 1,2,6,7,8,9). Trata-se de uma ‘alternância’ no uso de veículos, em função do final de suas placas, ou melhor, de um revezamento, de uma rotatividade. Embora a rotatividade seja de veículos, é perceptível a noção de um agente humano a conduzir os veículos; deveras, trata-se de rodízio do uso de veículos.

“A ideia” é outra nominalização, bem discreta e sutil. A ideia implica não uma agente, mas um experienciador: alguém tem uma ideia; nesse caso, falar-se-ia em indeterminação do experienciador. O uso desse item lexical, nessa acepção, é usado, em muitos casos, como forma de polidez, de modo a evitar um discurso egocêntrico ou autoritário.

Caberia, no excerto acima, um legítimo questionamento: seria indeterminação? (pois que a ideia é do entrevistado). Deve-se atentar para o fato de que o uso de 'a ideia', por si só gera o efeito de apagamento da identidade do experienciador. O entrevistado não diz explicitamente que a ideia foi sua; ao contrário, usar ‘a ideia’ implica deixar em aberto se a ideia foi dele, foi copiada ou comprada de outrem, ou se foi uma ideia conjunta, etc. Mesmo que a ideia seja sua, a construção linguística realiza o sentido de indeterminação do experienciador do SN que ocupa o lugar sintático do sujeito.

Ressaltamos que há outra ocorrência de ideia no excerto em análise, não comentada por não estar no lugar sintático de sujeito, fora, pois, do *corpus* deste trabalho (89).

A “ampliação da Rodovia dos Imigrantes” (90) é uma estrutura, por assim dizer, prototípica de nominalização, do ponto de vista morfológico, dada a sufixação por “-ção”. Nota-se-lhe o efeito de apagar a própria noção de que há um agente humano por trás do ato de ampliar. Aliás, repare-se, a “ampliação” não se refere apenas aos trabalhadores que a executarão, mas também, e principalmente, às autoridades que a idealizaram; prova-o que, para a memória, na mais das vezes, fica a lembrança do governante que a empreendeu.

A ocorrência (84) “tais medidas” também nos parece caso de indeterminação do sujeito por nominalização, qual seja, alguém tomou uma medida; a ação verbal está implícita, daí a nominalização.

4.3 A Indeterminação por VOCÊ

A despeito de o pronome VOCÊ, gramaticalmente de 3ª pessoa e discursivamente de 2ª pessoa, referir-se prototipicamente à pessoa com quem se fala, tem-se notado uma tendência no Português, tanto no Brasil, quanto em Portugal (ver Miguel, 2006, p.88) de usá-lo em sentido semelhante ao de 'referência genérica'. Trata-se de uso predominantemente oral (pelo menos até o momento) ou de registros escritos em que predomine 'marcas de oralidade', pelo nível em que se encontram. Nesse sentido, nosso *corpus* é pertinente, pois as entrevistas são essa verdadeira ponte entre o oral e o escrito, sendo publicadas escritas, mas realizadas oralmente. Nele, encontramos 335 ocorrências de VOCÊ como sujeito indeterminado.

A primeira impressão que se pode ter ao analisarem-se essas indeterminações do sujeito por “você” são a “fala em tese”, “a fala hipotética” e “a exemplificação”, valores prototípicos para se reconheça essa forma de referenciação indeterminada. Sem dúvida, é possível pensar em uma exemplificação que envolva o interlocutor; apesar disso, há casos de indeterminação em que o próprio contexto exclui o envolvimento do leitor (é o que veremos adiante). Porém, o envolvimento do leitor de algum modo se dá, se não para incluí-lo na ação verbal, pelo menos para cativá-lo de alguma forma, fazendo-o identificar-se com o discurso. Vejamos os exemplos a seguir:

VEJA, 07/04/10

EDIÇÃO: 2159

Entrevista: Aécio Neves

VEJA- O desafio do PT sobre comparação de resultados de governos, então, lhe conviria?

AÉCIO - Gostaria muito de contrapor os resultados obtidos pela implantação da meritocracia com o messianismo daqueles que apenas fazem promessas e propagam a própria bondade. Quando você [VOCÊ] (91) estabelece instrumentos de controle e [P3 ANAF VOCÊ] (92) consegue medir os resultados das ações de governo, você [VOCÊ] (93) espanta os pregadores messiânicos. Eles fogem das comparações. Mas para ter resultados é preciso que se viva sob um sistema meritocrático. Isso significa que as pessoas da máquina estatal têm de ser qualificadas, e não simplesmente filiadas ao partido político. O aparelhamento do estado que vemos no governo federal é um mal que precisa ser erradicado.

O uso de você, na passagem acima, demonstra um uso não indicial desse pronome, visto que se não refere ao enunciador, mas antes é apresentado em sentido de generalização. Não se trata sequer de uma condição hipotética (“se você...”), mas de uma condição temporal (“quando você...”), o que transmite uma maior convicção, uma certeza maior. Note-se

também que as ações verbais de estabelecer, medir e espantar referem-se à “ações de governo”. Desse modo, é natural não atribuí-las específica e exclusivamente ao entrevistador; pelo contrário, é mais provável que elas não se refiram ao entrevistador, mas antes a políticos, ou gestores públicos em geral.

Esse efeito de sentido de “você”, no português contemporâneo (pelo menos na variante brasileira) não tem sido analisado a contento, principalmente em livros didáticos de português e em gramáticas escolares, de um forma geral. No entanto, por se tratar de fenômeno sintático-semântico-discursivo, é extremamente conforme às “novas tendências do ensino de português”, sendo insólito não se abordar esse fenômeno, independentemente da classificação que se lhe dê.

Nesse sentido, poder-se-ia dizer, não sem forte razão, que o governador tucano refere-se a si mesmo, pois que relata uma prática de sua gestão à frente das Minas Gerais. Nada obstante, mesmo que se identificasse esse sentido, estaria ele se referindo a si mesmo por recurso indeterminador (não se faz referência a si mesmo pelo pronome você, mas sim pelo pronome eu). Desse modo, a estrutura linguística (isto é, sintática e semântica e discursiva) é de indeterminação.

Note-se também a P3 anafórica de você (92), em coordenada sindética aditiva. As retomadas ou antecipações por P3 (anáfora e catáfora, respectivamente), costumam suceder com indeterminações por 'você'.

Vejam os outros exemplos do *corpus*:

VEJA, 11/11/09

EDIÇÃO: 2138

VEJA- Como você se saiu?

SENNA- Eu estranhei. Não encaixava direito no banco e, como sou muito magro, o cinto sobrava no ombro. Nas curvas, ficava solto dentro do carro. Andei o tempo todo com a cabeça colada no encosto, para me firmar. É terrível. A cabeça fica batendo, você **[VOCÊ]** (1) sente vibração o tempo todo. Saí com dor de cabeça. Ainda assim, fiquei só 0,2 segundo atrás do Jenson Button, que foi o campeão deste ano.

(...)

VEJA- Você ficaria chateado se tivesse tirado a vaga de outro brasileiro?

SENNA- Nessa hora não tem amigo. Você **[VOCÊ]** (94) está fazendo a sua carreira, disputando com outro piloto. Se é o Rubinho ou outra pessoa, não importa.

VEJA - Seu tio adorava correr na chuva. E você?

SENNA - Quando você **[VOCÊ]** (95) corre debaixo de chuva, a condição muda a cada volta. Você **[VOCÊ]** (96) precisa ter confiança. Eu arrisco bastante, porque sei que vou conseguir segurar o carro. Sempre que o carro está meio ruim e começa a chover, meu rendimento melhora muito. Adoro pilotar na chuva.

(...)

VEJA - Isso é lícito?

SENNA - A equipe tem o direito de ajudar o piloto que está em melhor posição. Se você **[VOCÊ] (97)** está na frente no campeonato, com chance de ganhar **[INF – VOCÊ] (98)**, e o outro piloto da equipe está atrapalhando, acho natural que ele ceda. Quem não quer ficar nessa posição não se coloque nela. Se você **[VOCÊ] (99)** está tomando pau, **[P3 ANAF VOCÊ] (100)** vai ficar para trás e a equipe vai priorizar o outro. É assim que funciona: quem tem melhor desempenho tem prioridade. Esporte é assim, é uma coisa predatória. O mundo é assim.

(...)

VEJA - Como um piloto se prepara fisicamente para correr na Fórmula 1?

SENNA - Hoje em dia, é preciso fazer muito exercício físico. Se você **[VOCÊ] (9)** começa a se cansar no carro, perde **[P3 ANAF VOCÊ] (101)** a concentração e fica **[P3 ANAF VOCÊ] (102)** mais lento, coisa de dois ou três décimos de segundo por volta. Isso não parece nada, mas, se você **[VOCÊ] (103)** multiplicar três décimos de segundo por volta, em quarenta voltas dá uma diferença grande. Você **[VOCÊ] (104)** tem de estar sempre muito bem preparado fisicamente, sempre sobrando.

(...)

VEJA - Há algum exercício específico para pilotos?

SENNA - Faço exercícios para o pescoço. É preciso ter o pescoço forte para aguentar a pressão nas curvas de alta velocidade. Eu tenho um aparelho específico, igual aos de algumas academias. Você **[VOCÊ] (105)** se senta em um banco, amarra-se **[P3 ANAF VOCÊ] (106)** com um cinto, põe **[P3 ANAF VOCÊ] (107)** um capacete que fica ligado a umas polias, presas a pesos. Depois movimentamos **[P3 ANAF VOCÊ] (108)** o pescoço para os lados e puxa **[P3 ANAF VOCÊ] (109)** os pesos. Eu consigo levantar mais peso com o pescoço do que com os braços. Com o pescoço, levanto até 25 quilos.

(...)

VEJA - Quanto você ganhou desde que começou a correr?

SENNA - De patrocínio, deve ter dado uns 3 milhões de euros, desde 2005. O problema é que você **[VOCÊ] (110)** sempre gasta mais do que o planejado. O automobilismo é realmente um esporte caro.

Suprimimos os trechos em que não sucedia a indeterminação por 'você'. Uma primeira observação diz respeito ao pronome 'você' nas perguntas. Nessa condição, eles são indiciais, referindo-se ao entrevistado (a segunda pessoa do discurso, quando o turno é do entrevistador). O uso do pronome você aponta certa informalidade, certa proximidade entre os participantes da entrevista (pelo menos, esse é um efeito produzido por essa estratégia), o que não ocorre sempre nas páginas amarelas, cujos textos, em várias oportunidades, dispensam tratamento formal ao entrevistado pelo pronome senhor(a). Dessa forma, no *corpus*, percebemos a predominância, se não a exclusividade, do uso indicial de 'você' nas perguntas de Veja, o que configura uso indicial do pronome 'você' (uso não indeterminado).

Entretanto, nas respostas de Bruno Senna, a totalidade das ocorrências de você (no lugar sintático de sujeito) são com sentido de indeterminação. Vejamos caso a caso.

A primeira ocorrência de 'você', no turno de Senna, diz respeito ao fato de sentir a cabeça bater, dentro de um bólido. Ora, é uma afirmação de caráter genérico, mesmo que seja

circunscrita aos que andam efetivamente num carro de corrida. Não seria comum pensar que Senna estivesse fazendo uma constatação sobre algo que sucedia (naquele momento ou frequentemente) com o entrevistador. Refere-se a uma verdade universal (o que justifica o presente do indicativo), mas que, muito possivelmente, não foi experimentada pelo entrevistador. O uso de 'você', dessa forma, não se refere necessariamente (e provavelmente, não se refere em absoluto) ao interlocutor.

Outro uso de 'você' indeterminado, presente nesse excerto e assaz comum no *corpus*, se dá com a condicional introduzida pela conjunção SE. Como dissemos, o uso da indeterminação por 'você' carrega consigo um efeito (não dizemos uma intenção!) de aproximar o interlocutor para o discurso. As condicionais lidam com o hipotético e, dessa forma, apresentam uma possibilidade, na qual se inclui o interlocutor. Todavia, essa 'inclusão do interlocutor' não é necessária, nem suficiente.

Na ocorrência (95), fica nítida a distinção discursiva dos 'vocês'. Anterior a ela, na pergunta, há referência exclusivamente ao interlocutor entrevistado, por imposição mesma do gênero entrevista, de sorte que não encontramos, no *corpus*, um único caso de indeterminação por 'você' no turno da revista.

Na resposta (a ocorrência (95) propriamente dita), nada obstante, não há referência ao interlocutor-entrevistador, ao contrário, parece mais referir-se ao entrevistado, já que se fala do *métier* da F-1. É uma forma de o enunciator-entrevistado exprimir uma experiência que viveu, ou que costuma viver em seu ambiente profissional, generalizando-a, colocando-a como verdade, como algo que sucede com qualquer um, nas condições mencionadas. Ou seja, **o 'você', no exemplo, refere-se menos a segunda pessoa do discurso do que a primeira.** Essa é uma característica da indeterminação por 'você', embora não seja absoluta, porque a indeterminação, muitas vezes, engloba o interlocutor.

Na ocorrência (96) e (97), novamente, vê-se o uso indicial de *você* na pergunta e indeterminado na 'resposta' do entrevistado. Uma vez mais, percebe-se um uso do pronome 'você' que transpõe a simples referência ao interlocutor. Como no caso anterior, é mais plausível atribuir o agente da ação relativa ao sujeito 'você' aos pilotos de F-1 do que a jornalistas; portanto, segue-se, uma vez mais que esse pronome 'você' indeterminador do agente refere-se mais ao seu enunciator do que a seu interlocutor.

Entre de (98) e (105), percebemos a recorrência da indeterminação por 'você' em orações condicionais. Alhures, vimos a recorrência de 'você' indeterminado em orações temporais. Cabe dizer que, em nosso *corpus*, abundam as indeterminações do agente por 'você', são muito frequentes em orações condicionais. Esse uso apela mais fortemente para a

inclusão do interlocutor no discurso, já que se trata de uma fala em tese e condicional, espécie de generalização que favorece mais fortemente a inclusão do coenunciador.

As ocorrências de (105) a (110) mostram a mesma referência indeterminada pelo 'você', referindo-se, de forma imprecisa; aliás, diz menos respeito ao interlocutor do que ao enunciador.

A ocorrência (110) ilustra por demais a força indeterminadora que o pronome 'você' pode assumir no discurso. Seria improvável que Senna fizesse a declaração acima visando ao entrevistador: na entrevista, o repórter e o Senna não demonstram tamanha intimidade em conhecimento um do outro a esse ponto. Aliás, a afirmação não é sobre gastos em geral, mas sim sobre gastos no automobilismo. Novamente, o grupo de agentes atribuíveis a 'você' está mais próximo de Senna que do entrevistador. Essa característica é patente e indica a indeterminação via o pronome 'você'.

A indeterminação por VOCÊ, quando não reconhecida como tal, enseja o reconhecimento de sua referência ao interlocutor, ou seja, manifestação de função conativa ou apelativa.

Todavia, mesmo em se tratando de indeterminação por VOCÊ, não se pode olvidar um (ainda que) discreto envolvimento do interlocutor. Desse modo, deve-se analisar o quão intenso é esse envolvimento, a partir da suposição de que o grau da indeterminação por VOCÊ está em relação inversa com a força da função fática.

4.4 Indeterminação por A GENTE

A expressão A GENTE, no português do Brasil, vem gradualmente competindo e mesmo, em alguns contextos, substituindo o pronome NÓS; todavia, não nos deteremos, neste momento, no viés sociolinguístico da predominância de um ou de outro, mas sim na ocorrência de ambos. A análise sociolinguística dessa eventual alternância será feita na análise do *corpus*, na qual verificaremos se, na indeterminação do papel temático exercido pelo sujeito, há fatores sociolinguísticos relevantes.

A expressão A GENTE, *a priori*, inclui o falante e seu interlocutor. No entanto, pode suceder que além deles dois uma coletividade se insira no uso de A GENTE: um grupo familiar, um cidade, um país, ou mesmo toda a espécie humana (às vezes mesmo todos os homens de todas as épocas da humanidade...). Ressalvamos que, mesmo em português europeu, é possível realizar indeterminação do sujeito por *a gente* (ver Miguel, 2006, p. 83 et seq.)

Desnecessário ratificar que só consideraremos indeterminação por A GENTE em referência a sujeitos humanos, não só pelo insólito⁸ de atribuir fala a não humanos, como também já declinamos alhures ser essa uma condição por nós tomada como *sine qua nom* para a indeterminação do sujeito/papel temático do sujeito suceder.

A indeterminação com A GENTE também visa, estilística e discursivamente, fazendo-o identificar-se não só com o discurso, mas também com seu enunciado, ainda que não se possa incluir no conjunto universo da indeterminação. Vejamos alguns dos 98 exemplos encontrados em nosso *corpus*.

VEJA, 18/0/06

EDIÇÃO: 1939

Entrevista: Paulo Guedes

VEJA - Por que as reformas não andam?

GUEDES - Quem estudou um pouquinho de física sabe que as estrelas que **a gente [A GENTE] (111)** vê à noite não existem mais. São luzes emitidas há bilhões de anos. Mas quando se olha o firmamento brasileiro vê-se a luz de um professor autoexilado porque lutou meritoriamente contra o regime político. E a de um sindicalista corajoso, brasileiro, que enfrentou os cães na porta da fábrica.

Nota-se no excerto acima que o uso de 'a gente' não se circunscreve aos coenunciadores da entrevista, mas sim a toda a humanidade: as estrelas que qualquer um veja, são luzes emitidas a bilhões de anos [luz] (segundo o entrevistado...). Esse uso de 'a gente' com intuito de indeterminar é semelhante ao de 'nós'. Sempre que esses itens lexicais se refiram a uma coletividade indiferenciadamente, há indeterminação do agente da ação verbal. Considerando-se ainda que a referência feita é a qualquer um, presume-se máximo grau de indeterminação do agente. Ressalte-se ainda que, a exemplo da indeterminação por 'você', há um efeito, ainda que discreto, de envolver o coenunciador, envolvendo-se a si mesmo também o enunciador.

VEJA, 05/05/10

EDIÇÃO: 2163

Entrevista: José Eduardo Dutra

⁸ Às vezes literário, como nas fábulas, que foge a nosso campo de análise nesta tese – a propósito seria interessante analisar as eventuais indeterminações do sujeito/ ou de seu papel temático nas fábulas e refletir se é o caso ou não considerá-los como análogos aos [+humanos], pela característica mesma da fábula.

VEJA- O PT acredita mesmo em uma conspiração da imprensa contra a ex-ministra Dilma Rousseff a ponto de fazer propaganda subliminar?

DUTRA - Há uma profunda má vontade de setores da imprensa contra a Dilma. Existem articulistas que transformaram suas colunas em libelos contra a nossa candidatura. Mas há uma coisa da qual **a gente [A GENTE]** (112) não pode fugir: a Globo está fazendo 45 anos, e 45 é o número do PSDB. Quando vi a propaganda, naturalmente me veio uma associação entre a campanha da Globo e a do Serra – que a própria Globo acabou admitindo, tanto é que tirou a campanha do ar para evitar maiores polêmicas.

Aqui, a exemplo do anterior, há indeterminação do agente por “a gente”. A despeito de falar sobre o PT e seu governo, “a gente” é aí qualquer pessoa, não apenas os participantes da entrevista, nem só os integrantes do PT/Governo. Trata-se de uma afirmação genérica cujo efeito é estabelecer um 'valor de verdade' ao dito.

VEJA, 16/06/10

EDIÇÃO: 2169

Entrevista: Dilma Rousseff

VEJA - Estamos de acordo que os alicerces dessa robustez foram lançados durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso?

DILMA - Discordo. Hoje nós temos estabilidade macroeconômica. Nós recebemos um governo sem estabilidade, com apenas 36 bilhões de dólares de reservas. O endividamento do Brasil crescendo, a inflação ameaçando sair de controle, uma fragilidade externa monumental que **a gente [A GENTE]** (113) não podia nem mexer, o dólar a 4 reais. Qual é o alicerce?

O exemplo acima merece análise acurada. Há uma dubiedade quanto ao referente de “a gente”. Pode-se pensar que se refira ao PT/Governo, usando-se Dilma de uma expressão figurada, “não podia mexer”, como que dizendo que qualquer ligeira perturbação faria tudo ruir. No entanto, poder-se-ia igualmente interpretar como uma referência a toda a coletividade, qual seja, ninguém poderia mexer (senão, ruiria o Brasil). Seja como for, em ambas as hipóteses se nota a indeterminação do agente; a primeira com um conjunto universo de referentes menor e, portanto, com menor grau de indeterminação; a segunda, com maior conjunto universo de referentes e, por consequência, maior grau de indeterminação.

VEJA, 04/03/09

EDIÇÃO: 2102

Entrevista: Pelé

VEJA - Foi bom ser ministro?

PELÉ - Por causa dessa experiência, nunca mais quero ter cargo público. Faltam verbas e a política impede **a gente de [A GENTE - INF] (114)** fazer as coisas. Nas reuniões ministeriais, eu pedia a palavra para reclamar que só (o ex-ministro da Saúde) Adib Jatene arrumava dinheiro. Dizia: "Ele pega dinheiro para doença. O esporte, que é preventivo, não recebe nada". Todo mundo acha que o Pelé poderia ser um grande presidente, mas essa possibilidade está descartada.

No exemplo acima, ocorre indeterminação do sujeito por “a gente”. É evidente que diz respeito a quem estiver envolvido no meio político; qualquer um, nesse ambiente, é impedido de “fazer as coisas”, ou seja, de atuar, de ter iniciativa, de ser proativo. Trata-se, pois, de grau menor de indeterminação.

VEJA. 02/09/09

EDIÇÃO: 2128

Entrevista: Senadora Marina

VEJA - Um de seus maiores embates com a ministra Dilma foi causado pelas pressões da Casa Civil para licenciar as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira. A senhora é contra a construção de usinas?

MARINA - No Brasil, quando **a gente [AGENTE] (115)** levanta algum "porém", já dizem que somos **[P4] (116)** contra. Nunca me opus a nenhuma hidrelétrica. O que aconteceu naquele caso foi que eu disse que, antes de construir uma usina enorme no meio do rio, era preciso resolver o problema do mercúrio, de sedimentos, dos bagres, das populações locais e da malária. E eu tinha razão. Como as pessoas traduziram a minha posição? Dizendo que eu era contra hidrelétricas. Isso é falso.

Nota-se nesse excerto que “a gente” engloba todos os brasileiros, ou os forasteiros cá residentes (“no Brasil...”). Tem-se, pois, um elevadíssimo grau de indeterminação, ainda que não seja máximo, pois que há uma circunstância locativa pressuposta para o que é declarado. É de notar, ainda, a retomada anafórica de “a gente” por P4 (“somos”), demonstrando a frequente alternância entre essas duas formas na variante brasileira do português. É um traço de oralidade (a entrevista é um gênero oral por definição que pode ser transcrito/ adaptado para o papel). A alternância ocorre mesmo em se tratando de uma pessoa com sólida formação acadêmica (Marina Silva é professora universitária da UFAL).

VEJA, 01/10/08

EDIÇÃO: 2080

Entrevista Joyce Pascowitch

VEJA - E como você escolheu?

PASCOWITCH - Eu tive sorte, porque um dos melhores do país é amigo da família há muito tempo. Foi muito importante poder ter um médico com quem eu tinha afinidade. Médico é um ser humano

como qualquer outro. Às vezes, eles falam as coisas sem tato. E, nessa fase, **a gente [A GENTE] (117)** precisa ser tratada com muito cuidado. Você não sabe de nada, fica fazendo exames a toda hora, e ainda tem de tomar um monte de decisões estranhas. Foi um tempo de muita correria, muito hospital, muitas idas a consultórios médicos. Nessa hora, eu não senti medo. Acho que não deu tempo de sentir medo.

A GENTE tem por referentes todos os que passam por essa situação de saúde delicada, como na entrevista. É uma afirmação de caráter genérico em que o enunciador projeta, muito possivelmente, suas experiências e sentimentos através de uma generalização que abarque toda a coletividade, não sem incluir, ainda que sutilmente, o coenunciador nessa generalização. É digna de nota a concordância do participio com o feminino, visto ser uma mulher a entrevistada. Essa concordância ratifica a projeção do enunciador, embora não invalide a indeterminação.

4.5 Indeterminação por P4

Processo de indeterminação do sujeito olvidado por quase todas as nossas gramáticas tradicionais escolares, desponta em algumas 'universitárias'. Trata-se de legítimo processo de indeterminação do sujeito por referir-se a agentes humanos de sorte imprecisa, podendo ser de variados graus de indeterminação; o sujeito – nesse caso, consideramos a oração sem sujeito. Encontramos em nosso *corpus* 1249 ocorrências dessa forma de indeterminar o sujeito.

Há dois casos principais de P4: uma forma parcial e outra absoluta. A P4 parcial é aquela que possui um item lexical textual anterior que lhe possa ser associada cognitivamente (mas não gramaticalmente). É o caso de se recuperar o nome de um partido político pelo pronome NÓS. Poder-se-ia falar em anáfora associativa. Veja-se um exemplo a seguir:

VEJA, 13/01/10

EDIÇÃO: 2147

Entrevista: Sérgio Guerra

VEJA - Por que o PSDB não consegue fazer oposição?

GUERRA - Tentamos fazer **[P4 PSDB] (118)**, mas é difícil. O Congresso está desmoralizado, e o exercício da oposição sempre se deu no Parlamento. Se o Parlamento não tem força, a oposição fica limitada. As comissões parlamentares de inquérito, que são o instrumento mais poderoso da minoria, foram exterminadas. O governo aprendeu a aniquilar CPIs.

VEJA - O governo FHC também enterrava CPIs, como a da Corrupção, que foi barrada no fim da gestão tucana.

GUERRA - Cometemos **[P4 – PSDB] (119)** nossos equívocos, mas o PT destruiu o Congresso. Crises como a do mensalão nascem no Executivo. Não há diálogo do governo com o Congresso. O PT

montou tropas de choque, com parlamentares inexpressivos, que não se constroem em defender o indefensável, atacam os outros sem pudor e agridem a imprensa. A gasolina dessa tropa é o dinheiro público. Foi o que se viu na CPI dos Cartões Corporativos e na CPI da Petrobras, que terminaram sem começar.

Naturalmente, pode-se associar a forma verbal em P4 ao PSDB, com inclusão do seu enunciador, mas não se pode dizer que haja uma referência a toda a humanidade. Logo, há um grau parcial de indeterminação do sujeito. Ressaltamos ainda que, apesar da anáfora associativa, não há vínculo gramatical entre PSDB e a forma em P4. Logo, continuaremos a considerar que, ainda aí, P4 é manifestação de oração sem sujeito.

Já o exemplo abaixo mostra o uso de P4 em referência indeterminada, abrangendo como que a toda a humanidade; trata-se de uma afirmação em caráter extremamente genérico: a pergunta fala de mundo (ou seja, de humanidade); a resposta vem com uma P4 indeterminadora. Chamemo-la de P4 absoluta. Verifique-se, ainda, que as ocorrências 2 e 3 apresentam pontos de contato com o verbo ter impessoal: quando se diz que “tínhamos apenas duas turbinas”, pode-se supor que ‘havia (tinha) apenas duas turbinas’; não obstante, ocorre a queda da estrutura impessoalizada, em favor da indeterminada. Note-se ainda que, em ambos os casos, não há sujeito materialmente expresso. Vejamos exemplo do *corpus*.

VEJA, 18/0/06

EDIÇÃO: 1939

VEJA - Que futuro se vislumbra para o mundo diante de tantos desafios?

GUEDES - Estamos **[P4] (120)** no meio do deslocamento de placas tectônicas, de uma mudança brutal. Mas a economia mundial vai bem. Até pouco tempo atrás tínhamos **[P4] (121)** apenas duas turbinas no mundo, os Estados Unidos e a China. Agora temos **[P4] (122)** novos atores muito dinâmicos. A Rússia, o Leste Europeu, a Índia.

4.5.1 P4 absoluta

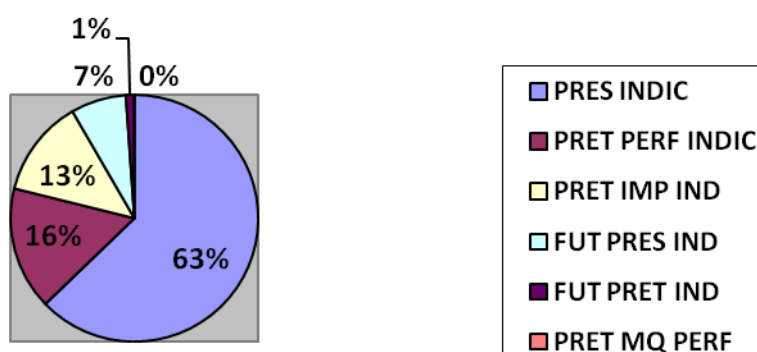
Começemos por analisar as indeterminações absolutas por P4, que respondem por 416 ocorrências, ou seja, 33% do total. Essa indeterminação por P4 merece atenção especial. Primeiramente, o traço [+humano] é quase obrigatório, pois que o enunciador se inclui (pelo menos ele) em um determinado processo verbal. À inexistência de SN sujeito, encontra-se na desinência verbal a referência à primeira pessoa do plural. Porém, julgamos pertinente verificar se há verbos mais ou menos frequentes nesse tipo de indeterminação (já que não há qualquer SN com valor de referência indeterminada).

Notamos uma acentuada preferência pela indeterminação do sujeito por P4 através de verbos no presente do indicativo, com um total de 113 ocorrências, com destaque para três verbos: **ser** (ligação), **ter** (transitivo direto) e **estar** (intransitivo). No pretérito perfeito simples do indicativo, houve 29 ocorrências, sem predominância deste ou daquele verbo em particular, mas sim com destaque para os verbos transitivos diretos. O pretérito imperfeito simples do indicativo compareceu com 23 ocorrências, com destaque para verbos transitivos diretos. O futuro do presente do indicativo (13 ocorrências) o futuro do pretérito do indicativo (2 ocorrências) e o mais-que-perfeito simples do indicativo (0 ocorrência) não apresentaram nenhum viés.

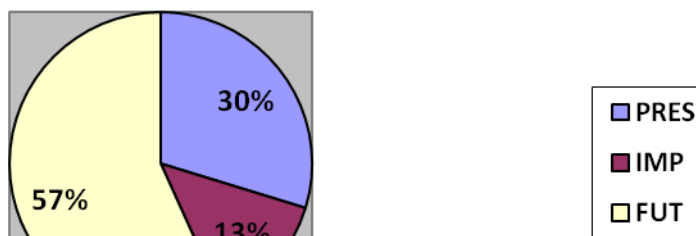
Quanto ao modo subjuntivo, o presente compareceu com 11 ocorrências, 7 das quais com o verbo dizer. O imperfeito do subjuntivo ocorreu apenas 5 vezes, sempre em orações condicionais. O grande destaque para P4 no modo subjuntivo é o futuro: 21 ocorrências, 19 das quais presentes em orações subordinadas adverbiais condicionais, introduzidas pela conjunção subordinativa condicional SE. Predominância de verbos transitivos diretos. Não houve ocorrências de indeterminação do sujeito por P4 no modo imperativo.

O gráfico a seguir ilustra a indeterminação do sujeito por P4, em tempos verbais simples:

P4 TEMPOS SIMPLES MODO INDICATIVO



P4 MODO SUBJUNTIVO



Não foi, porém, nos tempos simples que a indeterminação por P4 mostrou todo seu vigor; foi nas locuções verbais.

Mais uma vez, foi no presente do indicativo que a referenciação indeterminada do sujeito por P4 foi mais produtiva: 126 ocorrências compostas de auxiliar (p4 presente do indicativo) + principal (infinitivo); 27 com auxiliar (p4 presente do indicativo) + principal (gerúndio).

As 126 ocorrências com auxiliar em p4 do presente do indicativo + principal no infinitivo (em referenciação indeterminada, ressalte-se) se caracterizaram pela forte presença de auxiliares modais, com destaque para: poder, ter (de) e precisar. Já no caso das 27 ocorrências com principal no gerúndio, o auxiliar em P4, em 100% dos casos foi o verbos ESTAR.

Importa analisar o porquê da forte presença do presente do indicativo e de verbos modais. Conforme apontam os estudos de Milanez (1982), Neves (2000) e Hawad (2002), a indeterminação por P4 encampa o enunciador, seu interlocutor e outrem. Logo, abarca um grande número de elementos a que referencia.

Desse modo, seria lícito sustentar que a indeterminação do sujeito por P4 é um recurso argumentativo, pelo qual o enunciador realiza a referenciação indeterminada incluindo a si mesmo, ao seu interlocutor e, se for o caso, a toda uma coletividade alheia, a 3ª pessoa do discurso. É uma estrutura generalizadora de grande apelo discursivo, que visa aproximar os coenunciadores, de modo a que tentem convergir em ideias e opiniões.

Porém, não nos contentamos com a mera formulação de uma teoria especulativa e partimos para a análise da materialidade do texto em que ocorrem as indeterminações por P4. Como dito, há predominância de verbos no presente do indicativo e de locuções verbais com auxiliar no presente do indicativo (muitos dos quais, verbos modais).

A forte presença do presente do indicativo apresenta uma nova propriedade dessa forma de referenciar, qual seja: criar um efeito de verdade. Sabe-se que o presente do indicativo não se restringe a apenas designar ações que ocorram no momento da enunciação. Nesse tempo, a forma verbal pode referenciar “verdades” científicas e históricas. É por esse motivo que é o tempo preferido para os textos argumentativos exporem seus argumentos.

Portanto, ao se falar de indeterminação por P4, não cabe apenas aludir à aproximação entre os coenunciadores, mas também ao seu forte valor argumentativo de “verdade”. Nesse sentido, os verbos modais ganham destaque, visto como exprimem de uma forma mais ostensiva o ponto de vista do enunciador, ou melhor, o comentário do enunciador. Os verbos precisar, ter (de) e poder, modais por excelência apontam para recurso argumentativo do enunciador, que visa estabelecer uma necessidade (precisar e ter) e capacidade (poder).

Quanto aos verbos principais dessas locuções com infinitivo, há predominância de transitivos diretos que solicitam agente humano ou experienciador. São eles:

abrir, acabar, apontar, atacar, atribuir, baixar, citar, cobrar, comer, condenar, considerar, construir, continuar (2X), cortar, cumprir (2X), dar, decidir, desautorizar, descobrir, descontaminar, desobstruir, discutir (3X) dizer, encontrar, enfrentar, entender (2X), esperar, esquecer (5X), estabelecer, evitar, fazer (6X), garantir, ignorar, interferir, investir, levar (2X), medir, mudar, passar, permitir, prever (2X) proceder, procurar, querer, reduzir, reformular, seguir, ter (6X) vender, ver (3X), verificar.

Nosso intuito ao apresentar os verbos principais é que são eles que solicitam o lugar sintático do sujeito com determinadas características, das quais nos interessam mais particularmente: (im)personalidade e papel temático. Entretanto, a escolha no discurso por uma locução verbal não é gratuita, mas antes serve a certa orientação argumentativa. Portanto, vejamos a seguir, a citação das locuções propriamente ditas, onde se percebe forte preferência pelos modais, dever, poder, precisar e ter (de).

consequimos cumprir, devemos comer, devemos discutir, devemos fazer, devemos levar, devemos permitir, devemos proceder, podemos medir, podemos abrir, podemos apontar, podemos atribuir, podemos citar, podemos condenar, podemos cortar, podemos dar, podemos desautorizar, podemos descobrir, podemos dizer, podemos esperar, podemos esquecer, podemos esquecer (4X), podemos ignorar, podemos interferir, podemos levar, podemos passar, podemos prever, podemos prever, podemos querer, podemos ter (2X) podemos vender, podemos ver, precisamos enfrentar, precisamos atacar, precisamos baixar, precisamos decidir, precisamos desobstruir, precisamos discutir, precisamos encontrar, precisamos entender (2X), precisamos estabelecer, precisamos evitar, precisamos fazer, precisamos mudar, precisamos reduzir, precisamos reformular, precisamos ver (2X), queremos ter, temos de acabar, temos de cobrar, temos de considerar, temos de construir, temos de continuar (2X) temos de cumprir, temos de descontaminar, temos de discutir, temos de fazer (4X) temos de garantir, temos de investir, temos de procurar, temos de seguir, temos de ter (3X), temos de verificar.

Outra construção notável em locuções de P4 (presente do indicativo)+infinitivo caracteriza-se pela presença do auxiliar IR. Esse verbo, na posição de auxiliar, tem servido, muito amiúde, como marcador de tempo futuro; essa é a principal menção que se faz à estrutura em análise. Porém, há outra possibilidade: o verbo auxiliar IR funciona como convite, solicitação, ou mesmo exortação ao coenunciador e, nesse caso, é paráfrase de estrutura verbal imperativa. É sob essa dupla óptica que o verbo IR será tratado aqui: ora como marcador/construtor de futuro, ora como de imperativo. Eis as locuções extraídas do *corpus*:

vamos avançar, vamos buscar, vamos comemorar, vamos conferir, vamos contrapor, vamos crescer, vamos criar, vamos desarrumar, vamos disputar, vamos dizer, vamos eleger, vamos empurrar, vamos fazer, vamos ficar, vamos lembrar, vamos olhar, vamos ouvir, vamos priorizar, vamos resolver, vamos responder, vamos rezar, vamos supor, vamos supor, vamos ter, vamos ver (3X) vamos verificar.

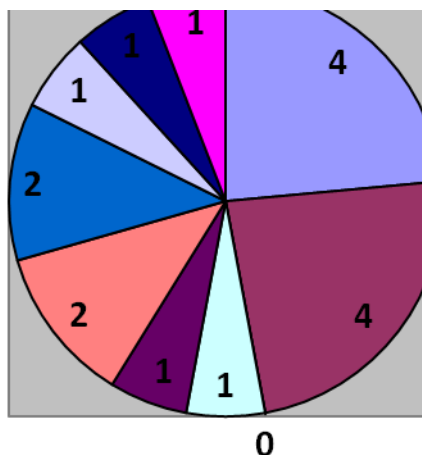
É de notar que também há nítida preferência por verbos principais transitivos diretos.

Outra construção com P4 indeterminado muito comum é P4 (presente do indicativo) + gerúndio. Trata-se de construção que se destaca pelo aspecto verbal não concluído e progressivo. Seu efeito discursivo é de não só englobar os coenunciadores em torno de um dado argumento (efeito persuasivo), mas coloca-os dentro de um mesmo processo em curso. É uma forma de intensificar a identificação dos coenunciadores desencadeada pela indeterminação por P4. Vejamos as formas verbais encontradas no *corpus*.

estamos assistindo (2X), estamos consumindo, estamos criando, estamos enfrentando, estamos falando (11X) estamos fazendo, estamos ficando, estamos ganhando (2X), estamos pagando, estamos retrocedendo, estamos sabendo, estamos tentando, estamos vendo, estamos vivenciando, estamos vivendo (2X), estamos voltando.

Desnecessário realçar a exclusividade do auxiliar verbo ESTAR, nessas construções. Lembramos que seria possível o uso de auxiliares outros como continuar, ficar, permanecer, andar, todos originalmente verbos de ligação (ou copulativos) – o que se justifica pelo fato de a locução com o gerúndio exprimir, sob certo ponto de vista, a continuidade um estado: o estado de permanecer fazendo (ou sofrendo, ou experienciando) alguma coisa. Quanto aos verbos principais, destacam-se os de comunicação verbal (falar, com 11 ocorrências).

Os demais tempos verbais não possuem tamanha representatividade na indeterminação por P4, sendo distribuídos conforme o gráfico abaixo:



PRET PERF COMP
 PRET PERF IND AUXILIAR
 PRET M-Q-PER INDIC AUXILIAR
 PRET IMP IND AUXILIAR
 FUT PRES INDIC AUXILIAR
 FUT PRET INDIC AUXILIAR
 PRES SUBJ AUXILIAR
 PRET PERF COMP SUBJ AUXILIAR
 PRET-M-Q-PERF SUBJ AUXILIAR
 FUT SUBJ AUXILIAR

Desse modo, fica patente a predominância do presente do indicativo nas indeterminações por P4, seja em tempos simples, seja em tempos compostos.

4.5.2 P4 parcial

Outro uso de P4 se dá como retomada anafórica do pronome NÓS ou como retomada de expressão em referência genérica (p4 parcial). Nesse contexto, o uso de P4 ocorreu 833 vezes no *corpus*, ou seja 97 % do total. O que aponta para um uso mais frequente dessa estrutura indeterminadora com menores graus de indeterminação do sujeito. Vejamos alguns excertos abaixo, nos quais destacamos apenas os casos de P4.

VEJA, 13/01/10
EDIÇÃO: 2147

Entrevista: Sérgio Guerra

VEJA - Por que o PSDB não consegue fazer oposição?

GUERRA - Tentamos fazer [P4 PSDB] (123), mas é difícil. O Congresso está desmoralizado, e o exercício da oposição sempre se deu no Parlamento. Se o Parlamento não tem força, a oposição fica limitada. As comissões parlamentares de inquérito, que são o instrumento mais poderoso da minoria, foram exterminadas. O governo aprendeu a aniquilar CPIs.

VEJA - O governo FHC também enterrava CPIs, como a da Corrupção, que foi barrada no fim da gestão tucana.

GUERRA - Cometemos [P4 – PSDB] (124) nossos equívocos, mas o PT destruiu o Congresso. Crises como a do mensalão nascem no Executivo. Não há diálogo do governo com o Congresso. O PT montou tropas de choque, com parlamentares inexpressivos, que não se constroem em defender o indefensável, atacam os outros sem pudor e agredem a imprensa. A gasolina dessa tropa é o dinheiro público. Foi o que se viu na CPI dos Cartões Corporativos e na CPI da Petrobras, que terminaram sem começar.

O trecho acima vem mostrar uso de referenciação indeterminada por P4 em que há certa delimitação do conjunto universo de ‘referentes’ possíveis. Pode-se notar que o uso de P4 não é construtor de uma referenciação de caráter universal, mas antes se circunscreve ao PSDB; chamemo-la de P4 parcial (ou se já, a referenciação indeterminada é parcial, limita-se a certa coletividade, não é por completo indiscriminada). Na primeira ocorrência, isso fica muito claro, por ser resposta a uma pergunta dirigida a essa agremiação política. A segunda ocorrência necessita de certo conhecimento enciclopédico para que se associe o governo FHC ao PSDB (que era seu partido). Esse uso de P4 constitui-se efetivamente em processo de indeterminação do sujeito, sendo algo semelhante às referenciações genéricas e relativamente distinto das indeterminações por P4 de caráter absoluto, maximamente indeterminadas.

Quando o sujeito indeterminado por P4 possui certa delimitação na possibilidade de referenciar, assemelha-se às referenciações genéricas por ter uma coletividade específica em destaque. No exemplo dado, o PSDB. Pode-se referenciá-lo na terceira pessoa (referenciação genérica) ou o enunciador pode referenciá-lo em primeira pessoa, incluindo-se (P4).

Contudo, há uma discreta nuance discursiva que distingue a P4 absoluta da P4 parcial. Nas P4s de máxima generalização, o enunciador inclui a si mesmo, ao coenunciador e a terceiros (ou melhor, a todos). Na P4 parcial, o enunciador se inclui e a terceiros (que não são todas as pessoas necessariamente, mas todos de certo grupo previamente delimitado), mas não inclui, necessariamente, seu coenunciador.

Essa última propriedade é fundamental. Se atentarmos bem para o excerto acima, veremos que a revista VEJA faz uma pergunta sobre o PSDB, em terceira pessoa. Além dessa marca gramatical, nosso saber enciclopédico nos autoriza dizer que são instituições (humanas) distintas, ainda que possam ter interesses comuns. A resposta de Guerra em 1ª pessoa do

plural o inclui ao grupo do partido, mas não necessariamente o seu interlocutor (a revista/o entrevistador), muito menos inclui a todos os leitores da entrevista. Notemos que o uso da P4, em caso de circunscrição dos possíveis referentes, permite que haja exclusão do coenunciador e mesmo de terceiros, já que não generalização absoluta.

O falante da língua portuguesa, intuitivamente, domina esse saber. Tanto que o repórter entrevistador de VEJA não fez qualquer ressalva excluindo-se da forma verbal em P4. Os leitores também não necessariamente se identificaram com o uso da primeira pessoa. Portanto, o conhecimento gramatical, por si só, não basta para essas inferências; é o saber enciclopédico, instituído pela linguagem, que nos dará a o critério decisivo sobre o tipo de referenciação que se faz por P4.

4.6 Indeterminação por NÓS

Em princípio, pode-se dizer que a indeterminação por NÓS exerce papel semântico-discursivo muito semelhante ao de P4, distinguindo-se, sobretudo, pela sintaxe: a existência de item lexical no lugar sintático do sujeito, ou seja, o pronome pessoal NÓS. A ocorrência de NÓS, assim, seria mais concorde com a variante brasileira do português, por se constituir em sujeito pleno.

A rigor, do ponto de vista estritamente semântico, podemos dizer que NÓS e P4 são variantes de uma mesma possibilidade de indeterminar o sujeito. Contudo, por questões de método, vamos diferenciá-los, já que, sintaticamente há diferenças: a indeterminação por NÓS é oração com sujeito; a indeterminação por P4, sem sujeito.

Um uso comum a NÓS e infrequente em P4 se dá com o uso de apostos. O aposto, função sintática que gera controvérsias entre os estudiosos, não pode ser confundido, sintaticamente, com o termo ao qual faz aposição. Nessa ocorrência, o uso de NÓS é praticamente absoluto, em detrimento de P4. Vejamos exemplos do *corpus* com aposição:

VEJA, 24/02/2010

EDIÇÃO: 2153

Entrevista: Bolívar Lamounier

VEJA - Por quê?

LAMOUNIER - Na classe C, observa-se muito acentuadamente um traço típico da cultura brasileira que é a aversão a se associar a outras pessoas com os mesmos interesses e que não fazem parte da família nem do grupo de amigos mais próximos. Nesse aspecto, nós, brasileiros, [**NÓS + APOSTO**]

(125) somos cidadãos falhos. O conceito de cidadania caracteriza-se justamente pela associação de interesses com aqueles que não fazem parte de nossa convivência diária. É um mundo anônimo, no qual se discutem questões em razão dos objetivos comuns a ser atingidos na esfera pública. Além da cultura naturalmente avessa a associações, a criminalidade endêmica desanima os brasileiros de formar grupos de pressão mais numerosos. Há medo por toda parte, minando o fenômeno que o francês Alexis de Tocqueville (1805-1859) chamava de "arte da associação". No século XIX, ele já se surpreendia com a capacidade de mobilização da sociedade americana, que, (a despeito do que muitos dizem, não é nada despolitizada). Estamos, [P4] (126) infelizmente, muito distantes desse mundo.

A ocorrência (125) está a exemplificar uma aposição com NÓS sujeito indeterminado. De fato, falar de brasileiros em geral (e o sentido no texto é de generalização) é indeterminar, é tornar a referência imprecisa, pois se trata de algo em torno de 200 milhões de possíveis sujeitos (um conjunto universo de possibilidades enorme).

Uma pergunta que caberia é a necessidade estilístico-discursiva da aposição. O uso de NÓS, sem o aposto, enseja a possibilidade de referência à humanidade em geral, com a inclusão explícita do enunciador. A aposição clarifica a leitura ao delimitar, ainda que relativamente, o conjunto universo a que se refere o enunciador.

A ocorrência (126), uma P4, também realiza o sentido de indeterminação, embora pareça referir-se a “nós, brasileiros”, sendo então considerada uma elipse do pronome nós.

Das 217 ocorrências de referenciação indeterminada pelo pronome sujeito NÓS, 154 foram em retomada a algum referente textual com certo grau de indeterminação (que poderíamos dizer NÓS parcial). As 63 outras se deram em grau máximo de indeterminação – NÓS absoluto (isto é, sem qualquer delimitação do conjunto universo de possíveis referentes). Portanto 71% das ocorrências de NÓS – sujeito indeterminado – são parciais, contra 29% absolutas.

Fato curioso é que, apesar de o português na variante brasileira preferir as estruturas de sujeito pleno, há mais indeterminações por P4 do que por NÓS. Importa que se tenha em vista o gênero textual entrevista, o qual, apesar de oral, é publicado na forma escrita (no caso de suporte para leitura, como é o caso de uma revista), sendo alvo de revisão pré-publicação, isto é, de edição. Porém, parece-nos que a predominância de P4 deve-se menos à edição do que a recurso argumentativo, porque a inexistência do sujeito na oração tende a construir um efeito de maior burilamento na forma (já que não é o uso habitual, pelo menos no Brasil). Saiba-se que os entrevistados por Veja (e seus leitores em potencial) pertencem a um nicho social mais escolarizado e que, pois, dominam a norma padrão. Daí poderem executar esses recursos de ‘formalização’.

Em resumo, a principal distinção entre as formas indeterminadoras P4 e NÓS é a presença do aposto (muito frequente com NÓS e pouco frequente com P4). Quanto às

similaridades, marcamos o uso predominante do presente do indicativo nas indeterminações por NÓS. Vejamos mais excertos do *corpus*, destacando-se apenas os casos de NÓS e de P4.

VEJA 28/04/10

EDIÇÃO: 2162

Entrevista: Kátia Abreu

VEJA - Qual é a imagem que os brasileiros têm dos produtores rurais?

ABREU - A ideia prevalente, e errada, é que o agronegócio exporta tudo o que produz, cabendo aos pequenos produtores abastecer o mercado interno. Pequenos, médios e grandes produtores destinam ao mercado interno 70% de tudo o que colhem ou criam. Também é muito forte e igualmente errada a noção de que fazendeiro vive de destruir a natureza e escravizar trabalhadores. Obviamente, como em qualquer atividade, ocorrem alguns abusos no campo Mas o jogo duro de nossos adversários isolou os produtores do debate e espalhou essa ideia terrorista sobre a nossa atividade. Esses preconceitos precisam ser desfeitos.

VEJA - Como?

ABREU - Mostrando na prática que não somos **[P4-PARCIAL] (127)** escravocratas e que não destruímos **[P4 – PARCIAL] (128)** o meio ambiente. Nós **[NÓS – PARCIAL] (129)** temos um projeto em parceria com a Embrapa dedicado a pesquisar e difundir boas práticas que permitam unir produção rural e proteção do ambiente. Essa história de trabalho escravo também precisa ser abordada com ações que produzam respostas práticas. Nós **[NÓS – PARCIAL] (130)** treinamos 200 instrutores para inspecionar fazendas pelo Brasil e avaliar as condições de vida dos empregados. Já visitamos **[P4 – PARCIAL] (131)** mais de 1□000 fazendas. O que se vê é uma imensa boa vontade da maioria dos proprietários de cumprir tudo o que a lei manda e seguir direito as normas reguladoras. Ocorre que a norma que rege o trabalho no campo, a NR-31, tem 252 itens. Em qualquer atividade, cumprir 252 critérios é muito difícil. Nas fazendas, isso é uma exorbitância. Até em uma fazenda-modelo um fiscal vai encontrar pelo menos um item dos 252 que não está de acordo com a norma.

Note-se a grande alternância entre as formas de NÓS e de P4. Inicialmente, é de enfatizar que a referenciação indeterminada que se cria com P4/NÓS é, nesse exemplo, parcial, pois que se refere aos produtores rurais, grupo ao qual a senadora Kátia Abreu se inclui. Porém, nem o coenunciador, nem a maioria dos leitores são parte desse grupo.

Além disso, note-se que as duas primeiras indeterminações são por P4, retomadas pela terceira, que é feita com NÓS.

4.7 O plural de modéstia

Muito frequente nos manuais de Língua Portuguesa em geral, o chamado ‘plural de modéstia’ será analisado nesta seção, com o intuito de diferenciá-lo da indeterminação pela primeira pessoa do plural ou pelo pronome NÓS (respectivamente, P4 e NÓS).

Inquestionável é que, em muitas oportunidades, a dupla P4/NÓS funciona como recurso estilístico-discursivo para atenuar uma referência direta em primeira pessoa do singular (P1). Observemos o trecho abaixo, da entrevista dada por Henrique Meirelles, então presidente do Banco Central (BC), a VEJA de 09/05/2007, edição 2007.

VEJA, 09/05/07

EDIÇÃO: 2007

Entrevista: Henrique Meirelles

VEJA – A valorização do real em relação ao dólar não o preocupa?

MEIRELLES – O dólar está em queda diante da maior parte das moedas do mundo. Esse é um fenômeno global, consequência clara do déficit comercial americano. Essa questão precisa ser entendida no pano de fundo do que se passa na economia mundial. No caso específico do Brasil, é preciso lembrar que o real estava combalido diante do dólar em 2002. **Nós (132) [PL MODEST]** chegamos ao Banco Central em 2003 com o real pelas tabelas, bastante depreciado. O que ocorreu a partir daí? A economia começou a dar demonstrações seguidas de qualidade. Isso diminuiu a percepção de risco oferecido pelo Brasil. Em resumo, **o país (133) [REF GEN – O PAÍS]** mostrou-se aos olhos do mundo mais sólido e confiável. **Tivemos (134) [P4 – O PAÍS]** grandes saldos na balança comercial e os fundamentos econômicos melhoraram gradativamente. A valorização da moeda nesses casos é natural. Eu diria que o câmbio reflete esse momento extraordinário que vive a economia brasileira. Além do mais, o câmbio atualmente se encontra dentro da média histórica dos últimos vinte anos.

A ocorrência (132) é um claro exemplo de plural de modéstia, já que Meirelles fala de sua chegada à presidência do BC, atenuando uma possível impressão de egocentrismo ou de autoritarismo, ao preferir o uso de NÓS para referir-se a si mesmo ao uso do pronome EU.

Convém ainda perceber que a ocorrência (133) é uma referência genérica, pois que se trata do Brasil – da atividade econômica realizada por seus habitantes ([+HUMANO]). A ocorrência (134) retoma a (133), através de P4 do verbo TER; essa P4 insere tanto Meirelles, quanto VEJA e o leitor, não se configurando, portanto, como plural de modéstia, mas como indeterminação do sujeito.

Essa alternância de referentes de uma mesma estrutura linguística, ou de estruturas análogas (como é no caso NÓS e P4), ratifica a necessidade de se compreender o fenômeno da indeterminação do sujeito (ou de seu papel temático) no texto, no discurso. Não se pode, simplesmente, memorizar construções e rotulá-las *a priori*; devem-se buscar as referências e

os significados endossados pelos demais itens do texto. Consequentemente, o mecanismo de coesão textual, com suas ‘idas e vindas’ é imprescindível para essa análise gramatical.

Outra exemplificação do plural de modéstia, em entrevista com o próprio Meirelles, em outra ocasião, se vê a seguir. Nesse exemplo, o plural de modéstia se dá com o uso do pronome NÓS:

VEJA, 07/04/04

EDIÇÃO: 1848

VEJA – Mas a relação dívida pública/PIB está em 58%. É um índice percebido como potencialmente muito perigoso pelos investidores...

MEIRELLES – Nós [PL MODEST= o próprio Meirelles] (135) vemos a evolução da dívida sobre o PIB de uma forma extremamente positiva. Pela primeira vez em muitos anos, estamos [P4= o Brasil] (136) em condições de obter um decréscimo gradual para os próximos anos.

A pergunta do entrevistador sinaliza que os investidores (semanticamente, uma referência genérica, ainda que não seja sujeito da oração, mas sim agente da passiva) percebem a relação entre PIB e dívida pública como perigosa. Meirelles, porém, como presidente do Banco Central do Brasil, rechaça essa visão ‘pessimista’, ao declarar que a evolução da dívida sobre o PIB é vista de forma extremamente positiva.

Primeiramente, percebemos a oposição e ideias, ratificada no discurso de Meirelles pelo advérbio modalizador “extremamente”. Além disso, pode-se atribuir o uso desse NÓS ao próprio Meirelles, já que ele é apresentado por VEJA como uma autoridade monetária do país. O uso do plural de modéstia tem o possível efeito de atenuar a força egocêntrica da P1.

No entanto, devemos atentar para a presença de uma indeterminação do sujeito por P4, sinalizada no excerto. O crescimento a que se refere Meirlles não é de si mesmo, mas sim do Brasil. Perceba-se a diferença de referentes entre NÓS e P4, já que o pronome NÓS NÃO possui valor generalizante (ao contrário, particulariza uma opinião distinta da que é apresentada pela revista como a de muitos, isto é, dos “investidores”)

Vejamos, ainda, um caso em que, a princípio, se pode identificar um plural de modéstia, desmentido, em seguida pelo enunciador.

VEJA, 29/04/09

EDIÇÃO: 2110

Entrevista: Abilio Diniz

VEJA. Aos 72 anos, o senhor voltou a ser pai. Que tal a experiência?

ABILIO. Ter uma filha de 2 anos a esta altura da vida só aumentou minha obsessão por envelhecer em bom estado. Faço tudo para evitar, um dia, escutar algo do gênero: "Quem é aquele velhinho que veio pegar a Rafaela na escola?". É bom lembrar que também tenho uma mulher de 37 anos. Para quem está numa situação como a minha, só resta uma opção: fazer muito esporte. E isso eu faço. Treinamos **[P4 - PL MODEST] (137)** três horas por dia.

VEJA. [NOTAR A PERGUNTA, JÁ QUE A ENTREVISTA PRESUPÕE PLURAL DE MODÉSTIA E ABÍLIO O NEGA] **(138)** Não é a primeira vez que o senhor se refere a si mesmo no plural...

ABILIO. Não tenho pretensões políticas. É que somos **[P4] (139)** sempre uma equipe mesmo. No caso do treino, ela é composta de um especialista em nutrição e outro em esportes.

A ocorrência (137) poderia fazer supor um plural de modéstia. Entretanto, se observarmos o discurso do empresário Abilio Diniz, encontraremos várias formas verbais e pronominais em P1. Desse modo, seria pelo menos inusitado usar um plural de modéstia no final da sua resposta. Não seria impossível, mas não se alinharia a estratégia discursiva de mencionar-se na primeira pessoa. Não houve, por parte de Abilio nenhum 'pudor' em usar P1, nem por isso há efeito de autoritarismo ou de descortesia em sua fala.

Não obstante o entrevistador de VEJA pareça ignorar essa estratégia discursiva do entrevistado e afirme (não há uma pergunta na segunda fala de VEJA) que o empresário "se refere a si mesmo no plural..." (observem-se as reticências e seu uso expressivo). O empresário responde que "não tem pretensões políticas", quiçá aludindo ao uso 'politicamente correto' de P4/NÓS em lugar de P1/EU. A ocorrência (139) materializa a visão de que P4, nesse trecho 'sujeito indeterminado': *Não tenho pretensões políticas. É que somos [P4] (3) sempre uma equipe mesmo. No caso do treino, ela é composta de um especialista em nutrição e outro em esportes.* O traço [+HUMANO], incontestemente, é associado ao [+GRUPO] ou [+GENÉRICO], pois que cita ele o concurso de duas outras pessoas, um especialista em esportes e um especialista em nutrição (é de notar que não se faz referência precisa a identidade deles, nem se é uma equipe fixa; portanto, predomina o sentido de indeterminação).

Por todos esses exemplos, percebe-se que a coesão textual fornece pistas indispensáveis para analisarmos os processos de indeterminação do sujeito. Nota-se também que nem sempre devemos nos guiar pelas suposições e inferências do entrevistador, do meio de comunicação.

4.8 Indeterminação por EU e por P1

Uma forma de indeterminar o sujeito é a que se dá com P1 ou com EU. Essa análise vem desafiar posições mais conservadoras. Muitos podem pensar que é uma análise descabida, por não encontrar eco em nenhum pensador linguístico-gramatical de outrora; outros podem afirmar ser impossível que Eu/P1 realize o sentido de indeterminação, já que estabelecem referência explícita e necessária exclusivamente à primeira pessoa do discurso. Podemos, entretanto, refutar essas duas visões.

Em primeiro lugar, apesar de nossa admiração por toda a análise tradicional gramatical, não podemos exigir dela a perfeição; sem dúvida, legou-nos contribuições e análises ímpares, mas não podemos pretendê-la completa.

Quanto ao segundo ‘argumento’ de objeção, devemos lembrar o que Pontes (1986) asseverou sobre o conceito clássico em linguagem. A lógica formal matemática não serve para a linguagem; a linguagem cria sua própria lógica. É devido a isso que surgem expressões linguísticas que parecem ferir a lógica e o bom senso (matemáticos), tais como: risco de vida, tirar a pressão (em vez de ‘medir a pressão’), etc. Assumimos que a linguagem cria sua própria lógica, não se prendendo a “propriedades necessárias e suficientes”; diríamos mais: a linguagem cria não a realidade, mas sim as várias realidades possíveis.

Desse modo, não cabe uma negação *a priori* da indeterminação por EU/P1. Devemos analisar, nos textos, os efeitos semântico-discursivos dessas estruturas, verificando se realizam, de alguma sorte, o efeito de indeterminação do sujeito/papel temático em um grau qualquer.

Nesse tipo de indeterminação do sujeito, a referência indeterminada é construída, sobretudo, através de estruturas exemplificativas ou hipotéticas. O enunciador se coloca em uma posição tal que não se refere exclusivamente a si mesmo, mas antes se toma como modelo ou exemplo para o que se ode dar com qualquer um, ou seja, encarna em si mesmo toda uma coletividade em potencial. Pode acontecer que o enunciador construa a referência indeterminada por EU/P1 e não esteja se referindo a si próprio, mas antes e tão somente construindo uma estrutura persuasiva.

Esse aspecto argumentativo da referência indeterminada construída pela indeterminação dos sujeitos merece destaque, já que nenhuma construção discursiva é à toa; todos os recursos da linguagem produzem um efeito, mais ou menos discreto.

Apresentamos a seguir um exemplo de indeterminação por EU/P1:

VEJA, 02/06/04

EDIÇÃO: 1856

VEJA - Estamos falando de uma palmadinha...

LIDIA - Ainda assim. No estudo de Gershoff é feita essa diferença. São várias análises que levam em conta o que se chama [VPS] (140) de punição normativa e o abuso físico de fato. Então, alguém [PRON INDEF] (141) pode dizer: "Eu [EU] (142) apanhei dos meus pais e não [P1/EU] (143) sou antissocial". [POLIFONIA GENÉRICA] (144) Tudo bem. Mas isso não prova muita coisa.

O trecho acima mostra-nos que o referente indefinido ALGUÉM é retomado por um pronome EU; por conseguinte, esse "EU" é de referência imprecisa, indeterminada. É por isso que se dá o fenômeno da polifonia genérica (ver item 4.19.2)

Note-se que a segunda ocorrência marcada é de sujeito oculto, pois que retoma um EU anterior; porém esse pronome sujeito EU constitui referenciação indeterminada; assim, o P1 que o retoma também mantém o sentido de indeterminação.

Vejamos agora caso de indeterminação por P1, ou seja, quando P1 NÃO retoma um pronome EU anterior, seja ele indeterminado ou não. Como de praxe neste trabalho, só destacamos o caso de indeterminação em tela.

VEJA, 12/09/07

EDIÇÃO: 2025

Entrevista: João Geraldo Piquet Carneiro

VEJA – Como se dá a relação de causa e efeito entre voracidade fiscal e burocracia?

PIQUET – A Receita Federal precisa arrecadar cada vez mais e apertar as exigências impostas aos contribuintes para manter a receita tributária ascendente. Isso porque as despesas públicas aumentam ano sim e outro também. A produção em massa de legislações e normas tributárias é subproduto dessa voracidade arrecadatória. Criou-se a cultura da desconfiança. O poder público não confia no cidadão, que submisso aos caprichos do estado. Uma relação de submissão na qual somos os súditos. Trata-se de uma mentalidade cartorial. Por que devo [P1] (145) ir ao cartório, colocar um carimbo para provar que a cópia é igual ao original? Por causa de uma minoria de não mais que 5% de falsários, afeta-se a vida de 95% das pessoas. Por que devo [P1] (146) obter certidões para provar que nada devo [P1] (147) se quem me deve é o estado? O Congresso entra na onda, não consegue perceber que essa superestrutura fiscalizatória e de arrecadação requer mais funcionários públicos e mais gastos.

Neste excerto, veem-se verbos em P1 produzindo referenciação indeterminada. Cabe notar que há critérios pragmáticos que permitem distinguir o uso indeterminado de P1, ou de EU de seus usos indiciais (ou seja, em referenciação exclusiva á primeira pessoa do discurso): trata-se de uma exemplificação hipotética. O enunciador toma-se como exemplo, coloca-se no lugar de um sujeito qualquer que passe por dada situação. Isso vale tanto para P1 quanto para

EU. É a esse discurso exemplificativo e hipotético que se refere o conceito de referência em tese, em princípio. É de perceber que o fato não ocorreu nem necessariamente ocorrerá com o enunciador; há caráter de afirmação generalizante, como que a expressar uma 'verdade' que vale para qualquer pessoa.

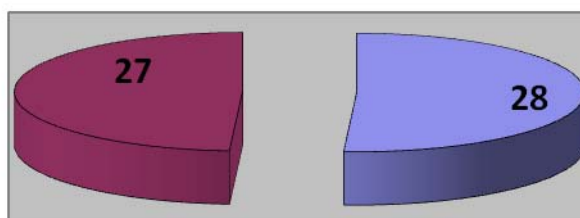
Destacamos que a indeterminação por P1, ou seja, por verbo conjugado na primeira pessoa do singular sem referir-se exclusivamente ao enunciador, é caso de oração sem sujeito com referência indeterminada.

A grande distinção necessária entre essas duas formas de indeterminar é que EU é indeterminação de um sujeito pleno, ao passo que, com P1, cria-se a indeterminação em oração sem sujeito.

Quanto às estatísticas dessas ocorrências devemos notar que respondem por 55 das 15553 ocorrências de sujeito indeterminado, ou seja, 0,4% das ocorrências totais. Todavia, não podemos desmerecer esse recurso de referência indeterminada, pois que esses dados dizem respeito ao gênero textual em estudo – entrevista, editada pela revista VEJA antes da publicação. É possível (e mesmo previsível) que, em gêneros textuais outros, possa haver maior expressividade desses recursos, o que importa se investigue em outros trabalhos.

Não houve predominância de nenhum tipo verbal específico, apenas destacamos a supremacia de ocorrências com o presente do indicativo, o que é natural, pois que se trata de fala em tese (exemplificativa hipotética), que tem no presente do indicativo tempo muito propício a sua ocorrência. Abaixo, vê-se graficamente a equivalência estatística de EU/P1 indeterminados.

TOTAL - EU/P1



4.9 Indeterminação por P6

A indeterminação por P6 é das presentes em livros e manuais gramaticais do português, tendo lugar na NGB. Caracteriza-se por verbo conjugado na terceira pessoa do plural, sem item lexical anafórico ou catafórico atribuível ao seu sujeito. Trata-se de oração sem sujeito. Em Santos Junior (2010), verificamos que um dos seus traços discursivos mais relevantes é o de DENÚNCIA. Não é uma propriedade absoluta, mas sim prototípica.

Analisando nosso *corpus*, pudemos observar novas nuances da indeterminação por P6. Além de ratificarmos o viés de denúncia, presente em várias ocorrências, notamos presença notável de verbos no presente do indicativo ou no pretérito perfeito simples do indicativo. Além disso, pudemos notar intensa recorrência de verbos de comunicação verbal (verbos que exprimam qualquer ato comunicativo, tais como dizer, falar, chamar, perguntar, acusar, censurar, pedir, convidar, etc.), especialmente os verbos dizer e falar. Como qualquer caso de indeterminação do sujeito, o traço [+humano] lhe é aplicável, necessariamente.

Vejamos exemplos de indeterminação por P6:

VEJA, 19/03/03

EDIÇÃO: 1794

VEJA – Como o senhor se sente vendo que a política econômica de seu governo, que seus adversários descreviam como neoliberal, está em pleno vigor agora?

FHC – O que chamavam **[P6] (148)** de neoliberalismo nunca existiu. O mercado nunca **[REF GEN] (149)** definiu as regras de funcionamento da sociedade durante meus oito anos na Presidência. Longe disso. Os gastos sociais **[NOM] (150)** nunca foram tão altos quanto no meu governo. Como proporção do PIB, os gastos sociais **[NOM] (151)** passaram de 11% a 14%. O que nós **[PL MODEST] (152)** fizemos foi justamente o contrário do proposto pelo que se **[VPS] (153)** costumou chamar de neoliberalismo. O que fizemos **[PL MODEST] (154)** foi recompor o Estado, que tentamos **[PL MODEST] (155)** fazer mais ágil e mais apto a responder **[REF GEN+INF] (156)** aos desafios do mundo atual

No excerto acima, nota-se a indeterminação do sujeito por P6, recurso muito comentado em todas as gramáticas brasileiras do português. É de perceber o tom de denúncia, de crítica por parte de FHC aos que o chamavam de ‘neoliberal’, visto que, segundo ele, houve grandes investimentos sociais. Igualmente, note-se que a indeterminação por P6 se dá com verbo no pretérito perfeito simples do indicativo com verbo de comunicação verbal (chamar, ou seja, designar, nomear). O exemplo acima contém, pois, os traços prototípicos da indeterminação por P6: verbo de comunicação verbal, tom de denúncia, pretérito perfeito simples do indicativo e agente [+humano].

Em nossa pesquisa, encontramos 165 ocorrências de sujeitos indeterminados por P6, o que dá pouco mais de 1% do total de casos. Essa relativamente baixa expressividade estatística de P6 deve ser interpretada como característica do gênero textual entrevista (especificamente o de VEJA, que é editado para certo público e que tem certos temas). Em gêneros outros, como entrevistas de páginas policiais, ou em cartas de leitores, textos nos quais impera o tom de denúncia, há grande expressividade de indeterminações por P6 (cf. Santos Junior, 2010).

Entretanto, pudemos, a partir dessas ocorrências, observar expressiva incidência de indeterminação por P6 com verbos ou no presente do indicativo ou no pretérito perfeito do indicativo. Vejamos os verbos, em sua forma infinita mais comuns com P6, no *corpus*.

INDETERMINAÇÃO POR P6 - PRESENTE DO INDICATIVO (45 OCORRÊNCIAS)

CHAMAR, COLOCAR, COMENTAR (3x), CONVIVER, DAR (2x), DIVULGAR, DIZER (13X), ENTRAR, ESTAR (2X), FALAR (4X), FAZER (4X), GOSTAR, IDENTIFICAR, METER, OFERECER, PEDIR (3X), PEGAR (2X), PINTAR, PROPOR, RECLAMAR, RESPEITAR.

INDETERMINAÇÃO POR P6 - PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO (53 OCORRÊNCIAS)

ABRIR, ACUSAR (2x), CENSURAR, CHAMAR, CHEGAR (2x), COMEÇAR, CONVENCER, CUMPRIR, DAR (2x), DIZER (5x), ENCHER, ENTRAR, EXIBIR, FALAR (2x), FAZER (2x), FECHAR, LANÇAR, LEVAR (2x), LIQUIDAR, OFERECER, OPTAR, PEDIR (2x), PEGAR, PERDER, PERGUNTAR (5x), PÔR (2x), QUEIMAR, RETIRAR, ROUBAR (3x), TIRAR (3x), TROCAR,

Em ambos os casos notamos forte presença dos verbos de comunicação verbal (tais como falar, perguntar, acusar, chamar, censurar, dizer, vazar, oferecer e pedir). Além disso,

nota-se o viés de crítica, de denúncia presente em alguns desses verbos (tais como: acusar, censurar, vazar, roubar, reclamar). Em todo caso, podemos agrupá-los em dois grupos principais: verbos de comunicação verbal e verbos de ação, predominantemente transitivos diretos.

Em locuções verbais encontramos as seguintes 32 ocorrências:

chegaram a dizer, chegaram a falar, começaram a pedir, estão acusando, estão cometendo, estão escrevendo, estão falando (2x), estão fazendo, estão jogando, ficarem falando, foram cair, foram levar, podem debochar, podem dizer, queriam dizer, queriam saber (2x), têm feito, tentam associar, tinham amputado, tinham dito, tiveram de abrir, tivessem violentado, vão convidar, vão dizer (4x), vão pegar, vieram buscar, vivem perguntando.

Percebe-se que o verbo principal também é preponderantemente ou verbo de comunicação verbal (falar, dizer, pedir, acusar, escrever, debochar, convidar e perguntar) ou de ação resultativa (jogar, levar, fazer, cometer, amputar, abrir, violentar, buscar). Como exemplo de verbo de cognição, associar. Os verbos transitivos diretos são majoritários e percebe-se que muitos deles apresentam viés de crítica ou de denúncia, ou ainda uma carga semântica de negatividade, de situações difíceis ou sofríveis: acusar, cometer, debochar, amputar e violentar, por exemplo.

No excerto abaixo, percebe-se como a indeterminação por P6 tem valor de crítica, propósito de denunciar algo que o enunciador considera inadequado, absurdo, exagero. O efeito de crítica se materializa na escolha do verbo chegar (a), que indica certo limite, no caso um limite psíquico, íntimo de suportar (ou não) dada situação.

VEJA, 06/01/2010

EDIÇÃO: 2146

Entrevista: Rogério Fasano

VEJA - Um exemplo de excesso de serviço.

FASANO - Você pedir um café e a pessoa trazer uma carta de café. Você tem de parar, olhar, perguntar. Aí, sua conversa foi para o vinagre. A gastronomia é o ponto número 1 de um restaurante, mas você não pode esquecer que é lá também que as pessoas pedem as outras em casamento, se conhecem, fecham negócios, põem a vida em dia. O garçom que a toda hora pergunta se está tudo bem é infernal. Eu estive recentemente num restaurante considerado muito moderno na Inglaterra em que cada prato vinha com cinco minutos de explicação. Quer dizer, parece que você vai lá com um único propósito: aplaudir o chef – isso se você gostar da comida. Nesse restaurante, eu não consegui comer sorvete de bacon, entre várias outras coisas. Chegaram a me dar **[P6] (157)** um iPod entre um prato e outro para que eu ouvisse música durante a degustação. São exageros que me dão ataques de riso. Não

gosto desse excesso de modismos. Mas pior do que sorvete de bacon é o que eles chamam de “fusion food”. Cozinha tem fronteiras, sim. Espaguete italiano com molho asiático? Estou fora.

Entretanto, nem sempre a indeterminação do sujeito por P6 traz consigo valor de crítica ou de denúncia. Em algumas (poucas) vezes ocorre aparente ‘neutralidade’, isto é, não nenhuma crítica, nenhuma contrariedade expressa. Veja-se outro texto da mesma entrevista acima.

VEJA- Qual é o grande prazer de ser um *restaurateur*?

FASANO - Bom, antes de ter o prazer, vem a parte ruim: você não tem horário para chegar em casa, não tem fim de semana e sua vida familiar é complicada – tanto assim que os donos de restaurante que conseguem manter um casamento são raríssimos. Eu mesmo já me separei algumas vezes. Meu maior prazer é jantar às 2 da manhã no meu restaurante, abrir a última garrafa de vinho da noite com o salão absolutamente vazio, sabendo que esteve abarrotado até pouco tempo atrás. Há um quê de teatral nessa cena, é como se eu tivesse participado de um espetáculo ao vivo. Quando vejo que tudo deu certo, a noite foi bárbara e todo mundo saiu contente, o prazer é muito grande. Quase sempre fico até a última mesa se esvaziar e sei pelo "tchau" que me dão **[P6] (158)** se foi tudo ótimo. Quando passo quatro, cinco dias sem isso, começo a ficar nervoso. Eu preciso desse último "tchau".

Julgamos necessária a ressalva a seguir. O enunciador (entrevistado) utiliza-se de referenciação indeterminada por P6 com o verbo DAR sem qualquer menção a críticas ou a contrariedades; ao contrário, relata ele uma situação que lhe dá prazer e mesmo lhe é necessária. Por conseguinte, cabe dizer que a indeterminação por P6 é comumente usada para denúncias/críticas, sendo esse seu uso prototípico; porém, é possível usá-la em contextos de alegria ou de satisfação, embora muito infrequentes.

Analisemos mais um excerto do *corpus* em que se percebe novamente o tom de queixume típico (embora não necessário, repetimos) da indeterminação por P6.

VEJA, 13/01/10

EDIÇÃO: 2147

Entrevista: Sérgio Guerra

VEJA - Como Serra poderá conquistar o eleitorado do Nordeste, que idolatra o presidente e foi largamente beneficiado por programas como o Bolsa Família?

GUERRA - Ninguém terá os votos que Lula tem no Nordeste. Nem Dilma. Fala-se muito em transferência de votos, mas isso acontece até certo ponto. Não acredito que haverá tanta transferência para Dilma. Tenho visto isso no interior do Nordeste: o povo não ama a ministra. Mas muita gente gosta do Serra. Não será como em 2006, quando os nordestinos votaram maciçamente em Lula. Naquele ano, só fizemos campanha em Sergipe. Nos outros estados, não havia organização. Aliás, eu não podia nem falar no nome de Alckmin (então candidato do PSDB). Só queria **[P6] (159)** saber do Lula. Agora é diferente. Estamos mais organizados, temos um candidato fortíssimo.

A locução verbal “queriam saber” exemplifica o auxiliar de P6 no pretérito imperfeito do indicativo, o que mostra outras possibilidades dos tempos verbais em P6 indeterminada; mas não é tempo prototípico. Perceba-se que há uma contrariedade do senhor Guerra em ter problemas em divulgar seu candidato Serra, já que as pessoas do Nordeste tinham grande afeição por Lula (candidato rival). O enunciador então se queixa com a expressão “queriam saber”, reforçada pelo advérbio ‘só’. A reclamação é voltada contra os eleitores nordestinos que iam de encontro ao que o enunciador defendia. Entretanto, como político, não poderia exprimir tão ostensivamente críticas a um grande colégio eleitoral. Daí o recurso a uma estrutura mais sutil de criticar.

Note-se que, por si só, a locução verbal não exprime contrariedade porque materializa indeterminação por P6; é necessário que se acople a ela o advérbio ‘só’ e, mais importante, é preciso que o discurso construído oriente as leituras possíveis. A mesma expressão poderia ter uma conotação positiva em outro contexto. Por exemplo, se ele dissesse: “depois de oito anos de Lula no poder, só queriam saber de Serra”, a mesma expressão, aí, não teria valor de crítica aos eleitores mas antes de aprovação.

Vejamos, não obstante, mais casos de P6 que seguem o protótipo de crítica, de queixa, de reclamação ou de denúncia. A passagem a seguir é de entrevista com Marcelo Yuka, músico carioca que ficou paraplégico após tentativa de assalto que sofrera. Neste trecho da entrevista, relata ele o atendimento recebido em hospital público na Cidade do Rio de Janeiro.

VEJA, 17/01/01

EDIÇÃO: 1683

VEJA – Você tentava fazer algo para se salvar?

YUKA – Tudo o que eu queria era segurar a mão de alguém. Era uma sensação de que aquilo me transmitiria vida. Então, chegou a ambulância, o sujeito me examinou e disse que a minha lesão era T2T4 (segunda e quarta vértebras torácicas). Não sabia o que era, claro, só que era grave para caramba. Mas a história nem tinha começado. Quando cheguei ao Hospital do Andaraí (na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro), /ninguém sabia quem eu era. Num bairro como esse, cercado de favelas, um sujeito que chega com aquela quantidade de tiros no corpo provavelmente é bandido. Fizeram **[P6] (160)** um pedido para a radiologia, levaram-me **[P6] (161)** de maca e me puseram **[P6] (162)** em cima de uma superfície de inox, ou pedra. Sei lá, era alguma coisa muito fria. Meu braço esquerdo doía horripelmente, totalmente arrebentado por um tiro. Tinha também uma bala no pulmão que me deixava muito pouco ar. Estava guardando esse ar para dizer alguma coisa. Nesse momento, veio o sujeito da radiologia, fedendo a bebida. Pegou o pedido de exame e viu que o médico tinha informado só três tiros. Como eu tinha seis buracos no corpo, ele disse que isso podia lhe causar problemas e foi embora. Fiquei ali jogado, sozinho, até um médico pedir explicações ao radiologista.

O cara disse: "Doutor, ele tem muito mais bala do que diz o pedido de exame, olhe o chão como é que está de sangue. Olhe como é que o garoto está, veja bem... Se eu meter a mão, vou ter de ficar preenchendo papel até amanhã". Mas acabou tirando as radiografias e, quando saí da radiologia, eu já havia me transformado no Marcelo Yuka, o Rappa.

Nota-se a insatisfação do enunciador com o atendimento recebido. A insatisfação que percebe acima não é com a situação propriamente dita de ele ter ficado paraplégico; o destaque dado pelo enunciador é a notória precariedade dos serviços públicos de saúde no Brasil. Os verbos em P6 indeterminada – fazer, levar e pôr – por si mesmos, não configuram críticas ou reclamações. O que nos permite inferir a insatisfação do enunciador é o discurso com um todo.

Nesse sentido, a descrição sequencial fazer-levar-pôr denota tratamento mecanizado e impessoal recebido pelos pacientes. Importa notar que o enunciador se enquadrou em um protótipo de marginal; logo, a indiferença com que foi tratado, manifesta numa rotina maquinal de atendimento. Percebe-se que os verbos da p6 estão no pretérito perfeito do modo indicativo, o que é muito característico de indeterminação do sujeito por P6.

É necessário, porém, fazer ressalva à análise da indeterminação por P6. Desde que haja um elemento textual anterior ao qual a forma verbal em P6 esteja retomando, diz a respeitável tradição gramatical que não há mais indeterminação do sujeito. Apresentaremos aqui algumas objeções a essa interpretação.

Primeiramente, como já defendemos, pode sim haver indeterminação do sujeito com SN materialmente expresso na oração. É o caso das referências genéricas (uso mais produtivo da indeterminação do sujeito em português) e das nominalizações, por exemplo (sem contar demais possibilidades como os pronomes pessoais, o pronome VOCÊ, o pronome QUEM, alocação A GENTE e os pronomes indefinidos em geral).

Assim, se um verbo em P6 retoma um SN anterior que esteja realizando o sentido de referência indeterminada, P6 também referenciará indeterminadamente. Destacamos que essa indeterminação ‘coesiva’ por P6 possui 538 ocorrências, contra 165 das construções absolutas de P6 (ou seja, maximamente indeterminadas, sem qualquer referente textual anterior ou posterior), portanto 3,26 vezes maior (326% mais frequente).

Quando P6 realiza retomada ou antecipação de SN em referência indeterminada, o elemento verbal passa a ter a importância de solicitar um sujeito [+humano] e de lhe conferir papéis temáticos; porém, já não há mais vínculo prototípico entre determinadas formas ou tempos verbais e a indeterminação (ao contrário do que vimos com o uso absoluto de P6 indeterminada).

Vejamos passagens do *corpus* em que se dá essa indeterminação coesiva de P6.

VEJA, 10/01/01

EDIÇÃO: 1682

Entrevista: PELÉ

VEJA – Você pensa em ser cartola?

PELÉ – Não. Tem pessoas competentes o bastante para dirigir o futebol brasileiro. Basta que elas assumam suas responsabilidades. As CPIs que investigam o futebol estão prestando um grande serviço ao país. Mesmo que funcionem mal. Acho que é uma grande oportunidade para os cartolas do futebol [**REFERENCIAÇÃO GENÉRICA - OS CARTOLAS DO FUTEBOL**] (163) provarem que são [**P6 ANÁFORA REFERENCIAÇÃO GENÉRICA - OS CARTOLAS DO FUTEOL**] (164) competentes e honestos como apregoam [**P6 ANÁFORA REFERENCIAÇÃO GENÉRICA - OS CARTOLAS DO FUTEBOL**] (165) .

Apesar de simples, o exemplo acima mostra como funcionam as retomadas de referências indeterminadas por P6. Trata-se de recurso coesivo facilmente identificável. De fato, a indeterminação não é criada por P6, ela é retomada e reproduzida por P6. É por esse motivo que não nos detivemos sobre a tipologia dos verbos nesses casos, porquanto a indeterminação é dada pelo SN anterior.

Além da anáfora (ou catáfora), pode-se dar, muito pontualmente, o fenômeno da anáfora associativa, em que um SN singular em referência genérica seja retomado por uma P6. Observemos o exemplo abaixo.

VEJA, 21/01/04

EDIÇÃO: 1837

Entrevista: Romário de Souza Faria

VEJA – A rotina de treino, viagens e concentração cansa?

ROMÁRIO – Nunca fui atleta. Não gosto de treinar, mas posso garantir que hoje treino mais que antes. Se eu tivesse levado uma vida regrada, certamente teria feito mais gols. Mas não sei se ainda estaria jogando ou se seria feliz como sou hoje. Jogar futebol é simples e me dá prazer. No ano passado, o campeonato brasileiro teve uma pausa de dez dias e tive de jogar umas peladas por aí para matar a saudade da bola. O duro, mesmo, é a rotina fora de campo. A concentração, por exemplo, é inútil. O objetivo alegado é unir o grupo, mas na prática não funciona. Você encontra os outros jogadores durante as refeições e na hora da preleção do técnico. E só. O resto do tempo, cada um fica no seu quarto vendo TV. A concentração só serve para impedir que o atleta caia na farra. Mas, felizmente, a mentalidade do jogador está mudando por causa de um fato novo: a maioria, hoje, tem empresário. Eles [**ELES – ANÁFORA ASSOCIATIVA – OS EMPRESÁRIOS**] (166) atrapalham muito, mas também [**P6 ANÁFORA ASSOCIATIVA - OS EMPRESÁRIOS**] (167) orientam o jogador a se cuidar. Caso contrário, os dois perdem dinheiro.

É natural que relacionemos os casos (166) e (167) ao SN empresário. No entanto, retoma-se por ELES e por P6 – número plural – um elemento no singular. A esse fenômeno

pode-se chamar anáfora associativa. Essa estrutura com P6 é uma possibilidade dentro da língua portuguesa que mantém, ainda assim, o sentido de indeterminação do sujeito.

4.10 Indeterminação por ELES/ELAS

É comum na variante brasileira do português o sujeito pleno, qual seja, materializado por um item lexical. Tal observação ganha ainda mais força em se falando de oralidade (o que é o caso num *corpus* de entrevistas, ainda que editadas). Nesse sentido, muitas das indeterminações por P6 costumam aparecer com um item lexical na posição do sujeito: o pronome ELES.

Tal pronome, muitas vezes, não possui qualquer referente, anterior ou posterior (anafórico ou catafórico, respectivamente), sendo, por conseguinte, sob certo prisma, vago no processo de referenciação. Poder-se-ia, no caso, interpretá-lo como um preenchimento da posição sujeito por ‘imposição’ de uma tendência do português falado no Brasil. Tal uso foi descrito e abordado em Santos Junior (2010), o que foi ratificado por nossas observações nesta pesquisa.

Encontramos no *corpus* 21 ocorrências de ELES sujeito indeterminado sem recuperar ou antecipar qualquer item lexical. Portanto, análogo ao uso de indeterminação do sujeito por P6, com diferença estrutural: em P6, oração sem sujeito; com ELES, oração com sujeito. Vejamos algumas dessas ocorrências.

VEJA, 15/06/05

EDIÇÃO: 1909

Entrevista: Fernando Gabeira

VEJA – Essa inquietação poderia ter contribuído para amenizar o deslumbramento a que o senhor se refere?

GABEIRA – Sim, porque a chegada ao poder, com todos os atrativos que ele oferece, é sempre um questionamento da sua sabedoria. E também um desafio à capacidade de saber olhar os seus projetos e se manter fiel a eles. E nem o PT nem Lula souberam responder a isso. Diante da necessidade de abandonar um programa que talvez não estivesse totalmente ajustado à realidade, eles optaram simplesmente por jogar esse programa para o ar – sem substituí-lo. Não foi à toa que, durante a campanha eleitoral, poucos de nós, intelectuais que apoiamos Lula, se submeteram àquele mico no programa de televisão, de andar de um lado para o outro com uma pasta debaixo do braço, dando a impressão de que todos os problemas do Brasil estavam equacionados e que, quando chegássemos ao governo, resolveríamos tudo.

VEJA – O senhor se recusou a participar da gravação desse programa?

GABEIRA – Eu não fui convidado. Mas quando eles [**ELES**] (168) fizeram o programa final, com o Lula já eleito no primeiro turno, nós fomos chamados a São Paulo para gravar. Era um programa de

auditório, e nós tínhamos de levantar as mãos, todos juntos, e balançá-las para o alto. Eu fiquei perplexo com aquilo, não fiz. O Lula até reclamou: "Poxa, Gabeira, você tá dormindo?". Claro que eu não estava dormindo, eu estava achando aquilo ridículo. Éramos participantes de um projeto político que, no último momento, havia sido sintetizado em um programa de auditório. Parecíamos chacetes.

A referenciação indeterminada desencadeada pelo pronome substantivo sujeito ELES se dá com o verbo FAZER, no pretérito perfeito do modo indicativo; isso é uma similaridade com os casos de indeterminação por P6. Note-se que não há qualquer referência sobre o agente da ação de fazer. Nem mesmo uma anáfora associativa é possível, com base no que está no texto. Desse modo, construiu-se a referenciação indeterminada.

Podemos notar que todo o excerto é uma grande crítica do enunciador (entrevistado), Fernando Gabeira, ao PT. Ele ridiculariza o programa – ou é uma forma de criticar, é uma denúncia irônica ou mesmo mordaz, mas é, ainda assim, uma crítica. A ação expressa pelo verbo FAZER não é em si uma denúncia, uma queixa; mas está situada em um contexto de crítica. De qualquer forma, é lícito defender a similaridade semântica entre as indeterminações por P6 e por ELES.

No caso abaixo, vemos a alternância entre P6 e ELES, ambas indeterminados.

VEJA, 07/08/07

EDIÇÃO: 2020

Entrevista: Wilma Magalhães

VEJA – Qual é a pior situação que a senhora enfrentou na cadeia?

WILMA –* Nada pode na penitenciária. No começo, eu não entendia por que não podia. Um grampinho de cabelo do tamanho de uma formiguinha eles não deixam **[P6] (169)** entrar porque é perigoso. Todos os meus sutiãs, que são da grife Victoria's Secret, têm arame. Não pude levar nenhum. Tive de comprar tudo novo. Também quis levar um repelente elétrico para espantar mosquitos e não pude. Nenhum dos meus xampus italianos pôde entrar. Eles dizem que tudo é perigoso. Só permitiram **[ELES] (170)** a entrada de meus cremes da Victoria's Secret porque as embalagens são transparentes. Também é constrangedor tirar a roupa para a inspeção toda vez que chego lá. Se eu soubesse que seria tão revistada, que usaria tanto este corpo, teria feito uma plástica antes.

Veja-se que a primeira indeterminação se dá por P6; a segunda, por ELES retoma P6. A exemplo do que houve com P4/NÓS, há grande alternância entre as indeterminações por P6 e por ELES. No excerto, dá-se o uso indeterminado do pronome sujeito ELES. Não há nenhum referente anterior que se possa atribuir a ele, salvo a P6, que também é indeterminada.

É fora de dúvida que o nosso conhecimento de mundo pode fazer-nos pensar que ELES é uma alusão aos agentes penitenciários e demais funcionários do sistema prisional, já

que são esses servidores que fiscalizam a entrada e saída de pessoas e coisas dos presídios e casas de custódia. Entretanto, essa anáfora associativa não invalida a indeterminação do sujeito.

Ressaltamos ainda que a simples omissão da identidade do sujeito de ELES ou de P6 pelo enunciador já denota o sentido de indeterminação. Do ponto de vista formal, há um sujeito na oração, o pronome ELES, cuja identidade é presumível, mas não é certa, não é precisa. Predomina, por conseguinte, o efeito discursivo de referenciação indeterminada promovida pelo sujeito.

Outro uso dessa forma de indeterminação é com anáfora (predominante) ou catáfora (menos comum). Nesse caso, P6 ou ELES (e ELAS também) retomam um item lexical plural anterior em referenciação genérica. Ocorreram 198 usos de ELES e 71 de ELAS retomando SN anterior em referenciação indeterminada. Ora, se o termo antecedente tem ideia de indeterminação, o que o retoma passará a tê-lo. Percebe-se, pois, que o uso de ELES é mais produtivo que o de ELAS na retomada de referenciação genérica e que ambos são muito mais produtivos, neste caso, do que a indeterminação por ELES de forma absoluta, ou seja, sem retomar (ou antecipar) SN em referenciação genérica. Vejamos o *corpus*.

VEJA, 16/01/08

EDIÇÃO: 2043

Entrevista: Arthur Virgílio

VEJA - Como assim?

ARTHUR - Os petistas [**REFERENCIAÇÃO GENÉRICA – OS PETISTAS**] (171), desesperados com a perspectiva de deixar o poder, alimentavam a fantasia de mudar a Constituição para permitir que Lula se candidatasse ao terceiro mandato consecutivo. Se eles [**ELES ANÁFORA REFERENCIAÇÃO GENÉRICA – OS PETISTAS**] (172) não conseguiram aprovar nem a prorrogação da CPMF, imagine o terceiro mandato. Foi uma demonstração nítida para o presidente Lula e seus áulicos de que o Congresso não compactua com essas loucuras. O assunto está encerrado, e o país vai marchar para o pleito de 2010 em plena normalidade e com respeito às regras vigentes.

Acima, o SN ‘os petistas’ é uma referenciação indeterminada, já que se refere a certa coletividade humana de forma genérica. Logo, o pronome ELES que retoma esse SN carrega consigo o sentido de referenciação indeterminada. A seguir, um exemplo em que esse fenômeno se dá com o pronome ELAS.

VEJA, 21/01/09

EDIÇÃO: 2096

Entrevista: Jayme Monjardim

VEJA - Por que o senhor aboliu o sobrenome Matarazzo?

MONJARDIN - Porque quando eu comecei a trabalhar como cineasta as pessoas implicavam com o sobrenome Matarazzo. Eu ia pedir patrocínio para fazer meus filmes e tinha de ouvir as pessoas falando: **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA - AS PESSOAS] (173)** "O cara é Matarazzo, não precisa de dinheiro para nada e vem se meter a fazer cinema?". Elas **[ELAS – ANÁFORA REFERENCIAÇÃO GENÉRICA - AS PESSOAS] (174)** achavam que o patrocínio só era válido para os cineastas que tinham nascido pobres e ralavam na vida. Eu comecei a me sentir discriminado porque me chamava Matarazzo e não podia fazer cinema. Passei a assinar Jayme Monjardim porque as pessoas **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA - AS PESSOAS] (175)** iam falar que, sendo filho de artista, eu podia ter mais chances.

No exemplo acima, notamos o SN AS PESSOAS em referenciação indeterminada em duas oportunidades (ocorrências 173 e 175). Entre elas a ocorrência (174), retomando anaforicamente (173), em que ELAS substitui os SN em referenciação genérica as pessoas. Desse modo, 'ELAS' é também sujeito indeterminado.

4.11 Indeterminação por P3

Ocorre, no uso real oral da Língua Portuguesa, ou mesmo em uso escrito da língua com características de oralidade (como por exemplo, as entrevistas), indeterminação do sujeito por P3. Isto é, um verbo na terceira pessoa do singular, sem referente possível, anafórico ou catafórico, em sentido impreciso ou genérico. Poder-se-ia-dizer tratar-se de 'queda' da partícula SE construções com sujeito indeterminado pela partícula SE junto a verbos em P3 (caso 'clássico' de indeterminação). A referenciação indeterminada do sujeito por P3 será alocada no rol das orações sem sujeito.

Exemplo de indeterminação do sujeito por P3 encontramos no excerto já citado anteriormente:

VEJA, 07/08/07

EDIÇÃO: 2020

Entrevista: Wilma Magalhães

VEJA – Qual é a pior situação que a senhora enfrentou na cadeia?

WILMA –* Nada pode **[P3] (176)** na penitenciária. No começo, eu não entendia por que não podia. Um grampinho de cabelo do tamanho de uma formiguinha eles não deixam **[P6] (177)** entrar porque é perigoso. Todos os meus sutiãs, que são da grife Victoria's Secret, têm arame. Não pude levar nenhum.

Tive de comprar tudo novo. Também quis levar um repelente elétrico para espantar mosquitos e não pude. Nenhum dos meus xampus italianos pôde entrar. Eles dizem que tudo é perigoso. Só permitiram [ELES] (178) a entrada de meus cremes da Victoria's Secret porque as embalagens são transparentes. Também é constrangedor tirar a roupa para a inspeção toda vez que chego lá. Se eu soubesse que seria tão revistada, que usaria tanto este corpo, teria feito uma plástica antes.

“Nada pode [P3] (176) na penitenciária. No começo, eu não entendia por que não podia [P3] (177).” Efetivamente, o verbo poder tem, nesse caso, o traço [+HUMANO], ou seja, alguém pode fazer isso ou aquilo; trata-se de um verbo modal (indicando permissão), normalmente auxiliar, usado fora de locução no exemplo, com que a indicar que nada é possível, que qualquer ação não é permitida, não se pode fazer. Estacamos ainda que a indeterminação por P3 é muito comum na oralidade, guardando-lhe os traços característicos.

No *corpus*, foram 89 ocorrências de indeterminação por P3. Vejamos um trecho que mostre algumas das ocorrências de indeterminação do sujeito por P3.

VEJA, 07/06/06

EDIÇÃO: 1959

Entrevista: Geraldo Alckmin

VEJA - Em 2005, descobriu-se que a empresa do filho do presidente Lula, Lulinha, recebeu um investimento de 5,2 milhões de reais da Telemar, que tem dinheiro público em seu capital. O que o senhor teria feito no lugar do presidente?

ALCKMIN – Numa república, todos estão sujeitos à lei. Outro dia, eu ouvi de alguém: "Olha, não se fala da esposa do fulano". Para mim, não. Comigo, não tem acordo. Tem [P3] (179) de investigar, investigar todo mundo.

[...]

VEJA - Mas, enquanto o país não cresce, o que o senhor faria com os sem-terra?

ALCKMIN - Nós vamos trabalhar primeiro para fazer a reforma agrária. Agora, invasão, não.

VEJA – Para quem invadir, o que acontece?

ALCKMIN – Invadiu [P3] (180), vai desinvadir [P3] (181). A lei é para todos, e invadir propriedade alheia é crime.

As ocorrências em destaque exemplificam como se dá a indeterminação por P3. O exemplo (179) manifesta estrutura recorrente com esse tipo de indeterminação: o modal ter (de)+infinitivo. Os exemplos (181) e (183) também são casos notáveis de P3 indeterminada. Percebam-se os verbos desses exemplos exigem um sujeito humano, que não é materializado no texto. Ou seja, é um sujeito virtual, em potencial, sendo a sua ausência material que gera a

referenciação indeterminada. Desse modo, defendemos que se trata de referenciação indeterminada do sujeito em oração sem sujeito.

4.12 Indeterminação por ELE/ELA (sem anáfora ou catáfora de referência genérica ou de nominalização)

Esse tipo de indeterminação (do papel temático do sujeito) corresponde à indeterminação do sujeito por P3. Cabe uma (quase) perfeita analogia com a relação ELES/P6. A indeterminação por ELE sem referente textual, anafórico ou catafórico, em referência generalizante ou imprecisa, vem manifestar a tendência de materializar a posição sujeito, preenchendo-a com um item lexical.

Verificamos, no *corpus*, a possibilidade de usar ELA como referência genérica. A procura por esse eventual uso pode revelar uma visão de generalizar pelo feminino (no português, o neutro latino deu origem ao masculino, fazendo dele a forma preferencial para generalizações).

O único exemplo que encontramos (dentre a parte revisada do *corpus*) em que há um ELA sem antecedente é o seguinte:

VEJA, 21/03/07

EDIÇÃO: 2000

VEJA – A senhora está casada há mais de quarenta anos com a mesma pessoa. Isso ajuda a entender de casamento e relacionamento amoroso?

LIDIA – Eu não estou casada com a mesma pessoa e também não sou a mesma pessoa. Tanto eu como ele passamos por mudanças, evoluções e involuções. Em algumas coisas, eu era muito melhor há dez anos. Em outras, sou melhor hoje. Cada mudança traz um risco, mas o congelamento do vínculo [NOM] (184) é um risco maior. Aquela história de "ela [ELA] (185) é a outra metade da minha laranja" e "ele [ELE] (186) é minha cara-metade" [POLIFONIA GENÉRICA] (187) não convence, porque duas meias caras podem fazer uma bela cara, duas meias laranjas podem fazer uma bela laranjada, mas duas meias pessoas [REF GEN] (188) não fazem um casal. Um casal [REF GEN] (189) precisa ter duas pessoas inteiras e diferentes uma da outra.

Acima, percebe-se que tanto o pronome ELA, quanto o pronome ELE não possuem qualquer referente anterior que se lhes possa atribuir. Naturalmente, pode-se pensar que a entrevistada está se referindo aos membros de um casal. Contudo, essa observação não invalida a classificação de 'indeterminada' para a identidade de ELE ou de ELA, pois que se trata de humanos em referência imprecisa, generalizante.

4.13 Indeterminação por ELE/ELA (anáfora ou catáfora de referência genérica ou de nominalização)

A esse caso de indeterminação do sujeito devem-se associar outros. Através dele, pode-se retomar a nominalização ou a referência genérica. Além disso, no *corpus*, ocorre retomada de sujeito indeterminado (por P3 ou por SE, por exemplo) por ELE/ELA.

Vejamos o seguinte trecho:

VEJA, 12/08/09

EDIÇÃO 2125

VEJA- A senhora acha que os homossexuais sofrem de algum distúrbio psicológico?

ROZÂNGELA - O Conselho Federal de Psicologia [REF GEN] (190) não quer que eu fale sobre isso. Estou amordaçada, não posso me pronunciar. O que posso dizer é que eu acho o mesmo que a Organização Mundial de Saúde [REF GEN+ELIPSE] (191). Ela [ELA ANAF REF GEN] (192) fala que existe a orientação sexual egodistônica, que é aquela em que a preferência sexual da pessoa [NOM](193) não está em sintonia com o eu dela. Essa pessoa [PRON DEM+REF GEN] (194) queria que fosse diferente, e a OMS [REF GEN] (195) diz que ela [ELA ANF REF GEN] (196) pode procurar tratamento para alterar sua preferência.

No excerto, verificam-se duas retomadas de referências genéricas por ELA. Vê-se ainda que as duas ocorrências possuem referentes distintos. A primeira retoma OMS – indeterminação por referência genérica com valor 'institucional'; a segunda retoma “essa pessoa” homossexual.

Patenteando-se como recurso de coesão textual, faz-se necessária a análise do seu referente anterior e de seu grau de indeterminação. O pronome ELA transporta consigo os valores indeterminados de seu 'antecedente'. Ressaltamos, ainda, que, em princípio, a retomada por ELA recupera não só referências genéricas, mas também nominalizações, por exemplo:

VEJA, 27/09/06

EDIÇÃO: 1975

VEJA – Na avaliação do senhor, o que deve ser feito?

LENT – Tendo a achar que as neurotecnologias poderiam ficar restritas ao uso médico, mas com a possibilidade de ser utilizadas para problemas de outra natureza se uma junta de pessoas idôneas, não necessariamente médicos, [REF GEN] (197) concordasse. Algo que salvaguardasse uma decisão individual para que ela [ELA ANAF NOM] (198) não fosse errada ou injusta. Seria uma maneira de a sociedade [REF GEN] (199) circunscrever o problema.

Nesse exemplo, o pronome ELA recupera a nominalização “decisão individual”. Importa observar que essa nominalização, na oração em que aparece, ocupa o lugar sintático do objeto direto. Entretanto, o pronome ELA, retomando-a, transpõe-na para a posição de sujeito da outra oração. Essa costura textual, materializada pela coesão, deve ser atentamente observada.

Mais um exemplo do *corpus*, em que se percebe anáfora (pelos pronomes ELE e ELA) de referências indeterminadas:

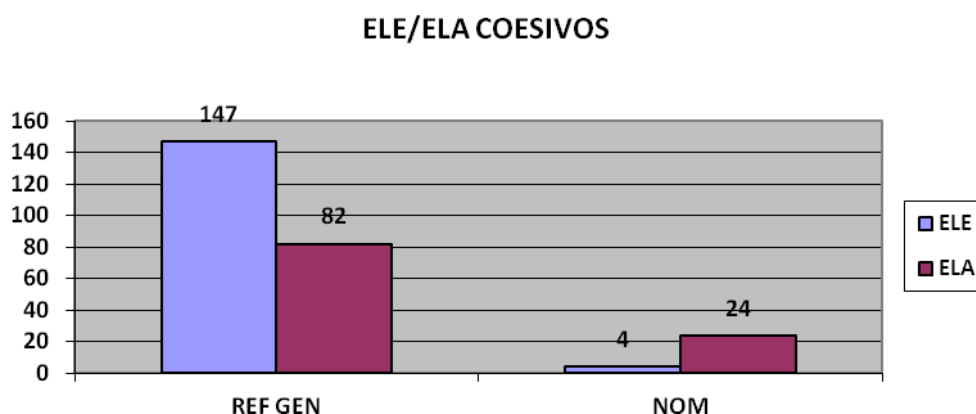
VEJA, 22/09/04

EDIÇÃO: 1872

VEJA - O senhor dá muitas palestras sobre o Brasil no exterior. Quais as maiores curiosidades?

DAMATTA - Até bem pouco tempo atrás não se [VPS] (200) perguntava nada. Por muito tempo dei um curso sobre o Brasil na Universidade Notre Dame, nos Estados Unidos, e ficava desanimado porque o interesse [NOM] (201) era muito pequeno. Nos últimos anos a demanda [NOM] (202) aumentou. A razão? O Brasil [REF GEN] (203) está se tornando uma nação competitiva. O americano [REF GEN] (204) anda em avião brasileiro, surpreende-se [P3 REF GEN] (205) e quer saber [P3 REF GEN] (206) mais sobre o país. Na sociedade americana, o cidadão comum [REF GEN] (207) é ligado no aspecto econômico. Ele [ELE ANAF REF GEN] (208) sabe que a aposentadoria [NOM] (209) depende do comportamento da bolsa de valores. Se ela cai, seus rendimentos diminuem. Então, quando uma nação qualquer [REF GEN] (210) começa a ser vista como uma economia organizada e moderna, ela [ELA ANAF REF GEN] (211) passa a chamar mais atenção.

Em nosso *corpus* encontramos os seguintes resultados para indeterminação por P3 coesiva (anafórica ou catafórica de referência genérica ou de nominalização).



4.14 Indeterminação por pronome indefinido

Trata-se de indeterminação de sujeito pleno, visto haver um SN no lugar sintático do sujeito. A classificação 'pronomes indefinidos', prevista na NGB e contida em nossos manuais de ensino gramatical, traz consigo um valor semântico a uma classe de palavra. Nesse sentido, os capítulos da indeterminação do sujeito deveriam ao menos mencionar o uso dos pronomes indefinidos como 'semelhantes' ao sujeito indeterminado, do ponto de vista semântico discursivo. Não é, entretanto, o que sucede.

Os pronomes indefinidos mais comuns em nosso *corpus* são “alguém, ninguém, qualquer e todo”, considerando-se os pronomes adjetivos e os substantivos. Os indefinidos “fulano, sicrano, beltrano” não foram frequentes no *corpus*, conquanto reconheçamos que sejam frequentes em outros gêneros, sobretudo orais.

Há outros “indefinidos”, também pertinentes a gêneros orais e coloquiais, citados por autores que tratam da indeterminação do sujeito/agente, como “neguinho, nego, maluco”, etc. Também foram infrequentes no *corpus*, pelo caráter formal de muitas entrevistas (por razões socioeconômicas e sociopolíticas), ou mesmo pela 'revisão', presente no gênero, conforme comentado em item anterior.

Muitas das ocorrências desse tipo de indeterminação em nosso *corpus* se deram com sintagmas como “todo mundo”, “qualquer um”, etc.

Vejam-se exemplos de nosso *corpus*:

VEJA 11/02/09

EDIÇÃO 2099

VEJA - Como o senhor, que militou em uma organização de extrema esquerda, avalia a decisão do governo de negar à Itália a extradição do terrorista Cesare Battisti?

PIMENTEL - Prefiro não comentar, até porque não conheço detalhes do processo. O que posso dizer é que a opção que a esquerda italiana [REF GEN] (212) fez pela luta armada foi um erro político crasso. A Itália [REF GEN] (213) não passou por uma ditadura como o Brasil. Aqui, nós [NÓS BRASIL x ITÁLIA] (214) nos envolvemos na luta armada porque enfrentávamos [P4 BRASIL x ITÁLIA] (215) um governo ilegítimo, que [REF GEN REL] (216) tomou o poder à força. Podemos [P4 BRASIL x ITÁLIA] (217) ter cometido um erro político, mas nossa ação era eticamente justificável. Na Europa, não. Lá, ninguém [PRON INDEF SUBST] (218) rasgou constituição. Optaram [P6] (219) pela luta armada em um período de democracia, o que, por si só, é moralmente condenável. E, como não havia ditadura, é difícil distinguir [INF] (220) crimes políticos de crimes comuns.

Após a leitura, percebemos o pronome indefinido substantivo NINGUÉM, na posição sintática do sujeito, indeterminando a identidade do agente da ação de rasgar a constituição. Na verdade, trata-se de uma generalização em grau elevado.

No *corpus*, foram encontradas 702 ocorrências totais de pronomes indefinidos, com destaque para o pronome ninguém e para a expressão todo mundo. Outros pronomes (menos) frequentes foram: os outros, alguém, algum(s) e cada. A seguir, citamos mais exemplos do *corpus*.

VEJA, 11/11/09

EDIÇÃO 213

Entrevista Bruno Senna

VEJA - Isso é lícito?

BRUNO SENNA - A equipe tem o direito de ajudar o piloto que está em melhor posição. Se você está na frente no campeonato, com chance de ganhar, e o outro piloto [**PRON INDEF ADJ+REFERENCIAÇÃO GENÉRICA**] (221) da equipe está atrapalhando, acho natural que ele [**ELE ANAF PRON INDEF ADJ+REFERENCIAÇÃO GENÉRICA**] (222) ceda. Quem não quer ficar nessa posição não se coloque nela. Se você está tomando pau, vai ficar para trás e a equipe vai priorizar o outro. É assim que funciona: quem tem melhor desempenho tem prioridade. Esporte é assim, é uma coisa predatória. O mundo é assim.

O excerto exemplificado mostra que os pronomes indefinidos se podem relacionar a um SN já em referência genérica – no caso acima, ‘o piloto’. Essa junção aumenta o efeito de referência indeterminada. Observemos, ainda, que o pronome ELE retoma não mais ‘piloto’, mas sim ‘outro piloto’. Portanto, ELE é também exemplo, nesse caso, de indeterminação do sujeito. Perceba-se a intensa relação e alternância entre os vários recursos de referência indeterminada no texto, materialização da coesão e coerência textuais.

Outro exemplo do *corpus* ajuda a ilustrar o funcionamento dos pronomes indefinidos como construtores da referência indeterminada a partir do lugar sintático sujeito.

VEJA, 31/01/07

EDIÇÃO: 1993

Entrevista: Delfim Netto

VEJA- Lula então é menos marxista que o senhor?

DELFIN - Nem mais nem menos. O que escrevi é que, tendo ou não tendo lido a obra de Marx, somos todos [**PRON IDEF – TODOS**] (223) marxistas, exatamente como somos neoliberais, cartesianos, espinosianos, kantianos, keynesianos, freudianos ou einsteinianos. Ou seja, poucos [**PRON INDEF – POCOS**] (224) leram esses autores, mas todos [**PRON IDEF – TODOS – VOZ PASSIVA**] (225) fomos influenciados de uma forma ou de outra por suas obras. A herança de Marx

não diz respeito à teoria econômica comunista ou a seu socialismo científico. Ambos produziram enormes desastres econômicos e sociais. Refiro-me ao legado antropológico, à ideia de que o homem se faz pelo trabalho. O velho Karl constatou, antes mesmo do surgimento do mercado, que a liberdade e a igualdade são incompatíveis. Que o homem livre naturalmente produz a desigualdade.

Nesse excerto, nota-se que o enunciador se inclui no grupo de “todos”, usando a primeira pessoa do plural. Isso mostra a fluidez e o trânsito entre as formas diversas de realizar a referência indeterminada. Por outro lado, a “todos” o enunciador opõe “outros”, demarcando no discurso a distinção entre se dizer adepto desta ou daquela outra ideia e conhecê-las com propriedade. Notemos ainda que o enunciador não se inclui nos “outros”, porquanto usa verbo na terceira pessoa. Dessa forma, fica nítida a sutileza da referência e, em se analisando a indeterminação do sujeito, como se vê, é contraproducente prender-se apenas à estrutura, olvidando a estrutura discursiva, construída pela estrutura da língua.

Ainda neste item, cabe observar os casos que envolvem o pronome QUEM. Muitos analistas ora o classificam ora como pronome indefinido, ora como relativo ou mesmo como interrogativo. A natureza [+humana] e [+genérica] parece-nos prototípica, sendo o caráter humano obrigatório em qualquer leitura denotativa de QUEM (excluimos, evidentemente, usos figurados e literários).

Não nos interessa aqui analisar detidamente a natureza do pronome QUEM; interessamos apenas e tão somente verificar como esse pronome realiza, na posição sintática do sujeito, o sentido de referência indeterminada. Logo, não distinguiremos para efeitos desta pesquisa, usos interrogativos, relativos ou indefinidos propriamente ditos, embora os exemplifiquemos abaixo.

O pronome QUEM foi encontrado diversas vezes, em nosso *corpus*, na posição sintática do sujeito, realizando o sentido de indeterminação do sujeito. Seu traço [+HUMANO] é incontestável, o que, por si só, já favorece ao mecanismo de indeterminação no sujeito. Além disso, possui um elevado grau de indeterminação, sendo fortemente generalizante.

Em nossa pesquisa encontramos 249 ocorrências do pronome QUEM em referência indeterminada no lugar sintático do sujeito. Em princípio, o pronome QUEM realiza, por sua natureza mesma, o sentido de referência indeterminada a humanos. Excluimos das estatísticas os casos em que o pronome em análise não era sujeito da oração, ou quando era estrutura expletiva (“é quem” equivalente a “é que”).

Outro dado relevante é que o pronome QUEM é retomado por P3 em 82 oportunidades. Logo, trata-se de recurso mais produtivo, no *corpus* em análise, do que a própria indeterminação por P6 e por ELES.

Observem-se os seguintes excertos do *corpus*:

VEJA, 24/01/01

EDIÇÃO: 1684

Entrevista: Robert Wong [nascido na China, mas veio para o Brasil ao 3 anos; logo, consideramo-lo como falante da língua portuguesa – ou seja, a entrevista NÃO foi traduzida]

VEJA - Qual é o conceito no mercado de quem volta para a economia real depois de uma experiência malsucedida no mundo das empresas pontocom?

WONG - Se já era [P3 ANÁFORA QUEM] (226) um profissional conceituado antes da experiência e demonstra ter crescido [P3 ANÁFORA QUEM] (227), ter aprendido uma lição, não encontra [P3 ANÁFORA QUEM] (228) maiores dificuldades para recuperar o espaço anterior. Mas quem [QUEM] (229) foi apenas em busca de dinheiro e voltou [P3 ANÁFORA QUEM] (230) sem aprender nada saiu queimado [P3 ANÁFORA QUEM] (231) Esses [PRON DEMONSTRATIVO ANÁFORA QUEM] (232) são a maioria, infelizmente. E o mercado sabe diferenciar um do outro. Quem [QUEM] (233) trabalha mais pelo dinheiro que por qualquer outra coisa é como aluno que estuda só para tirar a nota suficiente.

[...]

VEJA - Como saber se ainda vale a pena ir para a internet?

WONG - A melhor referência para prever o futuro do projeto é saber quem [QUEM] (234) é o líder. É essa pessoa que [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA –ESSA PESSOA - ANÁFORA QUEM] (235) vai fazer a diferença. O peso dela é maior até mesmo que o nome das companhias investidoras. As empresas sérias pontocom estão percebendo que precisam de um gestor profissional, alguém com bagagem para transformar aquelas ideias muitas vezes malucas em resultados, em dinheiro. Gente que tenha experiência na economia real para liderar os garotos. Mas há muitos escaldados que não querem nem mais ouvir falar de internet.

[...]

VEJA - Há muitos profissionais competentes que não conseguem autopromover-se. O que fazer para aparecer, brilhar?

WONG - Quem [QUEM] (236) confia em si mesmo [P3 ANÁFORA QUEM] consegue se vender sem exagerar, sem parecer pedante. Até porque é fácil para quem [QUEM] (237) tem experiência identificar o que é verdade e o que é lorota. Mas para isso é preciso se desinibir, perder a vergonha. Fazer cursos de comunicação pode ajudar. Quem [QUEM] (238) é talentoso, [P3 ANÁFORA QUEM] (239) sabe fazer seu trabalho e [P3 ANÁFORA QUEM] (240) cultiva boas relações em seu meio profissional [P3 ANÁFORA QUEM] (241) pode ter certeza de que [P3 ANÁFORA QUEM – VOZ PASIVA] (242) será observado. Para nós, que vivemos à procura de talentos, uma indicação confiável vale muito mais que um currículo primoroso.

VEJA - Como o senhor obtém informações sobre os profissionais de destaque no mercado?

WONG - Temos na empresa uma base de dados com 45.000 nomes de profissionais brasileiros e, além disso, cultivamos amizades estratégicas em cada setor. Essas pessoas nos falam sobre quem **[QUEM] (243)** se destaca. E, é claro, permanecemos atentos o tempo todo. Fico de olhos abertos enquanto viajo ou participo de um evento.

[...]

VEJA - Que característica de personalidade é vital para um profissional?

WONG - Autoconfiança. Ela faz tudo ser possível. Quem **[QUEM] (244)** tem autoconfiança nem pensa se vai dar certo ou não. Apenas faz **[P3 ANÁFORA QUEM] (245)**, e dá certo. [...]

VEJA - Como alguém que gosta muito do trabalho escapa da tentação de se dedicar demais a ele e esquecer o resto?

WONG - Percebendo que a excelência está no equilíbrio. Um indivíduo completo, que não é apenas um profissional, certamente vai ter um bom desempenho por muito mais tempo. É por isso que as empresas estão valorizando quem **[QUEM] (246)** concilia o trabalho com a vida familiar, o lazer, enfim, quem **[QUEM] (247)** demonstra preocupação com o corpo e o espírito.

A partir da leitura acima, podemos perceber a forte tendência do uso do presente do indicativo com indeterminações do sujeito por QUEM. Percebemos, além disso, a constante retomada anafórica de QUEM por verbos em P3, o que se deve à natureza gramatical do pronome.

Note-se, ainda, que o exemplo (232) constitui retomada anafórica de QUEM pelo demonstrativo ESSES. Importa esclarecer que o demonstrativo, nesse caso, não aponta para individualidades conhecidas, determinadas, mas antes a certo grupo de pessoas impreciso (representado pelo pronome QUEM).

Notamos ainda que o exemplo (235) – uma referência genérica – é anafórico de um pronome QUEM. Não passa despercebida a presença, mais uma vez, do demonstrativo ESSA, não mais como núcleo, mas sim como adjunto adnominal de PESSOAS.

VEJA, 27/09/06

EDIÇÃO: 1975

VEJA - Quais as consequências disso?

LENT – Informações privadas como essas podem vazar para terceiros. Imagine uma companhia de seguros que consiga os dados sobre a propensão de uma pessoa a doença de Huntington, que é incapacitante e mortal. **Quem [QUEM] (248)** vai querer fazer uma apólice para essa pessoa? Ou ainda: que escola receberia tranquilamente um adolescente que apresentasse um marcador cerebral indicando predisposição para se tornar psicopata? Além disso, há um debate ainda mais complicado: **quem [QUEM] (249)** deveria ter acesso a essas informações? A família? O paciente? A escola? O empregador?

Nessa passagem, ocorre o uso interrogativo do pronome QUEM. É de perceber que o traço [+humano] é-lhe, ainda assim, peculiar. Trata-se de questionamento do enunciador sobre qual pessoa faria ou não determinada coisa. Nesse caso, há outros tempos verbais: na ocorrência (248), ideia de futuro; em (249) hipótese expressa pelo futuro do pretérito do indicativo.

4.15 Indeterminação por SE e por VPS

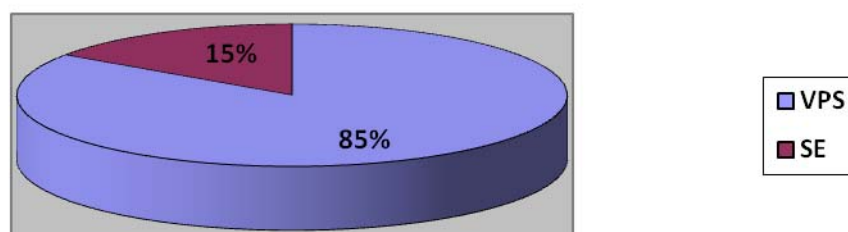
Neste item agruparemos os casos da indeterminação por SE propriamente dita (ou seja, aquelas consagradas pela tradição gramatical), bem como os casos da assim chamada voz passiva sintética. Discriminaremos um de outro caso. É importante frisar, desde logo, que não propomos a abolição da concordância tradicional com a VPS. Por exemplo, segundo a tradição gramatical, dizemos “vende-se casa” e “vendem-se casas”; não abonamos aqui o uso, em textos formais, orais ou escritos, de “vende-se casas”*. Pelo contrário, afirmamos a necessidade de se manter a dita concordância, apenas com a ressalva de que, no caso, a concordância, excepcionalmente, se dá com o objeto direto da oração, por questões de tradição, em alusão a momento passado da língua portuguesa, ou mesmo ao latim.

Cabe lembrar que a gramática tradicional reconhece haver sujeito indeterminado em orações cujo verbo esteja na terceira pessoa do singular, sem referente preciso, com o pronome SE (aí chamado de índice de indeterminação do sujeito), desde que o verbo seja intransitivo ou transitivo indireto. Por exemplo: precisa-se de algo; vive-se bem; morre-se de amor; necessita-se de ajuda; etc. Às construções semelhantes semanticamente, mas com verbo transitivo direto, atribui-se o conceito de VPS: vende-se casa, vendem-se casas, por exemplo. De início, nota-se que se pretere o critério semântico em favor de um critério histórico-formal. Dizemos histórico porque o português (pelo menos na variante brasileira) atual não realiza 'espontaneamente' (nem mesmo na escrita) essa construção como VPS; dizemos formal porque se priorizam aspectos morfossintáticos para a classificação. Este critério é razoável; aquele, questionável. Na descrição do português, não podemos olvidar as semelhanças semântico-discursivas entre essas estruturas, bem como não podemos ignorar que a concordância da VPS, quando realizada, não só não apaga a noção de sujeito indeterminado, como também cria efeito discursivo de 'formalidade', ou de 'sabedoria', enfim, podendo ser usado, dentre outros, como recurso de legitimação do discurso pro meio de um argumento de ‘competência linguística’.

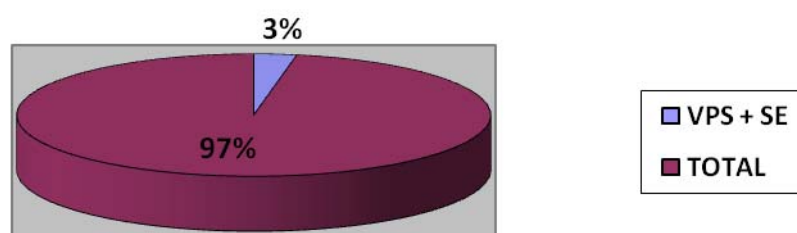
Outra crítica que fazemos à abordagem tradicional é que ela não menciona a necessidade de os sujeitos indeterminados serem humanos, necessariamente (exceção feita a usos potencialmente insólitos, que a expressão literária permite ao espírito humano, libertando-o da objetividade, se necessário). Essa noção semântica, é sempre necessário reforçar, ajuda a melhor compreender e produzir textos.

Em nosso *corpus*, encontramos 395 ocorrências de VPS e 72 de indeterminação por SE. Se somarmos os dois tipos de indeterminação, chegamos a 3% do total de ocorrências (bem mais produtiva que P6 e ELES absolutas), o que é visto nos gráficos abaixo.

VPS + SE



VPS + SE x TOTAL



Vejam-se os seguintes trechos do *corpus*:

VEJA, 28/02/08

EDIÇÃO: 1997

Veja – Os impactos do aquecimento global no Brasil estão sendo bem estudados?

Feldmann – São estudos ainda preliminares. Já se falou [SE] (250) da savanização da Floresta Amazônica, do risco que o aumento do nível do mar pode oferecer aos portos brasileiros e da redução na produção de laranja.

O trecho acima mostra um caso tradicionalmente considerado de indeterminação do sujeito, pois se trata de verbo transitivo indireto, na terceira pessoa do singular, seguido da partícula SE, em sentido de referenciação indeterminada.

VEJA, 11/04/07

EDIÇÃO: 2003

VEJA – Não se pode dizer que esse seja o pensamento do PT, não?

GENRO – Gostaria de fazer uma reflexão sobre isso. Quando se fala [SE] (251) de liberdades democráticas, a crítica [NOM] (252) que [VPS REL] (253) se faz ao PT é justa e ao mesmo tempo injusta.

Já nesse excerto, há duas ocorrências principais: (251) e (253); este caso de VPS, aquela, de SE. O caso (252), uma nominalização, foi declinado para que se veja que (253) está em oração adjetiva que fornece o objeto direto (ou sujeito) de fazer: a crítica. Ressaltamos que, a nosso ver, a VPS possui objeto direto, com o qual o verbo concorda, por tradição da língua padrão. Não consideraremos a existência de um sujeito (ao contrário da tradição gramatical, embora muito a consideremos).

Como em SE/VPS não há, a nosso ver, nenhum SN materialmente expresso que se possa colocar na posição do sujeito, temos que analisar os verbos que mais frequentemente ocorrem com SE/VPS.

Abaixo seguem os verbos que apareceram no *corpus* em casos de indeterminação por SE.

abrir (mão de), acreditar, apelar, apropriar, cair, chamar (4X), chegar (2X), chorar, começar a ter, começar, comparar, costumar descrever, dever, fazer, discordar, duvidar, escapar, esperar, estar (VL), falar (17X), ficar (3X), ir, levar, nascer, pagar, pensar (3X), perder, perguntar, poder ficar, proceder, saber, ser, ter de abrir, ter de andar, tornar-se, transigir, viver, votar (2X).

Esclarecemos que todos os verbos acima são intransitivos, transitivos indiretos ou mesmo de ligação (VL). Percebe-se forte presença de verbos de comunicação verbal: FALAR (17X), CHAMAR (4X), PERGUNTAR, (COSTUMAR) DESCRVER, APELAR que

perfazem 24 ocorrências do total, ou seja, 39%. Notamos ainda verbos de cognição como: ACREDITAR, COMPARAR, DISCORDAR, DUVIDAR, PENSAR (3X), SABER, TRANSIGIR. Ocorrem ainda verbos de ação como ABRIR (MÃO DE), APROPRIAR, CHAMAR (4X), COMEÇAR, FAZER, ESCAPAR, LEVAR, PAGAR, PROCEDER e VOTAR. Destacamos também os verbos de ligação: SER, ESTAR e TORNAR-SE.

Nota-se forte preferência pelo uso do presente do indicativo em 82% das indeterminações por SE, além, como já visto, por verbos de comunicação verbal.

Quanto à VPS, temos as seguintes ocorrências de verbos:

abrir, acabar sacrificando, aceitar, acender, achar, acionar, acreditar (2X), adotar, afetar, alcançar, apagar, aplicar (3x), aprovar (2X), armazenar, arrecadar, atribuir, buscar, chamar (3X), cobrar, colocar (4X), combater, comentar, comercializar, cometer (2X) comparar (2X), comprar, comprovar, condenar, confundir, conhecer (2x), consagrar, conseguir abrir, conseguir esconder, conseguir formar, conseguir identificar, conseguir (3X), constatar, construir (2X), consumir, convencionar, correr, cortar, criar (12X), cumprir, dar (4X), decidir jogar, descobrir, definir, demitir, derrubar, descobrir, desenvolver (3X), desmatar, desqualificar, determinar, dever assumir, dever cobrar, dever comunicar, dever dizer, dever fazer, dever lembrar, dever levar, dever perguntar, dever prescrever, dever ter, dever tomar, dever (2X), prestar, discutir (6X), divisar, divulgar (2X), dizer (13X), dotar, encontrar, ensinar, entender (2X), esboçar, escrever (2X), esperar (6X), estabelecer (3X), estar fazendo, estar vendo, estimar (6X), evitar (2X), exercer, exigir, exigir (4X), exportar, extrair, falar (4X), fazer (23X), fechar, fixar, fumar (2X), ganhar, garantir, gastar (3X), haver obtido, imaginar, impedir, imputar (2X), iniciar, instalar (2X), instituir, investir, ir fazer (2X), ir ganhar, ir solucionar, lançar, legitimar, ler, manter, mover, notar, objetivar, observar (3X), ocupar (2X), mostrar, olhar (3X), pagar, passar (2X), pedir (2X), perceber (2X), perder (4X), perguntar, permitir fumar, permitir (2X), poder abarcar, poder abrir, poder admitir, poder assentar, poder atingir, poder casar, poder comparar (2X) poder confundir, poder conversar, poder cortar, poder dar (2X), poder depender, poder desarmar, poder desenvolver, poder determinar, poder distribuir, poder dizer (2X), poder enquadrar, poder esconder, poder esperar, poder esquecer, poder exigir, poder falar (8X), poder gastar, poder ignorar, poder imaginar, poder inventar, poder ligar, poder negar (2X), poder obter, poder pensar (2X), poder prever, (2X), poder promover (3X) poder raciocinar, poder resolver, poder suportar, poder tapar, poder ter, poder usar, poder utilizar, poder, postergar, praticar (2X) preservar, pretender (2X), priorizar, produzir, quebrar, queimar (2X), querer

construir, querer ter, querer, realizar, receber, reduzir (2X), registrar (2X), repetir, resolver (2X), respeitar, saber (9X), seguir, somar, supor, tentar explorar, tentar fortalecer, tentar ultrapassar, ter afirmado, ter de fazer, ter visto, ter (13X), tomar (2X), unir, usar (4X), valorizar, vender, ver (13X), verificar (3X), viabilizar, viver.

Todos esses verbos acima são, evidentemente, transitivos diretos. Dentre eles, destacamos 54 verbos de comunicação verbal, ou seja, 14% do total.

comentar, comparar, condenar, desqualificar determinar, dever comunicar, dever dizer, dever perguntar, dever prescrever, discutir (6X), divulgar (2X), dizer 13X), ensinar, escrever (2X), falar (4X), ler, perguntar, poder comparar (2X) poder conversar, poder determinar, poder dizer (2X), poder falar (8X), poder negar 2X) registrar (2X), repetir, ter afirmado.

Exemplo de verbo de comunicação verbal em VPS se vê abaixo.

VEJA, 06/05/09

EDIÇÃO: 2111

Entrevista José Antonio Toffoli

VEJA - O senhor comprou briga com os ministros Dilma Rousseff e Tarso Genro ao se posicionar contra a revisão da Lei da Anistia. Para eles, seu parecer serviu para defender torturadores.

TOFFOLI - Há um equívoco nessa visão. Divulgou-se [VPS] (254) que a AGU defendeu torturadores. Não foi isso. A AGU fez a defesa da União, é obrigação da AGU defender a União e a constitucionalidade e legalidade das leis. E a Lei da Anistia é legal. Eu compreendo e respeito a posição pessoal dos ministros que foram contrários à atuação da AGU. Mas ela cumpriu seu papel constitucional.

Locuções verbais só se encontram com principal no infinitivo, junto aos modais dever e poder; além disso, há uma ocorrência de tempo composto. Observe-se abaixo a locução PODER NEGAR:

VEJA, 24/01/01

EDIÇÃO: 1684

Entrevista: Robert Wong

VEJA – Parecia evidente que o mercado da internet estava sendo superestimado, mas mesmo assim profissionais experientes trocaram o certo pelo duvidoso. Como explicar isso?

WONG – As pessoas aderiram para não ficar fora da onda. A natureza humana é maria-vai-com-as-outras mesmo. E não se pode negar **[VPS] (255)** que havia projetos muito atraentes.

Dentre os verbos de cognição, encontramos os abaixo listados, 74 ocorrências, ou seja, 19% do total:

Aceitar, achar, acreditar (2X), aprovar (2X), atribuir, comparar (2X), comprovar, confundir, conhecer (2x), consagrar, conseguir identificar, constatar, decidir jogar, descobrir, definir, dever lembrar, divisar, entender (2X), estimar (6X), imaginar, imputar (2X), solucionar, legitimar, notar, objetivar perceber (2X), poder admitir, poder comparar (2X), poder confundir, poder enquadrar, poder esquecer, poder ignorar, poder imaginar, poder inventar, poder pensar (2X), poder prever, poder raciocinar, poder resolver, poder suportar, priorizar, querer construir, querer ter, querer resolver (2X), respeitar, saber (9X), supor, tentar explorar valorizar, verificar (3X).

Perceba-se que não houve ocorrências de locuções verbais com gerúndio com esses verbos, mas sim com infinitivo, destacando-se o modal poder (12 ocorrências). Abaixo, é de notar o verbo de cognição PERCEBER, em VPS, no presente do indicativo.

VEJA, 16/07/08

EDIÇÃO: 2069

Entrevista: Carlos Ayres Britto

VEJA - É possível fazer uma eleição limpa no Brasil?

BRITTO - Estamos trabalhando para que isso aconteça. A própria sociedade tem demonstrado que deseja isso. O Brasil quer eleições eticamente depuradas. Há uma espécie de água na boca das pessoas por um Brasil passado a limpo, um Brasil com políticos comprometidos com a causa pública. Percebe-se **[VPS] (256)** nitidamente uma santa curiosidade social pelas coisas do poder. Isso me encanta. Para que o voto seja consciente, a Justiça Eleitoral tem de providenciar o acesso desembaraçado às informações dos candidatos – inclusive quanto a sua biografia e eventuais processos criminais.

Do total, 105 ocorrências de VPS se dão com verbos de ação resultativa, ou seja, 45% do total. São eles:

abrir, acabar sacrificando, acender, adotar, afetar, alcançar, apagar, aplicar (3x), armazenar, arrecadar, buscar, chamar (3X), cobrar, colocar (4X), combater, comercializar, cometer (2X), comprar, conseguir abrir, conseguir esconder, conseguir formar, conseguir (3X), construir (2X), consumir, correr, cortar, criar (12X), cumprir, dar (4X), decidir jogar, demitir, derrubar, desenvolver (3X), desmatar, dever obrar, dever fazer, dever levar, dever ter, dever tomar, dever (2X), dotar, encontrar, encontrar, ensinar, estar fazendo, estar vendo, exercer, exigir (5X), exportar, extrair, fazer (23X), fechar, fixar, fumar (2X), ganhar, garantir, gastar (3X), haver obtido, impedir, imputar (2X), iniciar, instalar (2X), instituir, investir, ir fazer (2X), ir ganhar, ir solucionar, lançar, manter ,mover, ocupar (2X), mostrar, pagar, poder abrir, poder admitir, poder assentar, poder atingir, poder casar, poder cortar, poder dar (2X), poder desarmar, poder desenvolver, poder distribuir, poder exigir, poder gastar, poder ligar, poder obter, poder promover (3X), poder tapar, poder ter, poder usar, poder utilizar, postergar, praticar (2X) preservar, produzir, quebrar, queimar querer construir,realizar, reduzir (2X), registrar (2X), repetir, seguir, tentar explorar, tentar fortalecer, tentar ultrapassar, unir, usar (4X), vender.

Percebe-se forte presença dos verbos FAZER e CRIAR, além de, no gerúndio, ser absoluto o auxiliar ESTAR (apenas 2 ocorrências). É com o verbo principal no infinitivo antecedido de PODER que se tem grande destaque (22 ocorrências totais). Vejamos exemplos abaixo.

VEJA, 12/10/05

EDIÇÃO: 1926

VEJA - A senhora se considera uma formadora de opinião?

HEBE - O que eu mais sei é fazer o auditório rir com minhas besteiras e ir para casa feliz. Mas eu conheço o poder da minha palavra. Sei que os espectadores me veem como uma figura bem-sucedida e pensam: se deu certo com ela pode dar comigo também, vou seguir suas opiniões. E não vou dizer que não tento mudar a opinião das pessoas. Eu tento, sim. No caso da campanha do desarmamento, por exemplo, tenho falado com as pessoinhas menos esclarecidas, para explicar as coisas que não estão muito claras sobre o SIM e o NÃO. Vou votar pelo NÃO, porque acho que não se pode desarmar [VPS] (257) a população enquanto os bandidos estão estupidamente armados. Tudo está tão confuso no país – é crise política, é referendo. Acho que, com meus palpites, posso ajudar. Acredito que penso mais no povo que os próprios políticos, que deveriam estar fazendo isso.

VEJA, 26/05/04

EDIÇÃO: 1855

Entrevista: Ruth Cardoso

VEJA - A vida longe do poder é menos emocionante?

RUTH - Voltamos a ter a vida que sempre tivemos. Vou ao supermercado, frequento restaurantes, concertos, teatros. Faço tudo o que fazia antes. A ideia de que vivíamos num mundo mágico não é verdadeira. É muito agradável voltar a ter mais liberdade e privacidade. Mas eu não gosto quando se faz [VPS] (258) um corte assim. Parece que saímos do Olimpo e voltamos para o mundo real. O presidente da República não é um rei. Brasília faz parte do mundo, sim. Quando chegamos ao Palácio, sabíamos que um dia sairíamos de lá. Há um mito sobre esse assunto. Até porque o Alvorada possui uma ala privada. Tínhamos uma vida em família. Não jantávamos no salão de banquete quando estávamos apenas os dois.

De forma geral, podemos afirmar que houve predomínio do presente do indicativo sobre os demais tempos verbais, o que contribui para a formação de um efeito de verdade, muito utilizado na argumentação.

4.16 Indeterminações por pronome relativo

Em nossa pesquisa, temos podido verificar que os pronomes relativos desempenham importante papel como mecanismo de coesão textual nos processos de indeterminação do sujeito. Desnecessárias se fazem explicações sobre a imprescindibilidade dos relativos para a língua portuguesa, dadas as relações sintático-semântico-discursivas que estabelecem, além da notória capacidade de 'enxugar' um texto, principalmente na escrita. Ressaltamos que nas entrevistas de VEJA, há um texto oral adaptado para a escrita; talvez por isso, abundem os casos de pronomes relativos, muitos dos quais exercendo a função sintática de sujeito, retomando um item lexical de valor [+humano] e [+genérico]; por conseguinte, esses pronomes relativos sujeitos (semanticamente vazios, por si só) carregando consigo os valores semânticos de seus antecedentes, materializam sujeito pleno com indeterminação semântica (indeterminação do papel temático).

Essas retomadas de item lexical humano e genérico se dão sobremaneira com as nominalizações e com as referências genéricas.

No item anterior, pudemos verificar a relação que há entre o relativo QUE e os demonstrativos. No entanto, o pronome relativo pode associar-se a outros mecanismos de indeterminação do sujeito. Vejamos no caso abaixo a retomada de uma nominalização (ocupante do lugar do objeto direto) pelo pronome relativo QUE, no lugar sintático sujeito. Essa retomada de nominalizações por relativo ocorreu 191 vezes em nosso *corpus*.

VEJA, 03/05/06

EDIÇÃO: 1954

VEJA - Freud é importante para a cultura ocidental. Até que ponto sua obra influenciou quem não pertence a ela?

MEZAN – O inconsciente existe em toda parte. Há estudos [**NOM REL ESTUDOS**] (259) que mostram que existe o complexo de Édipo até nas sociedades primitivas. De acordo com esses estudos, o importante não é a figura concreta do pai, mas aquilo que ocupa a posição paterna – seja o tio, a matriarca ou um totem.

A maior produtividade, no entanto, de retomadas de referências indeterminadas por pronome relativo sujeito se dá com os casos em que o antecedente é uma referência genérica (663 ocorrências). Vejamos alguns exemplos abaixo.

VEJA, 06/01/2010

EDIÇÃO: 2146

Entrevista: Rogério Fasano

VEJA - Diversos ex-funcionários do Fasano abriram restaurantes que são muito parecidos com os seus. O senhor considera isso uma cópia?

FASANO - Eu fico orgulhoso por saber que o Fasano é uma grande escola, mas acho que muitos desses ex-funcionários poderiam ter dado um toque pessoal às suas casas. O sujeito se apropria até do meu passado, chega a falar "buon giorno", "buona sera", como se tivesse origem italiana! Uma coisa é você ter tido uma escola, outra é sair de lá e copiar até a cestinha de pão. Tem proprietário por aí que [**PRON REL ANÁFORA REFERENCIAÇÃO GENÉRICA - PROPRIETÁRIO**] (260) apresenta o restaurante dele dizendo que é um "Gero 30% mais barato". O que é isso? Inclusive porque ninguém faz nada 30% mais barato impunemente. Aliás, se existe um termo que eu nunca entendi é esse da "cozinha honesta". O que significa? O bifinho estava duro, mas o preço era bom? Em comida, isso não funciona. Comida ou é boa ou é ruim. E uma boa cozinha depende muito de bons ingredientes. Em relação a eles, não há milagre: custam caro.

VEJA, 05/01/00

EDIÇÃO: 1630

Entrevista: Ronaldo Nazário

VEJA - E como é?

RONALDO - É duro. Mas todo mundo viveu, até o Pelé. Ele ficou dez jogos sem marcar um gol. Eu estou sofrendo com a impossibilidade de jogar. Não é pelo fato de estar jogando mal, é que eu não estou jogando. Estou fazendo de tudo para me recuperar, mas há pessoas que [**PRON REL ANÁFORA REFERENCIAÇÃO GENÉRICA – PESSOAS**] (261) não entendem, não têm [**P6 ANÁFORA PRON REL - PESSOAS**] (262) paciência. O que eu mais queria era estar jogando. Jogador de futebol só é feliz quando joga. Só que eu não sou um robô, daqueles que quebrou, mete ali um parafuso e está bom.

Nos exemplos acima, de (260) a (262), nota-se que o antecedente do pronome relativo é uma referência genérica que, em sua primeira ocorrência textual, NÃO está no lugar sintático de sujeito: em (260) o SN PROPRIETÁRIO é objeto direto do verbo ter (em sua acepção de existir, sendo impessoal, portanto); em (261) o SN PESSOAS é também objeto direto de haver (na acepção de existir, também impessoal); em (262), há um caso tradicionalmente designado de sujeito oculto, elíptico ou desinencial, em que um verbo em P6, em oração coordenada a do exemplo (260), tem por sujeito o relativo QUE, cujo antecedente é PESSOAS.

Um caso específico dessas retomadas de referências indeterminadas por pronomes relativos sujeitos é a que se dá com **PRONOMES DEMONSTRATIVO+PRONOME RELATIVO**. Uso não comentado nos manuais de gramática tradicional, nem por isso deixa de ser muito produtivo para realizar a indeterminação do sujeito. Normalmente, esse tipo de indeterminação ocorre com o auxílio de um pronome relativo.

As expressões mais comuns, nesse caso, são “aqueles que” ou “os que”. Só nessa acepção, encontramos 98 ocorrências. Para exemplificar, segue-se o seguinte exemplo:

VEJA, 29/08/07

EDIÇÃO: 2023

VEJA - Tendo começado a trabalhar tão cedo e passado por dificuldades como as que o senhor relatou, o fato de ter sua imagem associada à de um mauricinho deve incomodá-lo, não?

DORIA JR. – Eu sou uma pessoa muito tolerante. Tenho um bom espírito. Eu não brigo, eu não xingo, eu não falo palavrão nunca. E não falo mal nem de quem merece. Acho apenas que tenho uma trajetória que deve ser respeitada. Eu não recebi um pacote de Deus. Deus não me abençoou e disse: "Olha, tá aqui o escritório, a gravata, o carro, o paletó". Então, acho que ninguém [**PRON INDEF SUBST**] (263) tem o direito de desqualificar **aqueles que** [**PRON DEM REL**] (264) já não estão no estado de pobreza, que [**PRON DEM REL COORDENADA**] (265) evoluíram e progrediram [**P6 PRON DEM REL COORDENADA**] (266) na vida, aqueles que [**PRON DEM REL**] (267) geram riqueza, oportunidades de emprego e que [**PRON DEM REL COORDENADA**] (268) pagam seus impostos.

A estrutura indeterminadora composta por PRONOME DEMONSTRATIVO + PRONOME RELATIVO é muito frequente no português. Podemos notar que essa construção pode estar coordenada a outras do mesmo tipo, bem como pode ser retomada anaforicamente por P6. Esse intercâmbio entre as formas de indeterminar constitui-se em poderoso recurso de coesão textual.

Percebe-se que os relativos exercem, dessa sorte, importante mecanismo coesivo, fazendo com que referências indeterminadas no texto, presentes em outros lugares sintáticos que não o de sujeito, sejam recuperadas por pronomes relativos sujeitos – e, a partir daí, há indeterminação do sujeito.

Esse fenômeno vem mostrar que a indeterminação do sujeito em português é também recurso de coesão textual e que a referência indeterminada pode se dar em qualquer lugar sintático da oração (embora, nesta pesquisa analisemos apenas o SUJEITO). A indeterminação do sujeito não pode, por conseguinte, ser reduzida a mero recurso sintático.

4.17 Indeterminação por infinitivo

Embora não prevista em todas as gramáticas tradicionais, encontra-se em muitas das mais respeitadas, como Bechara (2008), Azeredo (2008) e Ribeiro (2006). Trata-se de legítimo caso de indeterminação do sujeito, pois que se generaliza/indetermina o papel temático do sujeito relativo ao verbo, sem nenhum item lexical ocupando a posição sujeito.

Esse apagamento da posição sintática do sujeito é tão intenso que autores da envergadura de Câmara Jr. (1986) defendem a impessoalidade e não a indeterminação nesses casos.

Todavia, concebemos que, se o verbo exige agente (ou outro papel temático) humano, prevalece o sentido de indeterminação. Certamente, há casos em que o infinitivo é de um verbo impessoal, o que implica o traço [-humano]. Ratificamos que é o verbo que definirá a existência e a natureza dos papéis temáticos de seus argumentos.

VEJA, 31/05/06

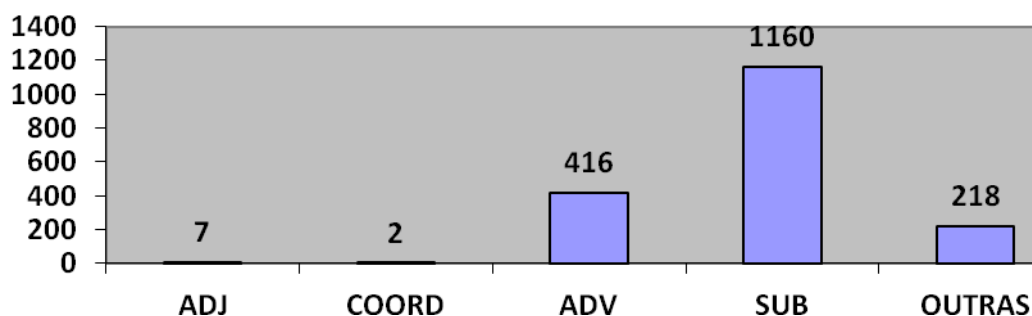
EDIÇÃO: 1957

BARROSO – Todos [**PRON INDEF SUBST**] (269) têm responsabilidade. Para chegar [**INF**] (270) a um acordo é preciso ver [**INF**] (271) o que cada um [**PRON INDEF**] (272) pode fazer. A Europa [**REF GEN**] (273) já fez um grande progresso.

No exemplo acima, percebe-se a relação entre as indeterminações por pronome indefinido, por infinitivo e por referência genérica. Essa permuta entre as formas de indeterminar, configurando-se como legítimo mecanismo de coesão textual, cria sentidos, pois é uma estratégia discursiva do enunciador.

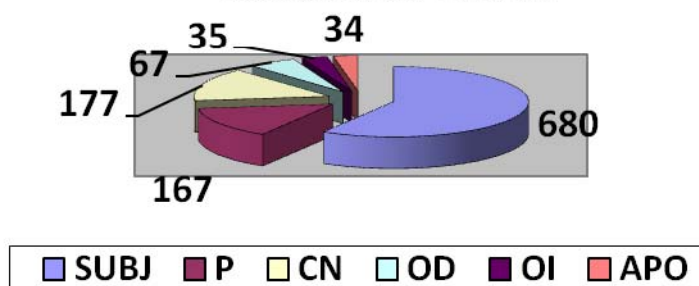
Em nosso *corpus*, o infinitivo apareceu em 1837 ocorrências de indeterminação do sujeito. Desse total, 1801 ocorreram em período composto por subordinação, conforme se expõe no gráfico a seguir:

INDETERMINAÇÃO POR INFINITIVO EM ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS



Verifica-se a acentuada preferência pelo uso do infinitivo em referência indeterminada em orações subordinadas substantivas (1160 ocorrências, ou 63 % do total de ocorrências!). Outro 23% são preenchidos por subordinadas adverbiais. Interessa ressaltar que o infinitivo – forma nominal do verbo – é recurso importante para a construção de orações ditas reduzidas.

INDETERMINAÇÃO POR INFINITIVO EM ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS



A presença de infinitivos – de sujeitos indeterminados – em orações substantivas pode ser assim exposta. Demonstra-se acima que das 1160 ocorrências em orações substantivas, 680 foram em orações SUBJETIVAS, 167 em PREDICATIVAS, 177 em COMPLETIVAS NOMINAIS, 67 em OBJETIVAS DIRETAS, 35 e OBJETIVAS INDIRETAS e 34 em APOSITIVAS. Exemplifiquemo-las:

VEJA, 18/02/04

EDIÇÃO: 1841

Entrevista: Antonio Palocci

VEJA - O Estado brasileiro toma quase 40% do produto interno bruto na forma de impostos e suga 77% do crédito bancário disponível. Onde a sociedade arrumará dinheiro para empreender e promover o desenvolvimento?

PALOCCHI - A carga tributária no Brasil é desproporcional à renda per capita, e seu tamanho foi no passado recente uma trava ao crescimento. É desejável interromper **[INFINITIVO – SUBJETIVA] (274)** esse processo e, ao longo dos anos, revertê-lo. **[INFINITIVO – SUBJETIVA] (275)** Precisamos mexer na qualidade dos impostos, na qualidade dos gastos públicos. Temos discutido, por exemplo, a adoção do superávit contracíclico.

VEJA, 11/06/03

EDIÇÃO: 1806

ENTREVISTA: Flavio de Andrade

VEJA - A Souza Cruz teve lucro recorde no ano passado. Como foi possível obtê-lo, tendo em vista o ambiente de baixo crescimento econômico e a proibição à propaganda de cigarro no Brasil?

ANDRADE – O cenário foi realmente adverso. Tivemos uma drástica redução nas vendas do chamado mercado legal, enquanto continuaram crescendo o contrabando, a falsificação e a sonegação fiscal. Vendemos menos no ano passado do que em 2001. O que ocorreu é que tivemos um desempenho muito bom nas exportações de fumo, segmento no qual somos um dos maiores do mundo. É claro que também fomos ajudados pela desvalorização cambial. Mas temos conseguido aumentar nossa eficiência. A Souza Cruz implantou um programa, em 1996, chamado Agenda Estratégica. O objetivo básico é buscar **[INFINITIVO – PREDICATIVA] (276)** maior eficiência na utilização dos recursos da companhia. Hoje, a tem o custo mais baixo de todas as companhias pertencentes à British American Tobacco, nossa holding.

VEJA, 02/05/07

EDIÇÃO: 2006

Entrevista: Valentim Gentil Filho

VEJA - O que os absolutamente normais têm que os outros não têm?

GENTIL - É preciso deixar **[INFINITIVO - SUBJETIVA] (277)** claro que há graus de ansiedade, instabilidade de humor, tensão pré-menstrual, insegurança, desconfiança, irritabilidade e tristeza que são aceitáveis de maneira geral. Para os mais normais do que os normais, contudo, tais sentimentos interferem muito pouco na capacidade de cumprir **[INFINITIVO – COMPLETIVA NOMINAL] (278)** compromissos e de pensar **[INFINITIVO – COMPLETIVA NOMINAL] (279)** de uma forma razoavelmente clara. Eles também mostram mais consideração pelo próximo, capacidade de antecipar as consequências dos seus atos, de respeitar os próprios limites, a própria saúde, de não se deixar prejudicar por comportamentos repetitivos. Isso é o que se espera de uma pessoa absolutamente normal. Não estamos criando a situação do conto O Alienista, de Machado de Assis. Não se trata de

colocar em manicômios todo mundo que não exhibe tal padrão. O que ocorre é que, para a grande maioria, é fácil demais sair **[INFINITIVO - SUBJETIVA] (280)** do estado de normalidade.

VEJA, 11/04/07

EDIÇÃO: 2003

Entrevista: Tarso Genro

VEJA - Qual a pitada de leninismo que o senhor colocará agora no Ministério da Justiça?

GENRO - Nenhuma. Na minha gestão no Ministério da Justiça quem estará muito presente será Norberto Bobbio. Isso significa compreender **[INFINITIVO – OBJETIVA DIRETA] (281)** que, sem uma ordem jurídica legítima, sem a obediência às regras do direito, a saída será sempre totalitária. A obra de Bobbio unifica a democracia, a norma jurídica e o direito.

VEJA, 14/02/07

EDIÇÃO: 1995

Entrevista: Alain Belda

VEJA- Na sua opinião, quais são os pontos positivos e os pontos negativos do plano de crescimento econômico apresentado pelo presidente Lula há três semanas?

BELDA - Encontrei com o presidente Lula em Davos, na Suíça, onde participamos de uma palestra. No debate, abordei a seguinte questão: institucionalmente, o Brasil fez grandes progressos em macroeconomia. Hoje, todo o mundo fala a mesma língua no que se refere a manter **[INFINITIVO – OBJETIVA INDIRETA] (282)** a estabilidade macroeconômica. Estamos agora chegando à fase micro. Trata-se de levar **[INFINITIVO – OBJETIVA INDIRETA] (283)** as macropolíticas para baixo, para a execução. Sair **[INFINITIVO – OBJETIVA INDIRETA] (284)** do discurso e executar **[INFINITIVO – OBJETIVA INDIRETA] (285)** o que foi proposto no seu nível mínimo. Para isso, é preciso ter **[INFINITIVO – SUBJETIVA] (286)** uma máquina eficiente de governo. Essa fase é muito mais complicada. O Brasil tem capacidade de fazer isso.

VEJA, 18/04/07

EDIÇÃO: 2004

Entrevista: Fabio Colletti Barbosa

VEJA - Que papel deve exercer o sistema bancário em uma economia como a brasileira?

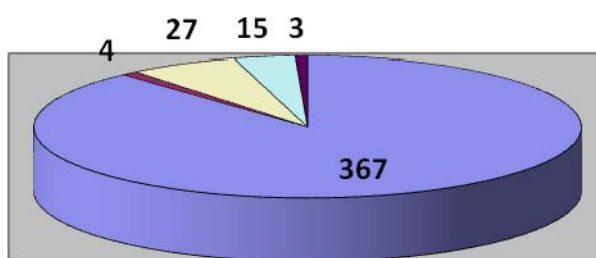
BARBOSA - Os bancos, quando executam bem o seu papel, aprimoram a alocação de recursos e impulsionam a economia. É importante que o sistema financeiro esteja azeitado para cumprir bem as tarefas que lhe cabem. São três essas tarefas: rentabilizar **[INF – APOSITIVA] (287)** a poupança que lhe foi confiada; financiar **[INF – APOSITIVA] (288)** o consumo e o investimento; e efetuar **[INF – APOSITIVA] (289)** pagamentos. Ao cumprirem **[INFINITIVO PESSOAL] (290)** bem essas três funções, os bancos **[REF GEN – OS BANCOS] (291)** ajudam a economia como um todo. Um exemplo do papel do setor financeiro para o progresso econômico é o fato de, hoje, o mercado de capitais, por meio da emissão de títulos e ações, prover mais recursos do que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. No ano passado foram 52 bilhões de reais liberados pelo

BNDES contra 125 bilhões de reais captados no mercado privado. Além disso, a quantidade de pessoas que possuem conta bancária vem crescendo rapidamente. O número de contas, que era de 64 milhões em 2000, chegou a 95 milhões em 2005. Os bancos têm ampliado o acesso a contas e a empréstimos. Muitas que viviam fora do sistema financeiro hoje podem consumir a crédito, investir em novos negócios.

Os excertos acima vêm demonstrar o uso real dos infinitivos em referência indeterminada, na posição do sujeito sintático da oração. O que expomos acima é que, as orações substantivas em que os infinitivos realizam a referência indeterminada – como sujeitos – ocupam, no período, o papel de subordinadas a outras orações, informação que a expressividade das ocorrências não nos permite sonegar.

Em orações subordinadas adverbiais, o infinitivo em referência indeterminada, no lugar sintático do sujeito, tem a seguinte distribuição, conforme exemplos em seguida:

INDETERMINAÇÃO POR INFINITIVO EM ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS



■ FINAL	■ TEMPORAL	□ CONDICIONAL
■ COMPARATIVA	■ CONTRASTIVA	

VEJA, 26/11/08

EDIÇÃO: 2088

Entrevista: Eunice Durham

VEJA - A senhora fecharia as faculdades de pedagogia se pudesse?

DURHAM - Acho que elas precisam ser inteiramente reformuladas. Repensadas do zero mesmo. Não é preciso ir tão longe para entender [INFINITIVO - FINAL] (292) por quê. Basta consultar os rankings internacionais de ensino. Neles, o Brasil chama atenção por uma razão para lá de negativa. Está sempre entre os piores países do mundo em educação.

VEJA, 14/11/07

EDIÇÃO: 2034

Entrevista: Ricardo Teixeira

VEJA - Como não? Obras de saneamento, extensão de metrô, investimentos em estradas, segurança pública...

TEIXEIRA - Vamos por partes. Um pedaço desses 6 bilhões estimados será investido pela iniciativa privada. É o dinheiro privado que erguerá hotéis em várias cidades, por exemplo. Ou fará a reforma do Morumbi, que é do São Paulo. Assim como a do Maracanã e a do Mineirão – os governadores Sérgio Cabral e Aécio Neves já disseram que farão parcerias público-privadas para a remodelação desses estádios. Por outro lado, não se pode raciocinar sob hipótese alguma colocando algumas obras públicas como um gasto. O que vai ocorrer é antecipação de investimentos. Em 1978, a Argentina não tinha televisão colorida. Por causa da Copa, os Argentinos foram obrigados a fazer toda a estrutura de televisão colorida. Anteciparam todo esse projeto em seis anos. Será a mesma coisa conosco. Em Brasília, por exemplo. Lá, o governador (José Roberto) Arruda quer fazer o metrô, do aeroporto até o estádio Mané Garrincha. É o que ele disse: "Ricardo, é uma antecipação do que já seria feito". Ao aplicar **[INFINITIVO – TEMPORAL] (293)** em hospital, transporte, saneamento básico, estradas, enfim, o que está se fazendo é antecipar os investimentos. Quanto à segurança, será feito simplesmente aquilo que já é obrigação do estado. Faço questão absoluta de garantir que a de 2014 será uma Copa em que o poder público nada gastará em atividades desportivas.

VEJA, 16/08/06

EDIÇÃO: 1969

Entrevista: Carlos Henrique de Brito Cruz

VEJA - Agora, então, temos de atrair mais pesquisadores para a indústria?

BRITO CRUZ - Sim, mas sem tirar **[INFINITIVO – CONDICIONAL] (294)** os que já estão na universidade. Eles exercem o papel importantíssimo de formar novas gerações de pesquisadores. A estratégia correta é criar oportunidades para que parte dos formados a cada ano possa trabalhar como cientista em empresas. E temos de fazer isso com rapidez.

VEJA, 12/10/05

EDIÇÃO: 1926

Entrevista: Hebe Camargo

VEJA - Como é envelhecer na televisão?

HEBE - É menos delicado que envelhecer **[INFINITIVO – COMPARATIVA] (295)** na frente do espelho. Na televisão quem me vê é o espectador, na frente do espelho sou eu mesma. Mas, falando sério: eu não sinto o peso do tempo, não me sinto uma mulher velha. Diria até que sou uma velhinha sem vergonha. O que não mostro mais, na televisão ou fora dela, são meus braços. Não saio mais na rua com roupa sem manga.

VEJA, 20/05/09

EDIÇÃO: 2113

Entrevista: Eduardo Paes

VEJA - Para onde os moradores dessas favelas seriam removidos?

PAES - O ideal é formar pequenos núcleos habitacionais distribuídos pela cidade, em vez de levar **[INFIITIVO – CONTRASTIVA]** (296) as pessoas para áreas enormes, muito distantes e sem infraestrutura. No passado, remoção significou a criação de Vila Kennedy e Cidade de Deus, dois péssimos exemplos de conjuntos habitacionais gigantescos surgidos a partir de remoções – e que acabaram por se tornar áreas favelizadas e com altas taxas de criminalidade. Não vou jogar ninguém em lugares assim. Há regiões dentro da cidade que oferecem boas alternativas.

4.17.1 De + infinitivo versus de+se+infinitivo

Motivo de polêmica, observemos em nosso *corpus* se VEJA realiza ou não as prescrições normativas, mas antes e, sobretudo, verificar se há alteração semântica discursiva nas alternâncias entre essas estruturas. Caso não haja 'furos' da edição de VEJA, podemos recorrer ao mecanismo das paráfrases.

Podemos construir dois exemplos:

(297) Essa roupa é boa de se vestir.

(298) Isso é difícil de se fazer.

Os exemplos acima contrariam a norma gramatical padrão, a qual prescreve que orações reduzidas de infinitivo que funcionam como complemento nominal de adjetivos proibem a explicitação da indeterminação pelo pronome SE. No *corpus*, possivelmente em virtude da edição, a norma padrão é seguida, consoante se abaixo:

VEJA, 18/02/04

EDIÇÃO: 1841

Entrevista: Antonio Palocci

VEJA - O senhor tomou conhecimento de conversas nesse sentido?

PALOCCHI - Não há em gestação nenhum experimento, nenhuma tentativa, nenhum projeto de estruturar um plano B ou C. Já escutei muita gente defendendo uma saída heterodoxa, até o presidente já escutou ideias nesse sentido. É preciso entender que as polêmicas sobre mágicas econômicas vão durar até que o Brasil consiga construir uma tradição de disciplina fiscal e monetária. Tradição de verdade, coisa para uma ou duas gerações, não dois ou três anos de equilíbrio. Precisamos fazer as coisas corretamente, sem planos mirabolantes, sem ansiedade. O que ajuda é que o Brasil já fez todos os planos, de A a Z, que se discutem. Já fizemos tabela, tablita, moratória e até uma exótica banda

diagonal endógena, que nem os economistas sabiam se era de comer **[DE+INFINITIVO]** (299) ou de beber **[DE+INFINITIVO]** (300). E todos sabem o resultado do experimentalismo na área econômica. [...]

VEJA - E isso é de comer ou de beber?

PALOCCI - O.K., um a zero. Mas é o seguinte: historicamente, o governo exige mais da sociedade quando entra em crise. Aumenta a carga, corta as despesas. Aí aumenta a crise. Quando o Brasil está bem, o governo se sente à vontade para gastar mais. Poderíamos trabalhar segundo uma lógica diferente. Se o país vai muito bem, talvez fosse o caso de produzir **[DE+INFINITIVO]** (301) um superávit maior, economizando dinheiro para enfrentar a crise em situação mais confortável.

4.18 Indeterminação por gerúndio

Assim como o infinitivo, o gerúndio pode realizar a indeterminação do sujeito.

Vejamos a seguinte passagem:

VEJA, 02/08/06

EDIÇÃO: 1967

VEJA – China e Índia, cujas economias estão encantando o mundo, são produtos de que tipo de investimento educacional?

ELIANA – São dois casos diferentes. Os progressos da China na educação de base são muito superiores aos da Índia. Reflexo disso é que, tomando **[GER]** (302) como base dados de seis anos atrás, 84% da população chinesa adulta sabia ler e escrever, mas entre os adultos indianos a proporção era apenas de 57%.

Encontramos, na pesquisa, 66 ocorrências de gerúndios criadores de referência indeterminada, quando no lugar sintático do sujeito.

VEJA, 27/01/99

EDIÇÃO: 1582

Entrevista: Hélio Jaguaribe

VEJA - Mesmo sem a adoção do parlamentarismo seria possível acrescentar às regras atuais um mecanismo que permitisse dissolver o Congresso caso houvesse impasse paralisante entre o Legislativo e o Executivo?

JAGUARIBE - Não tem sentido falar em dissolução do Congresso se não houver condições de assegurar a estabilidade política. Dissolver por dissolver não faz sentido. O necessário é ter um regime institucional que obrigue os parlamentares a compor uma maioria estável em torno de um programa de governo. Deveria haver, após cada eleição, a obrigação de se formar uma maioria parlamentar em torno dessas metas gerais. Essa maioria poderia sair diretamente das urnas se um único partido tivesse mais cadeiras que os demais. Realizada a eleição e não havendo um partido majoritário, seria dado ao Congresso um prazo para compor uma coalizão de governo. Os partidos que a integrassem estariam obrigados a ter fidelidade ao programa e o dever de sustentá-lo durante toda a legislatura. Não se

chegando [GERÚNDIO] (303) a esse acordo, o Congresso seria dissolvido e novas eleições seriam convocadas. Essa é, a meu ver, a única forma de dar coerência ao funcionamento do Congresso.

É importante ter claro que o gerúndio, para realizar o sentido de indeterminação do sujeito, precisa estar em oração sem sujeito, além de, naturalmente, possuir o traço [+humano].

4.19 Fenômenos diversos

A seguir, listaremos algumas peculiaridades inerentes ou relacionadas aos mecanismos de indeterminação do sujeito em português, as quais julgamos relevantes por trazer luz sobre certos pontos desta pesquisa.

4.19.1 Alternância de referentes

O texto é uma costura de ideias e de palavras, o que nos leva aos conceitos de coerência e de coesão textuais, respectivamente. É natural, por conseguinte, que haja diversidade de informações num texto, a despeito de uma unidade de sentido.

Os mecanismos de indeterminação, em suas distintas realizações, podem materializar maior ou menor grau de indeterminação. Consequentemente, as várias indeterminações podem ter referentes distintos, ou ainda, mais ou menos abrangentes.

Contudo, um mesmo recurso de indeterminação pode, num mesmo texto, ter referentes distintos. Ilustrá-lo-emos com exemplos do *corpus*. Destacaremos apenas a indeterminação por P4, que, no trecho em análise, se encontra ora em referência a toda a coletividade brasileira, ora em referência ao então governo.

VEJA, 23/08/06

EDIÇÃO: 1970

VEJA – O governo federal não tem culpa alguma?

BASTOS – Não sei. Eu mesmo teria de fazer uma autocritica. Talvez tenha faltado um pouco de dinheiro, mas, sinceramente, esse não é o aspecto mais relevante. O governo federal não investiu pouco em segurança. Se examinarmos [P4] (304) somente o Fundo Nacional de Segurança Pública, investimos [P4 - O GOVERNO] (305) mais ou menos a mesma coisa que o governo anterior. Mas, se examinarmos [P4] (306) o cenário global, incluindo a Polícia Federal, investimos [P4 - O GOVERNO] (307) muito mais. Suponho que ninguém desconheça a importância da Polícia Federal. Em algumas operações, a polícia pegou toneladas de cocaína e maconha que iam para São Paulo. Talvez tenhamos demorado [P4 - O GOVERNO] (308) um pouco para construir os presídios federais. Mas, até nisso, tenho de levar em conta que a lei existe desde 1984 e ninguém tinha feito. Foram cinco presidentes e dezenove ministros da Justiça que não tiraram esses presídios do papel. E não porque

não quisessem, mas porque é difícil mesmo. Já inauguramos [P4 - O GOVERNO] (309) o presídio de Catanduvas, no Paraná. O de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, será inaugurado nas próximas semanas. O de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e o de Porto Velho, em Rondônia, talvez saiam ainda neste ano. Mas no único presídio que já está pronto, o de Catanduvas, temos [P4] (340) um preso apenas.

4.19.2 Polifonia genérica

O recurso da polifonia é próprio da linguagem. É possível dizer que é da natureza mesma da linguagem (cf. Bakhtin) um discurso constituir-se a partir de outro e assim sucessivamente (vêm daí a “alegoria”, o primeiro discurso foi o de Adão).

Em nosso *corpus*, notamos ser frequente o entrevistado citar uma voz não específica, não determinada, genérica, em tese, uma voz que não é propriamente nem sua, nem do entrevistador (seu interlocutor), nem de nenhuma pessoa específica. Essa fala vem, na maioria das vezes, delimitada por aspas (fruto da edição feita pela revista VEJA, que, pois, reconhece ser uma voz de outrem).

A esse fenômeno demos o nome de “polifonia genérica”, visto que não ocorre a identificação da voz dessas declarações. Poder-se-ia afirmar que ela é a voz que se dá a um sujeito indeterminado (ou a um sujeito pleno de valor semântico indeterminado).

Não há que duvidar da relevância de estudar as alternâncias de vozes em um texto. Aliás, essa é uma competência necessária a um bom leitor (e também a um bom produtor) de textos, orais ou escritos. Da mesma forma que estudamos a alternância de referentes das indeterminações dentro de um texto, estudaremos as vozes indeterminadas dentro desse mesmo texto, estabelecendo conexão entre esses fenômenos, com os processos de indeterminação, com os outros elementos típicos da análise do texto (coesão, coerência, etc.), bem como com elementos 'gramaticais' (verbos, tipologia das orações, etc.).

Importa dizer que nem sempre uma 'polifonia genérica' tem em seu bojo oração com sujeito indeterminado (ou a indeterminação do papel temático do sujeito). Há casos em que se menciona uma voz 'desconhecida' ou 'genérica' sem que se use a indeterminação na posição do sujeito. Entretanto, em muitas vezes, há superposição dos fenômenos. Deveras, não se deve dizer coincidência, mas superposição, ou ainda simultaneidade, porque, se os fenômenos não se implicam necessariamente, favorecem-se mutuamente. Essa voz genérica, vaga, imprecisa soe valer-se de raciocínios hipotéticos, muitos dos quais com EU/P1 e com referência genérica, para citar alguns exemplos.

Em nosso *corpus*, encontramos diversas ocorrências com a polifonia genérica, muitas das quais possuem algum tipo de indeterminação do sujeito (ou de seu papel semântico).

Vejamos um excerto de nosso *corpus*:

VEJA – Quais são as pressões agora?

MEIRELLES – São pressões derivadas de um delírio absurdo, quase irracional. Ele poderia ser resumido assim: já que a casa está arrumada, **[P4] (341)** vamos desarrumar! Alguns perguntam: "Se a inflação está baixa, por que não voltar **[INF] (342)** ao período de relaxamento monetário? Por que não nos **[P4] (343)** permitimos algumas liberalidades?". **[POLIFONIA GENÉRICA] (344)** Deixar-se embriagar **[INF] (345)** pela euforia é o maior risco que o país **[REF GEN] (346)** corre hoje. A inflação está sob controle pela simples razão de que ela é mantida sob controle pelo Banco Central. Não é por mágica. Se o BC **[REF GEN] (347)** relaxar, a inflação volta.

O trecho sublinhado acima é um exemplo de polifonia genérica, dado que se desconhece a sua autoria. Observe-se que o mecanismo polifônico é formalmente marcado pelas aspas. Aproveitamos o ensejo e destacamos as seis ocorrências totais de indeterminação do sujeito ou de seu papel temático.

A seguir, apresentamos um caso de polifonia genérica não marcada por aspas, mas sim pelos dois pontos.

VEJA, 21/06/06

EDIÇÃO: 1961

VEJA – Será que está?

ABREU – As pessoas **[REF GEN] (348)** se mostraram muito mais interessadas nos personagens negativos que nos moralmente corretos. Isso para mim foi uma completa surpresa. Na minha novela anterior, *As Filhas da Mãe*, há coisa de cinco anos, o comportamento dos grupos de pesquisa **[NOM] (349)** era diferente. Os personagens bons **[REF GEN] (350)** eram os mais queridos. Nessa última pesquisa, eles **[ELES REF GEN] (351)** foram considerados enfadonhos por boa parte das espectadoras. Elas **[ELAS REF GEN] (352)** se incomodavam com o fato de a protagonista Júlia ficar sofrendo em vez de se virar e resolver sua vida de forma pragmática. Outro exemplo são as opiniões sobre Alberto, o personagem que não mediu esforços para tirar de seu caminho o Cemil, um bom moço, e roubar sua pretendente, Mônica. Alberto fez uma falcaturra para desmanchar o romance do rival. Em qualquer outra novela, isso faria o público automaticamente **[REF GEN+INF] (353)** ficar do lado do mocinho. Mas as donas-de-casa **[REF GEN] (354)** não viram nada de errado na conduta do Alberto. Pelo contrário: ponderaram **[P6 ANAF REF GEN] (355)** que, se ele fez aquilo para conquistar um mulherão, tudo bem. O fato de o André ter dado um golpe do baú na Júlia também foi visto com naturalidade. As espectadoras **[REF GEN] (356)** achavam que, se ele precisava de dinheiro, não havia mal em ficar com ela. Colocamos **[P4] (357)** então que o canalha **[REF GEN] (358)** a estava roubando e as espectadoras **[REF GEN] (359)** retrucaram: deixa **[P3] (1)** disso, daqui a pouco eles vão ficar bem. **[POLIFONIA GENÉRICA] (360)**. O fato de André ser bonito era suficiente para ganhar o prêmio máximo numa novela, que é ficar **[INF] (361)** com a mocinha. Na mesma pesquisa, colhemos **[P4] (362)** indícios claros de que essa maior tolerância **[NOM] (363)** com os desvios de conduta tem tudo a ver com os escândalos recentes da política.

Nesse exemplo de polifonia genérica, percebe-se que há um mecanismo de indeterminação do sujeito por P3 com verbo no imperativo. É possível verificar ainda que “as espectadoras” são as autoras do discurso em polifonia. Entretanto, não se sabe quem são elas, talvez nem seja relevante saber suas identidades porque a ênfase discursiva é na generalização, o que implica apagamento da identidade dos agentes, fazendo-os constituir um ‘todo’.

Em todo caso, assim como há graus de indeterminação do sujeito ou de seu papel temático, há também graus variados da voz polifônica genérica.

4.19.3 Indeterminação e impessoalidade

A análise de nosso *corpus*, no decorrer desta pesquisa, gerou-nos várias inquietações. Uma delas foi distinguir a indeterminação da impessoalidade, em construções, digamos, dúbias, isto é, que contêm traços das duas estruturas. Vejamos um exemplo:

VEJA, 23/04/08

EDIÇÃO: 2057

Entrevista: Gilmar Mendes

VEJA—O Supremo tem se manifestado com frequência sobre a legalidade de decisões tomadas pelo Congresso. É o STF que está se intrometendo na vida legislativa ou são as decisões legislativas que estão contrariando as normas constitucionais?

MENDES – Essa é uma questão antiga da experiência do constitucionalismo. Toda vez que se instala um modelo forte de controle judicial, temos [**P4 GENÉRICO OU IMPESSOALIDADE?**] (364) essa discussão. Ou se imputa uma excessiva compreensão para a obra do legislador ou se imputa uma atividade de exagero. O modelo brasileiro de 1988 pressupõe um controle constitucional pleno. Um cidadão ou qualquer entidade representativa pode alegar a inconstitucionalidade de uma matéria que afete um direito seu. As oportunidades de se fazerem contestações são amplas, portanto. O STF vem cumprindo devidamente o seu papel ao fazer algumas censuras.

No excerto acima, uma entrevista do então presidente do STF, o Ministro Gilmar Mendes, fala-se das frequentes 'intervenção' da Corte Suprema no Legislativo Brasileiro. Mendes inicia sua exposição dizendo que “um modelo forte de controle judicial” (o caso brasileiro) leva a essa discussão. Entretanto, ele usa o verbo *ter*, conjugado na P4 do presente do indicativo: “temos essa discussão”.

O verbo 'ter', na variante brasileira do português, em uso impessoal (equivalente a haver ou existir) tem ganhado espaço até mesmo em registro comprometidos com a língua

padrão. Desse modo, é plausível imaginar que esse “temos” possa ser substituído por “tem”, isto é, “há”.

Todavia, os verbos impessoais se caracterizam no português pela forma unipessoal da 3ª do singular (P3). A P3 impessoal (explicitamo-lo para que se não confunda com a P3 indeterminada, que é bem diferente, e tem sido analisada nesta tese), nesse sentido, estaria passando por uma espécie de alomorfia? O verbo ter pessoal, ainda que com sujeito expreso, seria uma forma variante de expressar impessoalidade? Estaria ainda aí a tendência do português falado no Brasil em materializar um item lexical na posição sujeito (ou, ao menos pressupô-lo na terminação verbal, no caso -MOS)?

Tais questionamentos são relevantes e importa esclarecê-los, porque dizem respeito à distinção e conceituação de objetos de estudo deste trabalho.

Poderíamos dizer, é fora de dúvida, que a forma verbal “temos”, do discurso de Gilmar Mendes, não se circunscreve nem a ele nem ao seu interlocutor. Nota-se o caráter generalizante e, portanto, indeterminado. A P4 refere-se a toda uma coletividade, embora também não se possa negar a forte aproximação semântica com a acepção de 'existir'/'haver' presente no verbo TER. Note-se que não faria sentido dizer: “Nós existimos essa discussão”. Ou seja, não se pode atribuir esse sinônimo ao verbo TER mantendo a pessoalidade.

Segundo nossa análise, trata-se de oração sem sujeito (indeterminação por P4) com verbo pessoal (daí a sua flexão em P4). Os verbos ditos impessoais, constituintes de legítima classe de orações sem sujeito, têm na dupla ter/haver um de seus maiores exemplos. A grande semelhança entre as estruturas impessoais e algumas das indeterminadas é a ausência de sujeito, ou seja, constituem orações sem sujeito ou de sujeito inexistente. Talvez a tendência do português brasileiro em preencher o lugar sintático do sujeito tenha levado a língua, em seu estágio atual, a pessoalizar o verbo impessoal ter (sinônimo de haver), mantendo a estrutura oracional sem sujeito.

Em muitas línguas com tendência ao preenchimento do lugar sintático do sujeito, como alemão, inglês e francês, por exemplo, usa-se um pronome semanticamente vazio (respectivamente, *es*, *it* e *il*). Já no português, poderíamos pensar que, no caso específico do verbo ter, em acepção de existir, sua impessoalidade é que foi superada, passando a indeterminação do sujeito, através da pessoalização do verbo; ao contrário das línguas acima, não se usou um item gramatical para mero preenchimento do lugar do sujeito (por exemplo, poderíamos pensar e pronomes como *isso*, *isto*, etc.).

4.19.4 Marcas de gênero nas indeterminações do sujeito

A indeterminação do sujeito (ou de seu papel temático) se caracteriza por generalização, o que costuma levar as referências indeterminadas para o gênero masculino. Entretanto, pudemos notar no *corpus* em análise que as indeterminações por VOCÊ ou por A GENTE, por exemplo, costumam seguir o gênero do interlocutor. Naturalmente, como o masculino é forma não marcada nesse caso, só podemos verificar a marca de gênero com entrevistados do sexo feminino. Vejamos alguns casos do *corpus*:

VEJA, 29/01/03

EDIÇÃO: 1787,

Entrevistada: Heloísa Helena

Entrevistadora: Thaís Oyama

VEJA – Como é essa sedução?

HELOÍSA HELENA – O poder é terrível. A gente precisa fazer um exercício diário para não se deixar seduzir por ele. Você [**VOCÊ**] (365) está no aeroporto e vai para a sala vip, é convidada (366) [notar que aqui ela usa o você com feminino – em alusão a si mesma, ou à entrevistadora, o que é menos provável] para viagens internacionais, tem as estruturas de bajulação que se montam em torno de você, todas as possibilidades que se abrem por causa do seu cargo. É por isso que lá em casa eu digo para os meus filhos: não tem essa história de sala vip nem de filho de senadora. Eu moro em apartamento funcional e o sofá que está lá é público. Portanto, meus meninos não podem sapatear no sofá.

Como sinalizamos em 4.3, o pronome VOCÊ (365), indeterminado, faz com que o participio da voz passiva analítica (366) vá para o feminino. Não é conclusivo esse exemplo sobre com quem se dá a concordância: se com o enunciador (Heloísa Helena) ou com o interlocutor (a entrevistadora). Já que ambas são mulheres, a concordância pode ser com qualquer uma das partes, em tese.

VEJA, 15/01/03

EDIÇÃO: 1785

Entrevistada: Fernanda Keller

Entrevistadora: Cristina Charão

VEJA – O que você chama de erro?

FERNANDA – Talvez a palavra seja exagerada, mas é que, quando eu tinha 20 anos, queria ir a vinte festas. Hoje só vou a uma. E à melhor. Quando você [**VOCÊ**] (367) tem 20 anos, treina feito **um maluco** (368) [note-se que, apesar de mulheres, ela e a entrevistadora, uso maluco, masculino neutro, o que reforça o viés indeterminador], faz uma distância que não precisa fazer. Hoje eu faço o que é necessário. Acho que ter 40 anos é como ser uma águia, que fica voando e pega apenas a presa

certa, sem precisar de muito esforço para fisgá-la. Posso dizer que estou na melhor fase de minha fase. Tenho uma carreira vitoriosa, um casamento feliz.

Acima, apesar de entrevistadora e entrevistada serem do sexo feminino, a concordância de VOCÊ vai para o masculino, reforçando o viés de indeterminação. Porém, vejamos exemplos em que se dá a concordância no feminino com entrevistador homem e entrevistada mulher.

VEJA, 28/05/03

EDIÇÃO: 1804

Entrevistada: Suzana Vieira

Entrevistador: Ricardo Valladares

VEJA – A senhora não esconde que é vaidosa.

SUZANA – Um pouco de vaidade é imprescindível. O que já não tenho mais é aquela ansiedade para ser reconhecida que os atores mais jovens têm. Eu me acostumei com os ciclos da carreira. Sei que em certos períodos você [**VOCÊ**] (369) é mais lembrada [**FEMININO**] (370) do que em outros, que uma personagem da novela das 6 tem menos repercussão do que uma personagem da novela das 8, e por aí vai. Não me atormento por causa disso. Mas continuo a ter muito orgulho da minha inteligência. E adoro o fato de estar bonita até hoje, aos 60 anos.

Nesse trecho, fica nítida a concordância de VOCÊ com o gênero da entrevistada (feminino), não com de seu interlocutor (masculino). Assim, a indeterminação por VOCÊ tem potencialidade de projetar os sentimentos e expectativas do próprio enunciador. Ora, um uso indicial de você referir-se-ia necessariamente ao interlocutor não ao enunciador. Essa concordância com o feminino, longe de negar a indeterminação por VOCÊ, a confirma, já que não há referência explícita, nem gramatical, ao interlocutor, mas sim ao próprio enunciador, como que se colocando em referência generalizante, projetando-se sobre o interlocutor através do pronome VOCÊ.

VEJA, 15/06/05

EDIÇÃO: 1909

Entrevista: Fernando Gabeira

Entrevistadora: Thaís Oyama

VEJA – Em que momentos o senhor percebe esse deslumbramento?

GABEIRA – Em muitos momentos. A chegada ao governo significa uma ascensão social, pelo menos nessa circunstância. Você [**VOCÊ**] (371) passa a desfrutar de bens materiais superiores aos que

[P3 VOCÊ] (372) desfrutava antes. E quando você [VOCÊ] (373) chega ao governo no bojo de um grande movimento social, muito admirado e cortejado [MASCULINO] (374), isso contribui para que você [VOCÊ] (375), de certa maneira, perca o rumo. E aí você [VOCÊ] (376) vai ver as pirâmides, tirar foto ao lado das pirâmides, comprar um avião... Isso tudo aconteceu com Lula e, no seu caso, houve ainda a agravante de ele não ser uma pessoa inquieta, do ponto de vista intelectual.

Nesse trecho, o entrevistado do sexo masculino leva a concordância do predicativo “admirado e cortejado” para o masculino, analogamente ao que sucedeu no caso anterior. Novamente, o interlocutor se projeta na indeterminação por você; não há referência explícita, nem gramatical ao interlocutor – se houvesse, o predicativo iria para o feminino. Parecem-nos exemplos cabais do sentido de indeterminação por VOCÊ.

5 SISTEMATIZAÇÃO DE RESULTADOS

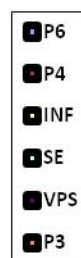
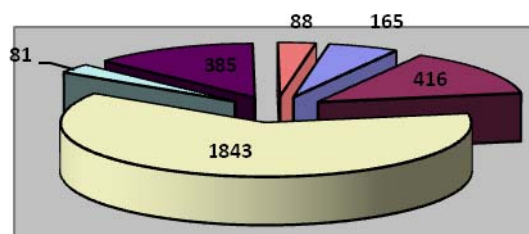
Neste capítulo, analisaremos os dados obtidos a partir da análise de nosso *corpus*. Os dados aqui obtidos referem-se ao período de 1999 até 2010.

Estatisticamente, podemos organizar os dados da seguinte forma:

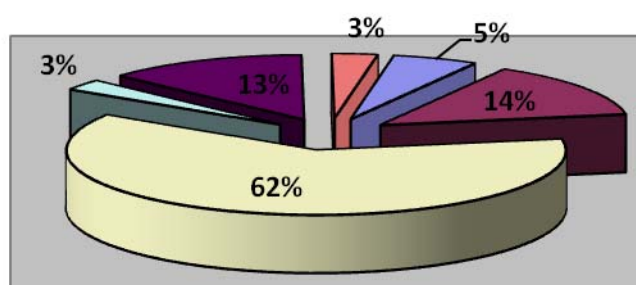
- (I) indeterminação por P6: 165 ocorrências;
- (II) indeterminação por P4: 1249 ocorrências;
- (III) indeterminação por P3: 89 ocorrências;
- (IV) indeterminação por INFINITIVO: 1837;
- (V) indeterminação por EU-P1: 55 ocorrências;
- (VI) indeterminação por ELES/ELAS: 21 itens;
- (VII) indeterminação por NÓS: 217 ocorrências;
- (VIII) indeterminação por VOCÊ: 335 ocorrências;
- (IX) indeterminação por VPS: 395 ocorrências;
- (X) indeterminação por SE: 72 ocorrências;
- (XI) indeterminação por NOMINALIZAÇÃO: 164 ocorrências;
- (XII) indeterminação por REFERENCIAÇÃO GENÉRICA: 4215 ocorrências;
- (XVII) indeterminação por PRONOME INDEFINIDO: 702 ocorrências;
- (XVIII) indeterminação por PRONOME DEMONSTRATIVO + RELATIVO: 98 ocorrências;
- (XIV) indeterminação por REFERENCIAÇÃO GENÉRICA POR RELATIVO: 663 ocorrências (debitadas das referências genéricas totais, para não haver contagem em dobro da mesma ocorrência);
- (XV) indeterminação por P3 ANÁFORA DE REFERENCIAÇÃO GENÉRICA: 415 ocorrências (já debitadas as ocorrências seguintes);
- (XVI) indeterminação por GERÚNDIO: 66 ocorrências;
- (XVII) indeterminação por A GENTE: 98 ocorrências;
- (XVIII) indeterminação por ELE/ELA: 1 ocorrência;
- (XIX) ELE/ELA anáfora de referenciação genérica: 228 ocorrências;
- (XX) ELE/ELA anáfora de nominalização: 28 ocorrências.

Abaixo, demonstramos graficamente dados importantes sobre a pesquisa, a partir de dados do *corpus*.

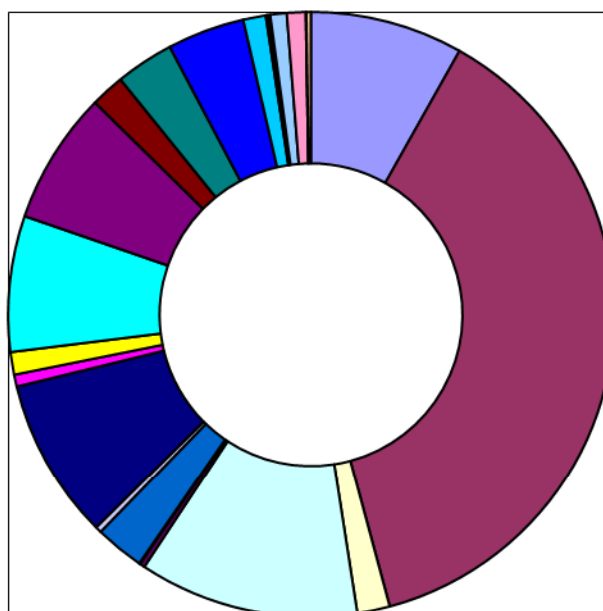
INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO - ORAÇÕES SEM SUJEITO



INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO - ORAÇÕES SEM SUJEITO

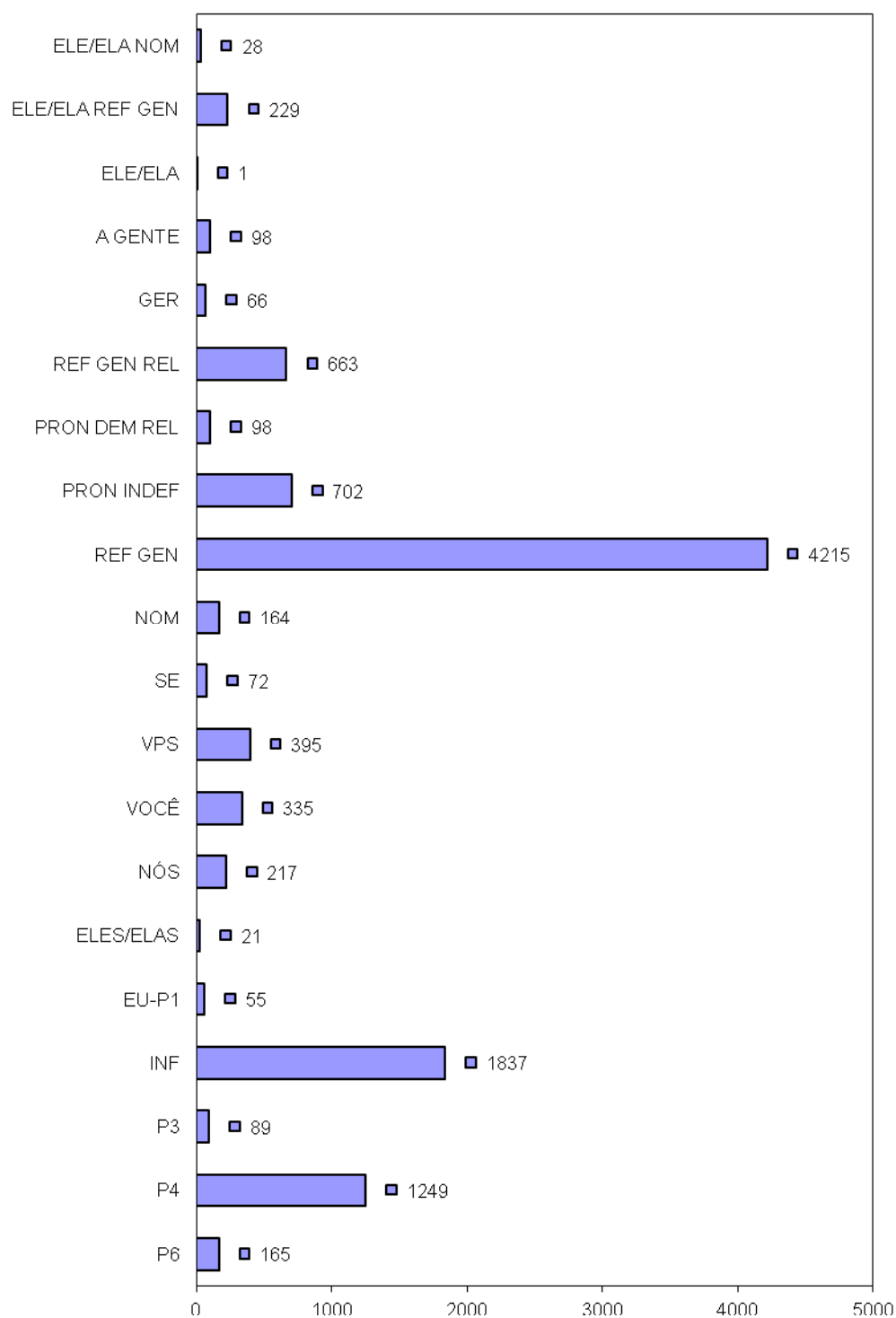


INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO - ORAÇÕES COM SUJEITO

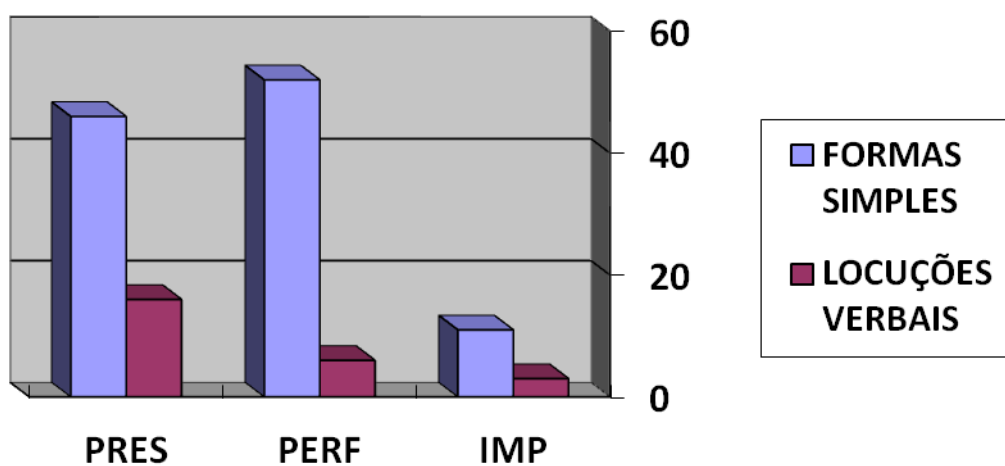


REF GEN REL	REF GEN	NOM REL
NOM	ELES	ELES NOM
NÓS	EU	PRON INDEF
PRON DEM	PRON DEM REL	P3 REF GEN
P6 REF GEN	ELE REF GEN	QUEM
VOCÊ	A GENTE	P6 - NOM
ELAS PRON INDEF	ELAS NOM	ELAS - REF GEN
ELA - REF GEN	ELA NOM REL	ELA NOM

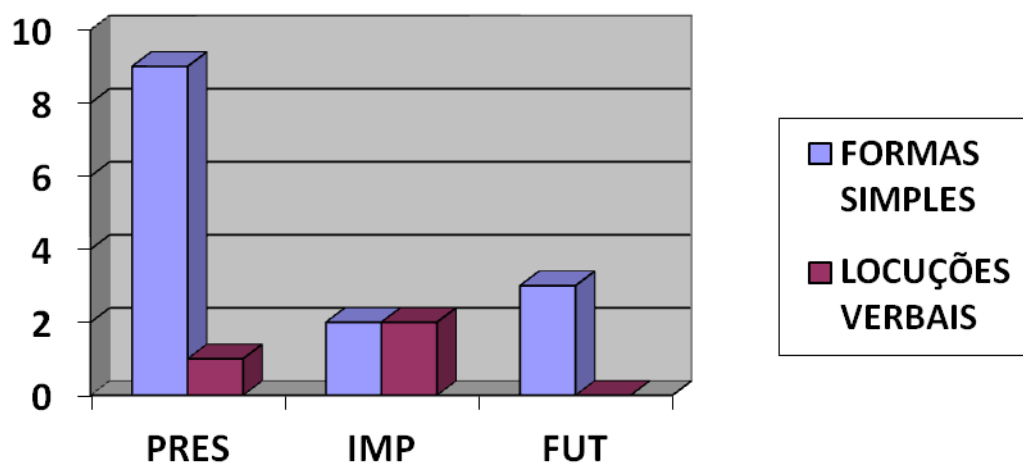
SUJEITO INDETERMINADO



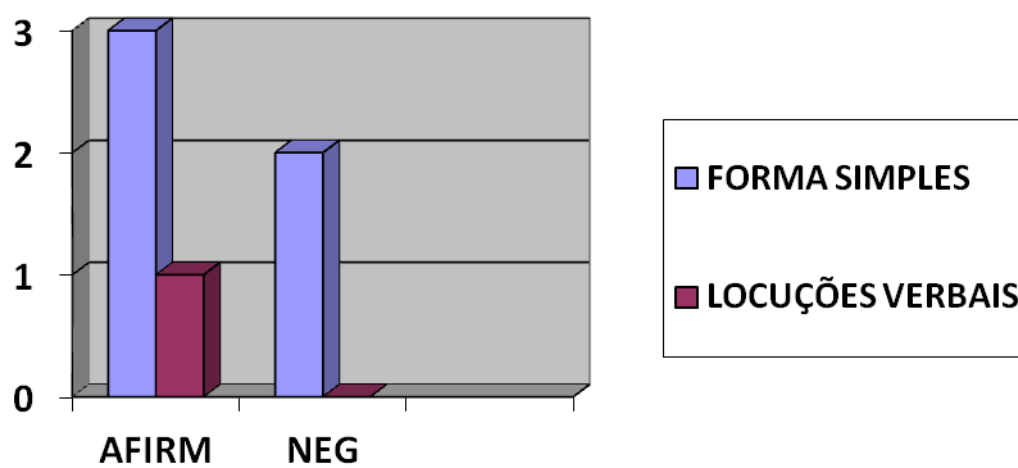
INDETERMINAÇÃO POR P6 - MODO INDICATIVO - TEMPOS SIMPLES



INDETERMINAÇÃO POR P6 - MODO SUBJUNTIVO - TEMPOS SIMPLES



INDETERMINAÇÃO POR P6 - MODO IMPERATIVO - TEMPOS SIMPLES



6 *CORPUS* COMENTADO

Neste capítulo, escolhemos duas entrevistas para análise. Elas são bem representativas dos vários tipos de indeterminação, tanto do sujeito quanto de seu papel temático. O mérito de se avaliar o texto como um todo é mostrar a indeterminação em real funcionamento na língua, ou seja, no texto. Poderemos observar não apenas as características do gênero textual entrevista, nem só as visões de mundo da Revista ou do entrevistado patentes em seus discursos; poderemos também (e é o que mais nos interessa aqui) perceber a indeterminação como mecanismo discursivo-gramatical, realizando sentidos no texto. Além disso, veremos que ela é recurso imbricado poderosamente a mecanismos de coesão textual.

Mantivemos a chamada para a entrevista, já que traz informações importantes para contextualizar ou mesmo informar o leitor sobre a ‘personalidade’ entrevistada. Ao final, enumeramos algumas palavras-chave para resumir a entrevista. No entanto, retiramos os boxes das entrevistas (os quais destacam determinadas declarações do entrevistado que a revista julga relevantes) uma vez que seu conteúdo será analisado na sequência do texto. O texto está apresentado já analisado com as indeterminações contidas entre colchetes, com designação por extenso. As análises ora feitas exemplificam o texto em sua totalidade, facilitando a compreensão global da indeterminação do sujeito dentro dos mecanismos de coesão e de coerência textuais. Poderemos observar com detalhes as ligações entre distintas formas de indeterminar.

Ao longo da análise, realçamos os casos de sujeito indeterminado em estudo nesta tese. Quando necessário, especificamos o núcleo do SN sujeito (por exemplo, nos casos das nominalizações, na entrevista 02). Realçamos também os casos de cancelamento do sujeito, de modo que se possa distingui-lo dos casos de indeterminação por infinitivo.

A entrevista a seguir (entrevista 01) é de Fernando Pimentel, então ministro de Lula.

VEJA 11/02/09
EDIÇÃO 2099
Entrevista Fernando Pimentel
"É Dilma. Não há plano B"

O ex-prefeito de Belo Horizonte conta como Lula o sondou para o ministério e diz que, e for para o governo, ajudará Dilma Rousseff a vencer a eleição presidencial de 2010

José Edward (entrevistador)

"Para o presidente Lula, a candidatura de Dilma são favas contadas.

Está empolgadíssimo. Tenho uma ligação antiga com ela e ele quer que eu o ajude nas costuras da campanha presidencial"

O ex-prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel poderá ser o mais novo ministro do governo Lula. Ele foi sondado para chefiar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Se confirmado, usará o posto para articular a campanha presidencial da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, sua companheira de luta armada nos anos 70. É um reforço de peso. Pimentel é uma das lideranças mais arejadas do PT. Administrou as contas da capital mineira por dezesseis anos – nove deles como secretário e sete como prefeito. Empreendeu um bom programa de obras, muitas delas em parceria inusitada com o governador tucano Aécio Neves. Aos 57 anos, deixou o cargo com 85% de aprovação. Com esse cacife, poderia ter tentado eleger um sucessor petista em Belo Horizonte. Preferiu, porém, aliar-se a Aécio para levar à vitória um afilhado de ambos, o socialista Marcio Lacerda. A aliança enfureceu os dirigentes petistas, mas mostrou que PT e PSDB podem se entender em determinadas situações. Ele recebeu VEJA em seu escritório na capital mineira.

VEJA - O presidente Lula o convidou para o ministério?

PIMENTEL - Não, mas há duas semanas, durante uma reunião no Palácio do Planalto e em um almoço no Alvorada, ele disse que quer me incorporar à sua equipe, provavelmente para uma função na área econômica.

VEJA - Qual? A chefia do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social?

PIMENTEL - Acho que meu perfil se encaixa nessa função. Sou um economista com larga experiência administrativa e tenho bom trânsito junto aos sindicatos e ao empresariado.

VEJA - Parte do PT mineiro tenta barrar seu ingresso no governo federal sob a justificativa de que o senhor entregou a prefeitura de Belo Horizonte a um aliado do PSDB.

PIMENTEL - A prerrogativa de nomear **[INFINITIVO]** ministros é exclusiva do presidente da República. Quanto à prefeitura, ocorreu o contrário: ganhamos **[P4]** uma eleição que **[NOMINALIZAÇÃO]** tinha tudo para ser perdida. O PT **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** atravessava o que eu chamo de "síndrome da derrota". Fazia dezesseis anos que estávamos **[P4]** no poder e o risco de perder era real, pois enfrentaríamos **[P4]** um candidato do governador Aécio Neves, um líder fortíssimo. Em um segundo turno, seriam **[PRONOME INDEFINIDO]** todos contra o PT. A candidatura do partido **[NOMINALIZAÇÃO]** foi oferecida a Patrus Ananias (ministro do Desenvolvimento Social), o único que podia nos conduzir à vitória, mas ele não quis. Agora, fica aí se dizendo alijado. A aliança com Aécio **[NOMINALIZAÇÃO]** permitiu eleger um candidato do nosso campo político.

VEJA - Por causa dessa aliança, o senhor é acusado de só pensar em se viabilizar como candidato à sucessão de Aécio.

PIMENTEL - O discurso de 2010 **[NOMINALIZAÇÃO]** é balela, mas reconheço que há uma divisão no PT. O que está em jogo no partido – não só em Minas, mas em todo o país – é mais complicado. De um lado estão aqueles que **[PRONOME DEMONSTRATIVO+RELATIVO]**, como eu, querem que o PT **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** incorpore a nova classe média, que **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA + RELATIVO]** veio à tona no governo Lula. Do outro, estão

aqueles que **[PRONOME DEMONSTRATIVO + RELATIVO]** querem que o PT **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** continue a ser um partido de inspiração bolchevique. Essa gente **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** ainda acredita que o sujeito **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** tem de ler **[CANCELAMENTO DO SUJEITO]** “O Capital” e rezar **[CANCELAMENTO DO SUJEITO]** pela cartilha marxista-leninista para militar **[INFINITIVO]** no PT. Um setorzinho xiita de Minas **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** pensa assim e **[P3 ANÁFORA DE REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** levou de roldão líderes como Patrus Ananias e Luiz Dulci (secretário-geral da Presidência). A maioria do partido **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** e o presidente Lula não têm essa concepção estreita.

VEJA - Mas, afinal, o senhor é candidato a governador de Minas Gerais?

PIMENTEL - Não posso dizer que sou, mas meu nome está colocado nessa disputa. Fui prefeito da capital, saí do cargo com um alto índice de aprovação e fiz meu sucessor. Mas minha candidatura depende da estratégia do partido para eleger **[INFINITIVO]** o próximo presidente e da união do PT de Minas. Além disso, precisamos **[P4]** assegurar aos mineiros que não **[P4]** vamos desconstruir o que o governo Aécio **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** fez de bom.

VEJA - O candidato do PT não deve criticar Aécio?

PIMENTEL - Ou reconhecemos **[P4]** que ele faz uma boa gestão, ou chamaremos **[P4]** os mineiros de burros. Afinal, a maioria da população **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** aprova seu governo. Da mesma forma que Aécio diz que, se for candidato a presidente, não será um anti-Lula, se eu for candidato ao governo de Minas, não serei um anti-Aécio.

VEJA - O senhor diz que o projeto do PT em Minas **[NOMINALIZAÇÃO]** deve se subordinar ao quadro nacional. Qual será ele?

PIMENTEL - Tudo indica que a disputa em 2010 se dará entre a ministra Dilma Rousseff e o governador (de São Paulo) José Serra.

VEJA - O governador Aécio é uma carta fora do baralho?

PIMENTEL - A meu ver, o jogo está definido no ninho tucano. Aécio pressionará pela realização de prévias mais para preservar seu espaço do que por acreditar que elas ocorrerão. Esticará a corda, mas sabe que não tem mais espaço. As chances de Aécio ser candidato caíram sensivelmente depois que Geraldo Alckmin entrou na equipe de Serra. Serra uniu o PSDB em São Paulo, e o PSDB **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** é um partido eminentemente paulista.

VEJA- Aécio não pode ser candidato por outro partido?

PIMENTEL - Aécio é um homem público admirável, com trajetória para ser candidato por qualquer legenda, mas acho muito difícil que ele construa uma candidatura consistente fora do ninho tucano. PT e PSDB **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** são, hoje, os dois únicos partidos com projeto nacional, e ele sabe disso, por ser dotado de um grande senso de realismo. Também não acredito que Aécio comporia uma chapa puro-sangue com Serra. É mais provável que dispute o Senado, para o qual tem eleição praticamente garantida. Dali, poderia articular sua própria candidatura em 2014 ou 2018.

VEJA - A opção do PT por Dilma é definitiva?

PIMENTEL - Para o presidente Lula, são favas contadas. Não há plano B. Embora ele não tenha falado abertamente com a ministra sobre sua decisão, está empolgadíssimo. Diz que Dilma é a pessoa mais competente que passou pelo seu governo e também a que tem mais noção da complexidade do país. Tenho uma ligação antiga com ela. Por isso, Lula quer que eu o ajude nas costuras da candidatura presidencial da ministra.

VEJA - Que vantagens Dilma teria em relação a Serra?

PIMENTEL - Ela conta com a bandeira dos avanços sociais do governo Lula. Na campanha, vamos [P4] ver se o Serra usou mesmo aquele orçamento extraordinário que São Paulo [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] tem para melhorar os indicadores do estado. Além disso, sua visão do Brasil é muito paulista. Dilma é mineira com trajetória no Rio Grande do Sul. Olha o Brasil de forma mais abrangente. É comprometida com o país, eticamente irrepreensível, tem uma imensa capacidade de trabalho e demonstrou preparo ao colocar o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para andar.

VEJA - Até os aliados de Dilma dizem que lhe falta jogo de cintura. É verdade?

PIMENTEL - Ilude-se quem [PRONOME INDEFINIDO – QUEM] acha que ela não tem traquejo. A ministra já mostrou sua capacidade de se adequar a novas situações. Foi o que ocorreu quando passou do Ministério de Minas e Energia para a Casa Civil. De uma hora para outra, estava no olho do furacão, apagando os incêndios do escândalo do mensalão, uma das maiores crises já vividas pela República. Lidou com a imprensa, com parlamentares, coordenou grupos interministeriais e foi a relações-públicas do governo. Enfim, fez política e se saiu muito bem. Agora, está se adaptando ao figurino de candidata. Não acho que ela tenha feito plástica só para ser candidata. Fez porque está bem consigo mesma e queria se sentir ainda melhor. A plástica realçou os melhores traços da ministra. Quanto aos óculos, só quero lembrar que eles já estiveram na moda. Tinham lá seu charme, sobretudo entre intelectuais e os militantes de esquerda. Só não vou dizer que ela ficou mais jovem. É perigoso falar [INFINITIVO] da idade dos outros... Ainda mais se for mulher. Pode até virar [INFINITIVO] contra mim...

VEJA - Quais são as chances de o vice de Dilma vir do PMDB?

PIMENTEL - Seria muita pretensão dar [INFINITIVO] palpite em um partido que não é o meu, mas Temos [P4] de dar um crédito de confiança aos líderes do PMDB [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA + PRONOME RELATIVO] que são ministros do governo e [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA + PRONOME RELATIVO] que, até onde se [VPS] sabe, trabalham para que seu partido [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] marche com o nosso candidato em 2010. Por isso, diria que a chance é de razoável para boa. Mais do que isso, não diria. O PMDB [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] tem muitas divisões.

VEJA - Na semana passada, dois peemedebistas, Michel Temer e José Sarney, conquistaram as presidências da Câmara e do Senado. Que impacto isso pode ter em 2010?

PIMENTEL - Acho que o significado disso está sendo superestimado. O fato de o PMDB [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] ter ganhado a Câmara e derrotado um petista (Tião Viana) no Senado não é o fim do mundo. Não será decisivo sequer para que o partido [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] apoie esse ou aquele candidato em 2010. O PMDB [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] é um condomínio de interesses regionais e dificilmente [P3 ANÁFORA DE REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] marchará unido na eleição presidencial, mesmo que indique [P3 ANÁFORA DE REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] o vice em uma das chapas.

VEJA - Como o senhor, que militou em uma organização de extrema esquerda, avalia a decisão do governo de negar à Itália a extradição do terrorista Cesare Battisti?

PIMENTEL - Prefiro não comentar, até porque não conheço detalhes do processo. O que posso dizer é que a opção que a esquerda italiana [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] fez pela luta armada foi um erro político crasso. A Itália [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] não passou por uma ditadura como o Brasil. Aqui, nós [NÓS] nos envolvemos na luta armada porque enfrentávamos [P4] um governo ilegítimo, que [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] tomou o poder à força. Podemos [P4] ter cometido um erro político, mas nossa ação era eticamente justificável. Na Europa, não. Lá, ninguém [PRONOME INDEFINIDO] rasgou constituição. Optaram [P6] pela luta armada em um período de democracia, o que, por si só, é moralmente condenável. E, como não havia ditadura, é difícil distinguir [INFINITIVO] crimes políticos de crimes comuns.

VEJA- Ao tomar essa decisão, o Brasil questionou a legitimidade da Itália de julgar seus delinquentes?

PIMENTEL - É um exagero dizer [INFINITIVO] isso. A França [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] tomou uma decisão semelhante, ao negar [CANCELAMENTO DO SUJEITO] a extradição de uma militante das Brigadas Vermelhas italianas. Brasil e França [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] têm direito de conceder [CANCELAMENTO DO SUJEITO] ou negar [CANCELAMENTO D SUJEITO] a extradição. E a Itália [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]tem o direito de protestar. [CNCELAMENTO DO SUJEITO]

VEJA - A folha de pagamentos do governo tem inchado com aumentos salariais e a contratação de servidores. Isso põe em risco o equilíbrio fiscal?

PIMENTEL - Concordo que o aumento da folha é preocupante. Os reajustes salariais concedidos em 2008 terão impacto no equilíbrio fiscal. Não dá para ser [INFINITIVO] generoso nesse campo. Mas a maior parte das contratações futuras [NOMINALIZAÇÃO] ocorrerá por determinação do Ministério Público, para substituir [INFINITIVO] funcionários terceirizados.

VEJA - Se for confirmado no ministério, o senhor defenderá o socorro do governo a empresas em dificuldades?

PIMENTEL - Acho correta, sim, a liberação de recursos do BNDES para irrigar [INFINITIVO] a economia real. Governos do mundo inteiro [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] estão fazendo isso. O país [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] correrá um risco muito maior se o governo [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] deixar as empresas quebrarem apenas para manter [CANCELAMENTO DO SUJEITO] a disciplina fiscal. O governo Lula [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] foi o campeão na produção de superávits fiscais primários, mas o cenário mudou. Não

podemos [P4] dar o mesmo remédio para doenças diferentes. Se as empresas [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] quebrarem, os empregos sumirão. Quem [PRONOME INDEFINIDO – QUEM] reclama o tempo todo do gasto público [P3 ANÁFORA DE PRONOME INDEFINIDO – QUEM] esquece de mencionar que os juros são o maior item da despesa do governo.

VEJA - O senhor está entre os que acham que o Banco Central demorou a baixar os juros?

PIMENTEL - A queda iniciada em janeiro poderia ter começado há três meses. O Banco Central [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] errou um pouco no timing, mas não demonizo a instituição nem seu presidente, Henrique Meirelles. Sem o rigor deles, não teríamos [P4] hoje reservas de 200 bilhões de dólares para manejar [CANCELAMENTO DO SUJEITO] a variação cambial e atravessar [CANCELAMENTO DO SUJEITO] bem a crise. Mas o mais importante é que temos [P4] condições propícias para continuar [CANCELAMENTO DO SUJEITO] a baixar os juros. Como me disse o presidente Lula, estamos [P4] ganhando o jogo e o Pelé ainda nem entrou em campo. Pelé, no caso, é uma metáfora futebolística para a redução dos juros, uma arma poderosa de que o país [REFERENCIAÇÃO GENÉRICA] dispõe para enfrentar [CANCELAMENTO DO SUJEITO] a crise.

ENTREVISTADO: Fernando Pimentel, EX-PREFEITO DE BH. Note-se o tratamento formal (senhor), dispensado pela revista.

Palavras-chave: POLÍTICA. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS. PARTIDOS POLÍTICOS. ECONOMIA.

A seguir, apresentamos a entrevista 02, com o ambientalista Fabio Feldmann, responsável pelo rodízio de automóveis em São Paulo.

VEJA, 28/02/08

EDIÇÃO: 1997

Entrevista: Fabio Feldmann

Falta fazer a lição de casa

O ambientalista diz que ser país em desenvolvimento não serve mais de desculpa para o Brasil descuidar do próprio ambiente

Duda Teixeira (Entrevistador)

"Nenhuma nação pode ficar o tempo todo cobrando compromissos dos outros se não assume nenhum"

O ambientalista Fabio Feldmann ganhou projeção nacional quando instituiu o rodízio de veículos na cidade de São Paulo, em 1996. A reação dos paulistanos à obrigatoriedade de deixar o carro em casa um dia por semana foi tão intensa que o então secretário estadual do Meio Ambiente sofreu ameaças de morte e precisou andar com guarda-costas. A oposição ao rodízio também lhe custou a reeleição em 1998, depois de três mandatos como deputado federal pelo PMDB e pelo PSDB. Hoje filiado ao Partido Verde, Feldmann, de 51 anos, não

pretende voltar a disputar eleições. Advogado, sua principal atividade é a de consultor sobre ecologia para empresas e ONGs. Com a experiência de ter participado de delegações brasileiras nos encontros sobre clima da ONU e de ter sido secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, diz que "há um enorme descompasso entre o que propomos aos outros nos fóruns internacionais e o que realizamos dentro de casa". Feldmann concedeu a seguinte entrevista a VEJA.

Veja – Como o senhor vê a atuação do Brasil nas negociações internacionais de mudanças climáticas?

Feldmann – A diplomacia brasileira **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** é bem preparada e eficiente, mas **[P3 ANÁFORA DE REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** opera num paradigma obsoleto. Em vez de nos sentirmos **[P4]** cidadãos do mundo e de agirmos **[P4 – INFINITIVO PESSOAL]** segundo valores mais grandiosos, **[P4]** continuamos defendendo nossos interesses nacionais imediatos. Essa posição **[NOMINALIZAÇÃO – “ESSA POSIÇÃO” EQUIVALE A “POSICIONAMO-NOS”]** vem de longo tempo. Desde a conferência da ONU em Estocolmo, em 1972, o Brasil **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** assumiu a tese de que não **[P3 ANÁFORA DE REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** aceitaria controlar a poluição para não afetar **[CANCELAMENTO DO SUJEITO]** o seu crescimento econômico, considerado um mecanismo fundamental para reduzir **[INFINITIVO]** a miséria. O problema é que essa postura, que **[NOMINALIZAÇÃO “ESSA POSTURA” + PRONOME RELATIVO]** considero excessivamente defensiva, tem **[NOMINALIZAÇÃO “ESSA POSTURA”]** sido mantida desde então. Foi graças a ela que o Brasil **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** escapou de ser obrigado **[CANCELAMENTO DO SUJEITO]** a adotar medidas para reduzir **[CANCELAMENTO DO SUJEITO]** a emissão de gases que provocam o efeito estufa, enquanto os países industrializados **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** tiveram de se enquadrar em metas ambiciosas. Há quase vinte anos a humanidade **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** conhece sua responsabilidade no aquecimento global. Mesmo após todo esse tempo, o Brasil **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** nada fez para controlar suas emissões de poluentes. Manter **[INFINITIVO]** essa posição – de país em eterno desenvolvimento – tornou-se uma estratégia extremamente frágil, insustentável. Nenhuma nação **[PRONOME INDEFINIDO ADJETIVO + REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** pode ficar o tempo todo cobrando compromissos dos outros se não **[P3 ANÁFORA DE PRONOME INDEFINIDO ADJETIVO + REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** assume nenhum. É o que **[P4]** fazemos: há um enorme descompasso entre o que propomos **[P4]** aos outros nos fóruns internacionais e o que realizamos **[P4]** dentro de casa.

Veja – De que forma o Brasil poderia reduzir as emissões?

Feldmann – Em primeiro lugar, é preciso conter **[INFINITIVO]** o desmatamento na Amazônia. Somos **[P4]** um dos quatro países **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA + PRONOME RELATIVO]** que mais emitem gases de efeito estufa. Cerca de 70% de todos os gases emitidos pelo Brasil vêm do desmatamento. Isso faz com que nossa situação seja ainda mais insustentável do que a da China e a da Índia. Esses países **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** poluem o ar fundamentalmente porque sua matriz energética é baseada em combustíveis fósseis, e qualquer redução nas emissões implicaria a redução da atividade econômica. Não é o nosso caso. Não temos **[P4]** nenhum argumento para justificar **[CANCELAMENTO DO SUJEITO]** esse enorme crime ambiental, daí haver tanta pressão internacional em cima do Brasil. Alguns **[PRONOME INDEFINIDO]** ficam espantados com isso e afirmam **[P6 ANÁFORA DE PRONOME**

INDEFINIDO] ser uma afronta a nossa soberania. Esses críticos **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** precisam entender que soberania é um conceito que se exerce **[VPS]** na prática, e não com bravatas públicas. A preocupação internacional com o desmatamento da Amazônia **[NOMINALIZAÇÃO – “A PREOCUPAÇÃO”]** é legítima porque o efeito estufa afeta todo o planeta. Bastaria que o Brasil **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** se mostrasse um bom gestor da região para esvaziar **[INFINITIVO]** a pressão **[NOMINALIZAÇÃO “A PRESSÃO” + PRONOME RELATIVO]** que vem de fora.

Veja – Que medidas deveriam ser tomadas na Amazônia?

Feldmann – É preciso impor **[INFINITIVO]** um freio definitivo na expansão da fronteira agrícola sobre o ecossistema amazônico e permitir **[INFINITIVO]** o aproveitamento da área degradada com tecnologias que assegurem o crescimento da produção agropecuária. Com vontade política é possível, sim, controlar **[INFINITIVO]** o desmatamento da Amazônia. Uma das maneiras de fazer isso seria bloquear **[INFINITIVO]** o escoamento da madeira, como tem mostrado o Greenpeace **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]**. Algumas coisas vão ocorrer, mesmo sem a participação do Estado brasileiro. Consumidores americanos e europeus **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** estão exercendo forte pressão sobre as redes de fast-food e de supermercados, exigindo **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA + GERÚNDIO]** que a produção dos alimentos vendidos por elas **[NOMINALIZAÇÃO – “A PRODUÇÃO”]** seja feita de maneira sustentável, sem agredir **[INFINITIVO]** o ambiente. O consumidor, **[P3 ANÁFORA DE REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** esteja onde estiver, **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** será um personagem cada dia mais importante na preservação do planeta.

Veja – Quais foram os pontos positivos conquistados pelas delegações brasileiras nas negociações sobre mudanças climáticas?

Feldmann – **[P4]** Tivemos acertos principalmente no que se refere a iniciativas que **[NOMINALIZAÇÃO+PRONOME RELATIVO – “INICIATIVAS”]** partiram do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Brasil **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** foi um dos grandes responsáveis pelo Tratado de Kioto, e é importante lembrar **[INFINITIVO]** que a criação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o MDL, **[NOMINALIZAÇÃO A CRIAÇÃO]** foi uma proposta originalmente brasileira. Com ela, empresas de países desenvolvidos **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA + PRONOME RELATIVO]** que poluem além da conta **[P3 ANÁFORA DE REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** podem comprar créditos de carbono, que são investidos em iniciativas ecológicas em países em desenvolvimento. Outro ponto alto ocorreu no ano passado, quando o Brasil **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** levou a proposta do desmatamento evitado. Consiste em beneficiar **[INFINITIVO]** financeiramente países **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** que reduzam a queima de florestas. A proposta, na realidade, **[NOMINALIZAÇÃO – “A PROPOSTA”]** apresentou-se de maneira muito débil, já que não **[P3 ANÁFORA DE NOMINALIZAÇÃO]** especificava de onde viriam os recursos. Falou-se **[SE]** em um fundo internacional. A questão é encontrar **[INFINITIVO]** qual país, de boa vontade, **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** daria dinheiro para esse fundo. Às vésperas da ECO-92, os países ricos do G7 **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** ofereceram milhões de dólares para conter **[INFINITIVO]** o desmatamento, mas o resultado foi insignificante. Mesmo assim, a proposta do desmatamento evitado **[NOMINALIZAÇÃO]** chamou atenção porque, finalmente, o Brasil **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** pareceu reconhecer o papel do desflorestamento no aquecimento global. Falta ainda provar **[INFINITIVO]** ao mundo que é possível fazer **[INFINITIVO]** isso.

Veja – Os políticos brasileiros estão preocupados com o aquecimento global?

Feldmann – Há um enorme descompasso entre a atuação do Brasil nos fóruns internacionais e o que é feito dentro do país. Nos últimos dois anos, apesar de a comunidade científica e a sociedade civil **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** estarem mais atentas ao tema, o aquecimento global continua ausente da agenda dos políticos. Os candidatos a presidente na eleição do ano passado não **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** discutiram com movimentos ambientalistas. Foi uma grande falha. As ONGs **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** não conseguiram demonstrar que o aquecimento global era um tema importante e também não tiveram **[P6 ANÁFORA DE REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** força suficiente para pressionar **[CANCELAMENTO DO SUJEITO]** os candidatos a mergulhar no assunto.

Veja – Por que o movimento ambientalista brasileiro não tem influência política?

Feldmann – O ideal seria que as organizações que **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA + PRONOME RELATIVO]** se preocupam com o Ambiente **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** tivessem maior número de filiados. Isso ampliaria muito a sua capacidade de influenciar os políticos e de pressionar para que as leis sejam efetivamente cumpridas. O movimento ambientalista **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** também precisa de uma radical transformação em termos de ação e de agenda, em razão de seu próprio sucesso. As estratégias de hoje **[NOMINALIZAÇÃO – “ESTRATÉGIAS”]** devem levar em conta que as crianças **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** conhecem muito melhor os assuntos do que a minha geração, e espera-se **[VPS]** da sociedade civil maior capacidade de proposição. Temos **[P4]** de ter a capacidade de promover alianças estratégicas entre o setor empresarial, a sociedade civil e as lideranças políticas esclarecidas.

Veja – O governo brasileiro deveria ter projetos específicos para prevenir os impactos do aquecimento global?

Feldmann – Uma das áreas mais afetadas pelas mudanças climáticas é o regime hídrico. Alguns cientistas, como Eneas Salati, da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, **[PRONOME INDEFINIDO + REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** defendem que pode ocorrer uma alteração radical das chuvas em determinados locais, o que comprometeria o abastecimento de água na Região Sudeste. Há duas semanas, recebi pelo correio o Plano Nacional de Recursos Hídricos, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente. É a primeira vez que o Brasil **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** tem uma política nacional de recursos hídricos, o que é louvável. Porém, não há uma linha sequer sobre o aquecimento global. É triste, mas as autoridades **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** ainda ignoram as previsões sobre os efeitos do aquecimento global.

Veja – O crescimento vertiginoso da economia chinesa contribui bastante para o aquecimento global. Existe a possibilidade de convencer os chineses a reduzir a emissão de poluentes?

Feldmann – Mais do que a Índia, a China **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** tem se mostrado suscetível a controlar **[CANCELAMENTO DO SUJEITO]** suas emissões de gases causadores do efeito estufa. Mas é preciso um pouco de precaução. Tenho participado de muitas reuniões internacionais e me surpreende a tolerância com que o mundo **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** vê a China. O fascínio exercido pelo mercado chinês tem levado muitos de nós **[PRONOME INDEFINIDO]** a relativizar a questão da pena de morte, bem como os problemas que

esse crescimento econômico pode provocar no ambiente, principalmente com relação ao aumento das emissões chinesas de gases causadores do efeito estufa. Em uma reunião realizada em São Paulo, em agosto do ano passado, para discutir **[INFINITIVO]** compromissos no âmbito do Tratado de Kioto depois de 2012, representantes chineses **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** exibiram uma apresentação em Power Point para tentar nos convencer de que as suas termelétricas apresentam emissão praticamente nula de dióxido de carbono, o que **[P4]** sabemos ser impossível. Confesso que a falta de transparência e de democracia na China ainda me incomoda bastante.

Veja – Os impactos do aquecimento global no Brasil estão sendo bem estudados?

Feldmann – São estudos ainda preliminares. Já se falou **[SE]** da savanização da Floresta Amazônica, do risco que o aumento do nível do mar pode oferecer aos portos brasileiros e da redução na produção de laranja. Os estudos **[NOMINALIZAÇÃO – “OS ESTUDOS”]** deveriam ser mais amplos. O Brasil **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** teria de fazer com a Amazônia o mesmo que se **[VPS]** fez com o Ártico, em que pesquisadores de vários países **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** se uniram para produzir um único e vigoroso relatório. O resultado desse trabalho é hoje a maior evidência de que o aquecimento global está em andamento. Em relação à Amazônia, proponho que a diplomacia brasileira **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** se articule com países vizinhos para fazer **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA + INFINITIVO PESSOAL]** o mesmo.

Veja – O senhor trabalhou no governo Lula. Como avalia a atuação desse governo na questão ambiental?

Feldmann – Nos dois primeiros anos do primeiro mandato de Lula, continuei exercendo o papel de secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas enquanto não se encontrava **[VPS]** um substituto. Essa instituição, criada em 2000, **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** tinha como meta inicial preparar **[CANCELAMENTO DO SUJEITO]** o presidente da República e a sociedade para enfrentar **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA + INFINITIVO PESSOAL]** os problemas decorrentes do aquecimento global. Durante esse período de dois anos, eu me vi no pior trabalho do mundo. Eles **[ELES]** não contavam com ninguém para colocar **[PRONOME INDEFINIDO + INFINITIVO PESSOAL]** no meu lugar e eu não tinha poder para fazer nada. Atualmente, o Fórum de Mudanças Climáticas **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** perdeu sua importância e é incapaz de elaborar **[CANCELAMENTO DO SUJEITO]** uma agenda doméstica para lidar **[CANCELAMENTO DO SUJEITO]** com o problema. O governo petista **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** até hoje não compreendeu a urgência do aquecimento global.

Veja – Qual foi o impacto do rodízio de veículos na sua carreira?

Feldmann – Na época, sofri ameaças de morte, recebia trotes telefônicos de madrugada e precisei andar com seguranças. Tinha até usuários de ônibus, os maiores beneficiados, reclamando **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA + GERÚNDIO]** de mim. Minha avaliação hoje é que subestimei a indignação do cidadão com um Estado que, ao mesmo tempo que **[P3 ANÁFORA DE REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** restringe sua ação, **[REFERENCIAÇÃO GENÉRICA]** se mostra incapaz de oferecer **[CANCELAMENTO DO SUJEITO]** alternativas, como um transporte público barato e eficiente. Aprendi com o rodízio que falar **[INFINITIVO]** em ética e em direito das futuras gerações não é uma forma de assegurar **[INFINITIVO]** sustentabilidade política em curto prazo.

Veja – O senhor ainda defende o rodízio?

Feldmann – O rodízio [**NOMINALIZAÇÃO – “O RODÍZIO”**] surgiu como uma solução de emergência para enfrentar [**INFINITIVO**] o agravamento da poluição no inverno em São Paulo. Entre outras iniciativas, mencionava a introdução do pedágio eletrônico, a inspeção e a manutenção periódica dos veículos, o uso de combustíveis menos poluidores e de automóveis mais eficientes. A ideia [**NOMINALIZAÇÃO – “A IDEIA”**] seria transformar [**INFINITIVO**] São Paulo numa espécie de Califórnia, que [**REFERENCIAÇÃO GENÉRICA+PRONOME RELATIVO**] tem sido o estado americano mais atuante em termos de sustentabilidade. Entretanto, tais medidas [**NOMINALIZAÇÃO – “MEDIDAS”**] não foram adiante. O rodízio municipal que [**NOMINALIZAÇÃO+PRONOME RELATIVO**] está em vigor não é o meu. O [**NOMINALIZAÇÃO ELÍPTICA – “O RODÍZIO”**] de hoje existe porque há carros demais em São Paulo, e os congestionamentos se tornaram inevitáveis. Estamos [**P4**] diante de um dos maiores desafios do mundo moderno, que é controlar [**INFINITIVO**] o consumo. Enquanto muitos [**PRONOME INDEFINIDO**] enxergam a aquisição de bens como um direito pessoal, é preciso salientar [**INFINITIVO**] que esse mesmo direito pode afetar a qualidade de vida de maneira geral. No fim das contas, entendo que o rodízio [**NOMINALIZAÇÃO**] teve o mérito de introduzir [**CANCELAMENTO DO SUJEITO**] a ideia de que parte das deficiências de infraestrutura (no caso, no sistema viário) pode ser resolvida com mudanças de comportamento. Nos fins de semana, os paulistanos [**REFERENCIAÇÃO GENÉRICA**] lotam as estradas em direção à praia. Se fosse feito um rodízio de carros para descer [**INFINITIVO**] ao litoral, com horários determinados segundo as placas dos carros, a ampliação da Rodovia dos Imigrantes [**NOMINALIZAÇÃO – “A AMPLIAÇÃO”**] seria desnecessária. Milhões de reais seriam economizados.

ENTREVISTADO: Duda Teixeira. AMBIENTALISTA BASILEIRO, MENTOR DO RODÍZIO DE CARROS EM SÃO PAULO.

MEIO AMBIENTE. SUSTENTABILIDADE. POLUIÇÃO. BRASIL. POLÍTICAS INTERNA E EXETRNA AMBIENTAIS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desta pesquisa apontam para a necessidade de rever certos rótulos e certas análises gramaticais da língua portuguesa.

Primeiramente, convém notar a necessidade de separar os distintos planos da análise linguística, dentre os quais a sintaxe e a semântica interessam mais particularmente aqui. Outrossim, é de perceber que a expressão ‘planos distintos’ não é sinônima de ‘planos isolados’, visto que se pode perceber a imbricação sintático-semântica.

Desse modo, cumpre conceituar o sujeito de uma oração como um lugar sintático, dotado de certas propriedades semânticas e discursivas, conferidas por seu papel temático. Fazemos a ressalva, ainda, de que a própria noção de conceituar precisa ser revista nos domínios dos estudos linguísticos, preferindo-se uma conceituação por protótipos, em vez de de uma conceituação clássica, que busque propriedades necessárias e suficientes.

A ideia de indeterminação do sujeito, tal qual preconizada pela tradição gramatical pós-NGB tem como mérito reconhecer aspectos semântico-discursivos (a indeterminação em si) realizados através de mecanismos sintáticos (o sujeito, ou melhor diríamos de nossa parte, a inexistência do sujeito). Contudo, essa tradição deixou escapar do rótulo de ‘sujeito indeterminado’ construções com sujeito pleno que realizem sentidos análogos no discurso (o que já tem sido apontado em vários trabalhos acadêmico).

Outro senão dessa linha de análise foi reservar o rótulo de ‘oração sem sujeito’ para aquela dotada de verbos impessoais, fazendo com que impessoalidade fosse sinônimo de inexistência do sujeito – novamente, uma confusão de critérios sintáticos e semânticos. De fato, a impessoalidade (aspecto semântico) se manifesta através de orações sem sujeito; no entanto, a indeterminação do sujeito também se dá, em muitas de suas ocorrências, em orações destituídas de sujeito (aliás, todos os casos previstos pela tradição pós-NGB⁹ são, a nosso ver, orações sem sujeito).

Entretanto não se pode deixar de ressaltar que a tradição gramatical reconheceu haver estruturas desprovidas de sujeito (impossível sequer de recuperar) que realizam o sentido de referência indeterminada. Ao dizer que essas orações não eram sem sujeito, tenham talvez intuído que precisavam de verbo com o traço [+HUMANO] e, como consideravam sinônimos

⁹ Relembramos que esses casos são: Indeterminação por P6 e por SE. Incluímos ainda a VPS, embora a Tradição Gramatical não a considere mecanismo de indeterminação do sujeito.

impessoalidade e inexistência do sujeito, elencaram o sujeito indeterminado fora dos ‘sujeitos inexistentes’, reconhecendo, pois, a pessoalidade das construções em que ocorrem.

Foi a partir desse vínculo entre indeterminação e verbos [+HUMANOS] que se pôde vislumbrar os casos de indeterminação do sujeito por SNs sujeitos plenos (por exemplo, *você, a gente, as pessoas, etc.*).

É preciso que se destaque a indeterminação do sujeito como um procedimento discursivo, textual e não estritamente sintático. Sem dúvida, a estrutura oracional é imprescindível para a análise do discurso, porém não é suficiente. Importa estabelecer elos, vínculos entre as partes de um texto, de modo a se apreender um sentido global, bem como as sutis ligações entre palavras e ideias, isto é, os mecanismos de coesão e de coerência textuais, respectivamente.

Se a análise puramente estrutural e gramatical não basta, por outro lado, não pode estar ausente na análise. Pudemos perceber, ao longo da pesquisa, como por exemplo, alguns procedimentos de indeterminação do sujeito têm forte vínculo com elementos sintáticos e lexicais.

Revisitemos o caso das referências genéricas. Foi possível notar, no gênero em análise, o uso muito frequente dos SNs: O BRASIL, O PAÍS, O MERCADO, O CONGRESSO, AS PESSOAS, A PESSOA, O MUNDO, O CIDADÃO, dentre outros. Evidentemente, a referência indeterminada não se restringe a esses SNs em língua portuguesa, sendo, como afiançamos, de inventário aberto, por ser recurso de indeterminação vinculado ao léxico da língua. Necessário, portanto, investigar, no gêneros diversos, a preferência (se houver) por certas expressões de referência genérica.

No caso da indeterminação por P6, também notamos vinculação entre léxico e indeterminação, pois que há certas “famílias” de verbos que se prestam mais ou menos à referência indeterminada, como os verbos de comunicação verbal (nos quais se incluem os *dicendi*), os verbos de ação e os de cognição.

Desse modo, fica evidente que restringir os processos de indeterminação do sujeito a dois ou três casos possíveis é limitar o estudo da língua em seu real funcionamento.

Como consequência imediata dessa ‘restrição’, surgem problemas principalmente no ensino da língua. Não tratamos detidamente do assunto por não ser propósito desta tese se debruçar sobre estratégias de ensino do português, mas sim se voltar para a descrição do funcionamento do português. Porém, não há como negar, é necessário se estabelecerem vínculos da descrição da língua com o ensino.

Desse modo, caberia investigar quais as consequências para o ensino de uma abordagem pouco profunda da indeterminação do sujeito em nossas escolas, criando-se propostas para que se dinamize o conteúdo de forma mais funcional e discursiva. Necessariamente a análise estrutural é necessária, mas não se pode enquadrar o fenômeno a uma lista de regras (e de verbos transitivos) que se memoriza e esquece após a avaliação.

Não se trata de estudar a indeterminação por si mesma, mas de mostrá-la como recurso de coesão, de coerência e de referenciação, dimensões necessárias à linguagem. Poder-se-ia, desse modo, fazer uma ponte entre a sintaxe, a semântica e o estudo do texto, sempre sob perspectiva da referenciação (adequadas, obviamente, ao nível de escolaridade do aluno).

A linguagem produz a forma pela qual o homem interpreta estímulos e cria seus conceitos de mundo. Esse processo, aqui designado por referenciação, é social, é coletivo. Se cada um estabelecesse sua linguagem própria, com regras próprias, não haveria comunicação. Cada falante tem sua peculiaridade, sua personalidade (o que se pode até distinguir no seu discurso), mas a língua tem caráter social.

A referenciação é mais do que simplesmente coletiva; é interativa. Os significados que se referenciam são negociados entre os coenunciadores dentro do discurso. Pudemos verificar (a despeito da edição) isso em nosso *corpus*, porque se trata de entrevistas, gênero textual oral e explicitamente interativo.

Defendemos que o estudo do sujeito indeterminado seja feito considerando-o recurso de referenciação, de produção de sentidos através da língua, por intermédio de variadas possibilidades que a língua portuguesa nos oferece.

REFERÊNCIAS

ALI, M. Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: ABL, Biblioteca Nacional, 2008.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina: curso único e completo*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo. Parábola Editorial, 2005.

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008a.

_____. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2008b.

_____. *Iniciação à sintaxe do português*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Para uma gramática estrutural da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gernasa, 1975.

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro? um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOZA, Jerônimo Soares. *Grammatica Philosophica da lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Aplicados a Nossa Linguagem*. 2. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1830. 458 p. Consultada na bvCLB – Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/obr017>>. Acesso em: 30 out. 2013

BARRETO, Fausto e LAET, Carlos de. *Anthologia Nacional ou Coleção de Excerptos dos Principaes Escriptores da Lingua Portugueza do 20º ao 16º seculo*. 9. ed. precedida de uma introdução grammatical e entremeciada de breves noticias bio-bibliographicas. Rio de Janeiro: São Paulo: Belo Horizonte: Lisboa: Paris : Paulo de Azevedo e Cia. e Aillaude, Alves e Cia., 1921. 469 p. Consultada na bvCLB – Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/obr041>>. Acesso em: 30 out. 2013

BASTOS, Liliana Cabral. *Desvios lexicais em textos de alunos de terceiro grau da PUC-RJ*. Rio de Janeiro: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPQ, 1985. Relatório técnico.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006a.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português: pela análise sintática*. 18. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006b.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUENO, Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1944.

BUNZEN, Clesio; ROJO, Roxane. *Livro didático de língua portuguesa como gênero do discurso: autoria e estilo*. In: COSTA VAL, M. G.; MARCUSCHI, B. (Org.). *Livros didáticos de Língua Portuguesa: letramento e cidadania*. Belo Horizonte: Autêntica; CEALE, 2006. p. 73-118.

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2012.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

_____. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAVALCANTE, Sílvia Regina de Oliveira. *A Indeterminação do Sujeito na Escrita Padrão: a imprensa carioca nos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

CHIAVEGATTO, Valéria Coelho. *Construções e funções no discurso jornalístico: o processo cognitivo de mesclagem de vozes*. In: AZEREDO, José Carlos de (Org.). *Letras e comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 230-246.

DUARTE, M.E.L. Do pronome nulo ao pronome pleno: trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: UNICAMP, 1993. p. 107-128.

_____; LOPES, Célia Regina Dos Santos. *Realizaram, realizou-se ou realizamos...? As formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais do século XIX*. In: _____; CALLOU, Dinah (Org.). *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2002. v.4, p. 155-165.

FERNANDES, Magda Bahia Schlee de Brito. [Tese de Doutorado] *A Modalidade em Português: uma abordagem sistêmico-funcional das orações principais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

FIGUEIREDO, Candido de. *Grammatica Sintética Língua Portuguesa*. 3. ed. corr. e aum. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1920. 269 p. Consultada na bvCLB – Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/obr007>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

FILLMORE. Em favor do caso [The Case for the Case.], 1968 In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *A semântica na linguística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 275-365.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2008.

FREIRE, Laudelino. *Estudos de Linguagem*. Rio de Janeiro: Cia. Brasil Editora, 1937. 158 p. Consultada na bvCLB – Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/obr034>>. Acesso em: 30 out. 2013.

GASSER, Michael. *How language works*. 3.0 Edition. Indiana: Indiana University, 2006. Disponível em: <www.indiana.edu/~hlw/Sentences/schemas.html>. Acesso em: 30 mar. 2009.

GÓIS, C. *Método de análise*. 14. ed. Minas Gerais: O autor, 1947.

GUEDES, Paulo Coimbra. A língua portuguesa e a cidadania. *Organon*, Porto Alegre, v. 11, n. 25, 1997. A língua materna: o ensino em processo.

HAILER, Marco Antonio de Almeida; MASSONI, Maria Izabel; ARANHA, Solange. *Ponto de encontro: língua portuguesa, 7º Ano*. São Paulo: FTD, 2009 a.

_____. *Ponto de encontro: língua portuguesa, 8º Ano*. São Paulo: FTD, 2009 b.

HAVY, Amini Boainaim. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.

HAWAD, Helena Feres. Tema, *Sujeito e agente: A voz passiva portuguesa em perspectiva sistêmico-funcional*. 2002. 152 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011a.

_____. *Estilística e discurso: estudos produtivos sobre texto e expressividade*. Rio de Janeiro: Campus, 2011b.

_____. *Léxico e semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011c.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. Entrevista: uma conversa controlada. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 195-208.

IKEDA, Sumiko Nishitani. O Pronome SE. *Cadernos Puc*, São Paulo, n. 5, p. 111-147, mar. 1980.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1985.

JUCÁ FILHO, C. *Curso de português*. São Paulo: [s.n.], 1954.

_____. *O fator psicológico na evolução sintática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas- Serviço de Publicações, 1971.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Novas lições de análise sintática*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1997.

LEITÃO, Luiz Ricardo. *Gramática crítica: o culto e o coloquial no português brasileiro-teoria e prática*. 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina do Livro, 2007

LIMA, M. P. de Souza. *Gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1945.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo linguístico*. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

MACEDO, Walmirio. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1991.

MACIEL, Maximino. *Grammatica Descriptiva (Baseada nas Doutrinas Modernas)*. 10. ed. augm. e refun. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926. 513 p. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/obr030>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

MAIA, Jorge Roberto Nascimento. *Said Ali e o ideal de uma gramática pedagógica*. 1997. 115 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análises de textos de comunicação*. [tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha]. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCHETTI, Greta, STRECKER, Heid; CLETO, Mirella L. *Para viver juntos: português, 9.º ano: ensino fundamental*. São Paulo: Edições SM, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 19-38.

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MESQUITA, Roberto Melo. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.

MIGUEL, Afonso João. *Sobre a referência indeterminada de sujeito e agente da passiva em português europeu*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

MILANEZ, Wânia. *Recursos de indeterminação do sujeito*. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, Campinas, SP, 1982.

NASCIMENTO, Anderson Ulisses dos Santos. *Descrição da oração sem sujeito em língua portuguesa: função, categorização e uso*. 2011. 307 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OITICICA, José. *Manual de análise léxica e semântica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1953.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. *Colocação de pronomes: uma questão de política da língua*. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar (Org.). *Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e linguística*. Rio de Janeiro: Europa, 2003(a). p. 353-360.

PASCHOALIN, Maria Aparecida; SPADOTO, Neusa Terezinha. *Gramática: teoria e exercícios*. Ed. renovada. São Paulo: FTD, 2008.

PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940.

PEREIRA, S. F. R. *A referenciação e o mundo de nossos discursos: do sintagma nominal à construção das cadeias referenciais do texto escrito*. 2013. 198 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PERINI, Mário A. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PONTES, Eunice Souza de Lima. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

RANAURO, Hilma. *O falar do Rio de Janeiro: um estudo de caso*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1988.

RESENDE, Viviane de Mello et al. Uma abordagem semântica para o problema da chamada voz passiva sintética. *Glaucks-revista de letras e artes: estudos lingüísticos*, Viçosa, v. 4, n. 1, p. 218-224, jan./jun. 2004.

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza*. 5. ed. ver. por João Vieira de Almeida. São Paulo: Miguel Melillo, 1889.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. Exemplar nº 1925. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, Manoel Pinto. *Gramática aplicada da língua portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

RODRIGUES, Marcia Groppa. *Construção de voz na língua portuguesa: as implicações dos papéis semânticos de agente, paciente e conceitos correlatos*. 2004. 103f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa)- Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS JUNIOR, Antonio José dos. *A indeterminação do sujeito em português: do verbo ao discurso*. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

SCOTT, Michael. Lendo nas entrelinhas. *Cadernos da PUC*, Rio de Janeiro, n.16, 1980, p. 101-123.

SILVA, Augusto Soares da. Linguagem, cultura e cognição, ou a linguística cognitiva. In: _____; TORRES, Amadeu; GONÇALVES, Miguel (Org.). *Linguagem, cultura e cognição: estudos de linguística cognitiva*. Coimbra: Almedina, 2004. v.1, p.1-18. Disponível em: < http://jcienciascognitivas.home.sapo.pt/05-11_silva.html>. Acesso em: 30 abr. 2009.

TERRA, Ernani. *Curso prático de gramática*; supervisão pedagógica José de Nicola. Edição reformada. São Paulo: Scipione, 2006.

_____; NICOLA, José de. *Gramática de hoje*. 6. ed. São Paulo: Scipione, 1999.

VILANOVA, José Brasileiro. *Aspectos estilísticos da língua portuguesa*. Recife: Casa da Medalha, 1977.